

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Programa de pós-graduação em Psicologia

Vanessa Fagionatto Vicentin

Condições de vida e estilos de resolução de conflito entre adolescentes

São Paulo
2009

Vanessa Fagionatto Vicentin

**CONDIÇÕES DE VIDA E ESTILOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO
ENTRE ADOLESCENTES**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano.

Orientadora: Prof.a Dr.a Maria Isabel da Silva Leme.

**São Paulo
2009**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Vicentin, Vanessa Fagionatto.

Condições de vida e estilos de resolução de conflito entre adolescentes / Vanessa Fagionatto Vicentin; orientadora Maria Isabel da Silva Leme. -- São Paulo, 2009.

223 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Conflito 2. Assertividade 3. Adolescência 4. Alcoolismo 5. Emoções 6. Estilos de enfrentamento I. Título.

BF905.C6

Vanessa Fagionatto Vicentin

Condições de vida e estilos de resolução de conflito entre adolescentes

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano.

Tese defendida e aprovada em ___/___/___.

Banca Examinadora

(nome e assinatura)

(nome e assinatura)

(nome e assinatura)

(nome e assinatura)

Ao meu marido Wagner, por
sua lucidez, equilíbrio e
companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os que me inspiraram e ajudaram na realização deste trabalho.

Sou grata aos meus pais, Neide e Adilson, que me inspiram a buscar incessante maneiras assertivas de resolver desacordos interpessoais. Aos meus dois adolescentes, André e Mariana, pelas horas em que eu me ausentei e por promover situações cotidianas que me fazem refletir sobre a importância da família para a formação de pessoas mais justas e equilibradas.

Ao meu marido Wagner, pela compreensão de momentos restritos de lazer e pela revisão dos dados numéricos deste trabalho. À minha irmã Marcela que compreendeu a minha colaboração limitada em algumas ocasiões.

À minha orientadora, prof.a Maria Isabel da Silva Leme, pela paciência em ensinar e pelo profissionalismo e entusiasmo com a área da pesquisa.

Às professoras Telma Vinha e Maria Suzana Menin, que na ocasião do exame de qualificação, contribuíram de forma enriquecedora com muitas sugestões para este trabalho.

À amiga Luciene Tognetta, que me incentivou a iniciar este trabalho e me ajudou em muitos momentos da realização desse e de outros projetos, que me ajudaram a descobrir minhas potencialidades e desejos. Às amigas Adriana Ramos, Thayse e Sônia, pelo companheirismo. À Thayse, que além do companheirismo colaborou com a organização dos dados iniciais. Às amigas Sabrina, Ana Paula e Flávia, que vibraram comigo na conquista da oportunidade de iniciar este trabalho

Agradeço à Fatiminha, pela colaboração com o acesso aos participantes deste estudo. À colaboração da Sandy, Helymar, Cecília, Andréa, Ana Jordão e Marila, cada um em sua área de conhecimento, pela ajuda no aprimoramento deste trabalho.

Aos adolescentes que participaram deste estudo, por concordaram em dividir uma parte de seu mundo conosco.

Um agradecimento especial ao CNPQ pela bolsa de doutorado concedida para a realização deste trabalho.

*Construirás os labirintos impermanentes
que sucessivamente habitarás.
Todos os dias estás refazendo o teu desenho.
Não te fatigues logo. Tens trabalho para toda a vida.*

Cecília Meireles

RESUMO

Vicentin, V. F. **Condições de vida e estilos de resolução de conflito entre adolescentes**. São Paulo, 2009. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.

As pessoas adotam diferentes formas de enfrentar um conflito interpessoal. Estudiosos da área apontam três principais estilos de resolução de conflito: agressivo, submisso e assertivo. O estilo de solução agressivo inclui estratégias de coerção para o enfrentamento do conflito, enquanto o estilo submisso caracteriza-se pelo não enfrentamento da situação. Apenas o estilo assertivo envolve comportamento explícito de defesa, sem utilizar estratégias coercitivas. O objetivo geral da presente investigação foi contribuir para o avanço do conhecimento sobre o tema da cognição social por meio de estudos sobre a resolução de conflitos interpessoais entre adolescentes. Os objetivos específicos foram: comparar os estilos de resolução de conflito de filhos de pais com e sem problemas de álcool e estudar a diferença entre gêneros, faixa etária, situação conjugal dos pais e expressão de sentimentos com relação às estratégias de solução de conflito indicadas pelos filhos. Participaram da investigação 84 estudantes de uma escola pública, com idades entre 12 e 16 anos e nível socioeconômico baixo, divididos em dois grupos: 42 filhos de pais com problemas de álcool e 42 participantes que não se enquadravam nesse grupo. Os instrumentos utilizados foram: um questionário sobre as condições pessoais (sexo, idade etc.), o Questionário CAGE Familiar (FRANK et al., 1992) e o aberto derivado da escala Children's Action Tendency Scale (DELUTY, 1981). Os adolescentes apresentaram predominantemente respostas submissas, seguidas de respostas agressivas. Grande parte dos participantes não se pronunciou com relação aos sentimentos provocados pelas situações descritas pelo questionário, seguida dos que expressaram sentimentos negativos ou pouco definidos. Não foi encontrada diferença significativa entre os sexos, faixas etárias e filhos de pais com e sem problemas de álcool. Contudo as meninas apresentaram uma proporção maior de respostas submissas quando comparadas aos meninos. Outro resultado encontrado através da análise de correspondência múltipla mostrou que as respostas agressivas estão mais associadas aos filhos de pais com problemas de álcool e as respostas assertivas aos filhos de pais sem problemas de álcool. A avaliação que visou comparar a expressão de sentimentos com as justificativas das respostas de enfrentamento dos participantes nas situações de conflito mostrou várias associações significativas através do teste exato de Fisher. Com relação à expressão de sentimentos, muitos conflitos apresentaram associações positivamente significativas entre as respostas agressivas e ausência de manifestação sobre o afeto despertado pela situação. Da mesma forma, as respostas agressivas em diversas situações de conflito também estavam significativamente associadas à falta de justificativa dos participantes para suas ações. Os resultados mostraram que o estilo de solução de conflito dos adolescentes não estava necessariamente relacionado ao problema do pai com o álcool. Contudo a omissão dos próprios sentimentos e a falta de justificativa para as próprias ações estavam freqüentemente ligadas às respostas agressivas dos participantes.

Palavras-Chave: Conflito. Assertividade. Adolescência. Alcoolismo. Sentimentos.

ABSTRACT

Vicentin, V. F. **Conditions of Life and conflict resolution styles among teenagers**. São Paulo, 2009. Thesis (doctor's degree). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.

People adopt different ways to face an interpersonal conflict. Researchers show three main styles of conflict resolution: aggressive, submissive and assertive. The aggressive style includes coercion strategies for facing the conflict while the submissive style is characterized by not facing the situation. Only the assertive style involves a clear defensive behavior not using coercive strategies. The overall objective of this research was to contribute to the advancement of knowledge on the subject by means of social cognition studies on the resolution of interpersonal conflicts among adolescents. The specific objectives were: to compare between the styles of resolving conflict from parents of children with and without alcohol problems, and studying the differences between genders, age, marital status of parents and express their feelings with regard to strategies for the settlement of conflict indicated by children. Studying the conditions that can contribute to the development of more adequate styles of conflict resolution for children and teenagers motivated this current investigation. 84 students from a public school, aged between 12 and 16 years old and low social economic level, divided in 2 groups: 42 children of alcoholic parents and 42 did not belong to this group. The tools used were: a questionnaire on personal conditions (sex, age, etc.), the CAGE Familiar Questionnaire (FRANK et al, 1992) and the open derived from Children's Action Tendency scale (DELUTY, 1981). The teenagers presented mainly submissive answers, followed by aggressive answers. Most of the participants didn't speak out against or in favor of the feelings provoked by the situations described by the questionnaire, followed by those that expressed negative or little definite feelings. No important differences among gender, age and children of alcoholic and non-alcoholic parents were found. However, the girls presented more submissive answers when compared to the boys. Another result found by means of the analysis of multiple correspondences showed that aggressive answers are more related to children of alcoholic parents and assertive answers to non-alcoholic parents. The evaluation which aimed at a comparison between the expression of feelings and the justification of the answers when facing conflict situations showed various significant associations through Teste Exato de Fisher. Related to the expression of feelings, many conflicts showed positively significant associations among the aggressive answers and the absence of demonstration of affection aroused by the situation. The same way, the aggressive answers in various conflictive situations also were significantly associated to the absence of justification from the participants for their actions. Results showed that the style of conflict resolution of the teenagers was not necessarily connected to the problem of the parent with the alcohol. However, the omission of their own feelings and the absence of the justification for their own actions were frequently associated to the aggressive responses of the participants.

Key- words: Conflict. Assertivity. Adolescence. Alcoholism. Feelings.

RÉSUMÉ

Vicentin, V. F. **Conditions de vie et style de résolution de conflit entre adolescents**. São Paulo, 2009. These (Doctorat). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.

Les personnes adoptent différentes façons d'affronter un conflit interpersonnel. Étudieux dans ce domaine indiquent trois principaux styles de résolution de conflits : agressif, soumis et assertif. Le style de solution agressif comprend stratégies de coercition pour l'affrontement du conflit tandis que le style soumis se caractérise par le non affrontement de la situation. Seulement le style assertif englobe comportement explicite de défense, sans utiliser stratégies coercitives. L'objectif global de cette recherche était de contribuer à l'avancement des connaissances sur le sujet la cognition sociale par le biais d'études sur la résolution des conflits interpersonnels chez les adolescents. Les objectifs spécifiques étaient de comparer entre les styles de résoudre les conflits de parents d'enfants avec et sans problèmes d'alcool, et d'étudier les différences entre les sexes, l'âge, l'état matrimonial des parents et exprimer leurs sentiments à l'égard de stratégies pour le règlement des conflits indiqué par les enfants. 84 étudiants d'une école publique avec l'âge entre 12 et 16 ans et bas niveau socioéconomique, partagés en deux groupes: 42 enfants de pères avec problèmes d'alcool et 42 participants qui n'appartenaient pas à ce groupe. Les moyens utilisés ont été: un questionnaire sur les conditions personnels (sexe, âge, etc.), le Questionnaire CAGE Familial (FRANK et al., 1992) et le questionnaire ouvert dérivé de l'échelle Children's Action Tendency Scale (DELUTY, 1981). Les adolescents ont présenté principalement réponses soumises, suivies de réponses agressives. La plupart de participants ne se sont pas prononcés par rapport aux sentiments provoqués par les situations décrites par le questionnaire, suivie de ceux qui ont exprimé des sentiments négatifs ou peu définis. On n'a pas trouvé différence significative entre les sexes, âges et les enfants de pères avec ou sans problèmes d'alcool. Cependant les filles ont présenté une proportion plus grande de réponses soumises comparées aux garçons. Autre résultat trouvé à travers de l'analyse de correspondance multiple a montré que les réponses agressives sont plus associées aux enfants de pères avec des problèmes d'alcool. L'évaluation qui a envisagé comparer l'expression de sentiments et les excuses de réponses d'affrontement des participants dans les situations de conflits a montré plusieurs associations significatives à travers du Test Exact de Fisher. Par rapport à l'expression de sentiments, beaucoup de conflits ont présenté associations positives significatives entre les réponses agressives et la manque de manifestation sur l'affection déclenché par la situation. De la même façon, les réponses agressives dans les plusieurs situations de conflit étaient aussi significativement associées à la manque d'excuse des participants pour ses actions. Le résultat ont montré que le style de solution de conflits des adolescents n'était pas, de toute façon lié au problème du père avec l'alcool. Cependant l'omission des propres sentiments et la manque d'excuse pour les propres actions étaient souvent liées aux réponses agressives des participants.

Most-Chefs : Conflit. Assertivité. Adolescence. Alcoolisme. Sentiments.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Estilo de Resolução de Conflito Predominante.....	120
Figura 2- Categoria predominante e consecutiva de resolução de conflito nas situações de conflito.....	122
Figura 3- Categoria predominante e as consecutivas de expressão de sentimentos dos participantes nas situações de conflito.....	124
Figura 4- Distribuição de respostas de filhos de pais abusadores e não abusadores de álcool e o estilo de resolução de conflito assertivo.....	139
Figura 5- Distribuição de respostas de filhos de pais abusadores e não abusadores de álcool e o estilo de resolução de conflito agressivo.....	140
Figura 6- Estilo de Resolução de Conflito Predominante entre gêneros.....	151
Figura 7- Estilo de Resolução de Conflito Predominante entre Faixas Etárias.....	163
Figura 8- Distribuição de respostas dos filhos de pais casados e separados e os estilos de resolução de conflito.....	173
Figura 9- Distribuição entre as respostas dos participantes que expressam ou não sentimentos e o estilo de resolução de conflito agressivo.....	179
Figura 10- Distribuição entre respostas dos participantes que expressam ou não sentimentos e o estilo de resolução de conflito assertivo.....	180
Figura 11- Distribuição entre os participantes que justificam ou não suas respostas e os estilos de resolução de conflito.....	184

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Porcentagem de respostas em cada tendência de resolução nas situações de conflito.....	121
Tabela 2- Porcentagem de respostas em cada categoria de expressão de sentimentos nas situações de conflito.....	125
Tabela 3- Comparação entre filhos de pais abusadores e não abusadores de álcool e a categoria predominante e consecutiva de resolução de conflito.....	138
Tabela 4- Porcentagem de respostas entre filhos de pais abusadores e não abusadores de álcool em cada estilo de resolução nas situações de conflito.....	141
Tabela 5- Porcentagem de respostas entre gêneros em cada estilo de resolução nas situações de conflito.....	152
Tabela 6- Porcentagem de respostas entre gêneros em cada categoria de expressão de sentimentos nas situações de conflito.....	154
Tabela 7- Porcentagem de respostas entre faixas etárias em cada estilo de resolução nas situações de conflito.....	164
Tabela 8- Porcentagem de respostas entre filhos de pais casados e separados em cada estilo de resolução nas situações de conflito	171
Tabela 9- Comparação entre os participantes que expressam ou não os sentimentos com a proporção de respostas em cada estilo de resolução nas situações de conflito.....	181
Tabela 10- Comparação entre os participantes que justificam ou não suas respostas com a proporção de respostas em cada estilo de resolução nas situações de conflito.....	185

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS	17
2.1 ESTILOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	22
2.1.1 Agressividade	24
2.2.1.1 Perspectivas teóricas do estilo agressivo.....	26
2.2.1.2. Outras variáveis da agressividade.....	28
2.2.2 Submissão	31
2.2.3 Assertividade	34
2.3 CONSEQÜÊNCIAS DE CADA ESTILO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	38
3 OS SENTIMENTOS E A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS	43
4 RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS EM FAMÍLIAS COM CRISES	52
5 RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS E O ÂMBITO ESCOLAR	57
6 ABUSO E DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVA	62
6.1 ESTUDOS SOBRE AS CAUSAS.....	67
6.2 CONSEQÜÊNCIAS AO DEPENDENTE.....	71
6.3 CONSEQÜÊNCIAS AOS FAMILIARES.....	75
7 FILHOS DE ABUSADORES E DEPENDENTES QUÍMICOS	80
7.1 IMPLICAÇÕES PESSOAIS E INTRAPESSOAIS.....	85
7.2 RESILIÊNCIA.....	90
8 NOSSOS ESTUDOS ANTERIORES	96
9 O ESTUDO REALIZADO	102
10 MÉTODO	104
11 RESULTADOS	117
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS	206
APÊNDICES	217
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	218
APÊNDICE B - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E CONDIÇÕES PESSOAIS	219
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO CAGE FAMILIAR (FRANK et al., 1992)	220
APÊNDICE D - ESCALA CHILDREN’S ACTION TENDENCY SCALE-CATS (1981)	221

1 INTRODUÇÃO

O índice de violência que resulta de situações de conflitos interpessoais é um dos fatores que mais têm alarmado a população e instigado diversos pesquisadores a encontrar respostas com o objetivo de propor ações preventivas. Outra grande preocupação é o fato de que as situações conflitantes que incluem reações agressivas e de violência, chegando em alguns casos à morte, ocorrem com bastante frequência com jovens estudantes, na maioria dos casos, por motivos corriqueiros, como o ciúme de uma namorada ou mesmo um esbarrão interpretado como ofensa.

Ao investigar o comportamento de saúde entre jovens, Carlini-Cotrim, Gazal-Carvalho e Gouveia (2000) encontraram resultados que reforçam a nossa concepção; no estudo, cerca de 22% dos estudantes da rede estadual paulista e um terço dos estudantes da rede privada afirmaram já terem se envolvido em pelo menos duas brigas violentas. Os autores ainda revelaram que 8,7% dos estudantes do sexo masculino da rede pública de ensino relataram portar armas de fogo e 20,8% dos estudantes de escolas particulares, armas brancas, como canivete e faca. Isso evidencia uma alta prevalência de situações de conflito em que seus integrantes não têm a intenção de resolver o assunto de modo pacífico e sim de destruir ou prejudicar o seu oponente através de abuso de poder, que é a característica de fenômenos violentos (FERNÁNDEZ, 2005).

Não menos pessimista é um estudo realizado por Dosick (1997), que indagou a um grupo de professores americanos que lecionaram no período de 1950 e um grupo de professores que lecionaram em 1990 sobre os problemas de conduta nas escolas em suas respectivas épocas de trabalho. Os professores do período de 1950 afirmaram que falar sem autorização, mascar chicletes, fazer barulho, correr pelos corredores e atravessar filas eram as maiores transgressões observadas. Já os professores de 1990 disseram que as transgressões mais frequentes observadas são usar drogas e álcool, portar armas de fogo e facas, perturbar os colegas de forma indesejada, praticar suicídio e violência em geral.

É bem verdade que existe uma complexidade de variáveis que pode ser cogitada para a diferença dessas transgressões dos alunos e que o fato de os alunos serem mais pacíficos no período de 1950 não significa que resolviam os conflitos de forma satisfatória. Mas é fato que as reações agressivas e violentas estão aumentando progressivamente no decorrer dos anos, atentando contra a vida humana e envolvendo pessoas cada vez mais jovens.

Além das situações de agressividade e violência entre jovens, outro fato que nos chama a atenção tem relação com as situações de conflitos interpessoais que não chegam à condição de agressão em função de uma das partes reagir de forma submissa, passiva e obediente, deixando-se dominar pelo poder do outro. Esse tipo de reação costuma ser menos notada pelas pessoas de forma geral e pelos pesquisadores, provavelmente pelo fato de os danos àquele que se submete não ficarem claros num primeiro momento nem para eles mesmos e na maioria dos casos nem para os outros envolvidos. Num estudo realizado por Moraes, Otta e Scala (2001) com crianças na faixa etária de cinco anos, observou-se que elas interpretaram como cooperativos os comportamentos explicitamente qualificados por um adulto como indicador de submissão. Diversos autores afirmam que auto-imagem negativa e depressão são conseqüências bastante freqüentes em pessoas que reagem de forma submissa (FARIZ; MIAS; MOURA, 2005; FALCONE, 2001). A nossa compreensão é que as pessoas que têm um estilo submisso de resolução de conflito apresentam conseqüências tão danosas quanto as que têm estilo agressivo, visto que enquanto nesse último a pessoa é incentivada a mudar sua maneira de se comportar, mesmo que seja necessário buscar ajuda de especialistas para resolver a questão, no estilo submisso a pessoa pode passar a vida toda com inúmeras reações internas desconfortáveis sem que possa repensar outras estratégias de resolver conflitos.

Outro estilo de resolução de conflitos interpessoais é chamado de assertivo. Caracteriza-se pelo enfrentamento da situação de conflito através da expressão dos próprios sentimentos e idéias, mas sem desconsiderar os alheios e sem utilizar atitudes coercitivas ou violentas. Falcone (2001) afirma que o comportamento assertivo facilita a resolução de problemas interpessoais, aumenta a sensação de auto-eficácia e a auto-estima e melhora a qualidade dos relacionamentos. Leme (2004a) acrescenta que o estilo assertivo de resolução de conflito é o mais desejável por considerar tanto a si como ao outro, e que também pode ser considerado mais evoluído pelas coordenações cognitivo-afetivas que demanda. Nessa concepção, o conflito é visto como positivo em função das oportunidades que as pessoas que o estão vivenciando têm de descentrar-se, trocar pontos de vista e buscar soluções justas para as partes. Esse exercício colabora para o desenvolvimento das pessoas envolvidas no conflito, e possivelmente para a evolução de todas as áreas da vida, como a social, a emocional, a de saúde etc.

Sem nos restringir às conseqüências pessoais do estilo assertivo, compreendemos que o aprimoramento das pessoas em relação à forma de resolver problemas interpessoais pode

contribuir para as ações equilibradas de um povo e seus representantes e, conseqüentemente, para a humanidade.

Em suma, os conflitos fazem parte da existência humana e são necessários para o desenvolvimento de diversas áreas pessoais. Ao se depararem com problemas, as pessoas podem desenvolver diferentes estilos para o manejo da situação: agressivo, submisso e assertivo. Nesse sentido, outra questão que vem nos intrigando tem relação com as variáveis que colaboram para o desenvolvimento de condutas mais pacíficas e justas em crianças e jovens.

Na revisão da literatura sobre os estilos de resolução de conflito encontramos diversos modelos que apresentam explicações diferentes para o fato de as pessoas reagirem mais freqüentemente de forma agressiva, submissa ou assertiva. O modelo que escolhemos para embasar o nosso trabalho é o interacionista, que considera que o organismo e o ambiente têm papel fundamental no desenvolvimento humano, e obviamente nas ações e reações. Dessa forma, assim como os aspectos internos, a experiência é fundamental para a construção das estruturas psicológicas.

Uma das variáveis ambientais que nos chama a atenção no desenvolvimento das pessoas quanto ao estilo de resolução de conflito é a família. O contexto familiar é o primeiro e mais freqüente espaço onde a criança normalmente está inserida. Leme (2004a) afirma que alguns estudos localizam causas na família para alguns tipos de agressões, como castigos físicos muito severos na infância e ausência de explicitação dos pais sobre valores morais, como a honestidade. A autora apresenta pesquisas que identificam a inserção social como uma variável que leva a interrupção da agressão como forma de resolver conflitos, mas que pode se manifestar como violência doméstica. Dessa forma, o tipo de interação entre os integrantes de uma família tem um grande impacto no desenvolvimento das primeiras estruturas psicológicas dos pequenos, e continua a influenciar o desenvolvimento dos adolescentes que ainda estão em franco desenvolvimento da sua identidade e, de alguma forma, influencia até mesmo os adultos, já que somos seres em constante transformação emocional.

Postas tais considerações, a pergunta que nos fazemos é: como seria o desenvolvimento dos estilos de resolver conflito em crianças e adolescentes que cresceram em famílias que vivenciaram com muita freqüência situações tensas e difíceis de enfrentar, como a doença de um dos familiares, a violência doméstica ou a dependência de drogas?

A questão da dependência química chamou nossa atenção desde a conclusão da graduação em virtude dos primeiros trabalhos realizados em centros de recuperação de

usuários de álcool e drogas. Mas a convivência com a família e as conseqüências observadas geraram um olhar mais atento àqueles que sofrem sem estarem anestesiados. Essa experiência profissional resultou na escolha do tema da nossa pesquisa de mestrado: a relação entre a dependência química e o estresse dos pais.

A partir dos estudos de mestrado constatamos que muitos dependentes químicos tinham ou tiveram algum dos pais que abusava ou era dependente de alguma substância psicoativa. Esse dado foi comprovado pela literatura que enfatizava a grande relação de filhos de alcoolistas com a dependência do álcool na fase adulta, além de uma infinidade de outros danos afetivo-emocionais, inclusive a dificuldade de resolver conflitos interpessoais.

Payá e Figlie (2004a) dizem que a família de alcoolista tem maior dificuldade de comunicação e menor habilidade de resolver conflitos, fazendo com que os filhos tenham menor possibilidade de observar maneiras justas e pacíficas de reagir a situações conflitantes, o que conseqüentemente repercute no desenvolvimento do estilo de resolução de conflito dos filhos.

Segundo os estudos de personalidade dos filhos de alcoolistas, é maior o número de pessoas com problemas externalizantes, como impulsividade e agressividade, e com problemas internalizantes, como depressão e propensão à culpa e autocensura, que sugerem estilos agressivos e submissos nas situações interpessoais.

Estudar a maneira pela qual filhos de alcoolistas resolvem conflitos interpessoais se justifica devido à complexidade das interações nesse tipo de família, o que nos deixa intrigados quanto à possível diferença entre os que não têm pais com problemas de álcool. Outras questões analisadas foram as diferenças entre esses participantes em relação ao gênero, à idade, à situação conjugal dos pais e em relação à maneira de se sentir diante dos conflitos interpessoais e de enfrentá-los.

Intentamos com essa investigação contribuir com subsídios para a intervenção e a prevenção de dificuldades interpessoais de adolescentes em situação de risco devido à história familiar, ou daqueles que não viveram as mesmas condições mas também se apresentam ameaçados pelas dificuldades interpessoais. Encontrar algumas respostas para tais dificuldades foi o fundamento da presente pesquisa.

Diante da complexidade exposta, faz-se necessária uma apresentação teórica dos estudos da área de interesse, seguida da metodologia de pesquisa e das respostas que conquistamos sobre algumas questões relativas aos conflitos interpessoais de uma amostra de adolescentes.

2 RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS

*“Nada é permanente nesse
mundo cruel.
Nem mesmo os nossos
problemas.”*
Charlie Chaplin

O termo “conflito” vem do antigo latim: “*conflictus*”, do verbo *confligo, ere*, que diz respeito a chocar. Por estar relacionado a forças opostas, o termo “conflito” é empregado tanto em situações individuais e internas quanto em situações coletivas e externas, como os conflitos familiares, entre pares, sociais e entre nações.

Rocheblave-Spenlé (1974), ao discorrer sobre os tipos de conflito, faz a distinção entre os interpessoais - que se referem à contestação ou à luta entre pessoas e nações -, e os intrapessoais - que dizem respeito a um encontro de sentimentos diretamente contrários, ou seja, de forças internas antagônicas. Da mesma forma que a autora acima, acredita-se que ambas as definições sejam próximas aos conflitos intrapessoais, já que quando há um conflito entre pessoas, é provável que ocorra concomitantemente um choque de elementos internos. Por esse motivo, Rocheblave-Spenlé (1974) diz que lutar contra outrem é ao mesmo tempo trazer a si a imagem daquele que suporta a agressão e procura responder a ela, e que por esse motivo o conflito se revela ao mesmo tempo interno e externo.

Shantz and Hartup (1992) afirmam que divergências e oposições são inevitáveis em situações de interações pessoais, especialmente se tais interações são frequentes. Segundo esses autores, “pessoas diferem no que acreditam, no que elas sabem, e o que elas pensam que poderiam fazer e como, assim como o que elas fazem, e estas diferenças trazem conflitos com outros limites ocorridos”. Talvez seja por essa razão que Rocheblave-Spenlé (1974) acredite que o conflito esteja subjacente em numerosos fenômenos psicológicos, e que dessa forma faça parte da natureza humana. Mas, então, se até agora as concepções sobre conflito estão relacionadas à noção de choque, antagonismo e diferenças, pode-se concluir que seja uma condição não bem-vinda no desenvolvimento humano? Parafraseando a questão de Shantz and Hartup (1992, p. 2): pode o conflito ter efeitos benéficos no desenvolvimento psicológico e social? Os autores seguem dizendo:

[...] o conflito tem sido amplamente reconhecido como uma força central na mudança desenvolvimental, para ambos os lados, favorável e desfavorável.

Atualmente não tem outro fenômeno singular que faça um papel significativo e amplo no desenvolvimento humano, como o conflito o faz. Muitas funções diferentes (cognição, cognição social, emoções, e relações sociais) estão sendo formadas e/ou transformadas pelo conflito.

Vinha (2000) afirma que o conflito é normalmente visto como negativo e pernicioso. A autora, embasada numa visão construtivista, lembra que Piaget concebe tanto o conflito que ocorre no interior do sujeito (intra-individual) quanto o que ocorre entre indivíduos (interindividual) como necessários ao desenvolvimento. Vinha (2000) explica que através do processo de equilíbrio ou auto-regulação (responsável pela construção de todo o conhecimento), os conflitos internos e externos levam o sujeito a buscar uma nova ordem interna e possibilitam uma nova ordem externa. A autora concebe as discussões e os conflitos como positivos, da mesma forma que Shantz and Hartup (1992), mesmo que desgastantes, já que só pode haver trocas de pontos de vista a partir da interação social. Em concordância com esses autores, DeVries e Zan (1998) afirmam que uma vez que o conflito interindividual pode causar conflito intra-individual, o primeiro é uma fonte importante do progresso cognitivo e moral. Os autores explicam que tal episódio ocorre pelo fato de a pessoa confrontada com os desejos e as idéias dos outros necessitar descentrar-se de sua única perspectiva a fim de levar em consideração a perspectiva do outro. A resolução de conflito de maneira satisfatória requer um trabalho cognitivo em função desse processo de descentração, o que implica operações de reciprocidade e síntese entre contrários. Nesse caso, parece ser necessário em princípio o desenvolvimento cognitivo para que ocorra a descentração crescente e uma evolução na capacidade de coordenar diferentes pontos de vista. Assim sendo, crianças, adolescentes e adultos possuem condições diferentes para a resolução de conflito, já que a criança, por exemplo, só terá condições de realizar as operações de reciprocidade a partir dos sete ou oito anos, ou seja, ao findar a fase do egocentrismo.

Selman (1980) propõe um modelo para avaliação do entendimento interpessoal que reflete no comportamento interpessoal. O autor descreve cinco estágios de desenvolvimento do entendimento interpessoal, chamados de “estágios de desenvolvimento de adoção de perspectiva” pelo fato de mostrar a compreensão da capacidade de entender a perspectiva do outro e coordená-la com sua própria opinião. Tais estágios são:

- Estágio 0 (dos três aos seis anos aproximadamente): parece haver uma confusão de relação causal entre experiência psicológica e física; qualquer concepção sobre autoconceito nessa fase é referente ao conceito de um eu

físico. O pensamento social é falho em reconhecer atributos nas outras pessoas. Resolução de conflito baseia-se geralmente na força ou movimento físico.

- Estágio 1 (dos cinco aos nove anos aproximadamente): os motivos são mais claramente vistos como importantes para o entendimento do comportamento, porém é difícil entender que as pessoas possam ter pensamentos e sentimentos contraditórios em relação à mesma situação social. Os conflitos são entendidos como tendo um causador, o que faz com que esse tenha que desfazer ou negar a ação.
- Estágio 2 (dos sete aos doze anos aproximadamente): cada pessoa é vista como um ser capaz de levar em conta as perspectivas do outro. Os conflitos são mais claramente entendidos entre grupos, mais do que simplesmente causados por um grupo. Portanto as resoluções de conflito devem ser geradas a partir do que é satisfatório a cada participante. Na relação entre pai e filho, um bom pai é definido como alguém “sensível” às necessidades psicológicas de seu filho.
- Estágio 3 (aproximadamente início da adolescência): as pessoas são vistas como capazes de terem pensamentos, sentimentos ou motivos misturados em relação ao mesmo objeto, ao mesmo tempo. Mas nesse estágio o indivíduo começa a generalizar demais as características dos aspectos psicológicos das pessoas. Nesse momento o sujeito diferencia os tipos de conflito (menores ou maiores, que podem abalar a base dos relacionamentos) e os percebe como oportunidade para fortalecer a amizade, caso sejam trabalhados adequadamente. Entende-se que bons pais não observam simplesmente o desenvolvimento de seus filhos, mas promovem e cultivam neles os traços de maturidade e competência psicológica.
- Estágio 4 (aproximadamente final da adolescência): emerge um entendimento que sentimentos mistos podem ser psicologicamente integrados para formar qualitativamente emoções distintas. Nesse estágio, o indivíduo faz uma distinção maior entre conflitos interpessoais e conflitos intrapsíquicos. A resolução dos conflitos é também entendida através de tentativas mútuas de introspecção e auto-reflexão.

Os estágios auxiliam a compreensão de como as crianças pensam sobre regras morais, sobre si e os outros, assim como a forma como raciocinam ao se deparar com conflitos

(VINHA, 2003). Para passar de um estágio para outro, existe a necessidade da construção das estruturas pessoais, especialmente as cognitivas, seguidas de conflitos conceituais que levarão ao processo de equilíbrio. Cada equilíbrio resulta de reflexão e de uma nova relação entre idéias pré-existentes e novas. Para Selman (1980), porém, o adolescente e o adulto podem se colocar no ponto de vista de outra pessoa, enquanto as crianças carecem em geral dessa capacidade.

Leme (2004a), nessa mesma direção, alerta para o fato de que os conflitos interpessoais são situações que mobilizam conjuntamente recursos cognitivos e afetivos. Entende-se que seja possível que a pessoa tenha condições cognitivas para resolver um conflito de forma pacífica, mas não o faz em função de dificuldades afetivas. Sastre e Moreno (2002) concordam com essa colocação ao afirmar que a razão e a emoção são as bases em que nos apoiamos para compartilhar relações pessoais equilibradas e satisfatórias. As autoras completam que os sentimentos são o motor que impulsiona a ação.

Del Prette e Del Prette (2005) afirmam que existem cinco componentes mais comumente citados na literatura referentes às emoções: acontecimentos precipitadores, avaliação, mudanças fisiológicas, tendência para a expressão, ação e regulação. Os autores afirmam que as reações fisiológicas que caracterizam o estado emocional e que estão associadas a interpretações sobre o valor do evento que desencadearam essas respostas medeiam a expressão emocional e as ações e, dessa forma, a maneira com que uma pessoa resolve um conflito interpessoal.

Damáσιο (1996) foi um dos pioneiros a confirmar a relação indissociável entre razão e emoção, ou seja, cognição e afeto, que apontamos como recursos mobilizados em situações de conflito. O autor sustenta a partir de estudos empíricos que os sentimentos exercem uma forte influência sobre a razão e que os sistemas cerebrais necessários aos primeiros se encontram associados aos sistemas necessários ao segundo e que esses sistemas específicos estão interligados com os que regulam o corpo. Para o autor, as emoções são um conjunto de mudanças que se produzem no estado corporal, induzidas por terminais de neurônios situados em diferentes órgãos do corpo e que são controlados por determinadas áreas do sistema cerebral que respondem ao conteúdo dos pensamentos do sujeito, enquanto o sentimento é o processo de viver essa emoção.

Damáσιο (1996) realizou estudos em pacientes com lesões cerebrais que dentre outros aspectos reconheciam meios eficazes de resolver conflitos sociais, mas que eram incapazes de escolher pela sua aplicação na vida real. Ficou constatado em seus estudos que as lesões haviam comprometido a área de associação responsável pelas emoções e sentimentos, o que

leva à implicação de que existe um elo indissociável entre o âmbito cognitivo e o afetivo responsável pelo comando do corpo e conseqüentemente dos comportamentos. Tal fato reafirma a compreensão de que a condição cognitiva é necessária, mas insuficiente para explicar a melhor solução de conflito, já que não basta a capacidade de coordenar diferentes pontos de vista, sendo necessária também a capacidade de regular as emoções. Considerando os aspectos discutidos, assim como Leme (2004a, p. 367), compreendemos os conflitos interpessoais:

[...] como situações de interação social, desacordo, frustração, etc., e que são, portanto, desencadeadores de afeto negativo, podem ser resolvidos de maneira violenta ou pacífica, dependendo justamente dos recursos cognitivos e afetivos dos envolvidos, e dos contextos sociais em que ocorrem.

Para essa definição sobre conflitos interpessoais, que será utilizada como direção do presente estudo, outro ponto que parece indissociável da cognição e do afeto é a cultura, que está relacionada ao contexto social onde o conflito ocorre. Diversos teóricos têm se esforçado em definir tal termo. Stenberg (2004, p. 325) define cultura como “um conjunto de atitudes, valores, crenças e comportamentos compartilhados por um grupo de pessoas, comunicados por uma geração para a próxima, via linguagem e alguns outros meios de comunicação”. O autor complementa que o termo vem sendo usado para diversos fins, tais como descrição que caracteriza uma cultura, historicamente para descrever a tradição de um grupo, normativamente para descrever regras e normas de um grupo, psicologicamente para enfatizar como um grupo aprende e resolve problemas, estruturalmente para enfatizar a organização de elementos de uma cultura, e geralmente para descrever origens culturais. Outras definições enfatizam a função psicológica em contextos culturais, ou seja, a ação simbólica e os significados que delineiam os fenômenos culturais. Para esses autores a cultura pode ser vista como “um sistema de padrões de ações simbólicas que é construído e comum ao grupo de pessoas, através do qual organizam suas experiências, criam realidades e dão significado à vida por meio dela e a perpetuam de uma geração a outra” (RAEFF, 1997; LEME, 2003).

Bruner (1997), um teórico que adota a perspectiva cognitiva-cultural, afirma que a cultura parece ser uma rede compartilhada de “representações” comunitárias. Verifica-se tal fato, pois vivemos como espécie inserida nessa rede e na natureza, procurando nos adaptar ao meio ambiente e buscando significado para as coisas, os atos, os acontecimentos. Além disso, não só representamos o mundo em nossas mentes (repletas de significados), mas respondemos com sensibilidade ao modo como esse mundo é representado nas mentes dos outros. De forma

intrigante, o conhecimento armazenado, repleto de informações, e as formas de pensar a respeito dessas, fazem com que as crenças e os valores passem a moldar a mente dos indivíduos. Exemplificando essa afirmação, Leme (2003) coloca que em determinadas culturas, como a norte-americana, por exemplo, as pessoas vêem a si mesmas como eficazes e independentes, enquanto na cultura oriental o “si mesmo” é definido como interdependente e ajustado aos outros. Isso faz com que a primeira construa seu bem-estar independentemente dos outros e a segunda, de forma interdependente.

Raeff (1997) considera a cultura como um conceito dinâmico e constante; da mesma forma que os indivíduos compartilham significados culturais, a cultura é construída, aprovada, reprovada e transformada quando indivíduos negociam significados comuns através das interações sociais. Portanto Bruner (1997) afirma que embora a mente crie a cultura, a cultura também cria a mente. A cultura nessa perspectiva passa a atribuir restrições de como a mente funciona e até mesmo sobre o tipo de problemas que somos capazes de resolver.

Em suma, os conflitos serão compreendidos neste estudo como uma condição positiva, uma vez que se caracterizam como uma oportunidade de desenvolvimento humano. São divididos entre conflitos intrapessoais (ocorrem no interior do sujeito) e interpessoais (ocorrem em situações de interação entre um ou mais protagonistas), mas acreditamos que ambos acessem aspectos e conflitos internos, apesar de nosso foco estar relacionado aos conflitos interpessoais. A resolução de um conflito envolve o âmbito cognitivo, visto que o sujeito necessita ser capaz de colocar-se no lugar do outro e coordenar com sua própria perspectiva. Também envolve o âmbito afetivo, já que a capacidade de se colocar no lugar do outro parece ser insuficiente para que uma pessoa possa escolher resolver um conflito de forma pacífica, o que enfatiza o papel do gerenciamento das emoções. Além disso, envolve o âmbito cultural, que oferece significado às situações sociais, influenciando, assim, o pensamento do sujeito sobre a situação e sobre sua reação emocional. De fato, tanto a cognição quanto a cultura e o afeto parecem ser aspectos indissociáveis das ações humanas, portanto do estilo de resolução de conflitos interpessoais.

2.1 ESTILOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Deluty (1979) considera que haja três tipos de tendências ou estratégias de resolução de conflitos interpessoais: agressivo, submisso e assertivo. O comportamento agressivo

caracteriza-se pelo enfrentamento da situação de conflito interpessoal, apelando para formas de coerção, como violência ou desrespeito ao direito e à opinião alheia. O comportamento assertivo também envolve enfrentamento da situação de conflito, porém sem qualquer tipo de coerção. Envolve comportamentos explícitos de defesa dos próprios direitos, mas levando em conta os sentimentos e direitos dos outros (DELUTY, 1981). Logo o comportamento submisso caracteriza-se pelo não enfrentamento de uma situação, por meio de fuga ou esquiva, e considera os direitos e sentimentos dos outros em detrimento dos próprios.

Outros estudiosos como Del Prette e Del Prette (2005) consideram tais comportamentos como estilos de desempenho social, ou seja, indicativos de uma habilidade social, que é uma classe de comportamentos aprendidos. Os autores da mesma forma indicam três estilos de desempenho social: reações não habilidosas passivas, reações não habilidosas ativas e reações habilidosas. As reações não habilidosas passivas são os comportamentos apresentados pela pessoa para lidar com as demandas interativas do seu ambiente que comprometem sua competência social por expressarem-se predominantemente na forma encoberta de incômodo, mágoa, ressentimento, ansiedade e/ou por meio de esquiva ou fuga das demandas interpessoais em vez do enfrentamento. As reações não-habilidosas ativas são as reações apresentadas pela pessoa para lidar com as demandas interativas do seu ambiente, que comprometem sua competência social por se expressarem predominantemente na forma de agressividade física ou verbal, negativismo, ironia, autoritarismo e coerção. Por fim, a reação habilidosa é o comportamento apresentado pela pessoa para lidar com as demandas interativas do seu ambiente e que contribui para a competência social por sua coerência entre componentes abertos e encobertos, adequação às demandas e conseqüências obtidas. É a chamada reação assertiva (DELUTY, 1979; DEL PRETTE, DEL PRETTE, 2005).

Na base do conceito de assertividade encontra-se a noção de igualdade de direitos e deveres, de legitimidade dos comportamentos voltados para reivindicação e defesa desses direitos, de respeito e dignidade da pessoa humana. Del Prette e Del Prette (2005), ao tratar de habilidades sociais na infância, afirmam que quando a criança apresenta uma dessas três classes em várias situações e contextos, pode-se falar em “estilos”; o fato de uma criança apresentar um estilo não significa que em todas as situações se comportará de acordo com ele, e muito menos que não os possa mudar. Os autores acreditam que tais estilos dependam das condições ambientais e da oportunidade de aperfeiçoamento do repertório social da pessoa. Apesar disso, assim como outros autores que tratam de conflitos interpessoais, Del Prette e Del Prette (2005) compreendem como pré-requisito para o exercício da assertividade a condição de pensar considerando a reciprocidade.

Para os teóricos interacionistas, os estilos agressivos, submissos e assertivos seriam resultado da interação entre o meio e o sujeito. Como afirma Leme (2004a), as condutas de resolução de conflito são aprendidas com os modelos, como pais e professores, assim como o envolvimento ativo do indivíduo na interpretação dos significados das experiências, que é influenciado pelos valores da cultura. A autora afirma que o comportamento assertivo - que é o mais desejável em função de considerar os próprios direitos, sentimentos e idéias sem com isso ferir os alheios - pode ser considerado como mais evoluído pelas coordenações cognitivo-afetivas que demanda. Nessa mesma direção, Tognetta (2003) afirma que a criança tem a necessidade de, na relação com os outros, ter a oportunidade de construir cada vez mais seu lado afetivo pela expressão e manifestação dos sentimentos e que essa condição lhe permitirá a compreensão de si mesma e o autocontrole, ou seja, as condutas das pessoas nas relações interpessoais estão intimamente relacionadas à forma como elas se relacionam com seus aspectos afetivos. Concordamos com as autoras que as pessoas utilizam-se mais freqüentemente de condutas que consideram a si próprias ou ao outro, ou ainda a ambos, dependendo do que se vivencia e do significado atribuído.

Existem muitos estudos sobre os diferentes estilos de agir em situações de conflito, uma vez que algumas maneiras não colaboram para uma resolução pacífica e justa, como os estilos agressivo e submisso.

Partindo dessa concepção, vê-se como necessária uma discussão mais detalhada dos aspectos relacionados ao assunto, como conceitualização e variáveis relacionadas, considerando cada estilo de resolução de conflito. Iniciaremos pela agressividade, sobre a qual se encontra uma variedade maior de estudos.

2.1.1 Agressividade

Ao tratar da tendência agressiva, a primeira polêmica com que nos deparamos tem relação com a definição do conceito. Leme (2004a) observou que uma ampla gama de comportamentos são considerados agressivos, variando do extremo ataque físico até as formas mais veladas, como a maledicência.

Biaggio (1988) afirma que alguns teóricos adotaram o critério de “objetivo de causar dano” como essencial à caracterização da agressão. A autora esclarece que esse critério

utilizado por inúmeros autores advém de uma das definições tradicionais de agressão, para a qual “agressão é qualquer seqüência de comportamentos, cujo objetivo é causar dano à pessoa a quem é dirigida” (DOLLARD; DOOB; MILLER; MOWRE; SEARS, 1939). Tal definição sofreu muitas críticas por considerar a agressão um ato que tem finalidade apenas de infligir prejuízo. Dessa forma, como se explicariam as situações em que o outro foi prejudicado, embora aquele que provocou o prejuízo não tivesse a intenção de causar dano? Assim, outros estudiosos sobre a agressão tentaram solucionar a questão, dividindo-a em dois tipos: agressão instrumental e agressão hostil (BIAGGIO, 1988). A agressão instrumental é considerada aquela cujo objetivo seria obter recompensas extrínsecas, e não propriamente causar um dano à vítima. Nesse caso, uma pessoa pode agredir para pegar o que está em posse do outro, mas a intenção inicial não era causar dano ao outro. Já a agressividade hostil é aquela que tem única e exclusivamente o objetivo de causar sofrimento ao outro. A autora alerta para o fato de que essa distinção entre ambos os tipos de agressividade é bastante sutil, já que a agressão hostil sempre trará outras implicações além do sofrimento da vítima, por exemplo, o sentimento de poder sobre as pessoas. Além disso, o critério de intencionalidade pode apresentar problemas por estar sujeito à contaminação do juízo moral do observador (LEME, 2004a).

Fariz; Mias; Moura (2005) afirmam que a agressividade é própria dos seres vivos e que possui uma natureza multidimensional e complexa. Esses autores concluem que o conceito de agressão corresponde a um leque de expressões comportamentais de intensidade variável, incluindo componentes verbais e não verbais, físicos e psicológicos, com a finalidade de conseguir qualquer propósito no curso de qualquer interação social. Sendo assim, tanto um pequeno empurrão como um espancamento (que são atos de intensidades diferentes e com componentes físicos) fazem parte do conceito de agressão, da mesma forma como o comportamento de gritar (conduta verbal) ou um olhar com expressão de desprezo ao próximo (conduta não verbal e com componente psicológico), que tenha a intenção de provocar dano ou apenas como meio para conseguir algo que se busca.

Leme (2004a) aponta uma importante distinção entre as formas de agressão: furtiva e explícita. A furtiva diz respeito a atos disfarçados, ocultos e dissimulados que provocam dano ao próximo e que normalmente estão relacionados a comportamentos como furto, roubo, vandalismo, fraude e outras formas de desrespeito à propriedade. Um exemplo desse tipo de agressão furtiva que vem sendo estudado atualmente na comunidade científica é o chamado fenômeno *bullying*, que se caracteriza por um processo de intimidação em que uma pessoa ou um grupo pratica ações agressivas, intencionais e repetitivas contra outro (TOGNETTA,

2005a). Consideramos esse tipo de agressão furtiva, pois aquele que agride provoca o dano, de forma dissimulada e oculta, das figuras de autoridade, sendo as vítimas submissas em relação à ação do agressor por medo. Já a agressão explícita envolve provocações seguidas de brigas físicas, podendo evoluir para delitos muito graves como estupro, ataque, entre outros.

Leme (2004a) discute o fato de as agressões explícitas estarem mais freqüentemente relacionadas à dificuldade do agressor em encontrar alternativas não agressivas para conflitos interpessoais, enquanto a agressão furtiva costuma estar mais freqüentemente associada a castigos físicos muito severos na família, assim como à ausência de ações dirigidas a valores como honestidade e respeito à propriedade alheia por parte dos pais no processo de socialização. É importante salientar que as duas formas de agressividade não se excluem, havendo pessoas que apresentam os dois tipos de comportamento.

Concluídas as considerações sobre o significado do conceito de agressividade e os tipos de condutas consideradas agressivas no presente estudo, passamos a outra questão também polêmica: as perspectivas teóricas acerca da agressividade.

2.2.1.1 Perspectivas teóricas do estilo agressivo

As primeiras teorias psicológicas procuravam explicar o comportamento humano em termos de forças instintivas; na época em que tais teorias estavam em voga, muitos autores acreditavam que o ser humano tivesse uma natureza agressiva (BIAGGIO, 1988). Freud, o primeiro representante desse enfoque, considerou a agressão como um instinto de morte e de destruição em contraponto ao instinto de vida, que compreende o instinto sexual. Segundo Biaggio (1988), parte dos psicanalistas atuais considera a agressão como um impulso instintivo, rejeitando, porém, a idéia de um instinto de morte autodirigido. Da mesma forma, o maior problema dessa perspectiva teórica é o fato de não se poder comprovar empiricamente a existência de um instinto inato (sistema gerador de energia) de agressão.

Outros modelos ainda se baseiam na importância da frustração na geração da agressão, já que se observa uma maior freqüência de agressividade em pessoas que cresceram sob condições constantes de frustração. De acordo com essas teorias, os homens são motivados a se comportar de maneira agressiva por um *drive* produzido pela frustração e não mais por uma força agressiva inata (BIAGGIO, 1988). A hipótese da frustração-agressão também foi muito criticada, já que estudos em diversas culturas demonstraram que nem sempre a agressão

precedia a frustração; no caso das crianças menores, elas tendiam mais à regressão do que à agressão quando frustradas. Os estudos sobre essa perspectiva vêm concluindo que a frustração é uma condição facilitadora, mas não suficiente para justificar a agressividade (FARIZ et al, 2005).

Na perspectiva da aprendizagem social, o comportamento agressivo é considerado aprendido a partir da observação, seguindo um processo de modelação. Bandura, representante da teoria cognitivo-social, explica a agressividade a partir da interação entre o comportamento, as cognições e as conseqüências do ambiente (FARIZ et al., 2005). Nessa visão, o meio produz a agressividade: uma pessoa que teve modelos agressivos e foi reforçada pelos comportamentos agressivos provavelmente será agressiva. Diversos estudos nessa área mostraram que a exposição da criança a modelos agressivos na televisão produzia um aumento de comportamentos agressivos, resultante da imitação. Nessa mesma direção, estudos longitudinais demonstraram que a maior exposição e a preferência de crianças de oito anos por programas agressivos na televisão estavam diretamente relacionadas a comportamentos delinquentes aos dezoito anos (BIAGGIO, 1988).

Vários estudos que têm como base a Teoria da Aprendizagem Social destacam a influência do modelo familiar na formação do estilo agressivo de resolução de conflito. Como já foi destacado em capítulos anteriores, o estilo parental vem sendo relacionado a diferentes estilos de resolução de conflito. Reppord, Pacheco e Hutz (2005) afirmam que os pais ao agirem de forma agressiva para modificar as condutas indesejadas dos filhos estariam inadvertidamente apresentando um protótipo de comportamento que demonstra aos filhos a efetividade dos atos agressivos na obtenção de resultados desejados. Ou seja, a agressividade, que é uma conduta coercitiva, realmente costuma produzir resultados no controle do comportamento do filho, já que a agressão por parte dos pais gera medo nos filhos por advir da autoridade do mais forte, daquele do qual a criança depende. No entanto, quando aquele que foi agredido estiver numa posição de autoridade, ou mesmo de igualdade, mas buscando sentir-se mais forte, tenderá a utilizar estratégias agressivas. Resultados de diversos estudos evidenciam que vítimas de agressões constantes na infância, caracterizadas como violência doméstica, tendem a tornarem-se adolescentes agressivos ou futuros agressores de seus familiares (AZEVEDO, GUERRA, 1995; MENEGUEL, GIUGLIANI, FALCETO, 1998) embora existam estudos que demonstrem o contrário (BALLIF-SPANVILL, CLAYTON, HENDRIX, 2003).

Tais estudos levam-nos a concluir que o ambiente agressivo é um fator que exerce grande influência na evolução do comportamento agressivo, mas não explica o caso das crianças que tiveram modelos violentos mas nem por isso são agressivas.

Outros estudiosos relacionam o comportamento agressivo à dimensão moral. Uma pesquisa realizada por Astor (1994) teve como objetivo investigar o raciocínio moral de 54 crianças consideradas agressivas e 54 consideradas não agressivas em situações que incluíam agressão física na família e entre pares. Constatou-se que ambos os grupos identificavam e condenavam atos de violência quando não ocorria provocação, porém grande parte do grupo considerado agressivo aprovava tais atos na ocasião de provocação, considerando a reação como defesa. Tognetta (2005b), ao discutir esse estudo, afirma que nesse caso as crianças não diferem na forma como julgam as situações agressivas, mas sim a legitimidade do emprego da agressividade. Concluímos a partir desse estudo que, em muitos casos, reagir agressivamente por se sentir prejudicado é a única forma de resgatar o próprio valor. Tognetta (2005b) reflete que em inúmeros casos de agressividade e violência a criança ou o adolescente necessita: “orgulhar-se por agir de forma violenta, por ter um poder que o outro não dispõe, para, quem sabe, sentir-se um pouco melhor e ter, enfim, uma “boa imagem” diante dos outros”. Na perspectiva moral, a agressividade advém de uma inversão de valores.

Em suma, verificamos que existem diferentes perspectivas teóricas que objetivam explicar o estilo de resolução de conflito agressivo; algumas lançam mão de argumentos psicológicos internos, como a perspectiva psicanalítica, enquanto outras apóiam os motivos puramente ambientais, como a teoria da aprendizagem social. A nossa concepção interacionista não nos permite considerar determinante nenhum desses fatores, mas sim uma das influências possíveis. Além disso, o estilo de resolver conflitos pode estar relacionado a uma multiplicidade de aspectos, o que nos leva a apresentar outras variáveis já estudadas com relação ao assunto.

2.2.1.2. Outras variáveis da agressividade

Outra faceta que pode influenciar o comportamento agressivo e as diferentes formas de resolução de conflito é acrescentada por Leme (2004a). A autora apresenta estudos de diferentes culturas e constata que na cultura norte-americana parece ocorrer uma maior

valorização do estilo assertivo, que será discutido com maiores detalhes posteriormente, já que as pessoas enfatizam um funcionamento psicológico independente. Em contrapartida, nas culturas latinas, orientais e árabes ocorre uma maior valorização da convivência harmônica e solidária com o outro, o que para a autora poderia favorecer maior submissão ou ao menos uma percepção da submissão como algo socialmente desejável. A autora completa (2004a p. 372):

[...] a cultura em que se processa a socialização da criança desempenha um papel fundamental neste aprendizado de resolução de problemas interpessoais, no sentido em que diferentes sistemas de valores expressam diferentes ideais de vidas, que constituem o universo simbólico que dá significado nas interações sociais de um dado grupo.

A idade é outro aspecto que vem sendo estudado na área de agressividade. Leme (2004b) afirma que a agressividade pode surgir de forma precoce, nos anos pré-escolares, ou mais tarde na passagem da infância e da adolescência. A autora afirma que o indivíduo agressivo revela-se depois do período da pré-escola com uma evolução gradual, que se estende por muitos anos, sendo o período mais violento por volta dos dez anos. Leme (2004a) afirma que a agressividade passa a ser menos provável na passagem da infância para a fase adulta, especialmente a do tipo físico, mas que a probabilidade de interrupção é inversamente proporcional à gravidade da transgressão cometida pelo indivíduo. Nos estudos realizados pela autora com crianças de 5^a a 7^a série, ficou constatado o decréscimo do comportamento agressivo entre os meninos, já mais manifestamente agressivo que o das meninas.

O mesmo estudo encontrou diferenças quanto a aspectos relacionados ao gênero dos participantes e aos estilos de resolução de conflito. Leme (2004a) afirma, ao discutir outros estudos, que no período pré-escolar as crianças que até esse período parecem não apresentar diferenças no estilo de resolução de conflito começam a se diferenciar, tendendo os meninos mais à agressividade física do que as meninas. No estudo realizado pela autora verificou-se diferença importante quanto ao estilo de resolução de conflito e gênero: os meninos eram mais propensos ao estilo de solução de conflito agressivo e as meninas ao assertivo. Autores como Leme; Misumi; Nomura; Souza; Vizioli (2001), em estudos sobre a agressividade, também encontraram diferenças entre os gêneros, tendo o masculino maior tendência à agressividade. Outro fator que poderia influenciar o estilo de resolução de conflito é a posição familiar da criança, já que, segundo Leme (2004a), as crianças com irmãos mais velhos são mais desenvolvidas na habilidade cognitivo-social e poderiam inferir melhor sobre intenções alheias.

A partir das perspectivas teóricas sobre a agressividade, apoiamos a idéia de Biaggio (1988) de que considerá-la como um comportamento aprendido ou inato passa a ser uma visão ultrapassada à medida que avançam as pesquisas nessa área. É fato que as pessoas necessitam de um equipamento biológico para realizar um comportamento agressivo fisicamente e também podem ter um modelo para reagir agressivamente, mas acrescenta-se a isso a forma como elas organizam internamente as situações vivenciadas. As pessoas ainda podem aprender a lidar com a agressividade de forma a não causar dano ao próximo, assim como lembra La Taille (1998), para quem a agressividade é um sentimento natural, que faz parte dos sentimentos primários, como a alegria, a dor, a curiosidade e o medo, não sendo ela em si nem boa nem ruim, e sim natural. La Taille (1998) ressalta que a educação e a cultura devem ajudar as pessoas a dosá-la e a canalizá-la para coisas produtivas. A abordagem inspirada no interacionismo reforça a importância de um olhar multidimensional para o comportamento agressivo.

Uma conclusão geral sobre a agressividade é que ela se caracteriza por uma disposição ou tendência a um tipo de reação que causa dano ao outrem, podendo ser de forma intencional ou não, tendo o objetivo no segundo caso de apenas obter recompensas extrínsecas. Um segundo aspecto é que a agressividade inclui uma variedade de comportamentos, incluindo ações físicas ou psicológicas, podendo algumas dessas ser explícitas e outras furtivas, o que torna o conceito complexo. Um terceiro aspecto evidenciado a partir das pesquisas apresentadas é a existência de diferentes perspectivas teóricas que explicam o estilo agressivo de resolver conflitos, sendo a perspectiva interacionista a adotada pelo presente estudo. Por fim, outras variáveis como a idade e o gênero já estiveram positivamente relacionadas ao estilo agressivo em diversos estudos e, portanto, merecem atenção.

Feitas as considerações sobre as pessoas que tendem a reagir agressivamente em situações de interação conflitante, pretendemos debruçar-nos sobre as outras condutas em situações de problemas interpessoais, consideradas não agressivas pelo seu caráter pacífico. Iniciemos pelo estilo submisso.

2.2.2 Submissão

Uma primeira questão com que nos deparamos ao revisar os estudos sobre estilos de resolução de conflito diz respeito à denominação de um dos estilos não violentos. O estilo de resolução de conflito interpessoais em que o próprio direito, opinião e sentimentos são desconsiderados em favor do outro é chamado por muitos autores de passivo (MONJAS, CABALLO, 2005; DEL PRETTE, DEL PRETTE, 2005), enquanto outros o denominam de submisso (DELUTY, 1979; LEME, 2004a). Apesar de, na psicologia, a denominação do comportamento passivo ou submisso ser utilizada em condições iguais, ou seja, quando a pessoa evita o enfrentamento de algumas situações, utilizaremos o termo submisso em nosso estudo. Perante a nossa concepção, a passividade assemelha-se mais à inatividade, à inércia e à indiferença, enquanto a submissão diz respeito à obediência, à sujeição, à subordinação, ou seja, a um processo que a nosso ver implica uma ação interna a fim de resguardar e calar os próprios direitos, opiniões e sentimentos, privilegiando os dos outros. Portanto denominaremos “submissão” para o estilo de resolução de conflito que privilegia o outro em detrimento de si mesmo.

Diversos autores apontam o comportamento submisso como sendo um comportamento de fuga ou esquiva das situações de conflito, já que ocorre um não enfrentamento (MONJAS, CABALLO, 2005; LEME, 2004a). É muito comum pessoas que se comportam dessa maneira afirmarem que preferem “deixar quieto a arrumar confusão” ou que não gostam de briga e preferem ser amigos de todos. Leme (2004a) alerta que em muitos casos a pessoa nega a ocorrência de um conflito, muitas vezes justificando que não se expressar não lhe causa qualquer dano, nem mesmo à sua auto-estima.

Del Prette e Del Prette (1999) fazem uma síntese das principais características das pessoas com esse estilo não agressivo:

- Emocionalmente inibidas na expressão de sentimentos negativos;
- Muito raramente atingem os objetivos e usualmente os sacrificam para manter a relação;
- Quase sempre concordam com o grupo;
- Não defendem os próprios direitos, mas respeitam os direitos alheios;
- Indecisas nas escolhas, submetem-se a opiniões alheias;
- Desvalorizam-se;

- Produzem uma imagem negativa de si.

Os autores, assim como Monjas; Caballo (2005), acrescentam a essas características comportamentos não verbais, como evitação de contato visual, tom de voz baixa, assim como perturbação da fala em situações de conflito. Tais condutas realmente ocorrem em muitas pessoas de estilo submisso, mas muitas outras pessoas com tal estilo podem não apresentar tais comportamentos não verbais, e em situações de conflito freqüentemente abdicam de seus direitos para outrem, o que parece ser característica freqüente do estilo submisso.

Assim como no estilo de resolução de conflito agressivo, pretendíamos fazer uma discussão mais ampla dos motivos que podem levar uma pessoa a agir mais freqüentemente de forma submissa nas relações interpessoais, mas deparamo-nos com a escassez de estudos sobre a questão. Outros estudos nos sinalizam para alguns indicativos das causas do estilo submisso que iremos apresentar.

Del Prette e Del Prette (2005) acreditam que o sujeito tem uma ação submissa porque não foi treinado para lidar com situações de conflito, de forma a não se prejudicar e prejudicar ao próximo. Os autores alertam que o comportamento submisso, por não envolver confronto, pode ser visto erroneamente como mais adaptativo e desejável socialmente (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1999) e, dessa forma, ser mais estimulado na infância e na adolescência por pais e educadores. Nessa mesma direção, se durante a infância a criança é punida ao expressar seus sentimentos, idéias e direitos (lembrando que na fase do egocentrismo a criança tem dificuldade de compreender o direito do outro), ela tenderá à submissão em função do medo da consequência. Leme (2004a) lembra que muitas vezes o comportamento submisso é motivado simplesmente pelo medo do confronto. A autora ao discutir possíveis motivos do estilo submisso afirma que tanto a criança agressiva como a submissa sabem que seu comportamento é inadequado na solução de conflito, mas têm dificuldade em considerar respostas não agressivas e não submissas para resolver esse tipo de problema, como se as soluções possíveis se resumissem à luta ou à fuga, sem alternativa intermediária. Nessa visão, a pessoa não aprendeu a expressar-se adequadamente ou aprendeu a não se expressar.

Outros estudos apontam para a relação entre o estilo passivo e o desenvolvimento moral. Vinha (2003) pesquisou se o ambiente escolar influencia a maneira como os alunos se relacionam e lidam com seus conflitos interpessoais, bem como o modo como interpretam e resolvem conflitos hipotéticos. Participaram do estudo duas classes de escolas públicas: uma caracterizada por relações autocráticas e a outra por relações democráticas. São denominadas relações autocráticas aquelas em que o professor centraliza as decisões, determina o que pode

ou não ser feito, resolve os problemas e impõe as normas. Já nas classes caracterizadas por relações democráticas, a elaboração de regras é realizada pelo grupo e o professor possui o papel de mediador. A autora verificou que as crianças da classe autocrática emitiam respostas caracterizadas por obediência submissa a situações de conflito interpessoal hipotético, enquanto as crianças da classe cooperativa utilizavam-se mais de estratégias de persuasão e de explicação e da coordenação dos atos com os sentimentos. Da mesma forma que no estilo agressivo, o submisso parece nesse caso estar relacionado ao respeito unilateral do professor para os alunos: o professor impõe regras, pune no caso de transgressão e funciona como juiz nos conflitos entre as crianças. O estudo constatou que as ações do educador estavam impedindo que as crianças do ambiente autocrático evoluíssem no entendimento interpessoal quando comparadas às crianças da classe cooperativa, em que a educadora minimizava sua autoridade e compreendia os conflitos como oportunidades para que as crianças construíssem formas mais apropriadas de se relacionar mutuamente. O estudo da autora leva à conclusão de que o comportamento submisso pode ser uma das conseqüências para a criança que convive com figuras de autoridade que restringem às interações entre pares e que constroem um ambiente coercitivo.

Caetano (2005) estudou o conceito de obediência na relação entre pais e filhos e constatou em uma de suas investigações que os pais não desejam que seus filhos se tornem submissos e obedientes, apesar do tipo de educação autoritária que na maioria das vezes os pais vivenciaram na sua própria infância. Em função disso, baseavam suas intervenções com os filhos em ações menos coercitivas que as da sua própria infância, ainda que se caracterizassem por punições que levam à submissão e não colaboram para a autonomia moral da criança. No estudo de Caetano, a maioria dos pais considera importante que as crianças obedeçam, ou seja, submetam-se às regras impostas pelas figuras de autoridade, na medida em que afirmam que quando a desobediência ocorre é necessário usar artifícios para que a criança perceba quem manda na relação. Assim, esses estudos justificam o comportamento de uma parcela de pessoas submissas que, a partir de suas interações na infância e na adolescência, foram coagidas a regras externas impostas.

Como já foi discutido em relação à agressividade, a cultura é apontada por Leme (2004a, 2006a) como um dos fatores que influenciam o estilo de resolução de conflito, tendendo, portanto, as culturas latinas, orientais e árabes mais à submissão. Evidência disso é que, em um dos estudos da autora com uma amostra de crianças de oito a doze anos, a média de tendência à submissão foi maior na amostra brasileira quando comparada a de uma amostra americana (DELUTY, 1979). O fator gênero e submissão também foram aspectos estudados

por Leme (2004a e 2006a), que encontrou em sua pesquisa que, apesar de os meninos tenderem inicialmente à escolha de soluções de conflito agressivas, eles tornam-se progressivamente mais submissos com o avanço da escolaridade.

Apesar dos estudos restritos sobre a submissão, podemos assumir que a pessoa submissa seja aquela que desconsidera os seus direitos, opiniões e sentimentos em favor do outro envolvido no conflito. Caracteriza-se pelo não enfrentamento do problema, o que lhe acarreta conseqüências danosas. Fato que nos chama a atenção é que as pessoas que usam estratégias submissas podem ter uma imagem negativa de si, assim como pode ocorrer com aquela que reage agressivamente. Os estudos apresentados sobre as diferentes perspectivas teóricas relacionadas à tendência submissa apontam em diferentes direções, assim como em relação ao estilo agressivo. Concluímos que o meio (a família e a escola) assim como a interação do sujeito com ele, através do significado que a pessoa atribui a si mesma, à vida e às pessoas que a cercam, contribuem para a formação do estilo submisso, da mesma forma que o agressivo. O caráter assimétrico do estilo submisso e do estilo agressivo desperta-nos o interesse por outra tendência mais adequada a todos os envolvidos: o estilo assertivo.

2.2.3 Assertividade

O terceiro e último estilo de resolução de conflito interpessoais que pretendemos apresentar, denominado de assertivo, é também uma forma não violenta de comportamento nas situações de conflito que inclui a consideração dos próprios direitos e dos direitos do próximo. Compreende também o ouvir e o falar, pois ao mesmo tempo em que o sujeito assertivo considera as idéias, sentimentos e argumentos de todos os envolvidos em um conflito, ele expressa-se de forma a esclarecer suas idéias, sentimentos e argumentos. Um dos componentes essenciais do estilo assertivo que o torna admirável é a forma pacífica e não agressiva com que as pessoas de estilo assertivo enfrentam conflitos.

A palavra assertividade advém do vocábulo asserção que significa afirmação, alegação e argumentação. Del Prette e Del Prette (1999) afirmam que o termo foi cunhado por Wolpe e Lazarus, tendo havido, a partir de 1970, uma difusão do que foi chamado de treinamento assertivo, que visava preparar as pessoas para uma melhor comunicação e expressão nos relacionamentos interpessoais.

Deluty (1981) compreende o comportamento assertivo pelo enfrentamento de situações de conflito, evidenciando uma atitude explícita de defesa dos próprios direitos e opiniões, sem, contudo, apelar para qualquer forma de coerção, como violência ou desrespeito ao direito e à opinião dos outros. Del Prette e Del Prette (2005) definem a assertividade como “uma classe de habilidades sociais de enfrentamento de situações que envolvem risco de reações indesejáveis do interlocutor, envolvendo controle de ansiedade e expressão apropriada de sentimentos, desejos e opiniões. Ela implica tanto a superação da passividade quanto o autocontrole da agressividade e de outras reações não habilidosas”. Na definição de assertividade trazida pelos autores fica evidente pelo menos dois aspectos: a assertividade para eles é aprendida no meio e caracteriza-se por um estilo que propõe uma conduta equilibrada entre dois extremos, o desrespeito pelo outro e o desrespeito por si mesmo.

Lange; Jakubowski (1976) identificam cinco tipos de assertividade. A primeira os autores identificam como asserção básica, que ocorre quando as pessoas afirmam direitos pessoais, crenças e opiniões. A segunda chamada de asserção empática ocorre quando a pessoa antes de colocar sua afirmação assertiva, coloca o reconhecimento da situação ou sentimento do outro. Outro tipo de comportamento assertivo foi denominado pelos autores de asserção crescente e ocorre quando a pessoa busca inicialmente a resposta assertiva mínima e aumenta o grau de assertividade apenas se as anteriores não funcionam. Os autores chamaram asserção de confronto quando se explica ao outro que ele se comportou de forma contrária à que se comprometeu. O último tipo é chamado de asserção no uso do “eu” ou do “nós”: a pessoa utiliza o “eu” para descrever o próprio comportamento e sentimento em relação ao comportamento do seu interlocutor, ou usa o “nós” para sinalizar a necessidade de alterar conjuntamente uma situação que afeta a ambos.

Relacionado ao comportamento assertivo, Falcone (2001) afirma que ele se diferencia do comportamento agressivo e do submisso tanto nos componentes verbais como nos não verbais. Alguns dos componentes verbais do comportamento assertivo segundo a autora seriam: a consideração pelos desejos de outra pessoa e pelos próprios desejos através de uma posição conciliatória, que beneficie parcialmente ambas as partes e expresse expectativas, desejos e sentimentos de forma direta. Já os componentes não verbais do comportamento assertivo manifestam-se através do contato visual direto, nível de voz compatível com o de uma conversação, fala fluida e respostas diretas às situações. A afirmação da autora sobre a necessidade de se atentar para componentes não verbais para considerar o estilo de resolução de conflito interpessoal parece merecer atenção, já que, no dia-a-dia, observamos pessoas que

expressam idéias e sentimentos de forma a não agredir o próximo, mas que são interpretadas como agressivas devido ao tom de voz ou à forma de olhar, por exemplo.

A partir dos componentes destacados até agora sobre o estilo assertivo de resolução de conflito, conclui-se que ele é a melhor alternativa para resolução de conflito interpessoal. A questão que nos fazemos é: quais os motivos que levam uma pessoa a adotar um estilo assertivo de resolução de conflito enquanto outras adotam estilo submisso ou agressivo?

Não intentamos retomar possibilidades já discutidas no estilo agressivo e submisso. Mas de forma sucinta, o modelo das habilidades sociais enfatiza o papel da aprendizagem na aquisição desse estilo de resolução de conflito; o modelo cognitivo cultural enfatiza que a forma como se interpreta um conflito e a sua solução são influenciadas pela cultura em que ocorre a aprendizagem, e a psicologia moral diria possivelmente que o estilo assertivo resulta da formação da personalidade autônoma, em que ocorre uma evolução do entendimento interpessoal que advém da aprendizagem da interação entre pares e de relações de respeito mútuo.

Um dado que merece destaque no estilo assertivo, ou seja, na expressão pacífica de direitos, idéias e sentimentos, refere-se à possibilidade de ser desenvolvida. Um primeiro aspecto que refletiremos diz respeito aos sentimentos. Parece-nos que grande parte das pessoas não sabe identificar sentimentos em si mesmo, e muitas nem ao menos denominar sentimentos e distingui-los uns dos outros. Pois como pode uma pessoa ser assertiva sem ter claro o que está sentindo? Talvez esse seja um indicativo de que algumas pessoas evidenciem de forma inapropriada o que sentem. Tognetta (2003) explica que quando o bebê nasce, ele não consegue distinguir sensações de sentimentos; isto só irá ocorrer nas trocas que a criança estabelece com o meio. Se o meio não for propício, o reconhecimento e a expressão dos sentimentos tenderão a uma evolução restrita. A autora completa que quem reconhece os próprios sentimentos, o que lhe causa tristeza, o que lhe causa alegria, tem condições de construir a idéia do que as pessoas possam sentir. Nesse caso, se as pessoas são levadas a reconhecer os próprios sentimentos, a falar sobre eles e a serem ouvidas, terão maiores condições de antecipar o que o outro está sentindo antes de reagir numa situação de conflito e de ouvir e compreender o sentimento alheio. Em suma, educar-se para o reconhecimento e para a expressão adequada dos sentimentos parece ser condição imprescindível para o estilo assertivo. Tognetta (2003) propõe jogos e atividades em grupo que oferecem a oportunidade da educação de sentimentos, assim como Sastre e Moreno (2002).

A proposta de Sastre e Moreno (2002) para a aprendizagem de resolução de conflitos interpessoais baseia-se inicialmente na conscientização dos próprios estados emocionais, ou

seja, o conhecimento dos sentimentos e emoções. Para Ortony; Clore; Collins (1996), a emoção que uma pessoa experimenta diante de uma dada situação é determinada pela maneira como a pessoa interpreta tal situação. Por isso, muitos conflitos interpessoais estão acompanhados de sentimentos que constituem em muitas ocasiões a própria causa do conflito. Portanto, após conscientizar-se sobre as próprias emoções, Sastre e Moreno (2002) afirmam que na ocasião de conflitos é importante indagar-se sobre a origem do problema, considerar os sentimentos das outras pessoas envolvidas, refletir sobre as possíveis soluções, analisar os aspectos positivos e negativos de cada possível solução e por fim tomar a decisão. Parece-nos evidente que tanto a inteligência e a cognição quanto o campo das emoções e das relações interpessoais necessitam de oportunidades no meio para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Na mesma direção que Tognetta (2003) e Sastre e Moreno (2002), Del Prette e Del Prette (2005) propõem um trabalho com crianças relativo ao reconhecimento e à expressão de sentimentos. Os autores completam que experimentar uma emoção nem sempre significa expressá-la e, no nosso ver, expressá-la nem sempre significa fazê-lo da melhor forma.

Del Prette e Del Prette (2005) acrescentam outro aspecto nos exercícios destinados a desenvolver a assertividade que diz respeito à compreensão de direitos e deveres básicos das pessoas. Para tal, os autores propõem vivências que possibilitem à criança se colocar no lugar do outro, ou seja, pensar de forma recíproca sobre o que é justo para todos.

Ao tratar de problemas e conflitos, Sastre e Moreno (2002) chamam a atenção para o fato de que, mesmo que eles façam parte de situações naturais da vida, em todas as etapas da nossa história, as gerações tiveram de solucionar problemas sem ter o conhecimento claro de suas fontes, e tampouco dispoem de repertórios de atitudes que possibilitassem sair dignamente de uma situação. Em outras palavras, os espaços educacionais raramente incluem trabalhos concretos com os alunos com a finalidade de ensinar a resolver conflitos de forma justa e pacífica. As autoras alertam para o fato de que as atuais matérias curriculares ensinadas no ensino fundamental e médio pouco ou nada contribuem para a resolução de conflitos interpessoais. Estudos descritos por Sastre e Moreno (2002) evidenciam que em situações de conflito poucas pessoas acreditam que a aprendizagem na escola tenha sido útil para ajudá-las na sua resolução. Segundo Sastre e Moreno (2002), violações, suicídios, crimes e agressões não têm comumente como causa a ignorância de matérias curriculares, mas estão associados freqüentemente às incapacidades para resolver problemas interpessoais e sociais de maneira inteligente. As autoras, assim como Del Prette e Del Prette (2005), enfatizam a necessidade de atividades cognitivas (além do afetivo a partir do trabalho com os sentimentos)

para auxiliar as crianças e os adolescentes a descentrarem-se e a agir de forma a considerar as condições de todos os envolvidos nas situações de conflitos.

Compreendemos que o estilo assertivo parece o mais apropriado em situações de conflito em função de dois principais aspectos: 1) considera idéias, sentimentos e argumentos dos outros, assim como os próprios, o que contraria situações de desrespeito e 2) é passível de ser desenvolvido e educado, já que é preciso reconhecer e administrar os próprios sentimentos para poder expressá-los ao outro de forma equilibrada.

Pretendemos destacar de forma mais detalhada as possíveis conseqüências de cada tendência de agir em situações de conflito a fim de fortalecer o que já foi exposto.

2.3 CONSEQÜÊNCIAS DE CADA ESTILO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Um primeiro alerta a ser feito sobre os estilos de resolução de conflito é que devemos evitar atribuir rótulos às pessoas. Ninguém é assertivo, passivo ou submisso sempre e em qualquer situação; quando discutimos os estilos de resolução de conflito estamos nos referindo às mais freqüente adotado por uma pessoa. As pessoas podem agir de formas diferentes, em diferentes situações, com diferentes pessoas e em diferentes momentos de sua vida. O fato é que a forma de resolver um conflito numa dada condição implica maiores danos ou benefícios às partes envolvidas.

O estilo agressivo de resolver conflitos parece trazer danos a ambas as partes. Para o agressor, as implicações são inúmeras e podem ser divididas em internas e externas. Alguns dos efeitos internos são apontados por Monjas; Caballo (2005): auto-imagem pobre, sentimento de culpa, frustração, sentimento de perda de controle, raiva exacerbada e sentimento de solidão. Fica claro que a condição de causar dano ao próximo tem como conseqüência o afastamento das pessoas que cercam a pessoa de estilo agressivo, ou seja, uma conseqüência externa que justifica o sentimento de solidão do agressor, aumento do sentimento de raiva e de auto-imagem empobrecida (sem levar em conta que esse aspecto pode ser uma das causas já discutidas). Outras implicações externas para a pessoa de estilo agressivo apresentadas pelos autores referem-se à perda de oportunidades em todas as áreas da vida em função das sanções pelos seus atos (que em muitos casos podem chegar ao âmbito jurídico), do desafeto das pessoas e do agravamento de conflitos com interações cada vez mais agressivas.

É provável que uma pessoa de estilo agressivo em algum momento envolva-se em um conflito com outra pessoa com o mesmo estilo de resolução de conflito. Nesse caso, os envolvidos terão os sentimentos desagradáveis intensificados da mesma forma que suas reações, podendo resultar numa interação violenta.

Chauí (1998) aponta que a violência é tudo que abrange a força para ir contra a natureza de algum ser. Tal ato de força vai contra a espontaneidade, liberdade e vontade de alguém e inclui coagir, constranger, torturar ou brutalizar outrem. A autora inclui também os atos de violações da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade e os atos de transgressões contra o que essa sociedade define como justo e como um direito. Finalmente a autora conclui que a violência é um ato de abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza-se por relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, medo e terror. Nota-se que a violência é mais intensa e danosa que a agressão pela sua intensidade e intencionalidade. Por conta dessas condições a violência costuma causar indignação em todos e resultar em violência entre grupos com danos graves e muitas vezes fatais. Prova disto é que em 2000 a Organização Mundial de Saúde apontou que a violência ocasionou 1,7 milhões de óbitos, evidenciando um crescimento alarmante e apontando para a necessidade emergente dos trabalhos de prevenção nos âmbitos relacionados a resoluções de conflito (LEME, 2004a).

Conclui-se que o estilo agressivo de resolução de conflito resulta em danos externos, mas também internos àquele que age dessa forma devido às condições de tensão emocional que as situações provocam. Além disso, os danos internos às pessoas que agem de forma agressiva e não conseguem resolver conflitos de outra forma tendem a intensificar as ações agressivas das outras pessoas envolvidas, podendo gerar condições de violência. Tais condições também incluem ações agressivas, mas se distinguem pelo seu caráter intencional e de maior intensidade, podendo, inclusive, ameaçar a vida humana. A agressividade e a violência podem ocorrer entre pessoas, mas estender-se a grupos e até mesmo a nações; a violência pode causar vítimas fatais, além de terror e medo àqueles que assistem a tais episódios.

As conseqüências às pessoas de estilo submisso parecem à primeira vista menos prejudiciais pelo fato de os danos serem menos visíveis. É verdade que a expressão de idéias, sentimentos e argumentos pode não ser sempre bem-vinda e causar dano maior à pessoa em dado momento. Del Prette e Del Prette (1999) exemplificam essa condição ao falar da relação com um chefe destemperado ou um superior militar, que pode considerar o estilo assertivo como uma afronta; nesse caso particular, o ato submisso pode resultar em conseqüências

menos danosas. No entanto, essa é uma situação específica em que o ato submisso pode ser mais apropriado, mas esse, que corresponde à maneira mais freqüente de resolver conflitos, resulta em conseqüências internas àquele que se submete.

Monjas; Caballo (2005) dizem que a pessoa submissa, além de não atingir seus objetivos e de não ter suas necessidades satisfeitas, encontra-se frustrada, infeliz e ansiosa. O autor afirma que tais emoções podem resultar em depressão, auto-imagem pobre, solidão por receio do enfrentamento nas relações sociais e oferecem condições para aqueles que buscam a dominância em grupos de violarem seus direitos. Além disso, percebe-se que a pessoa de estilo submisso mantém-se imatura, heterônoma e dependente de outros que ela julga melhores e mais fortes que si mesma. Em suma, nota-se que a pessoa de estilo submisso apresenta freqüentemente inúmeros problemas internos e conflitos intrapessoais. Poderíamos acrescentar que a pessoa de estilo submisso participa indiretamente para a manutenção de desigualdades e injustiças sociais que resultam da sua incapacidade de se colocar para restabelecer o equilíbrio interpessoal.

Finalmente, o estilo assertivo é o que apresenta maior probabilidade de resolver os conflitos entre as pessoas. Ao afirmar que a probabilidade de resolver o conflito é maior e não absoluta, nos referimos ao fato de que nem sempre a expressão não agressiva de idéias, sentimentos e argumentos resulta em atingir todos os objetivos e necessidade dos envolvidos, já que, em muitas situações, para que o desejo de algum dos envolvidos prevaleça, o outro necessita concordar em abrir mão do seu desejo naquele momento específico. No entanto, o fato de a pessoa expressar-se livremente, ser compreendida e ter a perspectiva de ter suas necessidades em parte atendidas e superadas resulta num sentimento de auto-respeito e dignidade.

Ao discutir a oportunidade de desenvolver a assertividade em crianças e adolescentes, Del Prette e Del Prette (2005) afirmam que eles tenderão a ser seguros, honestos, diretos, respeitosos com a opinião alheia e ativos na defesa de seus direitos. Monjas; Caballo (2005) acrescentam que as pessoas assertivas sentem-se mais satisfeitas consigo mesmas e à vontade com os outros.

Em resumo, os estudos expostos até o presente momento mostram que a maneira de reagir diante de uma situação interpessoal conflitante não é absoluta, sendo possível que alguém possa comportar-se assertivamente em determinadas situações e de forma submissa ou agressiva em outras. Assim, a forma mais freqüente de uma pessoa se comportar em situações de conflito interpessoal nos permite chamar de estilo de resolução de conflito. Outra conclusão é que cada estilo de resolver problemas interpessoais terá conseqüências a curto ou

a longo prazo. Os estudos sobre o estilo agressivo, por exemplo, apresentam obviamente conseqüências externas, como o desafeto das pessoas, mas também conseqüências internas, como a auto-imagem empobrecida, o que também ocorre na pessoa de estilo submisso. Já o estilo assertivo está mais associado à satisfação pessoal assim como ao dano mínimo a qualquer das partes envolvidas, o que aponta para a necessidade de atividades que possam colaborar no seu desenvolvimento.

Programas educacionais de resolução de conflito que visam à compreensão e à expressão não agressiva dos próprios sentimentos e direitos e à compreensão dos sentimentos e direitos alheios podem colaborar na formação de pessoas menos conformistas e mais conscientes de seus deveres, ou seja, pessoas mais evoluídas cognitivamente e afetivamente. Pensamos que cuidar para que as pessoas evoluam para o estilo assertivo possa resultar em benefícios em situações de conflito e contribuir não só para o desenvolvimento dessas pessoas, mas também das famílias, das comunidades e das nações.

Insistimos durante as discussões sobre os estilos de resolução de conflito que eles parecem ser influenciados por fatores pessoais e ambientais. A escola e o ambiente sociomoral, segundo Vinha (2003), repercutem sobre as diferentes formas de resolução das crianças. Sastre e Moreno (2002) endossam essa afirmação e propõem trabalhos com o exercício de solução de conflitos interpessoais. Voltaremos a esse aspecto do tema em um momento posterior. Outros estudos evidenciam o papel da família e dos pais na construção de estilos de resolução de conflito dos filhos (REPPORD; PACHECO; HUTZ, 2005; CAETANO, 2005), dimensão à qual retornaremos a partir de um aspecto particular de algumas famílias: aqueles filhos cujas famílias vivem situações de crises persistentes, ambiente que concebemos como pouco favoráveis a resoluções equilibradas de conflito. Entretanto, neste momento, embrenharemo-nos em uma discussão relativa à dimensão pessoal e interna: os sentimentos.

A definição de resolução de conflito assertiva aponta na direção de o sujeito coordenar os próprios direitos, sentimentos e idéias com os do outro. Em outros termos, o âmbito das emoções é aspecto relacionado à própria definição da estratégia de solução de conflito que endossamos como a almejada. Pela definição proposta, conhecer os próprios sentimentos é fundamental para uma solução justa de conflitos. Além disso, não expressar de forma apropriada os próprios sentimentos contribui para o aparecimento de sentimentos desconfortáveis. As pesquisas sobre as conseqüências dos estilos submisso e agressivo apontam que a longo prazo ambos causam prejuízo na forma como as pessoas se sentem em relação a si e aos outros. Outro fato que nos obriga a discutir um pouco mais esse aspecto

envolve a discussão de alguns autores sobre a necessidade de conhecer e educar os sentimentos, assim como a escassez de oportunidades que crianças e adolescentes tem para tal (SASTRE; MORENO, 2002 e TOGNETTA, 2003). Nesse caso, discutiremos um pouco mais os estudos que envolvem os sentimentos e as diferentes formas de solução de conflito.

3 OS SENTIMENTOS E A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS

*“Ser capaz de prestar atenção a si mesmo é
pré-requisito para ter a capacidade
de prestar atenção nos outros;
sentir-se bem consigo mesmo
é a condição necessária
para relacionar-se com os outros.”*
Erich Fromm

Ao adentrarmos no terreno que envolve as questões afetivas, uma multiplicidade de linhas teóricas e de concepções surge nas obras de ciências humanas. De início nos deparamos com autores que tratam emoções e sentimentos como sinônimos e outros que fazem uma distinção entre eles.

Segundo o Dicionário de Psicologia de Corsini (CORSINI, 2002), a emoção refere-se a algum estado mental caracterizado por vários graus de sensações, usualmente acompanhado de expressões motoras, sempre de forma intensa. Esse estado subjetivo pode ser prazeroso, ameaçador, assustador ou de qualquer outra natureza. Emoções são normalmente dirigidas às pessoas ou a algum evento específico e envolvem mudanças psicofisiológicas comuns, como a aceleração das batidas cardíacas. No mesmo dicionário, os sentimentos são definidos como um estado emocional ou afetivo ou uma consciência intuitiva. Segundo tais definições, emoção e sentimento são conceitos que se confundem.

Damásio (1996), teórico pioneiro em mostrar através de seus estudos da neurologia que as ações dos sujeitos decorrem da conexão dos recursos cognitivos e dos afetivos, propõe uma diferenciação entre os dois termos. Ele considera que as emoções podem ser definidas como um conjunto de mudanças que se produzem no estado corporal, induzidas pelos terminais dos neurônios situados em diferentes órgãos do corpo e que são controladas por determinadas áreas do sistema cerebral, as quais por sua vez respondem pelo conteúdo de pensamento do sujeito. Para o autor, a sua definição deixa claro que a emoção evidencia componentes fisiológicos, já que envolve alteração física, que para Damásio está associada a certas imagens mentais do sujeito. Com relação ao sentimento, o autor o define como percepção e pensamentos que se associam aos estados corporais produzidos por uma emoção. Damásio (1996) deixa claro que muitos autores não fazem distinção entre os conceitos, o que ele faz em vista da intenção de aprofundar o assunto na área da neurologia. No entanto, ao apresentar sua obra, o autor afirma:

Concebo a essência das emoções e sentimentos como algo que podemos ver através de uma janela que abre diretamente para uma imagem continuamente atualizada da estrutura e do estado do nosso corpo. (p. 14).

Após afirmar que as emoções podem ser definidas como um conjunto de mudanças que se produzem no estado corporal, Damásio (1996) completa:

Dado que o sentir desta paisagem corporal é temporalmente justaposta à percepção ou à recordação de algo que não faz parte do corpo - um rosto, uma melodia, um aroma -, os sentimentos acabam por se tornar os “qualificadores” dessa coisa que é percebida ou recordada. (p. 15).

Considerando os aspectos aqui discutidos, alguns autores adotam sentimento e emoção como sinônimos. Outros fazem distinção, como Damásio (1996), que, ao discutir as ligações neurológicas ligadas às emoções e aos afetos, classifica o primeiro conceito como mudanças produzidas no estado corporal e o segundo como “qualificadores” dessas mudanças percebidas.

Dessa forma, ainda que não tenhamos a intenção de nos aprofundar nos aspectos neurológicos associados a essas definições, escolhemos a conceito denominado de sentimento para designar aquilo que o sujeito percebe de seu estado de ânimo, e que muitas vezes expressa e denomina. Apesar de alguns autores usarem os dois termos como equivalentes apresentamos suas colocações sobre o seu papel nos conflitos interpessoais.

Quanto à relação entre os sentimentos e as formas de resolução de conflito, tópico deste capítulo, poderíamos nos perguntar de que relação estamos tratando. Iniciamos retomando o que já apontamos inicialmente: as ciências humanas apresentam muitas teorias que se destinam a discutir o papel dos afetos nas ações das pessoas, sendo Freud um dos grandes expoentes. O autor deixa claro em sua teoria psicanalítica que as ações humanas não podem ser explicadas apenas pelos aspectos conscientes dos sujeitos. O inconsciente, considerado por Freud (1930-1997) como uma das instâncias psíquicas, constitui-se de conteúdos reprimidos. Dentro desses conteúdos estariam as tendências agressivas e selvagens do homem. Sem nos aprofundarmos nessa visão teórica, mas desejando dar crédito ao precursor da psicanálise, que afirma que muitos aspectos inconscientes motivam uma vasta gama de ações do sujeito (ou a maioria das ações, como assumiria grande parte dos estudiosos da linha psicanalítica) ainda que ele não se dê conta dessa condição. Em suma, de forma bem simplista, na visão psicanalítica as ações do sujeito estão ligadas aos seus afetos, portanto a

forma de resolução de conflito que ele adota está ligada a um conteúdo afetivo não necessariamente consciente.

Assim como Freud enfatiza a afetividade nas motivações humanas, Piaget (1920-1994) propõe que as ações humanas estejam associadas aos aspectos afetivos, assim como aos cognitivos. Um primeiro elemento apontado pelo autor é que as formas de pensamento ou de inteligência são estruturas enquanto a energia que as move estaria ligada aos conteúdos, ou seja, às escolhas para que as formas se estabeleçam (TOGNETTA, no prelo). No entanto uma não pode ser separada da outra. Para uma criança, por exemplo, pegar um brinquedo, ela necessita do pensamento para planejar sua ação, entretanto, como sustenta Piaget (1920-1994), é necessária a vontade de pegar determinado brinquedo para que a criança realize tal ação. Dessa forma, as estratégias adotadas pelo sujeito em situações de conflito interpessoais estariam ligadas a aspectos afetivos e cognitivos.

Como já destacamos em outro momento, para que o sujeito possa ter ações assertivas (DELUTY, 1979), aquelas que coordenam pensamentos, idéias, sentimentos e desejos próprios com os dos outros envolvidos em situações de conflito, é necessário que ele tenha um pensamento reversível, que possibilite pensar de forma recíproca em situações de desacordos interpessoais. Além disso, é preciso um pensamento progressivamente operatório, que consiga antecipar e reconstruir as ações no plano mental (TOGNETTA, no prelo) para uma solução equilibrada de conflitos. Mas o que Piaget queria dizer com afetividade, com vontade de agir considerando a si mesmo e ao outro concomitantemente? Gilligan (1982) talvez possa nos oferecer pistas sobre essa questão.

A autora questiona a diferença de gênero encontrada nos estudos de Kohlberg (1989), que concluem que os homens apresentariam maior evolução no raciocínio moral. Apenas para situarmos os estudos de Kohlberg, partindo das tendências morais descritas por Piaget (1932-1994), chamadas de heteronomia (tendência à moralidade ser orientada pela autoridade ou regras externas) e a autonomia (tendência à moralidade ser orientada pela própria referência ética), o primeiro autor aplicou dilemas morais a fim de entender como ocorria o desenvolvimento do raciocínio moral. Kohlberg entendeu que os homens oferecem argumentos que estão relacionados aos estágios mais evoluídos no caminho para a justiça. Em outros termos, o autor estava dizendo que os homens tendem mais à autonomia que as mulheres.

Gilligan (1982), questionando esses resultados, aplicou os mesmos dilemas de Kohlberg (1989) e descobriu que a argumentação dos meninos estava pautada no raciocínio

para uma ação mais justa, enquanto as meninas focavam-se nos sentimentos de todas as pessoas envolvidas em situações de dilemas.

Os estudos de Gilligan (1982) encontraram respostas das mulheres que manifestam “o desejo de não magoar os outros e a esperança de que na moralidade resida o modo de solucionar conflitos de modo que ninguém se magoe” (p. 76). Independentemente das inúmeras críticas em relação à diferença de gênero proposta pela autora, um dos resultados trouxe uma nova perspectiva para a psicologia moral e conseqüentemente para as formas de resolução de desacordos interpessoais: os sentimentos. Tognetta (no prelo) afirma que com Gilligan a psicologia moral ganha a dimensão dos sentimentos implicados no ato de agir bem. Mas que sentimentos seriam esses que estariam ligados a agir bem diante de um desacordo interpessoal? Tognetta (no prelo), ao discutir os estudos de Gilligan, acrescenta que os julgamentos das mulheres estariam relacionados a sentimentos de compaixão e simpatia. Entendemos que esses sentimentos estão relacionados à compreensão do que o outro sente, em outros termos, perceber o outro e desejar que o outro fique bem também. Além disso, quando dizemos saber o que o outro sente, estamos nos referindo a já ter percebido esses sentimentos em nós mesmos.

Dessa forma, poderíamos afirmar com a teoria de Gilligan (1982) que os sentimentos que articulam o si mesmo e o outro de forma cooperativa (e não competitiva) propõem um valor aos dois, e favorecem a vontade de agir bem em situações de desacordos interpessoais. Com a psicologia moral, temos com os estudos apresentados até o momento que para uma resolução de conflito que caminha para o menor prejuízo possível a todos os envolvidos, será necessário que o próprio sujeito e o outro sejam vistos como alguém de valor. Isso inclui a dimensão das pessoas em seus aspectos externos, como a integridade física, e os internos, como os sentimentos.

Contudo uma questão ainda se impõe: o que justifica algumas pessoas serem nutridas por sentimentos que aspiram à condição de querer agir bem e outras não? La Taille (2006) afirma que - além do sentimento de respeito proposto na teoria de Piaget, experimentado pela criança inicialmente pelas figuras de autoridade, - haveria outros sentimentos que inspirariam o agir bem. Confiança, indignação, simpatia, e culpa seriam sentimentos que a partir dos quatro ou cinco anos fazem parte do despertar do senso moral. Se tais sentimentos tiverem a oportunidade de serem fortalecidos no meio em que a criança vive, haverá maior chance de o sujeito ser guiado internamente por regras morais e, portanto, agir de forma pacífica e equilibrada em situações de conflito interpessoal.

La Taille (2006) se apóia na teoria de Adler (1948-1991), que propõe que todo indivíduo possui o complexo de inferioridade e busca a sua superação, agindo de forma a buscar o reconhecimento de ser alguém com valor positivo. Contudo, as experiências da vida da pessoa e os significados que ela constrói sobre si mesma, os outros e o mundo podem fortalecer os sentimentos morais e, em situações de conflitos, contribuir para a escolha de estratégias de resolução equilibradas. De que forma isso acontece? Quando o sujeito escolhe estratégias não coercitivas e não permite ser coagido, coordenando idéias, sentimentos, desejos de todos os envolvidos no desacordo, o sujeito vê-se com uma imagem positiva de si.

Nesse sentido, o que explica o fato de muitas pessoas não escolherem estratégias assertivas e não agirem bem diante dos desacordos interpessoais? Quando os sentimentos morais não encontram espaço para que possam ser fortalecidos e quando o sujeito não se vê como alguém de valor positivo ao considerar a si mesmo e ao outro em um desentendimento, as chances de uma resolução de conflito equilibrada e assertiva diminuem. Por exemplo, se a criança que age com simpatia ao oferecer todo o seu pirulito a outra criança recebe uma crítica de seus pais ao afirmarem que ela não pode se deixar se desvalorizar dando todo o doce ao outro, o ato de pensar no outro poderá ser enfraquecido. E ainda se esse panorama continuar, em uma situação de desacordo interpessoal o sujeito vai se sentir sem valor se ceder ao outro, o que pode justificar atitudes agressivas e até mesmo violentas para satisfazer a própria necessidade.

Em suma, os estudos da psicologia moral têm deixado evidente que para agir de forma a coordenar necessidades de todos os envolvidos em situações de conflito, chamados por nós de estratégia assertiva, será necessário que tanto o sujeito como o outro sejam entendidos como alguém de valor. Os sentimentos morais, se fortalecidos, podem favorecer as associações entre a imagem que o sujeito tem de si e os valores morais (em que o outro tem um espaço). Logo a qualidade dos sentimentos indica o valor que o sujeito atribui a si, ao outro, ou seja, indica os seus investimentos afetivos.

La Taille (2006) afirma que infelizmente muitas pessoas desconhecem seus investimentos afetivos, o que significa que desconhecem os próprios sentimentos e os valores a eles associados. Citando a afirmação do autor sobre esse aspecto:

Que toda pessoa seja movida por um investimento afetivo, está claro. Porém, que toda pessoa tenha consciência de quais são os seus investimentos afetivos não é nada claro. Eles podem muito bem se dar de forma inconsciente, seja no sentido psicanalítico do termo (influência de pulsões a que não se tem acesso), seja no sentido mais simples: não tendo sido objeto de reflexão, os investimentos afetivos são experimentados como forças

“naturais” que guiam a razão ao invés de serem eles mesmos guiados por ela. (p. 75).

Com a afirmação do autor podemos concluir que conhecer os próprios sentimentos serve como pista do mundo interno do sujeito. Lembrando ainda que esse mundo interno sustenta as possibilidades de soluções justas e equilibradas, ou, pelo contrário, desrespeita o outro ou ainda permite o desrespeito a si mesmo. Nesse sentido, esse conhecimento dos aspectos internos se dá o mais das vezes pela razão e pela cognição, e em nosso ponto de vista, principalmente, pela tomada de consciência dos próprios sentimentos, pensamentos e desejos e suas formas de conexões.

Uma teoria que nos oferece algum suporte para a tomada de consciência desse mundo interno é a psicologia cognitiva, que surgiu como resposta ao paradigma *behaviorista*, reconhecendo dois aspectos antes ignorados: a atribuição ao sujeito de um papel eminentemente ativo em sua aprendizagem e desenvolvimento e a preocupação com os processos internos desse desenvolvimento (PENNA, 1999). Segundo Stenberg (2000) a psicologia cognitiva trata do modo como as pessoas percebem, aprendem, recordam e pensam sobre informações. Considerando o foco nos processos mentais internos, essa área das ciências humanas investiga questões ligadas à memória, à atenção, à percepção, à linguagem, ao pensamento, ao processo de aprendizagem e à resolução de problemas.

Postas essas considerações sobre a psicologia cognitiva, precisamos encontrar respostas para uma questão: o que a psicologia cognitiva poderia trazer de contribuição para os conflitos interpessoais? Em primeiro lugar, devemos salientar que a psicologia cognitiva aponta que o sujeito é dotado da capacidade de atribuir significados diante de estímulos. Bruner (1997) endossa essa última afirmação e completa: “Com alguma dificuldade maior, mas ainda facilmente, a criança também “aprende como significar”- como se referir ao mundo com sentido (p. 120). Nessa concepção teórica, os seres humanos exibem uma inclinação natural para representar internamente os significados da existência concreta externa (ABREU; ROSO, 2003). Tal significado será atribuído, segundo Abreu e Roso (2003), a partir de regras formais de raciocínio analítico e do pensamento lógico. Além disso, o indivíduo ao se deparar com o mundo buscará classificar tais eventos em categorias como certo ou errado, bom ou mau, verdadeiro ou falso. Esse processo será responsável pela construção de crenças e valores que serão, nessa perspectiva, a base de tomada de decisões.

Com relação aos sentimentos, o modelo cognitivo parte do pressuposto que eles seriam derivados dos padrões de pensamentos, que, pautados nas crenças, direcionam a

maneira como as pessoas interpretam as situações a que estão expostas (ABREU; ROSO, 2003). Dessa forma, o conflito que uma pessoa vive, em si, não determina a forma como alguém se sentirá, mas o que determina são os juízos de valor associados que se relacionam a uma resposta emocional específica. Poderíamos então afirmar que os sentimentos são uma expressão do funcionamento do mundo interno do sujeito. Eles são decorrentes do significado que a pessoa atribui a uma situação, lembrando que esses significados nem sempre estão conscientes e que são decorrentes de sua história de vida. Da mesma forma que a psicologia moral, ainda que com as diferentes perspectivas do papel dos sentimentos na possibilidade de agir, os sentimentos atuam como pistas da estrutura e funcionamento desse mundo interno.

Bruner (1997) em uma tentativa de encontrar respostas à interação entre a emoção e a cognição propôs algumas considerações. Inicialmente, ao discutir um estudo realizado com dois grupos de ratos, um submetido a uma privação de alimento razoável e outro muito faminto, observou que os ratos famintos eram mais nervosos e menos atentos a novas pistas no labirinto que tinha acesso à alimentação. O autor afirma que a preocupação com os objetivos sobrepuja aquela com os meios para se chegar até ele. Ainda que seja um estudo realizado com animais, podemos sugerir que, nos seres humanos, o estado emocional interfira no processamento de informações e conseqüentemente na qualidade das ações. Com essa afirmação do autor entendemos que a cognição interfere no estado afetivo e o estado afetivo na cognição. Buscando relacionar esse estudo às situações de conflitos interpessoais vividas por seres humanos, se o sujeito experimentar, por exemplo, um sentimento de raiva intenso, encontrará dificuldade em raciocinar sobre todas as dimensões envolvidas nessa situação ou realizar operações mentais mais complexas, como o pensamento que envolve as intenções ou implicações de sua ações a longo prazo.

Outro pressuposto do autor é que “as emoções alcançam seu caráter qualitativo ao serem contextualizadas na realidade social que as produz” (p. 120). Bruner (1997) afirma que desde o seu nascimento a criança está inserida em uma cultura que propõe significados às expressões faciais e de interpretação de estados de ânimos do bebê, como, por exemplo, um estado que evidencie bem-estar ou o seu rompimento. Paulatinamente a criança acaba construindo representações do mundo que ela espera em diferentes situações. Tais representações são acompanhadas de emoções que passam a assumir um caráter qualitativo no universo infantil. O autor afirma que a criança recebe pistas sutis de como deve se sentir em cada situação, o que permite que ele conclua que as reações emocionais “condicionam-se” facilmente a estímulos situacionais. Dessa forma, os sentimentos estariam diretamente ligados

às representações de mundo do sujeito que sofrem a influência da cultura em que está inserido.

A partir das considerações feitas sobre a psicologia cognitiva (e a perspectiva cognitiva cultural como uma vertente) e a construção de uma rede de significados, podemos concluir que independentemente do conflito interpessoal que o sujeito participe, o modo como a pessoa interpreta a situação fornecerá um indicativo das possibilidades de ações do sujeito. Se um aluno é empurrado por um colega em uma fila da cantina, a sua reação deverá abarcar a rede de significados que essa situação evoca. Costuma envolver a forma como o sujeito se vê, o significado que ele atribui a reagir ou a não reagir, a forma como ele interpreta a ação do outro, como intencional ou não, entre outros aspectos que serão acessados mentalmente, categorizados e hierarquizados para que o sujeito decida em favor de uma ação. É claro que esse processo está ligado à maturação e aos aspectos formais do desenvolvimento cognitivo.

Busca-se esclarecer dessa forma que as ações das pessoas, seja na psicologia moral seja na psicologia cognitiva, estão associadas aos valores e às crenças que o sujeito constrói sobre o mundo, sobre si mesmo e as pessoas que estão à sua volta. Em outros termos, as duas vertentes nos propõem que as dimensões internas estejam diretamente relacionadas à ação do sujeito neste mundo, o que implica a tomada de sua decisão diante de um desacordo interpessoal. Os sentimentos nas duas perspectivas apresentadas são considerados veículos para a compreensão e o equilíbrio desse mundo interno.

Dessa forma, vários autores sustentam que o trabalho com os sentimentos é fundamental para o desenvolvimento satisfatório do indivíduo (TOGNETTA, 2003, 2006; SASTRE; MORENO, 2002). Falar sobre sentimentos é colaborar para que o sujeito compreenda que as dimensões internas estão associadas de alguma forma às suas ações. Tognetta (2003) afirma que é necessário o autoconhecimento a fim de que se conquiste o autodomínio e que favorecer a conscientização dessa dimensão afetiva pode levar o sujeito a buscar a compreensão de formas alternativas de expressão emocional. É por isto que Abreu e Roso (2003) afirmam que “o processamento consciente das emoções, enquanto sentimentos, proporciona a ampliação dos mecanismos de resolução de problemas, isto é, sentir as emoções amplia o alcance delas, facilitando novas formas de ação, mais talhadas para a ocasião” (p. 27). Sem sombra de dúvida, reconhecer os sentimentos é um passo para o desenvolvimento de um mundo interno melhor. Ousando em nossas afirmações, diríamos ser tal reconhecimento fundamental para um mundo externo melhor e para escolhas mais justas nos conflitos interpessoais.

Os estudos apresentados sobre a psicologia moral e a psicologia cognitiva-cultural endossam a nossa concepção de que os aspectos afetivos contribuem para a tomada de atitude do sujeito diante de um desacordo interpessoal. No entanto, a tomada de perspectiva não só se relaciona com o que o sujeito sente, a forma como pensa, suas crenças e valores sobre si mesmo, as pessoas e o mundo, mas está ligada ao que as pessoas pensam desse sujeito, às crenças e aos valores das pessoas e da sociedade em que o sujeito está inserido. De forma bem simples, o mundo transforma o ser na mesma proporção que o ser transforma o mundo. Dessa maneira, sem considerar o papel ativo de uma pessoa diante do ambiente, não podemos descartar o papel ativo do mundo na relação com ela. Sendo assim, a dúvida que nos surge é sobre a regulação afetiva e as estratégias de enfrentamento de conflitos de pessoas que vivem em situações de crises freqüentes, em especial crianças e adolescentes que estão em fase de estruturação de personalidade, ou seja, de reconhecimento de quem sou eu, de atribuição de significados, de consolidação de crenças e valores. Qual o impacto de um ambiente familiar com crises persistentes?

O próximo capítulo mostra algumas pesquisas que se esforçaram por apresentar respostas a essa difícil questão.

4 RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS EM FAMÍLIAS COM CRISES

“Sempre há benefícios em aprender com situações adversas. Se vivemos fugindo dos problemas eles parecem seguir-nos como sombras. Melhor colocar a proa da vida para dentro dos ventos confusos que sempre acompanham as dificuldades e buscar a essência delas.”
Ken O’Donnel

Compreende-se a família como um sistema inserido em um ciclo de vida com diferentes estágios em cujas transições seus membros necessitam se reorganizar para prosseguir o seu desenvolvimento. O conflito faz parte da convivência, podendo ocorrer na família de dois modos: em momentos de transição (como nascimento de filhos, adolescência, aposentadoria) ou em momentos de crises não previsíveis (divórcio, morte prematura de um dos integrantes, doença grave e dependência química de algum integrante da família). Em ambos os casos, os conflitos são mais frequentes e em maior intensidade, podendo ocorrer uma ruptura no desenvolvimento da família. A família disruptiva é aquela em que ocorreu um rompimento no seu ciclo de vida, podendo ocorrer, devido a isso, sintomas e disfunções nos seus integrantes (CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

Uma família com filhos adolescentes está num momento de transição do ciclo de vida, visto que os filhos adotam novos papéis, exigindo uma reorganização de todos os familiares. Famílias com adolescentes costumam ser alvos de diversos estudos pela dificuldade de comunicação entre pais e filhos, que pode gerar uma ruptura no relacionamento familiar.

Riesch et al (2003) realizaram um estudo para verificar a maneira como pais e filhos adolescentes concebem os conflitos e suas resoluções em seus relacionamentos a partir de situações hipotéticas de conflitos interpessoais. Para os adolescentes os pais eram responsáveis pelo início dos desacordos, que ocorriam de forma frequente. Além disso, os filhos diziam que tentavam evitar e esquivar-se dos conflitos, em alguns casos, pedindo desculpas aos pais ou desistindo do confronto, mesmo sem concordar com eles. Se o conflito continuava, eles usavam apelos emocionais e agressões e, em outros casos, procuravam se acalmar e depois aceitar algumas de suas culpas. Em contrapartida, os pais dos adolescentes do estudo viam os conflitos como oportunidade para instalar um senso de responsabilidade intrínseco em seus filhos e a representação do esforço no seu papel como pai. A estratégia que

os pais diziam usar em situações semelhantes aos conflitos hipotéticos com seus filhos era deixar claras as expectativas e a autoridade paterna, tentar uma negociação, acalmar-se e avaliar a resolução dos desacordos em conjunto com os filhos. Os autores concluem que pais e adolescentes não usavam um método sistemático de resolução de conflito e que tiveram dificuldade de considerar o ponto de vista do outro, sugerindo a necessidade de um programa que auxilie as famílias com adolescentes a desenvolver habilidades para discutir e resolver conflitos de forma justa.

Tal estudo diz respeito a dificuldades de resolução de conflito em momentos de transição previstos para famílias com filhos e não para famílias com crises não previstas. Uma pessoa que se desenvolveu numa família que passou por alguma ruptura ou estresse durante o seu ciclo de vida poderia ter maior conflito intrapessoal ou interpessoal? Essa questão tem merecido a atenção de diversos pesquisadores e especialistas.

O divórcio, por exemplo, é considerado um dos maiores fatores de rompimento no processo do ciclo de vida familiar, já que todos os integrantes deverão se reorganizar em função do novo formato da família. Peck e Manocherian (1995) relatam que grandes ajustes emocionais e práticos precisam ser feitos, e se a família consegue negociar a crise e as concomitantes transições que precisam ser experimentadas a fim de estabilizar-se novamente, ela terá estabelecido um sistema mais fluido que permitirá a continuação do processo familiar desenvolvimental mais equilibradamente. Os autores relatam que em relação aos filhos os estudos têm apontado uma correlação grande entre a forma com que os pais resolvem os conflitos e o ajustamento dos filhos, independentemente da condição conjugal.

Em suma, os pais terem uma atitude ativa e não agressiva na resolução de conflito teria um impacto muito maior nos filhos do que a ausência parental ou o próprio divórcio. Wagner; Ribeiro; Arteché; Bornholdt (1999) em estudo com 391 adolescentes provenientes de famílias intactas e reconstruídas verificaram que não existe diferença entre o bem-estar dos adolescentes de ambas as famílias. Ao discutirem essa questão, as autoras sugerem que independentemente da configuração familiar do adolescente, é no nível de qualidade do relacionamento entre os membros da família que recai maior ou menor possibilidade de bem-estar. Sabendo que o divórcio caracteriza-se por um momento de maior estresse e adaptações, a maneira com que os integrantes resolvem os conflitos provenientes de momentos disruptivos parece determinar o bem-estar dos filhos.

Os estudos apresentados até o momento apontam para o fato de que famílias que passam por momentos de transição ou pela condição de ruptura do ciclo de vida podem ter maior dificuldade de resolver os conflitos entre si e prejudicar o bem-estar de algum de seus

integrantes. Parece claro que as condições estressantes requerem uma maior atenção para a reorganização da família, entretanto esse não é o fator primordial para o bem-estar dos familiares, mas sim a forma de resolver os problemas apresentados.

Outros estudos sugerem que condições estressantes e disruptivas não necessariamente interferem ou prejudicam as interações sociais e conseqüentemente a forma de resolver conflitos. Aliane; Lourenço; Ronzani (2006) realizaram um estudo comparativo das habilidades sociais entre os grupos de dependentes e não dependentes de álcool e outras drogas. Os resultados obtidos mostraram não existir diferença significativa entre os grupos. Apenas os dependentes de álcool apresentavam maior média de autocontrole de agressividade quando comparados aos dependentes de outras drogas. As autoras, contudo, alertam para a necessidade de outros estudos sobre os déficits de habilidades sociais e problemas com álcool, já que a maior parte da literatura aponta para a relação direta entre esses fatores. Esse estudo indica que nem sempre um usuário de álcool apresenta interação negativa com as pessoas à sua volta, conseqüentemente com seus familiares.

Nessa mesma direção, Campos; Del Prette e Del Prette (2000) realizaram um estudo com crianças e adolescentes em situação de rua com o objetivo de investigar seus valores, crenças e habilidades. Essa população evidenciou utilizar-se de habilidades interpessoais, sendo mais freqüentemente relacionadas à defesa de direitos, negociação e recusa. Os autores discutiram os resultados, como implicações da necessidade de sobrevivência dessas crianças e adolescentes em função dos perigos e riscos a que estão sujeitos nas ruas. No entanto foram menos freqüentemente observadas as habilidades de expressar sentimentos positivos, fazer perguntas, lidar com críticas e controlar a agressividade. Sendo assim, o estudo aponta para o fato de que situações de vida desgastantes podem colaborar para alguns aspectos na maneira de lidar com os relacionamentos interpessoais em detrimento de outros aspectos não menos importantes das interações sociais.

Dell'Aglio; Hutz (2002) estudaram as estratégias de *coping*, definidas como esforços cognitivos e comportamentais perante circunstâncias adversas, de crianças de oito a dez anos. Participaram do estudo 55 crianças de ambos os sexos. Foi realizada uma entrevista semi-estruturada com os participantes e foram avaliados três tipos de condições apontadas pelos autores e que foram indicadas pelas crianças diante dos eventos negativos a partir das seguintes questões: “o que fizeste?”, “poderias ter feito outra coisa?” e “o que fizeste para se sentir melhor?”. Dos eventos estressantes relatados pelas crianças, 76,4% ocorreram entre pares e 23,6% com adultos. De forma geral, as crianças relataram a utilização de estratégias de apoio social e de ação agressiva diante dos conflitos relatados.

Em contrapartida, nos eventos que envolviam conflitos com adultos, as estratégias de ação direta (referem-se ao enfrentamento do conflito na intenção de eliminar o estressor ou diminuir o impacto das situações estressantes), a evitação e a aceitação foram as mais utilizadas. Entre pares as estratégias de ação agressiva e busca de apoio social foram mais freqüentes. Apesar de as crianças e os adolescentes relatarem estratégia de apoio social e de ação agressiva como a ação efetiva no evento estressante, quando questionados sobre alternativas que poderiam ser utilizadas na situação de conflito, a maioria indicou a categoria de ação direta, que inclui condições de diálogo, busca de consenso, busca de solução e pedido de desculpas ao outro envolvido no conflito.

Esses dados indicam que em situações difíceis de lidar, como os eventos estressantes, os participantes do estudo indicaram consciência de que poderiam lidar de forma direta com o conflito, tentando resolvê-lo ou encontrar para ele uma solução, embora efetivamente não o fizessem. Concluímos que nem sempre o conhecimento de formas mais efetivas e pacíficas de resolver conflitos basta para pô-las em prática, especialmente em condições turbulentas na fase da infância e da juventude. Cumpre lembrar que o estudo de Dell’Aglío; Hutz (2002) não envolve crianças expostas a eventos negativos persistentes. O estudo teve como foco as estratégias de enfrentamento de um grupo de crianças de 8 a 10 anos. No estudo de Campos, Del Prette e Del Prette (2000) com crianças em situação de rua, os resultados apontaram que essas crianças desenvolveram mais habilidades de enfrentamento e menos de expressão de sentimentos.

Outro estudo realizado por Lopes; Loureira (2007) com crianças filhas de mães depressivas indicou que essa situação familiar pouco incide sobre as estratégias de enfrentamento. Entretanto, foi observado um impacto com relação à regulação emocional dessas crianças. Participaram do estudo 40 crianças de ambos os sexos com idades entre 7 e 12 anos, sendo 20 filhos de mães que tinham histórico de depressão e 20 que não apresentavam essa condição. As crianças cujas mães tinham diagnóstico de depressão relatavam um pouco mais de situações familiares difíceis, como não poder fazer algo que queria muito, doenças de família, conflitos dos pais e, em casa, e sentir medo e insegurança. As autoras afirmam que esses dados caracterizam o ambiente familiar estressante que essas crianças estão inseridas. Apesar disso, não foi observada diferença entre os dois grupos quanto ao modo de enfrentamento dos eventos estressantes. Os dois grupos apresentaram mais respostas chamadas pelas autoras de enfrentamento voluntário, que se caracteriza pela intenção e pelas ações que busquem solucionar o problema. Apenas um dado que se refere à regulação emocional apresentou diferença estatística entre os dois grupos. O grupo de filhos

de mães com histórico depressivo apresentou mais respostas denominadas pelas autoras de espera passiva, que significa manter o foco de atenção no estressor, mas não se engajar em nenhuma ação em resposta ao evento ou problema. Em outros termos, esse estudo evidenciou não haver diferença entre as crianças filhas de mães com depressão e as filhas de mãe sem depressão quanto ao enfrentamento das situações, apenas quanto à regulação emocional.

Os dados que se referem às crises familiares e ao impacto nos filhos não mostram resultados definitivos. Os estudos não apontam diferenças significativas entre filhos que vivem em famílias que enfrentam momentos difíceis e filhos que não vivenciam essa condição. Entretanto a maioria dos estudos aponta alguma diferença em algum aspecto psicológico do filho: como, por exemplo, na forma de resolver conflitos ou na forma de expressar emoções. É possível que outros âmbitos da vida do sujeito possam contribuir para essa diferença.

Estudos que apresentaremos sobre a resiliência mostram que uma multiplicidade de dimensões pode contribuir para que crianças e adolescentes que vivem em famílias com crises persistentes possam se desenvolver saudáveis e equilibrados. Outro ambiente que pode contribuir para o desenvolvimento satisfatório e a construção de um estilo de solução de conflito equilibrado é a escola. Com o tempo que permanecem com os alunos, com a vasta oportunidade de conflitos entre os pares e as figuras de autoridade, é inegável o papel ativo da escola na formação interpessoal das crianças e dos adolescentes.

5 RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS E O ÂMBITO ESCOLAR

*“Realizemos na escola um meio tal
que a experimentação individual
e a reflexão em comum
se chamem uma à outra e se equilibrem.”*
Piaget

As reflexões realizadas até o momento apontam para a necessidade de recursos cognitivos e afetivos para a construção de um estilo assertivo de solução de conflito. Sustentamos que para uma boa solução de conflito a criança precisa se colocar no lugar do outro. Também apoiamos que o conhecimento dos afetos é condição essencial para a ação assertiva. Tais recursos, não nos restam qualquer dúvida, podem ser construídos na interação entre a criança ou o adolescente e os ambientes que vivencia.

As pesquisas que apresentamos no capítulo anterior evidenciam a relação entre a família e o desenvolvimento na criança e no adolescente de formas mais justas de solução de desacordos interpessoais. De forma mais precisa, discutimos o impacto de uma família que vive em constantes crises no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. Alguns estudos apontam para um impacto maior nos filhos de famílias em situação de crise e outros apontam um impacto sem significância, ainda que indiquem algum prejuízo. Esse fato nos sinaliza que a família, responsável pelas primeiras relações interpessoais e afetivas da criança, contribui para o desenvolvimento psicológico do filho, ainda que não de forma determinante. Nesse caso, que outro aspecto poderia contribuir para o desenvolvimento de formas mais justas de solução de conflito? Sem dúvida, a instituição que se destina à educação de crianças e adolescentes e que pode contribuir com o desenvolvimento de futuros adultos que adotam estratégias de solução assertivas de conflito é a escola.

Já apontamos em outro momento um estudo realizado por Vinha (2003) com crianças de duas terceiras séries do ensino fundamental. Cumpre lembrar que em uma sala de aula, o ambiente era caracterizado por relações autocráticas e a professora centralizava as resoluções de desacordos ocorridos atribuindo a melhor forma de resolvê-lo. Na sala de aula caracterizada por um ambiente pautado por relações democráticas a professora discutia com os alunos formas mais justas de resolver os conflitos. Assim como já citamos anteriormente, as crianças da classe do ambiente autocrático utilizavam estratégias mais impulsivas, autocentradas e pouco elaboradas, enquanto as crianças que estudavam na sala de aula que se

caracterizava por relações democráticas mostravam maior empenho em negociar com os pares e em encontrar soluções que fossem satisfatórias para todos os envolvidos.

Outro estudo que aponta que o tipo de ambiente escolar contribui para a ação dos alunos em situação de conflito foi realizado por Tognetta (2003). A autora realizou uma pesquisa com 23 crianças na faixa etária de seis a sete anos, estudantes de escolas públicas cujos ambientes eram diferentes, sendo um caracterizado por relações de autoritarismo e coerção por parte das figuras de autoridade e outro caracterizado por relações de cooperação e respeito mútuo, ainda que o educador mantivesse o papel de figura de autoridade. No ambiente autoritário as crianças não tinham a oportunidade de ter troca entre os pares e de resolver seus próprios conflitos. Já no ambiente cooperativo o educador incentivava a iniciativa de resolução de conflito entre os pares e existiam espaços destinados à discussão de problemas do grupo, como as assembléias de classe. Os dados da autora evidenciam a partir de dilemas morais uma disposição maior para a solidariedade entre as crianças do ambiente cooperativo, isto é, para o processo de sair da própria perspectiva e mostrar-se sensível aos motivos do outro. É inegável a necessidade desse recurso para que o sujeito tenha condições de adotar uma solução justa diante de um desacordo interpessoal, e o ambiente escolar contribui para esse desenvolvimento nos seus alunos.

Interessado no impacto longitudinal dos diferentes ambientes escolares na formação de crianças, Araújo (2001) realizou em estudo com crianças de 6 e 7 anos que estudavam em uma escola cujas relações eram pautadas pela cooperação e pelo respeito mútuo e com outras que estudavam em ambientes cujas relações eram autoritárias. Foi verificado que os alunos do ambiente cooperativo apresentavam um juízo mais autônomo e menos egocêntrico quando comparados aos das salas de aula caracterizadas como ambientes autoritários. Supondo que todos esses alunos continuaram a estudar em ambientes autoritários, o autor realizou a mesma avaliação com eles após sete anos dessa primeira avaliação. Foi constatado que, mesmo após esse tempo, os alunos que estudaram em um ambiente democrático por um ano ainda apresentavam uma autonomia maior do que os alunos que só viveram nos ambientes escolares relações de respeito unilateral. Em outros termos, se a criança convive em um ambiente em que existem ações que a levam a pensar em si e no outro, e em formas melhores de se relacionar, essa estrutura de interação tende a se desenvolver, ainda que a criança conviva posteriormente em outro ambiente que não fortalece esse tipo de relação. Sendo assim, supondo que muitas estruturas de família apresentem dificuldade para contribuir para a formação de crianças e adolescentes que resolvem conflitos de forma equilibrada, sugere-se que a escola tenha um papel importante nesse trabalho.

Resta-nos a seguinte indagação: a escola vem contribuindo com essa necessidade imperativa? Um estudo realizado por Leme (2006b) nos oferece sinais de que infelizmente a escola está pouco atenta ao seu papel no desenvolvimento das relações interpessoais dos alunos. Dos diretores de escolas que responderam ao instrumento proposto pela autora, os conflitos entre os alunos são vistos como apenas importantes ou até pouco importantes para 30% dos diretores de escolas privadas e para 20% dos diretores de escolas públicas. Outro dado que merece atenção é que para 40% dos diretores o tratamento diferenciado dado a alguns alunos por professores ou por funcionários é visto como pouco importante ou apenas importante. Em outros termos, os diretores não encontram relação entre o tratamento desigual entre os alunos e o problema de desigualdade e de conflitos no âmbito escolar.

No mesmo estudo, na perspectiva dos diretores de escolas que participaram dessa investigação, 90% ou mais afirmam que a qualidade geral do convívio na escola é boa, já que não acontecem ou acontecem raramente as seguintes ocorrências: agressão a professores - como desrespeito ou danificação de seus pertences pelos alunos - ou injustiça na resolução de conflito. Entretanto um questionário respondido pelos alunos dessas escolas aponta que 47,5% dos alunos de escolas públicas e 34,5% da particular afirmam que as relações entre professores e alunos são, de modo geral, difíceis. Assim, parece claro que pela perspectiva dos diretores de escola a atenção dada pelos professores aos conflitos entre os alunos é suficiente, embora nem eles percebam o tratamento desigual dado por alguns funcionários e educadores como fator contribuinte para os conflitos entre os alunos. Além disso, podemos supor que os professores tenham um restrito acesso aos conflitos interpessoais entre os alunos já que, na visão de uma grande parcela de alunos, a relação entre professor e aluno é insatisfatória.

Para que ocorra um desenvolvimento cognitivo e afetivo que sustente uma boa solução de conflito, apontamos a necessidade de ações imediatas por parte do educador a fim de que seus alunos reflitam sobre suas ações, sobre o impacto que elas provocam nos outros e sobre formas alternativas para resolver os conflitos. No caso dos educadores de um ambiente autoritário, muitos realizam ações em função de resolver os conflitos entre os alunos. Entretanto essa resolução é determinada pelo educador que legisla sobre quem está certo e errado no conflito e aplica as sanções que julga cabíveis na situação. Normalmente essas sanções são chamadas por Piaget (1932-1994) de sanções expiatórias, pois não têm relação direta com o ato sancionado, ou são muito severas para a situação. Nesse tipo de intervenção nos conflitos entre os alunos, Kamii (1991) afirma que existe uma tendência do aluno de tornar-se submisso e acomodado, e naturalmente a não desenvolver recursos pessoais para

uma solução equilibrada de conflitos. Existe ainda a possibilidade de o aluno em determinado momento reagir de forma revoltada contra as figuras de autoridade, ou seja, reagir de forma agressiva. Nesse caso, os estudos apresentados até o momento sobre o ambiente educacional e as formas de solução de conflito apontam para a necessidade de atenção aos conflitos entre os alunos e de ações cotidianas caracterizadas pelo respeito mútuo e à necessidade de mediação de conflitos entre os alunos. Além dessas ações na ocasião de conflitos, outros autores assumem que elas devam ser acompanhadas de procedimentos programados de trabalhos com conflitos e com afetividade.

Diversos estudiosos apontam a necessidade de programas que auxiliem as pessoas a desenvolver habilidades para discutir e resolver conflitos de forma justa. Vinha (2000) sugere que uma das formas de auxiliar o desenvolvimento da autonomia moral da criança e conseqüentemente a resolução de conflito de forma justa são as discussões de dilemas morais. Dilemas são situações problemáticas que envolvem um conflito moral em que não existe uma resolução claramente certa. A autora afirma que a partir dessa discussão (que poderá incluir qualquer situação que envolva conflito, como uma notícia, um texto curto, um filme de vídeo, uma crônica ou outros) e da discussão promovida em grupo, as crianças terão a oportunidade de trocar diferentes pontos de vista e refletir sobre sua própria opinião. DeVries; Zan (1998, p. 181) chamam esse recurso de discussões sociomorais:

[...] desejamos que as crianças pensem sobre questões interpessoais de formas mais diferenciadas, tornando-se mais capazes de pensar além de sua própria perspectiva, para verem e pensarem múltiplas perspectivas em qualquer questão.

As autoras afirmam que tanto a discussão de dilemas hipotéticos como a discussão de dilemas da vida real apresentam vantagens, já que a primeira não tem uma carga emocional tão grande como a segunda e pode ser discutida de forma mais racional. Já a discussão dos dilemas reais quando expressos pela criança de modo espontâneo envolve uma situação que necessita ser resolvida pela criança.

Del Prette e Del Prette (2005) sugerem vivências com crianças e adolescentes a fim de promover as competências de solução de conflitos interpessoais e a assertividade (descritas como componentes das habilidades sociais). Os autores propõem com relação à solução de conflitos interpessoais, atividades com conflitos fictícios em que as crianças e adolescentes tenham a oportunidade de discriminar os próprios sentimentos, assim como o dos outros,

elaborar alternativas de reação, raciocinar sobre as conseqüências e avaliar as possíveis reações pessoais e dos outros envolvidos.

Da mesma forma, Sastre e Moreno (2002) recomendam atividades na escola para a aprendizagem emocional e de resolução de conflito. As autoras afirmam que quanto mais cedo atue a aprendizagem no campo das relações pessoais, dos pensamentos e dos sentimentos que a configuram e dos conflitos que nela se originam, mais fácil será neutralizar as respostas primitivas como agredir ou inibir-se para agir. Dessa forma, entendemos que na escola as crianças têm pouca experiência de aprendizagem para solucionar conflitos de maneira justa e satisfatória para as partes envolvidas.

Sintetizando, compreendemos a partir dos capítulos iniciais que o estilo de resolução de conflito que uma pessoa desenvolve depende da interação de fatores internos e externos. O desconhecimento dos aspectos afetivos não contribui para a escolha de atitudes justas. As famílias com crises constantes, por favorecer situações de conflito entre seus integrantes e condições de estresse, poderiam dificultar o desenvolvimento nos filhos de um estilo equilibrado em situações de tensão interpessoal. Apesar de os estudos não evidenciarem resultados homogêneos, verificamos que o fato de a família vivenciar momentos de ruptura não é tão prejudicial como a forma com que os integrantes resolvem os problemas que resultam dessa fase. Além disso, alguns estudos apontam a importância de outros espaços nos quais as pessoas se relacionam - especialmente as crianças no espaço escolar - que também colaboram para o desenvolvimento do estilo de resolução de conflito de cada integrante de uma família. De qualquer modo, encontramos estudos específicos sobre conflitos em famílias com crises persistentes, especialmente sobre crianças e adolescentes que crescem em tais ambientes, o que indica a importância de um olhar mais atento da comunidade científica para essa população.

As situações familiares de crises não previsíveis merecem uma atenção ainda maior, já que não ocorrem na maioria das famílias e não existe previsão para seu término, podendo deixar os integrantes exaustos com incessantes conflitos interpessoais e pessoais. Esse é o caso da família com um dos progenitores que abusa ou depende de álcool e drogas, já que o excesso de qualquer substância psicoativa traz prejuízos físicos e mentais ao usuário e impede na maioria das vezes que ele tenha equilíbrio afetivo e cognitivo para resolver conflitos de forma equilibrada. A fim de embasar essa última afirmação e de contextualizar o panorama do abuso e dependência química, em consideração ao objeto de estudo da presente pesquisa, o assunto será apresentado a seguir de forma detalhada.

6 ABUSO E DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

*“Quem me dera ao menos uma vez
Ter de volta todo ouro que entreguei a quem
Conseguiu me convencer que era prova de amizade
Se alguém levasse embora até o que eu não tinha”*
Legião Urbana

Diariamente nos deparamos com situações de prejuízo à vida humana, como acidentes, violência e crime, que nos trazem sentimento de impotência e indignação. No entanto, o fato mais alarmante é que grande parte dessas situações está relacionada ao uso ou abuso de substâncias psicoativas popularmente chamadas de drogas.

Substâncias psicoativas ou drogas psicoativas são aquelas que modificam o estado de consciência do usuário (SEIBEL, TOSCANA, 2001a). Os efeitos do uso de drogas podem variar desde uma leve estimulação, como os causados por uma xícara de café, até efeitos profundamente modificadores com alteração de percepção e pensamento, causados pelo uso de alucinógenos. As drogas são divididas em substâncias lícitas, cuja produção, comercialização e uso são permitidos legalmente, e ilícitas, cuja produção, comercialização e uso são proibidos e sua transgressão é sujeita às normas legais.

A legalidade ou ilegalidade do uso das substâncias psicoativas depende do contexto histórico e cultural. Muitas drogas ilícitas já foram consideradas lícitas em outros momentos, inclusive utilizadas para tratamento de doenças, como é o caso da *Cannabis sativa*, popularmente chamada de maconha no Brasil. Em 1839, Shanghonesy publicou um tratado sobre vários usos terapêuticos dessa substância, tais como analgésico, antipirético, ansiolítico e até mesmo para o tratamento de convulsões (KARNIOL, 2001). Sua aceitação terapêutica se estendeu até que outros compostos mais específicos e/ou sintéticos surgiram, com menos componentes tóxicos e menor potencial em tornar o indivíduo dependente. Por essa mesma razão, muitas outras substâncias passaram da condição de legalidade para ilegalidade, que vem acompanhada de outras questões não menos polêmicas como o uso, o tráfico e as sanções penais.

Alguns aspectos da utilização das substâncias psicoativas transcendem a questão da legalidade ou ilegalidade. As drogas lícitas podem acarretar danos tão graves quanto as ilícitas, pois, segundo os dados do Ministério da Saúde relacionados ao triênio 1995-97, o alcoolismo ocupou o quarto lugar no Brasil entre as doenças mais incapacitantes. Em

levantamento sobre o uso de drogas nas 107 maiores cidades do Brasil realizado pelo Centro Brasileiro de Drogas Psicotrópicas (CEBRID), 11,2% das pessoas entrevistadas foram consideradas dependentes de álcool (CARLINI; GALDUROZ; NOTO; NAPPO, 2002). Dessa população dependente de álcool, 6,2% disseram ter estado em situações de risco (dirigir carro, nadar etc..) sob o efeito do álcool e 7,1% relataram problemas pessoais (com polícia, família, trabalho) por causa do uso da substância. A maioria das pessoas não se torna dependente do álcool, utilizando-o apenas em condições recreativas, o que nos sinaliza para a individualidade de cada usuário e sua interação com a especificidade de cada substância psicoativa.

A extensão do efeito tóxico de qualquer droga lícita depende da quantidade utilizada, podendo ser uma dose ativa ou letal, remédio ou veneno. Esse, aliás, é um dos fundamentos da farmacologia científica que teve início na Grécia Antiga a partir do momento em que as drogas, antes consideradas parte do sobrenatural, passam a ser compreendidas pelas suas propriedades ativas (TOSCANA, 2001a). O próprio Hipócrates aconselhava a ceder à embriaguez de quando em quando, considerando terapêutico o seu efeito de relaxamento, e no mundo greco-romano o uso de “repente”, uma bebida que provavelmente continha ópio, era indicado para acalmar a dor e o ressentimento. No entanto, o uso das drogas era valorizado quando moderado, pois o excesso era considerado um risco para a esfera da alma. De forma geral, as drogas fazem parte da história da humanidade e acompanham o homem na busca incessante do bem-estar ou do alívio de qualquer mal-estar. Acrescido a esse fato, constata-se que muitas dessas substâncias, de modo controlado, são imprescindíveis para a melhor qualidade de vida de pessoas com inúmeras disfunções, como no caso das medicações.

A preocupação maior quanto à utilização das substâncias psicoativas está relacionada a situações que prejudicam o bem-estar e a qualidade de vida de quem delas faz uso, como é o caso da condição de estar delas dependente ou abusando. A dependência de qualquer droga, lícita ou ilícita, parece se assemelhar à condição da escravidão, em que aquele que é escravo (dependente químico) não recebe qualquer benefício, apenas prejuízos, e quem determina todas as regras é o seu senhor (droga). As sensações de liberdade roubada, de cativo e de sujeição à droga costumam aumentar progressivamente com o uso constante juntamente com a sensação de incapacidade de mudar a situação. Nessa condição a substância psicoativa não é um complemento na vida do dependente e sim a vida do dependente. O Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-IV) considera dependente o indivíduo que apresenta um padrão de uso disfuncional que leva a um comprometimento ou desconforto

clínico significativo, manifestado por três (ou mais) dos seguintes sintomas, que podem ocorrer durante qualquer tempo, num período de doze meses:

1. Tolerância definida por um dos seguintes critérios:
 - a- Necessidade de quantidade nitidamente aumentada da substância para atingir intoxicação ou efeito desejado;
 - b- Efeito nitidamente diminuído com o uso contínuo da mesma quantidade da substância.
2. Abstinência, manifestada por um dos seguintes critérios:
 - a- Síndrome da abstinência característica da substância;
 - b- A mesma substância (ou outra bastante parecida) é usada para aliviar ou evitar sintomas de abstinência.
3. A substância é freqüentemente usada em grandes quantidades, ou por um período maior do que o intencionado.
4. Um desejo persistente ou esforço malsucedido para reduzir ou controlar o uso da substância.
5. Grande período de tempo gasto em atividades necessárias para a obtenção da substância, para seu uso ou para a recuperação de seus efeitos.
6. Redução ou abandono das atividades sociais, recreacionais ou ocupacionais por causa do uso da substância.
7. Persistência no uso da substância, a despeito de evidência clara de conseqüências manifestadamente nocivas, tais como danos ao fígado por consumo excessivo de bebidas alcoólicas, estado de humor depressivo conseqüente de períodos de consumo excessivo ou comprometimento do funcionamento cognitivo relacionado à droga.

Apesar de os critérios da dependência química estarem descritos de forma objetiva pelo DSM-IV, na prática, a fronteira entre quem é caracterizado como dependente químico e quem está fazendo uso nocivo ou abusivo não é tão clara. Diz-se uso nocivo ou abusivo quando a pessoa já apresenta algum tipo de prejuízo - biológico, psicológico ou social -, o que significa algum dano na sua qualidade de vida em decorrência do uso da substância. Muitos usuários abusivos/nocivos se tornarão dependentes químicos, mas o fato de se conviver com qualquer prejuízo em função de uma substância psicoativa justifica a necessidade de um olhar atento e uma intervenção para pessoas que estão nessa condição. Em função disso, o DSM-IV

descreve os seguintes critérios para identificar o usuário abusivo/nocivo de substâncias psicoativas:

A-Padrão de uso disfuncional de uma substância, levando a um comprometimento ou desconforto clinicamente significativo, manifestado por um ou mais dos seguintes sintomas:

1-Uso constante da substância, resultando no fracasso em cumprir obrigações no trabalho, na escola ou em casa;

2-Uso constante da substância em situações fisicamente comprometedoras;

3-Problemas legais constantes relacionados com o uso da substância;

4-Uso contínuo da substância, apesar de problemas sociais ou interpessoais persistentes ou constantes e que seriam exacerbados pelos efeitos da mesma;

B-Nunca preencher os critérios para a dependência dessa substância.

Bordin, Figlie e Laranjeira (2004a) alertam para o fato de que o estado de dependência e o uso nocivo como categoria residual não são categorias homogêneas e absolutas. Em relação à dependência, os autores afirmam que deveríamos pensar em termos de “graus de dependência”, tratando-se de um contínuo, de uma graduação entre um extremo e outro, e não entre o grau absoluto de dependência e não dependência.

Uma questão que vem alarmando as autoridades e a população de forma intensa diz respeito ao aumento da prevalência do uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas. Galduróz, Noto, Nappo e Carlini (2003) realizaram um estudo que comparou os resultados de dois levantamentos domiciliares de uso de drogas no Estado de São Paulo nos anos de 1999 e 2001. O levantamento englobou cidades com mais de 200 mil habitantes e os participantes pertenciam às faixas etárias entre 12 e 65 anos. Em 1999, 11% dos entrevistados responderam já ter feito uso de drogas ilícitas, comparados a 18,3% em 2001. Quanto ao álcool, em 1999, 53,2% afirmaram já ter usado, comparados a 79,2% em 2001. Participantes caracterizados como dependentes de álcool foram estimados em 6,6% em 1999 e 9,4% em 2001. O estudo comprova a percepção de que as pessoas estão experimentando drogas e ficando delas dependentes com maior frequência no decorrer dos últimos anos.

O problema do abuso ou dependência de drogas não se restringe ao Brasil, uma vez que assola o mundo todo. O Relatório Mundial sobre Drogas das Nações Unidas, publicado em 2005, estimou que 200 milhões de pessoas, ou 5% da população mundial com idade entre 15 e 64 anos, tinham consumido drogas ilícitas nos últimos doze meses. A América do Norte movimenta 44% do mercado econômico global do uso de droga ilícita, seguida por 33% pela

Europa, 11% pela Ásia, 5% pela Oceania, 4% pela África e 35% pela América do Sul. Quanto ao uso de álcool e tabaco, o mesmo estudo evidenciou que 30% da população adulta faz uso. Outro relatório publicado pelo Centro de Monitoramento Europeu de Drogas e Drogadicção (2005) revelou que 44% dos estudantes de 15 e 16 anos da República Checa afirmam ter consumido maconha, o que representa praticamente a metade dos jovens dessa idade. Esse resultado sobre o uso da maconha foi encontrado na Bélgica, França, Irlanda e Reino Unido, tendo os índices oscilado entre 32% e 40%. A maconha é a droga psicoativa ilícita mais utilizada na Europa, e com maior freqüência pelo sexo masculino. Na população americana, a prevalência do abuso e dependência de álcool no período de 1980 a 1985 era de 13,8%, sugerindo que, de cada sete pessoas do estudo, uma preenchia o critério da síndrome, sendo mais freqüente também no sexo masculino (ROBINS; REGIER, 1991). Os dados evidenciam a universalidade do problema da dependência química com maior ênfase para o sexo masculino. Outra constatação que merece reflexão é que mesmo países desenvolvidos, com melhores condições econômicas, de saúde e de educação, enfrentam problemas com drogas em larga escala.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (DSM-IV), as substâncias psicoativas foram separadas por classes, considerando seu efeito principal no organismo. Essas classes foram denominadas:

- Depressores do SNC: substâncias como o álcool, ansiolíticos, opiáceos etc..
- Estimulantes do SNC: tabaco, anfetaminas, cocaína, café etc..
- Perturbadores do SNC: maconha, alucinógeno, inalantes etc..

Pelo exposto até o presente momento, podemos verificar que a utilização inadequada das substâncias psicoativas não é atual e sim antiga. No entanto a prevalência de pessoas que abusam ou se tornam dependentes de álcool e drogas está aumentando consideravelmente tanto no Brasil como em outros países, o que caracteriza um problema universal. Existem normas gerais para caracterizar um usuário recreativo, abusador ou dependente de alguma substância psicoativa. Os especialistas apontam para a necessidade de um especialista a fim de diferenciar entre as duas últimas categorias. Sendo assim, concluímos que, de forma mais ou menos ampla, ambas causam prejuízo ao usuário e, no nosso ponto de vista, aos familiares.

As conseqüências da utilização das substâncias psicoativas serão discutidas posteriormente em função da sua complexidade e multiplicidade. No entanto, sem exceções, as drogas atuam no sistema nervoso central do usuário, gerando a sensação de prazer.

Estudiosos no assunto puderam mostrar com clareza a anatomia e a fisiologia do centro de prazer, denominado de circuito de recompensa cerebral, que pode ser ativado de forma natural (como na atividade sexual, por exemplo) e pelo uso de drogas. Essa condição impulsiona o indivíduo a repetir o uso, na busca das sensações iniciais. Dessa forma, é evidente que o uso nocivo de drogas (e quando se fala de drogas incluem-se substâncias como o álcool e o tabaco) está associado a algum tipo de prejuízo: biológico, psicológico ou social.

Com esse panorama emerge uma questão não menos complexa do que as conseqüências do abuso e da dependência de drogas: quais seriam os motivos que levam uma pessoa a utilizar drogas, ficar dependente, outra a fazer um uso abusivo ou recreativo e outra a nem ao menos se interessar pela experimentação? Refletir sobre as bases dessa questão é condição essencial num universo em que a pessoa que usa drogas já não é mais exceção, como discutiremos no próximo tópico.

6.1 ESTUDOS SOBRE AS CAUSAS

As condições que levam ao uso, ao abuso e à dependência das drogas vêm merecendo atenção cada vez maior. Essa questão não é atual, pois tem sido colocada desde os primeiros tempos em que alguém passou a sofrer com o uso de uma substância sem conseguir deixá-la. A questão não é restrita às pessoas que sofrem com a dependência química, já que essa condição gera prejuízos (físico, financeiro, emocional ou moral) a todos que convivem com quem tem o problema e, finalmente, àqueles que se propõem a trabalhar para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, como os profissionais de saúde e governantes.

Se a questão fosse simples de ser respondida, não teríamos tantas e cada vez mais pessoas ficando dependentes de drogas. Se ela fosse linear e objetiva, assim como nas ciências exatas, poderíamos prever com exatidão as condições que levam uma pessoa a se tornar um dependente químico. Ocorre que os estudos têm apontado para a complexidade dos motivos da dependência química, resultando numa variedade de teorias que buscam explicar a natureza desse fenômeno.

Bordin, Figlie e Laranjeira (2004a) descrevem os modelos principais da natureza da dependência química: modelo de doença, modelo de comportamento aprendido, modelo psicanalítico, modelo familiar e modelo biopsicossocial. O modelo de doença entende que ocorre uma suscetibilidade biológica herdada aos efeitos do álcool e das drogas, o que explica

o fato de alguns usarem uma droga e ficarem dependentes e outros em condições idênticas não. Os teóricos do modelo de comportamento aprendido acreditam que esse seja aprendido e condicionado por familiares, amigos, meios de comunicação, entre outros, assim como o comportamento de consumir drogas e álcool. Já o modelo psicanalítico acredita que o uso de álcool e drogas é uma forma que o indivíduo encontra de se adaptar a seus déficits emocionais emergentes de privação, ou de interações disfuncionais na primeira infância. O modelo familiar enfoca o papel da família através das regras e metas que governam seus relacionamentos e que pode contribuir ou não para a manutenção do uso de drogas. Por fim, o quinto modelo, chamado de biopsicossocial pelos autores, busca unificar os outros modelos descritos, considerando que os estudos apontam para um componente biológico herdado no abuso de substâncias, mas não isolado, e sim em conjunto com fatores psicológicos, sociológicos, culturais e religiosos. De acordo com esse último modelo, considerado por nós o mais adequado, o fato de a dependência química ser causada por diversos fatores pode gerar sentimentos ambíguos - como conforto e desamparo - nas pessoas que são dependentes ou nas que convivem com os dependentes. O sentimento de conforto pode ocorrer pelo motivo de não existir um único responsável diante da complexidade do uso de drogas, mas sim uma interação de inúmeras causas. Por outro lado, pode ocorrer um sentimento de desamparo, já que é bastante difícil administrar tantos fatores que levam pessoas a pertencerem a grupos de risco para a dependência química. Acrescida a essa condição, há a necessidade de estudos que visem à compreensão das muitas faces das causas da dependência química.

Com a necessidade de organizar os múltiplos resultados de estudos relacionados aos dependentes químicos, assim como daqueles que não desenvolveram um quadro de abuso ou dependência de drogas, alguns autores falam em fatores de risco e fatores de proteção (TOSCANA, 2001b; MORAES; FIGLIE, 2004). Denominam-se fatores de risco para o desenvolvimento de problemas com drogas, as condições que aumentam a probabilidade de comportamentos com potencial para afetar a saúde em seus componentes biológicos, psicológicos e sociais, ou, em outros termos, as condições que podem aumentar a vulnerabilidade da criança e do adolescente para o uso de drogas. As mais citadas na literatura são: uso de drogas pelos pais, relacionamento deficitário com familiares, ausência de normas e regras claras, tolerância da família e do meio às infrações, desempenho escolar insatisfatório, necessidade de novas experiências e emoções, baixa auto-estima, sintomas depressivos, pouco convívio com instituições religiosas e uso precoce de álcool, tabaco e outras drogas (TOSCANA, 2001b; MORAES; FIGLIE, 2004). Ao discutir os fatores de risco, Toscana (2001b) divide-os em quatro âmbitos: cultural e social, interpessoal,

psicocomportamental e biogenético, enquanto Moraes e Figlie (2004) dividem-nos em individual, familiar, escolar e sociocultural. Na prática, esses fatores ocorrem em conjunto e estão inter-relacionados, e nem sempre estão claros no momento inicial para uma pessoa com risco de dependência e seus agregados. Em contrapartida, em pesquisa realizada no Brasil com adolescentes, o fator curiosidade foi apontado como principal motivo para experimentação de drogas entre a população estudada (GALDUROZ; D'ALMEIDA; CARVALHO; CARLINI, 1994), o que pode apontar duas causas: a influência do meio para a experimentação inicial, ou a falta de percepção dos adolescentes quanto à relação entre drogas e os outros fatores de risco que porventura possam ocorrer, como, por exemplo, os intrapessoais (auto-estima, sintomas depressivos) e familiares (relacionamento deficitário com os pais).

Ao contrário dos fatores de risco, os fatores de proteção para a dependência química são aqueles que na infância e na adolescência diminuem a probabilidade de envolvimento com problemas de drogas. Os mais citados na literatura científica são: supervisão dos pais com regras claras ao jovem quanto ao que pode ou não ser feito, sucesso no desempenho escolar, adoção de normas convencionais sobre o uso de drogas, forte vínculo com a família, escola, comunidade e instituição religiosa (TOSCANA, 2001b; MORAES; FIGLIE, 2004). Moraes e Figlie (2004) dividem-nos em quatro âmbitos: individual, familiar, escolar, sociocultural. Apesar de a influência dos fatores de risco e de proteção não obedecer a regras causais explícitas e, portanto, não existir um consenso sobre a definição de tais fatores, é bastante freqüente que a presença de fatores de proteção diminua a ocorrência de conseqüências de fatores de risco.

Toscana (2001b) alerta que indivíduos expostos às mesmas condições e que em alguns casos ficam vulneráveis ao problema com drogas e outras ocorrências similares podem reagir de maneiras distintas, o que pode ser explicado pela resiliência, conceito que será discutido detalhadamente neste estudo.

Em suma, existe uma infinidade de estudos sobre aspectos que podem influenciar o abuso e a dependência de drogas. A maioria deles enfatiza um ou poucos fatores em função do modelo teórico que seguem e a complexidade de abranger inúmeros fatores num único estudo. Acrescido aos fatores de risco já discutidos, algumas pesquisas apontam para o fato de uma parcela de dependentes químicos estar associada a um transtorno mental.

A ocorrência de uma patologia qualquer em um indivíduo já portador de outra doença com potencialização recíproca entre elas é chamada de comorbidade (RATTO; CORDEIRO, 2004). Inclui o aparecimento de uma patologia mental, resultante do uso de drogas ou a

existência da patologia mental como condição primária, resultando no abuso e dependência de substâncias como condição secundária, que é a condição que destacamos aqui.

Em muitos casos de abuso e dependência química é difícil apontar com segurança se a dependência de drogas é uma condição primária ou secundária, fato que não exclui a necessidade de estudos nessa direção dada a abrangência de dependentes químicos com comorbidade psiquiátrica. Ilustrando esse aspecto, Seibel e Toscana (2001b) relatam que dos 22,5% da população norte-americana que receberam diagnóstico de doença mental, 29% têm histórico de abuso ou de dependência química. Em outro estudo, Drake, Osher e Wallack (1989) afirmam que a população de pacientes com esquizofrenia apresenta prevalência de 20 a 75% de problemas relacionados a substâncias psicoativas. Já num estudo alemão com dependentes de opiáceos, 43% receberam diagnóstico de transtorno neurótico relacionado ao estresse e somatoforme e 31% de transtornos afetivos (SEIBEL; TOSCANA, 2001b).

Por fim, um estudo que merece destaque por abordar a infância é o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). As crianças que apresentam esse quadro possuem uma falta de atenção e/ou hiperatividade motora e mental, podendo ocorrer atos de impulsividade que normalmente se manifestam antes dos sete anos de idade. Em um estudo realizado com população de crianças portadoras de TDHA, observou-se que 10 a 65% das crianças com esse diagnóstico continuam com sintomas importantes e persistentes na vida adulta, e dentre essas 20 a 40% têm problemas com drogas (RATTO; CORDEIRO, 2004). Essas pesquisas nos sinalizam para o fato de que transtornos mentais de intensidades variadas podem influenciar o comportamento futuro de abuso e dependência química.

Por outro lado, encontra-se uma grande quantidade de estudos que apontam o papel da família e seus integrantes na problemática da dependência química. Foi realizado um estudo com homens usuários de cocaína e opiáceos na faixa etária de 30 a 42 anos que mostrou que em 60% dos casos o pai era ausente na infância (FIGLIE; PILLON; DUNN; LARANJEIRA, 1999). Os autores acreditam que resultados como esses apontam para os casos de necessidade prematura na criança em assumir responsabilidades de adultos, o que poderia contribuir para a iniciação do uso de drogas. Nessa mesma direção, Penso e Sudbrack (2004) realizaram um estudo com dez adolescentes do sexo masculino com idade de 17 e 18 anos que se envolveram em atos infracionais e tinham histórico de uso de drogas. As autoras concluíram que esses adolescentes estavam presos na relação triangular, assumindo papéis parentais e preenchendo lacunas na relação conjugal dos pais ou na família. As autoras compreendem o uso de drogas como uma busca de alívio para a angústia vivida nesse processo e de outras possibilidades de construção da identidade.

Outro estudo realizado por Freitas (2002) com dois adolescentes, um de classe baixa e outro de classe alta que se tornaram dependentes de drogas e envolveram-se com o tráfico, chegou a conclusões similares: os adolescentes não tinham uma figura paterna de identidade bem definida, ficando sem a possibilidade de se identificar com algum elemento masculino que lhe oferecesse um modelo a ser seguido. Por isso, Freitas refere-se à falência da função paterna em muitos casos de dependência química.

Um estudo que objetivou estudar outra face do problema da dependência química foi realizado por Sanchez, Oliveira e Nappo (2005) com 65 adolescentes de baixo poder aquisitivo que não tinham feito uso de drogas, mesmo quando submetidos a constantes ofertas. Os resultados indicaram que entre os não usuários, a disponibilidade de informações e de estrutura familiar protetora foi observada como fator importante para explicar a manutenção dos jovens afastados da droga. Os autores afirmam que os sentimentos de cumplicidade e de respeito entre pais e filhos parece ser um aspecto importante para a negação da adesão à droga nesse estudo.

Entende-se que os estudos que focam o papel da família na contribuição do início do uso de drogas de algum de seus integrantes não descartam o papel biopsicossocial e as causas multifatoriais da dependência química. Alguns autores apenas focaram esse aspecto para seus estudos, como foi lembrado por Penso e Sudbrack (2004). Em contrapartida, tendo sido instalado o problema da dependência química, independentemente da complexidade das causas, a condição resultará em conseqüências ao dependente e aos familiares, motivo que nos leva a discutir, a seguir, esse aspecto.

6.2 CONSEQÜÊNCIAS AO DEPENDENTE

As pessoas, experimentam a sensação de estar dependentes de algo ou alguém por algum período de sua vida, isto é, estar subordinado a algo ou a alguém por algum tempo. Refletindo mais atentamente, parece sempre estarmos dependentes em algum aspecto de nossa vida; algumas pessoas buscam constantemente sua independência e outras, pelo contrário, se acomodam nessa condição, vivenciando os seus benefícios e adaptando-se aos malefícios. Entretanto não existe qualquer condição de sujeição que se possa comparar à dependência química, considerando a extensão das conseqüências para todas as áreas da vida do usuário, a intensidade dessas e outro aspecto ímpar: o fato de que, apesar da diminuição

dos benefícios (o uso da droga para livrar-se do desprazer e não mais pelo prazer) e do aumento dos malefícios, o sujeito sente-se atraído pela droga. Em função desse panorama, as inúmeras conseqüências aos dependentes químicos em diversas áreas de sua vida são incessantemente estudadas à medida que drogas com potencial maior, capazes de deixar o usuário dependente em menor quantidade de tempo, surgem a cada ano.

Na maioria dos casos de dependência química, além das conseqüências físicas do uso da substância, ocorrem conseqüências emocionais, familiares e sociais. Nota-se que todas as áreas da vida do usuário de drogas recebem o impacto do abuso ou da dependência química. Iniciemos pelas conseqüências físicas.

Analisar as conseqüências físicas de substâncias psicoativas não é uma tarefa fácil na medida em que elas dependem do tipo de droga usada, das suas propriedades tóxicas (algumas têm mais propriedades nocivas do que outras), da via de administração (oral, intranasal ou injetável), da duração e da freqüência com que a pessoa consome a substância. Não intencionamos, portanto, discutir detalhadamente esse aspecto e sim oferecer um panorama das conseqüências físicas aos dependentes químicos. Serão apresentadas brevemente as conseqüências físicas aos dependentes de álcool, substância escolhida para este estudo em virtude de sua ampla inserção no meio social e familiar.

Para muitos estudiosos da dependência química, o álcool é a droga que causa maior dano à sociedade apesar de ser uma droga lícita. Galduròz, Noto, Nappo e Carlini (2003) notaram em seus estudos um aumento significativo do número de dependentes de álcool entre os anos de 1999 e 2001, e argumentam que esse dado é esperado, visto que, uma vez instalada, a dependência fará parte da vida da pessoa, seja por um longo período, seja pela vida toda. Outro estudo realizado por Galduroz, Noto e Carlini (1997) e pelo CEBRID apontou que os jovens brasileiros consomem mais álcool do que as principais drogas ilegais somadas, e que metade dos estudantes da pesquisa com idade entre dez e doze anos já usou álcool. A pesquisa ainda destacou que, após beber, cerca de 11% dos jovens envolveram-se em brigas e 19,5% faltaram à escola no dia seguinte. Bordin, Figlie e Laranjeira (2004b) descrevem três efeitos psicoativos imediatos do álcool que favorecem o abuso e a dependência. O primeiro é a redução da ansiedade, já que o álcool é um poderoso agente ansiolítico, possuindo, portanto, efeito relaxante. Mas, cessado o efeito, ocorre uma espécie de excitação desconfortável do organismo e o usuário fica mais ansioso. O segundo efeito é o estimulante e euforizante que ocorrem em alguns casos, e que pode ser explicado pela liberação de dopamina (hormônio que gera excitação) no cérebro, podendo ocorrer um reforço positivo associado ao uso. Finalmente o último efeito é o anestésico, que pode induzir à

amnésia, favorecendo o esquecimento de dificuldades a serem enfrentadas. No entanto o uso intenso e prolongado do álcool pode gerar inúmeras complicações físicas, tais como: transtornos gastroenterológicos (hepatite alcoólica, cirrose alcoólica, pancreatite aguda), transtorno musculoesquelético (osteoporose, gota), câncer, doenças cardiovasculares (arritmia, hipertensão, derrame), transtornos no sistema nervoso central (convulsão, degeneração cerebelar alcoólica, demência alcoólica) entre outros (BORDIN; FIGLIE; LARANJEIRA, 2004b). Além dos aspectos citados, os sintomas de abstinência ocorrem inicialmente de forma leve, mas com a progressão do uso aumentam de intensidade e tornam-se mais persistentes, ou seja, aumentam na maior parte das vezes que o usuário diminuir ou cessar a ingestão abruptamente. Os principais sintomas de abstinência são: tremores, náuseas, sudorese e perturbações de humor, que variam de uma leve agitação nos estágios iniciais de abstinência até um estado atordoante de agitação, depressão e ansiedade.

Quanto às conseqüências emocionais do uso de drogas, as complicações psiquiátricas são estudadas para cada substância. O álcool costuma provocar complicações psiquiátricas induzidas pelo abuso ou pela abstinência alcoólica, como a alucinação temporária, depressão, ansiedade, hipomania, ciúme patológico e ações violentas (Bordin et al, 2004b). É importante lembrar que diversos autores afirmam que os aspectos emocionais são agravados pelo uso de drogas já que compreendem as dificuldades afetivas como causadoras do quadro de dependência química. Silveira (1996, p. 7) afirma:

[...] compreendemos o dependente de drogas como um indivíduo que se encontra diante de uma realidade objetiva ou subjetiva insuportável, realidade esta que não consegue modificar e da qual não pode se esquivar, restando-lhe como única alternativa a alteração da percepção da realidade.

Conclui-se, portanto, a partir dos dados expostos, que seja como causa ou como decorrência, as conseqüências emocionais são em menor ou maior grau inevitáveis aos dependentes químicos.

Quanto às complicações sociais, a dependência do álcool parece comprometer todos os papéis sociais que a pessoa exerce em menor ou maior intensidade, dependendo do grau de dependência. Assim sendo, para aquele que é pai ou mãe, marido ou esposa, filho ou filha, profissional, estudante, motorista, cidadão ou executa outros papéis, costuma haver um comprometimento em suas funções decorrente das reações da dependência química. Bordin et al (2004b) discutem as seguintes complicações sociais advindas do uso abusivo do álcool: funcionamento familiar prejudicado e violência doméstica, problemas no trabalho, habitação,

dificuldades financeiras, crimes e transgressões, como dirigir alcoolizado e ficar vulnerável a prejuízos (físicos, materiais etc..) em função do estado de embriaguez.

O funcionamento familiar prejudicado será discutido mais detalhadamente no próximo capítulo por ser uma variável importante no presente estudo, mas basta afirmar que os autores citam que cerca de 39% das ocorrências policiais relativas a conflitos familiares estavam associadas ao uso de algum tipo de droga, inclusive o álcool. Em relação aos problemas no trabalho, dependendo da função, pode ocorrer uma baixa produtividade até com prejuízos financeiros, ou risco de acidente fatal. Os autores, ao citarem dados do Ministério da Saúde, afirmam que o alcoolismo é a terceira causa mais freqüente de absenteísmo no Brasil, fato que explica o desemprego freqüente do dependente.

Algumas condições podem estar ligadas ao problema do abuso e da dependência do álcool e ficam assim prejudicadas, como problema de má habitação (residências em má condição, falta de pagamento de aluguéis e taxas, entre outros) e dificuldades financeiras. Tal fato se explica em função de o dependente não ter controle sobre o uso da substância e conseqüentemente dos gastos com ela, o que acarreta um prejuízo com o cumprimento de obrigações financeiras. Quanto aos crimes, costuma ser comum que o abuso de álcool provoque a liberação de comportamentos violentos ou sexualmente agressivos. Os estudos nessa área não colocam o álcool como causador do crime, mas como potencializador de atos impulsivos.

Outro aspecto freqüentemente associado à dependência de álcool é o ato de dirigir alcoolizado. Os autores citam dados do Ministério da Saúde em que 18 a 75% dos acidentes de trânsito entre 1976 e 1985 envolveram ao menos uma pessoa alcoolizada. Oliveira e Melcop (2000) ao discutirem a questão afirmam que o álcool aumenta a probabilidade de acidentes na medida em que diminui a capacidade discriminatória visual e auditiva, reduz a coordenação visual, auditiva e motora e os reflexos, modifica o comportamento, podendo gerar desinibição, euforia e falsa segurança, tanto nos condutores de veículos como nos pedestres. Os autores citam um estudo realizado em 1997 pelo Instituto RAID e o CETA/UFBA nas cidades de Recife, Salvador, Brasília e Curitiba que mostrou que 61% das vítimas de acidentes de trânsito do estudo tinham algum nível de álcool no sangue (a partir de 0,1g/l); desses, 27,2% excediam o limite preconizado pelo Código de Trânsito (0,6g/l). Além disso, segundo o Portal do Governo do Estado de São Paulo, a lei federal 11.705 que entrou em vigor em 20 de junho de 2008 no Brasil e visa proibir o uso de álcool para pessoas que vão dirigir salvou vidas, aliviou hospitais e reduziu despesas com internações na cidade de São Paulo. O Instituto Médico-Legal (IML) de São Paulo constatou uma redução de 63% no

número de mortes causadas por problemas no trânsito (www.saopaulo.sp.gov.br/sis/lenoticia.php). Esse levantamento compara os três fins de semana que antecederam a nova lei (35 mortos) com os três que se seguiram à sua implantação (treze óbitos). Finalmente, outro fator de risco social é a vitimização, já que a pessoa embriagada pode tornar-se um alvo fácil para ladrões e criminosos violentos em função da vulnerabilidade física e mental dada pelo estado de embriaguez.

Em síntese, os estudos apresentados até o presente momento apontam a grande proporção de pessoas envolvidas no problema da dependência química e a variabilidade de danos que ela pode acarretar, dependendo da vulnerabilidade do indivíduo, do tempo de uso da substância e da intensidade. Outro aspecto que mereceu destaque é que drogas lícitas podem ter um impacto tão ou mais amplo que as drogas ilícitas na vida das pessoas devido à maior aceitação nos meios sociais e à promoção pelos meios de comunicação. Em virtude disso, o abuso de álcool ou a sua dependência tem uma grande repercussão social, já que não afeta apenas o usuário (com conseqüências físicas, emocionais, ocupacionais, entre outras), mas também aqueles que estão próximos ao dependente, como a família.

Pelas conseqüências apontadas acima, pelo fato de ser uma droga permitida por lei e de fácil acesso, e pela grande população prejudicada, escolhemos esta variável para objeto do presente estudo.

6.3 CONSEQÜÊNCIAS AOS FAMILIARES

Algumas décadas atrás, os pesquisadores passaram a atentar também para as pessoas que conviviam com o dependente de drogas, já que o ambiente no qual ele estava inserido costumava ficar prejudicado. Dessa forma, os integrantes da família do dependente químico tornaram-se focos de estudos uma vez que eram os que mais conviviam com o dependente. Acrescido a esse fato, notou-se nessa população uma alta incidência de disfunções físicas, emocionais e sociais.

Payá e Figlie (2004a) afirmam que o impacto que a família sofre com o uso de drogas de um de seus membros corresponde às reações que vão ocorrendo com o sujeito que as utiliza. As autoras descrevem quatro estágios que a família progressivamente costuma vivenciar sob a influência das drogas ou álcool:

Primeiro: prepondera o mecanismo de negação, no qual ocorrem tensões e desentendimentos, e as pessoas deixam de falar o que realmente sentem e pensam.

Segundo: a família tenta controlar o uso da substância pelo dependente, bem como as conseqüências físicas, emocionais, ocupacionais e sociais. Pode ocorrer um clima de segredo familiar, sendo a família cúmplice de mentiras relacionadas ao abuso da substância psicoativa.

Terceiro: os membros da família adotam papéis rígidos e previsíveis, de forma que assumem responsabilidades de atos que não são seus. É comum ocorrer acúmulo de papéis nos membros da família, como a mãe que assume o papel também de pai em função do alcoolismo do marido, ou a filha que assume o papel da mãe por conta da dependência química dessa última. Nesse estágio a desorganização da família é enorme.

Quarto: caracterizado por exaustão emocional, podem surgir graves distúrbios de comportamento nos familiares, sendo freqüente o afastamento entre os membros da família e uma grave desestruturação familiar.

Em relação à fase de ajustamento ou resposta adaptativa da família ao comportamento de beber do cônjuge, Jackson (1954, apud Krestan e Bepko, 1995) discute algumas seqüências de reações, sendo a maioria delas bastante semelhante às reações descritas por Payá e Figlie. O autor afirma que no estágio inicial a interação conjugal costuma ser tensa, seguida por uma etapa de isolamento familiar, em que a família se organiza em torno do comportamento de beber e o ajustamento conjugal se deteriora. Na etapa seguinte, o comportamento familiar, em especial do cônjuge, pode mudar para o extremo oposto, abandonam-se as tentativas de controlar o dependente, podendo seguir para uma última etapa descrita pelo autor, na qual o cônjuge torna-se responsável pelas tarefas e responsabilidades do bebedor, e a família sente pena dele. Nesse momento, o casal pode separar-se ou não, e, nesse último caso, a família tende a manter os papéis e a organização da última etapa.

Os estágios descritos pelos autores definem um padrão de evolução do impacto das substâncias nas famílias e, apesar de Payá e Figlie (2004a) alertarem sobre a sua freqüência, ele não é necessariamente absoluto, podendo encontrar famílias que não passam pelo mesmo processo. Em contrapartida, existem inúmeras pesquisas que apontam para o progressivo prejuízo aos familiares de dependentes químicos.

Vicentin (2004) estudou o estresse e a qualidade de vida de progenitores de usuários de cocaína e crack. Chama-se de estresse a reação psicofisiológica muito complexa que tem

na sua gênese a necessidade de o organismo lidar com algo que ameaça sua homeostase ou equilíbrio interno (LIPP, 2004). Dos participantes avaliados, 90% estavam com estresse: 33% na fase de quase exaustão e 7% na fase de exaustão, correspondendo essas duas últimas às fases mais intensas do estresse, consideradas patológicas. Quanto à avaliação da qualidade de vida dos progenitores que participaram do estudo, a totalidade estava com prejuízo na área da saúde, 80% na área profissional e 70% na área social. Notou-se nesse estudo que os pais dos usuários de drogas apresentavam comprometimento em diversas áreas da qualidade de vida. Lipp (2001) afirma que a doença de alguém da família pode aumentar a probabilidade de outros familiares adoecerem, o que corrobora os estudos de Vicentin, posto que a dependência química é considerada uma doença ou, em outros termos, um transtorno mental.

Payá e Figlie (2004a) afirmam que os principais sentimentos da família que convive com dependentes químicos são: raiva, ressentimento, dor, impotência, medo do futuro, falência, culpa e vergonha. Vicentin (2004) encontrou em sua pesquisa que o medo do futuro (como o medo de morte ou de prisão do filho) foi o pensamento mais freqüente dos pais sobre seus filhos usuários de cocaína e *crack*, assim como o estudo de Payá e Figlie.

Embora os sentimentos dos familiares indiquem a possibilidade de ruptura familiar, Fender (1996) afirma que uma pessoa que vive o problema de dependência de drogas freqüentemente tem vínculos familiares, embora normalmente desgastados. Fender discute o problema da dependência química na família a partir da Teoria Sistêmica, que se baseia na inter-relação e interdependência inerente a todos os fenômenos físicos, psicológicos, sociais e culturais. A partir dessa concepção de mundo em termos de relação e integração, o sistema familiar tende a funcionar como um sistema total, em que as ações e comportamentos de um de seus membros influenciam simultaneamente e são influenciados pelos comportamentos dos outros.

Nesse caso, a dependência química dentro da família vai desencadear algumas reações em todos os seus integrantes - como exemplificado pela autora, alguns familiares colocam o dependente como centro dos problemas da família e como único responsável pelo problema existente - e, conseqüentemente, terá uma repercussão no familiar dependente, gerando um ciclo de ações e reações. Partindo desses pressupostos, a autora afirma que o problema da dependência química não é um problema individual e sim familiar, já que o sistema familiar afeta e é afetado pelo abuso e dependência de drogas de um de seus integrantes. A autora afirma que o uso indevido de drogas inevitavelmente envolve intensamente a família, sendo as pessoas mais atingidas os pais, o cônjuge e os filhos.

Steinglass, Benett, Wolin e Reiss (1993) afirmam que a dependência química no sistema familiar pode ser um fator de união ou ruptura. No segundo caso, é bastante comum o companheiro do dependente químico pedir o divórcio, ou os filhos em idade adulta saírem de casa em função do problema do dependente. Os autores apontam situações em que os integrantes da família unem-se para a preservação da sua imagem, buscando tratar a questão da dependência de um de seus integrantes como segredo, ou mesmo organizando estratégias para proteção de seus integrantes, como, por exemplo, todos se calarem ou fingirem estar dormindo quando o dependente chega alcoolizado ou drogado. Os autores alertam para a alta tolerância a situações de estresse e para uma intensa adaptação a essa condição; nesse sentido, Brasil (2004) chama a atenção para a questão da co-dependência.

A esse respeito, Toffoli, Wanjstock, Mantel, Biscaia e Biscaia (1997) dizem que os co-dependentes mostram claramente alterações de estrutura de sua personalidade, o que causa muito sofrimento e dor. Wegsheider (1981) foi um dos primeiros autores a definir o fenômeno da co-dependência, caracterizando-o como uma obsessão sobre o comportamento do dependente e seu bem-estar. Toffoli et al (1997) entendem a co-dependência como uma doença de relacionamentos, na qual um dos membros pode ser um dependente químico, mas a característica primordial é o investimento no outro em detrimento de si mesmo.

Brasil (2004) diz que o co-dependente costuma apresentar uma ou mais compulsões, ter auto-estima rebaixada, acreditar que sua felicidade depende do outro, sentir-se responsável pelos outros, negar constantemente sua realidade, preocupar-se em controlar e mudar coisas que não dependem dele e, dessa forma, aumentar o seu grau de frustração em relação à vida, que é pautada por extremos. Isso parece ocorrer, pois no caso de obter sucesso em controlar o dependente químico, o co-dependente tem uma sensação de bem-estar. Se, pelo contrário, não obtém sucesso, a sua reação é de tristeza, desespero e infelicidade. O maior agravante é que o co-dependente não vive sua vida, não enfrenta seus próprios problemas e, além disso, dificulta o enfrentamento pelo dependente químico de suas próprias questões e, a partir daí, dificulta a recuperação da dependência química. Torna-se uma relação simbiótica e doentia.

A autora ainda afirma que os co-dependentes normalmente passaram por situações de abuso na infância, quando suas necessidades não foram satisfeitas, e repetem o padrão na família atual. A autora quer dizer que o co-dependente parece psicologicamente ser atraído por pessoas que precisam ser controladas, como é o caso dos dependentes químicos e vice-versa. Estudos apontam que é bastante comum um co-dependente ter convivido com um familiar dependente na infância (BRASIL, 2004). Outros estudiosos da área afirmam que não se pode garantir que o familiar co-dependente tenha tido dificuldades pessoais e, portanto,

atraiu um dependente químico, porém a convivência com esse costuma desencadear comportamentos de co-dependência em algum de seus integrantes, independente de ser o cônjuge, o progenitor ou um filho (TOFFOLI, 1997).

Além disso, diversos estudos têm indicado que filhos de dependentes químicos têm maior risco de se tornarem alcoolistas. Esse é outro tipo de repercussão para familiares de dependentes químicos e, nesse caso, os filhos, o que justifica estudos incessantes e detalhados com essa população (PAYÁ; FIGLIE, 2004a; SHER, 1997).

Em suma, diversos estudos que objetivam analisar as conseqüências para os familiares de dependentes químicos afirmam que existe uma seqüência de reações dos familiares que é bastante similar à reação do dependente químico, iniciando pela negação do problema e, no final, chegando a uma exaustão física e mental de seus integrantes.

Outros estudos confirmam que os familiares podem desenvolver desequilíbrios físicos e emocionais devido à convivência com o dependente químico, sendo a co-dependência um dos mais estudados. Caracterizada pela obsessão em controlar o comportamento do dependente, a co-dependência resulta em muita dor e sofrimento, podendo ocorrer com qualquer integrante da família, desde o cônjuge até os filhos. Além disso, os filhos podem sofrer outras conseqüências pelo fato de fazerem parte de uma população ameaçada, uma vez que o ambiente familiar pode envolver inúmeros fatores de risco e poucos fatores de prevenção, como, por exemplo, a limitação física, emocional ou social a que o progenitor com problemas com álcool está sujeito.

7 FILHOS DE ABUSADORES E DEPENDENTES QUÍMICOS

*“Vocês são os arcos dos quais seus filhos
são lançados como flechas vivas.
O Arqueiro divisa o alvo na trilha do infinito,
e retesa o arco por Seu poder para que
Suas flechas possam seguir rápidas e voar longe
Que vocês sejam de bom grado a mão do Arqueiro.”*
Kahlil Gibran

Até meados do século XVIII não existia a classificação da chamada fase da infância. A criança nesse período era vista como um adulto em miniatura, ou mesmo um ser incapaz à espera de se tornar um adulto capaz. Nesse período muitas crianças não eram cuidadas pela família, sendo entregues a amas de leite e devolvidas quando atingissem idade suficiente para participar da rotina familiar. Muitas crianças faleciam antes mesmo de chegar ao primeiro ano de vida, vítimas de negligência ou até mesmo de maus tratos. Essa tese sobre a ausência do conceito de infância na Idade Média é apresentada por Ariès (1986) a partir de seus estudos sobre a criança e a família. O autor, um historiador social francês, afirma que não existia a consciência da especificidade da infância, fato que distingue essencialmente a criança do adulto.

Foi a possibilidade de ascensão da burguesia, em meados do século XVIII, que propiciou a noção de infância como fundamental para o desenvolvimento infantil. As famílias começaram a sentir necessidade de investir em seus filhos para garantir a manutenção do patrimônio. A partir da segunda Guerra Mundial, quando se vivenciou uma destruição impiedosa da vida humana, enfatizou-se ainda mais a necessidade de cuidados especiais aos anos iniciais da criança a fim de garantir a continuidade da humanidade.

Ariès (1986) afirma que, por volta do século XVIII, o conceito de infância, com seu progressivo desenvolvimento, foi confundido com o conceito moderno de adolescência, já que ambos parecem caracterizar o mesmo período. Isso ocorreu pelo fato de a burguesia ter criado o hábito de referir-se às idades de estar dependente em algum aspecto, como a infância, e não havia a idéia do que chamamos de adolescência nos dias atuais, conceito que só se formaria por volta do século XIX. Atualmente no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) considera criança para efeitos legais a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade incompletos.

Infância e adolescência passaram a receber uma atenção cada vez maior por parte da sociedade. Uma infinidade de estudos confirmava que nesse período a pessoa encontra-se em acelerado desenvolvimento físico, mas também psicológico, moral e social e que, portanto, deveria ser tratada a partir de suas particularidades. Fato que comprova essa afirmação é que esse mesmo Estatuto diz: “Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos. Seus direitos devem ser tratados com prioridade absoluta [...] para tudo deve ser levada em conta sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”.

Na história da humanidade, diversos teóricos refletiram sobre a natureza humana. Com a crescente importância atribuída ao período da infância, muitos deles vêm estudando o desenvolvimento psicológico infantil: o período em que ele ocorre, os aspectos que o compõem, a importância dos aspectos individuais e do coletivo, e o papel dos aspectos biológicos e do social. O tema gerou várias concepções teóricas, que serão discutidas abaixo. Um desses enfoques sobre o papel do biológico e do social sobre o desenvolvimento psicológico, denominado determinismo infantil (LEONEL, 2003), afirma que tudo que ocorre nos primeiros anos de infância determinará a constituição psicológica do indivíduo na vida adulta. Nesse caso, a saúde ou os distúrbios psicológicos estão relacionados às vivências da criança nos seus primeiros anos de vida e na relação com os seus cuidadores. As implicações do que foi vivido pela criança nesse período repercutirão repetidamente na vida dessa pessoa e mudanças só serão possíveis com intervenções terapêuticas. Esse enfoque, que nos parece de caráter mecanicista e pessimista, parece ter sofrido grande influência da emergência do conceito social de infância já tratado acima e da necessidade de preservar as relações familiares.

A visão empirista propõe outro enfoque para a questão do desenvolvimento psicológico infantil. Enfatiza-se a ação do ambiente no desenvolvimento infantil, concebendo a criança como um ser que sofre passivamente suas influências. A origem de tal enfoque de pensamento tem sido atribuída a Watson, psicólogo americano proponente da teoria behaviorista, que afirmou que se lhe dessem crianças saudáveis, nas condições que ele estabelecesse (formal ou arbitrariamente), ele as transformaria, através de treinamento, em médicos, advogados, artistas ou até mesmo em mendigos, se assim o desejasse. Essa afirmação esclarece a visão empirista sobre a ação determinante do meio externo, sendo o homem plenamente adaptável e condicionado pelo ambiente. Para os empiristas, a criança recebe grande influência da família, em especial de seus progenitores, posto que, nos primeiros anos de vida, o comportamento dos filhos é modelado em grande parte pelo comportamento dos pais.

Outro enfoque sobre o desenvolvimento psicológico considera os aspectos biológicos da criança em conjunto com todas as situações até então vivenciadas por ela, ou seja, a infância e a adolescência são períodos importantes assim como outros momentos da vida. Essa visão do desenvolvimento é chamada de interacionista uma vez que considera a interação entre os aspectos internos e os aspectos externos e enfatiza o papel ativo do indivíduo em constante reorganização dos comportamentos. Piaget seria o proponente mais conhecido dessa perspectiva, que afirma que o indivíduo é ativo na construção do seu desenvolvimento psicológico e ressalta que não é somente o sujeito, nem simplesmente o ambiente, mas sim os dois fatores que atuarão nesse processo (VINHA, 2000). Isso se deve ao fato de o sujeito receber estímulos do meio e os reelaborar e codificar através de um processo ativo. Esse enfoque considera também o processo de maturação, através de uma sucessão de momentos inter-relacionados e interdependentes. A partir desse olhar atento à infância e à adolescência, da importância do meio, assim como do papel ativo do sujeito, é que adotamos esse enfoque para nortear o nosso estudo.

Partindo desse enfoque interacionista, em que sujeito e meio se influenciam mutuamente, a família é o primeiro ambiente em que a criança se insere. É na família que a criança primeiramente inicia o seu processo de desenvolvimento. É nela normalmente que a criança apresenta suas primeiras ações motoras, mentais e afetivas, sendo a família, nesse caso, que inicialmente reagirá a todas as ações infantis, influenciando as primeiras estruturas (cognitivas, emocionais, sociais, entre outras) da criança. Dessa forma, a família, como agente inicial de interação afetiva e social infantil, seguida posteriormente pelo espaço escolar, tem influência fundamental no desenvolvimento psicológico da pessoa. Tal influência não ficará restrita à infância, mas, como espaço inicial de formação de estruturas emocionais, repercutirá na adolescência e durante a vida adulta, dependendo da oportunidade de reestruturação das estruturas iniciais. Dessa forma, parece incontestável que comportamentos saudáveis dos pais, da mesma forma que os não saudáveis, repercutirão de alguma forma no desenvolvimento psicológico dos filhos.

Em relação a esse aspecto, Reppold, Pacheco e Hutz (2005) afirmam que a ocorrência de violência doméstica e a manifestação infanto-juvenil de comportamentos anti-sociais têm uma característica em comum: ocorrem em famílias que apresentam pouca interação familiar e um alto nível de negligência. Segundo os autores, os pais que são percebidos como negligentes, ou seja, que são pouco responsivos e pouco exigentes, têm filhos que revelam maior vinculação a grupos de risco para o uso de drogas, realização de atos infracionais e comportamento sexual promíscuo, além de altos níveis de agressividade e dificuldades

escolares e sociais. Reppold et al (2005) afirmam que pais caracterizados como negligentes normalmente são pouco afetivos e têm seus interesses centrados em suas próprias necessidades. Os autores discutem outros três tipos de estilos parentais: autoritário, autoritativo e indulgente. O estilo autoritativo caracteriza os pais que apresentam alto nível de responsividade e de exigência, com monitoria efetiva do comportamento do filho, reconhecendo sua individualidade, estabelecendo um vínculo de amor, parceria e confiança. As pesquisas demonstram que os filhos que percebem seus pais como autoritativos tendem a apresentar menor incidência de comportamentos agressivos e outras condutas anti-sociais, assim como depressão e ansiedade. Por outro lado, apresentam melhor auto-eficácia, menor adesão ao uso de drogas e melhor habilidade social. O estilo parental categorizado como indulgente apresenta alto nível de responsividade e baixo nível de exigência, já que oferece ampla assistência emocional, porém sem colocar limites. Os filhos de pais percebidos como indulgentes costumam apresentar bom nível de auto-estima e autoconfiança, porém baixo rendimento escolar e problemas legais, como vandalismo e abuso de drogas. O estilo parental autoritário é contrário ao indulgente, já que apresenta alto índice de exigência e baixo grau de responsividade. Os pais com esse estilo impõem normas claras, monitoramento constante, mas são rígidos nas sanções colocadas aos filhos, que têm pouco espaço para dar opiniões e discutir sentimentos. Os filhos de pais autoritários tendem a apresentar baixo índice de habilidade social, comportamento conformista e problemas internalizantes, como depressão e somatização. Outro fato curioso é que os filhos desses pais tendem a ter menor envolvimento com o uso de drogas e alto desempenho escolar. Sendo assim, como se daria o desenvolvimento psicológico de filhos de dependentes químicos?

Nos capítulos iniciais do presente estudo buscamos contextualizar as condições físicas, emocionais, sociais e ocupacionais dos dependentes de substâncias psicoativas. As conseqüências ocorrem, dependendo do tempo do uso da substância, em menor ou maior intensidade; muitos desses dependentes químicos têm filhos em pleno desenvolvimento psicológico que convivem diariamente com tais condições adversas. No grupo de dependentes, os alcoolistas parecem ser aqueles que mais costumam manter a família e a convivência diária com os filhos, muito provavelmente pela legalidade da substância, pela maior aceitação social e pelo fato de essa substância demorar mais para gerar conseqüências físicas excessivamente danosas, quando comparadas às drogas ilícitas. Além disso, é bastante freqüente que os filhos dos alcoolistas tenham que enfrentar situações difíceis criadas pelo progenitor não dependente, que tem dificuldade de lidar com emoções intensas de raiva, ressentimento, tristeza e medo e em muitos casos (PAYÁ; FIGLIE, 2004b; VICENTIN, 2004)

os filhos devem lidar com a co-dependência do outro progenitor (BRASIL, 2004). Em estudo realizado por Payá, Fontes, Moraes e Figlié (2004), no qual foram entrevistadas crianças e adolescentes filhos de dependentes químicos, 54% relataram agressão física na família, 41% morte de familiares, 31% problemas policiais e 30% doenças graves. Das crianças desse estudo, 77,8% relataram situação de conflito familiar freqüente. Tem-se constatado que as famílias de alcoolistas têm menor capacidade de solução de problemas tanto entre os pais como na família como um todo, quando comparadas a famílias de não alcoolistas. Outro dado que chama a atenção das autoras nesse estudo é que 58% dos cônjuges dos alcoolistas apresentam vulnerabilidade a distúrbios mentais, 73% declararam que a gravidez não foi planejada e 59% dos filhos necessitavam de algum tipo de tratamento, o que evidencia condições disfuncionais para o desenvolvimento infantil e um universo familiar de risco. Além disso, muitos filhos de alcoolistas percebem pouca comunicação entre os outros integrantes da família, vistos como distantes e pouco comunicativos (PAYÁ; FIGLIÉ, 2004b). Provavelmente isso seja uma forma de negar e evitar o problema do familiar dependente, ou decorrente de uma comunicação ruim a fim de que o problema “entre em extinção”.

Diversos estudos demonstram que em famílias com dependentes químicos existe uma alta taxa de violência familiar, incluindo abusos físicos e sexuais (PAYÁ; MORAES; FONTES; FIGLIÉ, 2004). Klostermann e Fals-Sterwart (2005) apontaram em um artigo de revisão sobre violência do parceiro e uso de álcool que 86% dos homicídios, 37% dos assaltos, 60% dos abusos sexuais e 13% dos abusos infantis estudados foram precedidos pelo consumo de álcool do agressor. Devemos lembrar que esses dados representam apenas os casos em que ocorre registro formal em delegacias, o que sugere que essa proporção seja muito maior, já que muitas famílias mantêm a violência doméstica e o alcoolismo familiar em segredo.

Em outros casos, os filhos têm de lidar com a cisão familiar como consequência do alcoolismo de um dos progenitores, já que muitos casais preferem a separação conjugal a conviver com as implicações do alcoolismo, especialmente se o dependente não se mantiver em tratamento. Da mesma forma, o filho não fica isento de algum dano psicológico, independente da convivência diária com a imagem pouco saudável do progenitor dependente, especialmente porque os vínculos afetivos entre progenitores e filhos se mantêm independente da distância física.

Em suma, compreendemos a partir do enfoque teórico que embasa o presente estudo que o meio e o organismo interagem no desenvolvimento psicológico do sujeito. Dessa forma, as crianças e os adolescentes necessitam de um maior cuidado pelo fato de estarem em

acelerado processo de estruturação psicológica, podendo surgir, conseqüentemente, muitos problemas afetivos. A família participa ativamente desse processo, não determinando, mas influenciando o desenvolvimento dos filhos.

A literatura internacional e nacional traz alguns resultados de estudos que mostram que as interações negativas que costumam ocorrer nos lares com progenitores alcoolistas repercutem nos integrantes da família e na interação desses com os filhos. Algumas investigações que discutem as conseqüências para os filhos de pais com problemas com substâncias psicoativas serão apresentadas em seguida.

7.1 IMPLICAÇÕES PESSOAIS E INTRAPESSOAIS

Tendo examinado o papel importante desempenhado pelos familiares para o desenvolvimento saudável dos filhos, cabe agora analisar mais detalhadamente o impacto do alcoolismo sobre eles. Carter e McGoldrick (1995) colocam que uma das funções da vida familiar é garantir a segurança emocional e física da criança e um ambiente em que as tarefas desenvolvimentais normais possam ser completadas. Os autores afirmam que o fato de um dos progenitores ou até mesmo um irmão ser um alcoologista pode distorcer os processos e papéis familiares normais. Wegscheider (1981) identifica quatro papéis que os filhos podem assumir nessa situação: herói, bode expiatório, criança perdida ou mascote. Cada papel geralmente identifica um padrão de comportamento de sub ou super-responsabilidade que representa a tentativa da criança de lidar com a desorganização ou inconsistência emocional do ambiente familiar. Isso ocorre porque a família tende a focar o álcool, em muitos casos tentando controlar o bebedor ou esquivar-se de suas reações, e não a criança. É em função disso que se pode dizer que o alcoolismo dos pais rouba a infância dos filhos (CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

No entanto, o alcoolismo de um dos progenitores pode emergir quando os filhos já são adolescentes ou mesmo adultos que moram com os pais. Carter e McGoldrick (1995) alertam para a diferença entre as conseqüências do alcoolismo de um dos progenitores quando o início é precoce, ou seja, a criança convive desde cedo com o alcoologista, e quando o início é tardio, que é o caso do adolescente ou adulto. Parece provável que o início tardio provoque um impacto menor nos filhos quando comparado ao impacto do alcoolismo precoce no ciclo de vida das crianças. No entanto, esse fator pode ser agravado ou não pelo lapso de tempo do

início do beber e o momento em que a família busca tratamento. Vicentin (2004) encontrou, em seus estudos com progenitores de dependentes químicos, um estresse significativamente menor após doze semanas de participação em um grupo de apoio a familiares de usuários de drogas, embora na maioria dos casos os filhos continuassem com o uso da substância. O estudo mostra que os familiares podem buscar uma rede de apoio para lidar com as conseqüências do alcoolismo familiar de forma a colaborar no reequilíbrio emocional.

A possibilidade de buscar uma rede de apoio para o enfrentamento das implicações relacionadas à convivência com o progenitor alcoolista é limitada para a criança, já que na maioria dos casos ela está sujeita às atitudes do progenitor não dependente. Se o familiar não dependente busca auxílio em uma rede de suporte, como grupo de apoio ou profissionais que o orientem, e utiliza estratégias para melhorar a qualidade de vida da família, independente da ação do familiar abusador ou dependente de drogas, é provável que os filhos ampliem a possibilidade de equilíbrio emocional. Em contrapartida, existe uma situação na qual o filho não tem qualquer possibilidade de enfrentamento ou escape do uso de álcool do familiar: o alcoolismo gestacional materno. O consumo de álcool materno em qualquer momento da gravidez pode provocar defeitos de nascimento ou déficits neurológicos. A criança que nasce com a síndrome alcoólica fetal pode ter desenvolvimento físico pré e pós-natal retardado, rebaixamento intelectual e características de anormalidades craniofaciais. Conclui-se que a dependência química de um dos progenitores pode trazer seqüelas de diversas ordens aos filhos, sendo, em alguns casos, praticamente irreversíveis (SEIBEL, 2001).

Em 1980 foram estabelecidos critérios mínimos para o diagnóstico da síndrome do alcoolismo fetal, e a partir de então um número grande de estudos destinou-se a conhecer as implicações do alcoolismo do progenitor nos filhos nas diferentes fases da vida: infância, adolescência e fase adulta. O aumento de estudos nessa área se devia às disfunções desencadeadas no ambiente familiar e à preocupação com a reação dos filhos sob essa condição, além da necessidade de estudar o processo e as causas do alcoolismo (PAYÁ; FIGLIÉ, 2004b; SHER, 1997). Essas investigações se destinavam a fornecer alguma resposta sobre o motivo de os filhos de pais com problemas com álcool apresentarem maior risco de desenvolver o alcoolismo. Os resultados apontaram outra questão ainda sem resposta definitiva: qual o papel dos fatores genéticos e ambientais no desencadear do problema?

Sher (1997) em um artigo de revisão sobre filhos de dependentes químicos afirma que as pesquisas nos últimos vinte anos têm identificado duas classes de sintomas psicopatológicos infantis: sintomas externalizantes e sintomas internalizantes. Os externalizantes estão relacionados a tipos de comportamentos externos, como desafio,

agressão, desatenção e impulsividade; dizem respeito a ações observáveis no meio. Já os problemas internalizantes estão relacionados a sintomas como ansiedade e depressão, ocasionando as dificuldades intrapessoais. Diversos estudos discutidos pela autora sobre sintomas externalizantes mostram uma alta prevalência de déficit de atenção, hiperatividade e desordem de conduta, com inclusão de traços de agressividade e impulsividade em filhos de alcoolistas. Além desses sintomas, as pesquisas discutidas pela autora nas últimas décadas mostram de fato uma probabilidade de duas a dez vezes maior do desenvolvimento do alcoolismo na fase adulta em filhos de alcoolistas. Quanto aos sintomas internalizantes, Sher relata que um número grande de pesquisas com filhos de alcoolistas verificou neles um nível elevado de depressão e ansiedade. Outro resultado é que esses filhos na adolescência e na fase adulta parecem ter menor auto-estima, o que poderia explicar a evolução para o estado depressivo.

Em estudo posterior, Sher e colaboradores (2005) compararam aspectos clínicos de sujeitos depressivos sem alcoolismo, mas com histórico familiar de alcoolismo, e um grupo depressivo sem alcoolismo e sem histórico familiar depressivo. Os autores encontraram diversos resultados significantes. Pacientes com depressão intensa e histórico familiar de alcoolismo sofriam prevalentemente abuso infantil e desordem de estresse pós-traumático comparados a pacientes depressivos sem histórico familiar de alcoolismo. Além disso, no primeiro caso, os pacientes têm maior risco de apresentar comportamento suicida e têm mais intenção de morrer no momento de sua tentativa suicida, comparados a sujeitos depressivos sem histórico familiar de alcoolismo. Esse estudo aponta a necessidade de maior atenção e cuidado com pessoas com transtornos emocionais graves, como a depressão maior, acompanhados de histórico familiar de alcoolismo.

Um estudo realizado no Brasil por Souza (2004) teve a finalidade de verificar as características emocionais, cognitivas e comportamentais de filhos de alcoolistas. Participaram 40 crianças de 9 a 12 anos, sendo 20 filhos de alcoolistas (10 meninos e 10 meninas) e 20 filhos de não alcoolistas (10 meninos e 10 meninas). Quanto aos aspectos emocionais, foi verificada diferença significativa entre os filhos de alcoolistas e os de não alcoolistas, pois os primeiros, em especial do sexo feminino, apresentavam maiores problemas psicológicos. Na avaliação qualitativa, essas dificuldades diziam respeito à timidez, insegurança, retraimento, sinais de depressão, baixa auto-estima e dificuldade de relacionamento, o que confirma diversos resultados de estudos discutidos por Sher. Quanto ao aspecto comportamental, também foi verificada diferença significativa entre os filhos de alcoolistas e os filhos de não alcoolistas. Segundo as mães, as filhas são agitadas, impacientes,

briguintas, irritáveis, desobedientes e apegadas a elas. Os meninos eram percebidos pelas mães com as mesmas características, com exceção da desobediência. De forma geral, as filhas de alcoolistas mostravam mais problemas comportamentais e emocionais quando comparadas aos filhos de alcoolistas e filhas de não alcoolistas, o que indica uma maior vulnerabilidade das meninas ao pai alcoolista.

Curiosamente, contrariando resultados de outros estudos (SHER,1997; PAYÁ; FIGLIÉ, 2004b), a maioria das crianças apresentava desempenho cognitivo de acordo com o esperado para as suas idades. Payá e Figlie (2004b) apresentam resultados que contrariam os mencionados acima: afirmam que os filhos de alcoolistas geralmente apresentam dificuldades escolares, e em idades pré-escolares mostram linguagem e raciocínio mais precários quando comparados a filhos de não alcoolistas; as autoras atribuem tais resultados à qualidade inferior do estímulo presente na casa.

De qualquer forma, Souza (2004) apresenta resultados que confirmam outros estudos sobre o impacto prejudicial na área emocional e comportamental de filhos de alcoolistas, além dos dados pouco explorados em estudos nacionais referentes às diferenças de gênero e à dependência química.

Outro estudo que se refere à diferença de gênero em filhos de alcoolistas avaliou 103 deles, sendo 59 meninas e 44 meninos e 780 filhos de não alcoolistas, sendo 422 meninas e 358 meninos. Christensen e Bilenberg (2000) aplicaram um questionário que se destinava a avaliar problemas comportamentais e emocionais dos participantes do estudo. Dos 118 itens avaliados no questionário, 17 apresentavam diferenças significativas na população de filhos de dependentes químicos. As filhas de alcoolistas tiveram aumento significativo na área de problemas de conduta, déficit de atenção, hiperatividade e sintomas depressivos quando comparadas às filhas de não alcoolistas, enquanto os filhos de alcoolistas não tiveram diferença significativa em nenhuma área. Já o comportamento social desviante foi afetado pelo gênero do progenitor alcoolista; filhos de pais alcoolistas manifestam diferenças significativas nesse aspecto em relação aos filhos de mães alcoolistas. Além disso, nas famílias com mães alcoolistas, as filhas apresentaram mais depressão e problemas internalizantes do que os filhos, o que se inverte nas famílias com pais alcoolistas, cujos filhos apresentavam mais depressão e problemas internalizantes do que as filhas. Nota-se a partir desse estudo que os filhos de alcoolistas tendem a desenvolver mais problemas comportamentais e emocionais de acordo com o sexo do progenitor quando comparados a filhos de não alcoolistas, reforçando os estudos que já foram discutidos neste trabalho com essa população. Da mesma forma, como foi destacado no estudo de Souza (2004), as filhas

parecem ser mais afetadas no seu desenvolvimento psicológico do que os filhos de alcoolistas. Deve ser lembrado, porém, que o aspecto discutido por Christensen e Bilenberg (2000) diz respeito ao gênero do progenitor alcoolista e às diferentes implicações para filhos e filhas.

Entretanto, Sher (1997) alerta para os fatores que influenciam a pesquisa com essa população e para a dificuldade em fazer generalizações de estudos com filhos de alcoolistas em função das seguintes questões:

- 1) Uma grande porcentagem de casos de alcoolismo coexiste com outras desordens psicológicas;
- 2) A dificuldade de um consenso sobre a melhor conceitualização do alcoolismo;
- 3) Comparação de filhos de alcoolistas com filhos de não alcoolistas que podem ter outros problemas psicológicos e comportamentais maiores do que os de filhos de família com alcoolista.

Muitos estudos longitudinais demonstraram que o alcoolismo precedeu os problemas psicológicos dos dependentes, enquanto, em outros casos, os problemas psicológicos precederam o alcoolismo. Tal fato leva à falta de consenso entre os estudiosos sobre a origem dos problemas apresentados pelos filhos de alcoolistas. Nessa mesma direção, os filhos dos não alcoolistas podem apresentar resultados similares aos filhos de dependentes de álcool devido aos progenitores dos primeiros apresentarem desordens emocionais, provocando tantas ou mais situações estressantes como as vivenciadas pela família do alcoolista.

Sintetizando os estudos sobre filhos de alcoolistas, a maioria dos resultados indica uma maior dificuldade emocional e comportamental nessa população. A dificuldade cognitiva e escolar parece ter sido fonte de controvérsia em alguns estudos. Nota-se, nos estudos, que as conseqüências são diferentes dependendo do sexo do genitor alcoolista e dos filhos; ao que tudo indica, quando eles são do mesmo sexo há maior impacto, principalmente entre as meninas. Um fato que merece destaque diz respeito à maior suscetibilidade dos filhos de alcoolistas para a dependência do álcool na fase adulta. Isso nos motiva a estudar essa população a fim de oferecer subsídios para ações futuras, apesar de conhecermos as dificuldades enfatizadas por Sher.

Os estudos que apresentamos até o momento dizem respeito a grupos de filhos de dependentes químicos e a grupos de filhos de não dependentes químicos, sendo discutidos os resultados de dificuldades emocionais dos dois grupos. Outra questão que nos intriga são as

avaliações de filhos de dependentes químicos que apresentam resultados satisfatórios relacionados ao desenvolvimento psicológico e, em muitos casos, superiores a muitos filhos de não dependentes químicos. Esse grupo de pessoas que não poderia ficar esquecido talvez possa ser explicado pelos fatores identificados no fenômeno chamado de resiliência.

7.2 RESILIÊNCIA

A origem etimológica da palavra resiliência é do latim *resiliens*, e significa saltar para trás, voltar, ser impelido, recuar, encolher-se, romper. Já em inglês, *resilient* remete à idéia de elasticidade e capacidade rápida de recuperação. Resiliência é um termo que, surgido do conceito proposto pela Física, tem a finalidade de avaliar até que ponto um material sofre um impacto e não se deforma (PINHEIRO, 2004). Atualmente o termo se aplica tanto a materiais quanto às pessoas, sendo esse último emprego o interesse do presente estudo.

O conceito de resiliência começou a ser estruturado a partir de um estudo longitudinal de Emmy Werner e Ruth Smith em Kauai, no Hawai (INFANTE, 2005). Foram estudadas 505 pessoas durante 32 anos, do período pré-natal em 1955 até a idade adulta. O estudo consistiu em identificar em um grupo de indivíduos que viveram em situações de adversidades similares (pobreza extrema, dissolução de vínculos familiares, alcoolismo, abuso etc.), os fatores que diferenciavam aqueles que se mostravam bem adaptados socialmente daqueles que assumiam condutas de risco. Percebeu-se que muitas dessas crianças que estavam expostas a situações de risco tinham a capacidade de superação das dificuldades e de construção de um futuro, resultando na proposta do conceito de resiliência (INFANTE, 2005).

De forma geral, a definição de resiliência é “a capacidade humana para enfrentar, vencer e ser fortalecido ou transformado por experiências de adversidades” (GROTBERG, 2005). A primeira geração de estudiosos sobre a resiliência, a começar por Werner e Smith, começou a estudar as qualidades pessoais (como auto-estima e autonomia) que permitiam às pessoas superar as adversidades, passando a estudar os fatores externos ao indivíduo, como fatores socioeconômicos e estrutura familiar. A maioria dos pesquisadores dessa geração se identificou com o modelo trifásico de resiliência, no qual os fatores de risco e de resiliência estavam organizados em três grupos: atributos pessoais, familiares e ambientais (INFANTE, 2005).

Em meados de 1990, uma segunda geração de pesquisadores passou a entender a resiliência como um processo dinâmico em que as influências do ambiente e do indivíduo se dão em uma relação recíproca que permite à pessoa se adaptar, apesar da adversidade. Grotberg (2005) identificou e organizou quatro categorias dos fatores resilientes: “eu tenho” (suporte social), “eu posso” (aquisição de habilidades interpessoais e resolução de conflito), “eu sou” (força interna) e “eu estou” (força interna). A autora afirma que as condutas resilientes supõem a presença e a interação dinâmica de fatores que vão mudando nas diferentes etapas da vida, acompanhando o desenvolvimento e o crescimento humano. Um exemplo é que a criança muito pequena necessita mais de apoio externo devido à própria limitação física, ou seja, do fator “eu tenho” (suporte social), quando comparada à criança maior. Grotberg (2005) baseia sua afirmação a partir das etapas de desenvolvimento propostas por Erik Erickson, segundo as quais do nascimento ao primeiro ano de vida ocorre o desenvolvimento da confiança básica, dos dois aos três anos ocorre o desenvolvimento da autonomia, dos quatro aos seis anos ocorre o desenvolvimento da iniciativa, dos sete aos doze anos o desenvolvimento do sentido da “indústria” e dos treze aos dezenove anos o desenvolvimento da identidade. Por isso, os fatores de resiliência mudam de acordo com a etapa de desenvolvimento da pessoa, assim como as situações de adversidades não são estáticas, podendo gerar novas condutas resilientes através de um processo dinâmico e interdependente entre os aspectos pessoais e ambientais.

Nessa mesma linha, Tavares (2001) afirma que o desenvolvimento da capacidade de resiliência dos sujeitos passa pela mobilização e ativação das suas capacidades de ser, estar, ter, poder e querer, ou seja, pela sua capacidade de auto-regulação e auto-estima. O autor afirma que ajudar as pessoas a descobrirem suas capacidades, aceitá-las e confirmá-las positiva e incondicionalmente é, em boa medida, a maneira de torná-las mais confiantes e resilientes para enfrentar a vida do dia-a-dia, por mais adversa e difícil que se apresente.

Outros fatores merecem ser enfatizados ao tratarmos desse assunto. Já é sabido que a resiliência não tem relação com o nível socioeconômico. Apesar de a pobreza ser uma condição de vida inaceitável, ela não impede o desenvolvimento da resiliência, conforme evidenciado em diversos estudos (GROTBERG, 2005). Também merece consideração a questão proposta por Trombeta e Guzzo (2002) sobre as novas diretrizes para o estudo da resiliência relacionadas à importância da interpretação dada pelo indivíduo acerca das adversidades, sugerindo ainda que ela possa ser mais significativa que os fatores de risco propriamente ditos. Assim sendo, a reflexão e a interpretação dos fatos através da cognição,

que é um atributo interno da pessoa, tornam-se características fundamentais nas pessoas resilientes.

Infante (2005) ainda coloca outro fator: a cultura. A autora diz que um aspecto essencial é verificar qual a conotação ideológica associada à adaptação positiva. Em outros termos, o conceito de desenvolvimento normal naquela sociedade parece ser outro fator a se considerar.

Considerando esses últimos aspectos, concordamos com Infante sobre a definição de resiliência como um processo de interação dinâmica entre múltiplos fatores de risco e de resistência, os quais podem ser familiares, fisiológicos, cognitivos, afetivos, biográficos, socioeconômicos e culturais. Dessa forma, descartamos a concepção de resiliência como implicação de apenas um aspecto, como um atributo pessoal, por exemplo.

O fato de a resiliência ser um processo dinâmico leva a duas outras implicações: ela é passível de ser promovida e relaciona-se a um estado que pode sofrer variações. No primeiro caso vê-se como necessária a implementação de estratégias que visem promover os fatores de resiliência. Conhecer as adversidades de uma pessoa ou de um grupo e oferecer-lhe condições para selecionar o nível e os tipos de resposta adequados para essas situações são passos nessa direção. No segundo caso, Melillo, Estamatti e Cuestas (2005, p. 63) afirmam sobre a resiliência:

[...] não se constitui de um estado definitivo, ou seja, pode-se estar mais ou menos resiliente, de acordo com a situação em que vive e as condições de entorno, ainda que a presença de fatores protetores bem estabelecidos na infância e na adolescência possam facilitar um bom desenvolvimento, mesmo nas piores circunstâncias.

Em relação aos estudos sobre os sujeitos que se tornaram resilientes, os autores encontraram um resultado que deve ser destacado merecidamente, considerando o foco do nosso trabalho. Todos os sujeitos que se tornaram resilientes tinham pelo menos uma pessoa familiar ou não) que os aceitava de forma incondicional, independente de seu temperamento, aspecto físico ou inteligência (MELILLO et al 2005). Walsh (2005) também confirma esses resultados ao afirmar que os pesquisadores têm, cada vez mais, vinculado a emergência da resiliência, fundamental nos contextos familiar e social, a crianças vulneráveis às influências protetoras. A resiliência das crianças às dificuldades é maior quando elas têm pelo menos um pai ou uma mãe atenciosa, um cuidador ou outro adulto que lhes dê apoio na sua família ampliada ou no mundo social. Nesse caso, a existência ou não de resiliência depende da interação da pessoa com seu entorno humano. Ressalta-se que a resiliência depende também

do entorno social, mas não apenas dele, já que o conceito de resiliência questiona teorias da psicologia de cunho determinista, que prevêm conseqüências inexoráveis para quem teve experiências dolorosas, de ataque ou perda significativa, especialmente na infância (RAVAZOLA, 2005).

As pesquisas sobre resiliência se orientam para o destaque das competências do sujeito e para desconstruir teorias lineares segundo as quais, diante de determinadas causas (pais ausentes, negligentes, violentos), sempre há conseqüências negativas (filhos doentes ou com condutas anti-sociais).

Melillo et al (2005) descreveram alguns atributos que aparecem com freqüência nas crianças e adolescentes consideradas resilientes. Os autores designaram tais atributos como pilares, que incluem: capacidade de introspecção (arte de se questionar e de dar respostas honestas), independência (fixar limites entre si e o meio com problemas), capacidade de se relacionar (estabelecer laços e intimidade com outras pessoas), iniciativa (gosto de pôr-se à prova em tarefas progressivamente mais exigentes), humor (encontrar o cômico na própria tragédia), criatividade (capacidade de criar a partir do caos), moralidade (conseqüência para entender o desejo pessoal de bem-estar de toda a humanidade e a capacidade de comprometer-se com valores) e auto-estima consistente (conseqüência do cuidado afetivo da criança ou adolescente por um adulto importante).

Partindo do enfoque sobre resiliência que vincula o entorno humano e o sujeito, pode-se ampliar a concepção da resiliência do individual para o coletivo. Assim sendo, estudos mais recentes buscam respostas para diferenças entre algumas famílias, por exemplo, que se destroem e se dissolvem diante de crises, e outras que conseguem sair delas mais maduras e fortalecidas. Tal situação é chamada de resiliência familiar e se refere aos processos de enfrentamento na família como uma unidade funcional.

Walsh (2005) afirma que uma perspectiva sistêmica nos permite compreender como os processos familiares intervêm no estresse, permitindo superar a crise e enfrentar dificuldades prolongadas. A autora afirma que “a maneira como uma família enfrenta e lida com uma experiência difícil, resiste ao estresse, se organiza de forma eficiente e segue a vida influenciará a adaptação imediata e em longo prazo de todos os membros da família e a própria sobrevivência e o bem-estar da unidade familiar”. Ela dá subsídios para justificar tanto o fato de algumas famílias se fortalecerem em conjunto após enfrentarem uma série de adversidades, como para justificar integrantes que crescem em ambientes disruptivos, ou seja, com baixo suporte para o seu desenvolvimento saudável e mesmo assim saem fortalecidos desses ambientes e, de forma surpreendente, apresentam um desenvolvimento psicológico

saudável. Walsh (2005) afirma que não é só a criança que é vulnerável ou resiliente; mais importante que isso, o sistema familiar influencia o ajuste final.

A relação entre o sistema de crenças familiares e a resiliência é levantada por Walsh (2005). Os sistemas de crenças, assim como nossa visão de patologia e normalidade, são socialmente construídos. Chamamos de sistema de crença a perspectiva segundo a qual vemos o mundo em que vivemos; ele abrange os valores, convicções, atitudes e tendências que formam nossos princípios básicos e que tendem a guiar nossas ações. A visão que temos sobre uma família considerada saudável ou não está em parte relacionada ao nosso sistema de crenças, sendo algumas facilitadoras para a evolução da resiliência e outras, pelo contrário, dificultam-na pelo seu caráter restritivo e inflexível. Por conta disso, muitas famílias se estressam devido a crenças comuns, como, por exemplo, acreditar que uma família saudável é aquela que está isenta de problemas e a crença de que a família saudável é aquela família tradicional (pai, mãe e filhos) idealizada.

Tal fato nos leva a crer que um fator que pode ser estressante para algumas famílias, como o alcoolismo, para outras que vivem em comunidades onde o uso do álcool é habitual pode não acarretar uma reação com tanto impacto para seus integrantes, especialmente se não incluir violência doméstica. Do contrário, caso ocorram outros estressores concomitantes, como violência doméstica ou desemprego, em conjunto com o alcoolismo, Walsh alerta que a adaptação da família, ou de qualquer um de seus integrantes, torna-se mais complexa.

No caso do desenvolvimento da resiliência nos filhos de dependentes químicos é possível que o apoio social possa ser restringido, uma vez que um dos progenitores não apresenta condições de oferecer apoio adequado freqüente em função da dependência química. A categoria do fator de resiliência “eu tenho” apontada por Grotberg (2005) e Tavares (2001) apresenta-se limitada. Dessa forma, Payá e Figlie (2004b) afirmam que o nível de disfunção ou resiliência do cônjuge não alcoolista é um fator chave nos efeitos dos problemas que causam impacto nos filhos. Nesse caso, se o cônjuge não alcoolista resistir ao adoecimento físico e psicológico e apresentar resistência diante das adversidades pela convivência com o familiar alcoolista, os filhos tenderão a apresentar um impacto menos negativo. Exemplificando tal fato, Payá, Moraes, Fontes e Figlie (2004) encontraram em seus estudos com filhos de dependentes químicos, 72% de participantes com bom nível de energia e tônus muscular, 44% com equilíbrio físico e mental e 33% de auto-estima adequada, o que leva as autoras à hipótese de eles serem resilientes. As autoras explicam que tais crianças podem lidar com grandes obstáculos e dificuldades da vida, já que as crianças resilientes demonstram grande capacidade de resolver problemas e interagir adequadamente com os

outros. Walsh (2005) justifica tal fato afirmando que as crianças resilientes parecem ter um apoio que pode ser proporcionado por amigos, vizinhos, professores, sacerdotes, entre outros, além do fato de que tais crianças parecem recrutar ativamente e estabelecer relações especiais com adultos influentes em seu ambiente social, o que sugere que elas escolham seus relacionamentos de forma ativa e inteligente. Já as pessoas não resilientes têm muito mais dificuldade de resolver conflitos e, portanto, parecem perpetuar os problemas e restringir as opções de resolução (Walsh, 2005).

É muito provável que o empobrecimento da capacidade de solucionar problemas e resolver conflitos ocorra de forma significativa nas famílias de dependentes químicos. Entretanto a resolução de conflito entre pares dessa população é um assunto que tem sido pouco estudado e, portanto, carece de atenção exclusiva e de pesquisas que possam ajudar a esclarecer como as dificuldades de relação e resolução de conflitos interpessoais são transferíveis para outras situações. O impacto da dependência química em alguns familiares já foi foco de nosso estudo de mestrado (VICENTIN, 2004) e apesar de já ter sido citado brevemente pretendemos no capítulo seguinte discuti-lo mais detalhadamente a fim de justificar nossa preocupação de realizar estudos nesta área.

8 NOSSOS ESTUDOS ANTERIORES

“Não se pode chegar a uma ciência do homem, sem o homem. Sem o homem estudado e o homem que estuda.”

Bleger

No início de nossa atividade profissional na área da psicologia realizamos trabalhos com famílias com problemas de dependência química, fato que motivou a busca de mais estudos nesse campo em virtude da frequência do problema na sociedade e do sofrimento de todos os integrantes que participam intimamente desse ambiente.

Ao dar início aos nossos estudos de mestrado (VICENTIN, 2004), tivemos como objetivo estudar o estresse e a qualidade de vida de progenitores de usuários de cocaína e *crack*. O interesse em pesquisar os progenitores dos usuários de drogas resultou da observação da prática profissional que indicava freqüentes desequilíbrios físicos e emocionais decorrentes de dificuldades em enfrentar problemas advindos da dependência química do filho. A escolha de progenitores de filhos que usavam cocaína e *crack* como droga de preferência foi resultado da constatação empírica de que essas substâncias têm grande potencial de deixar o indivíduo dependente (RATTO; CORDEIRO, 2004) e causar conseqüências danosas ao ambiente que o sujeito vive, já que o usuário tende à agressividade, à perda de controle emocional e ao desinteresse pelo estudo e trabalho. Além desse objetivo mais amplo, nos propusemos a verificar quais as maiores dificuldades e pensamentos dos pais decorrentes do problema dos filhos e analisar o estresse e a qualidade de vida dos participantes em duas ocasiões: ao chegar pela primeira vez a um grupo de apoio de familiares de dependentes químicos, e após participar por 12 semanas consecutivas desse trabalho.

Os participantes do estudo foram 30 pais de usuários de cocaína e *crack* - sendo 27 mulheres e 3 homens - que chegaram pela primeira vez a um grupo de apoio de familiares dependentes químicos do interior de São Paulo. Utilizamos como instrumento o Inventário de Sintoma de Stress de Lipp (2000), o Inventário de Qualidade de Vida (LIPP; ROCHA, 1989), e um questionário com perguntas abertas. Durante oito semanas participamos das reuniões de um grupo de apoio de familiares de dependentes químicos e convidamos os progenitores de usuários de cocaína e *crack* que chegavam pela primeira vez a esse encontro para participar do estudo, sendo a coleta de dados dos sujeitos que concordavam em participar do estudo realizada nesse mesmo dia. Nessa avaliação inicial o estudo indicou que 90% dos sujeitos estavam com estresse: 40,7% nas fases patológicas do estresse, chamadas de quase exaustão e

exaustão. Quanto à qualidade de vida, o instrumento indicou que nenhum participante apresentava níveis satisfatórios em todas as áreas avaliadas, ou seja, nas áreas afetiva, social, profissional e de saúde. Além disso, nenhum progenitor obteve nível suficiente exigido pelo instrumento para qualificá-lo com qualidade satisfatória na área da saúde. Podemos concluir que o estresse dos progenitores de filhos de usuários de cocaína e *crack* é avassalador, já que a média de estresse patológico na população brasileira é de 10% (LIPP, 2000). Quanto aos níveis de qualidade de vida, especialmente no âmbito da saúde, o estudo deixou evidente a amplitude dos prejuízos aos participantes do estudo.

As respostas ao questionário aplicado nos participantes podem colaborar para a compreensão dos prejuízos ao bem-estar dos progenitores, já que as maiores dificuldades referidas por eles na convivência com os filhos referiam-se a enfrentar seu comportamento agressivo e resolver problemas de roubos e furtos por eles realizados. Procuramos esclarecer nos capítulos iniciais do presente estudo as implicações e os danos para aqueles que convivem com uma pessoa que resolve os problemas de modo agressivo. Podemos considerar o roubo e o furto uma forma de agressão, já que viola os direitos do outro. Podemos imaginar o impacto dessas condições quando esses problemas são freqüentes em virtude de ocorrer no próprio lar e no seio de uma relação que teoricamente deveria ter como base a confiança, a demanda do cuidado e o sentimento de respeito, como é o caso da relação entre progenitores e filhos. Um fato que sustenta nossa afirmação está relacionado às respostas mais freqüentes dos participantes do estudo sobre os pensamentos relacionados ao filho dependente químico, e que formaram as seguintes categorias de respostas: preocupação quanto à morte do filho, preocupação quanto à prisão do filho e preocupação quanto à agressividade do filho. Em suma, os tipos de problemas enfrentados pelos progenitores com os filhos dependentes químicos e suas preocupações possivelmente favoreçam o verificado excesso de estresse e prejuízo na qualidade de vida dessas pessoas.

A segunda parte do nosso estudo objetivou analisar novamente o estresse e a qualidade de vida dos progenitores do estudo inicial. Realizamos essa coleta de dados após 12 semanas da primeira avaliação, já que esse é um tempo razoável para observar algumas melhoras no estresse ou na qualidade de vida em decorrência de tratamentos psicológicos e de controle de estresse (LIPP, 1996). Nesse segundo momento de avaliação, apenas 14 progenitores estavam participando do grupo de apoio. Segundo voluntários desses movimentos de apoio essa desistência por parte de alguns pais se deve ao fato de que grande parte dos familiares procura ajuda esperando resolução imediata para o problema com o dependente químico. Eles são informados que isso não ocorrerá e que o grupo se destina a apoiar os familiares, mas não

garante a resolução do problema de drogas do filho. Os resultados do nível de estresse dos participantes nessa segunda avaliação revelaram que 71,4% dos pais que se mantinham no grupo estavam com estresse, porém nenhum na fase de quase exaustão ou exaustão. Em outros termos, diminuiu a incidência e o nível de estresse entre a primeira e a segunda avaliação. Outro fato relevante está relacionado à evolução significativa da área social de qualidade de vida. As observações realizadas no grupo de apoio explicam estes resultados. Os progenitores sentem-se motivados a dividir seu problema e paulatinamente em apoiar colegas de grupo com as mesmas dificuldades. Evidências nesse sentido é que a maioria dos progenitores que se mantiveram no grupo relatou que seus filhos ainda continuavam usando drogas. Mas, como muitos, afirmavam ao ouvir o relato de outros participantes com o mesmo problema: “Pensei que fosse só comigo”, ou ao ouvir um colega com problemas mais difíceis: “Antes de vir aqui achava que meu problema era o pior”. Tais resultados evidenciam que a situação do abuso e da dependência química de um familiar pode ser mais bem enfrentada com o apoio da comunidade e de pessoas que vivem o mesmo problema.

Finalmente, pudemos observar durante a coleta de dados de nossa pesquisa de mestrado que muitos dependentes químicos, especialmente de álcool, são pais e que existe uma preocupação por parte da sociedade cada vez maior quanto aos filhos deles. Nossos estudos de mestrado evidenciaram o desequilíbrio dos progenitores em função da dependência química do filho. Com tais resultados nos indagamos sobre as implicações para o desenvolvimento dos filhos que crescem em um ambiente onde existe abuso ou dependência química de um dos progenitores.

Observações cotidianas nos permitem sugerir que nem todos os filhos de progenitores que têm problemas com álcool ou drogas apresentam dificuldades pessoais ou interpessoais. Reconhecemos que estudos na área de resiliência explicam o motivo de muitas crianças e adolescentes tornarem-se pessoas equilibradas ainda que tenham crescido em ambiente familiar pouco propício a seu bem-estar. Concordamos com os autores que propõem a resiliência como um conceito complexo e, portanto, relacionada a uma multiplicidade de fatores. Os estudos sobre resiliência apontam que o fato de ter uma figura protetora parece ser importante para o bem-estar de uma criança ou adolescente que convive com situações familiares desfavoráveis. Essa condição pode ser um fator de proteção para essa população. Em outros termos, essa concepção teórica oferece justificativa para o fato de alguns filhos que convivem com um familiar que apresenta problemas com álcool ou drogas apresentarem um desenvolvimento emocional saudável.

Entretanto os dados da literatura apontam que os filhos de pais com problemas com álcool ou drogas apresentam mais dificuldades pessoais e interpessoais quando comparados a filhos de pais que não apresentam esse problema, o que indica a necessidade de mais pesquisas com essa população. Em suma, os principais resultados de estudos que fortalecem o nosso interesse por esta pesquisa são:

- Pessoas que fazem uso abusivo do álcool apresentam algum tipo de prejuízo em sua vida, seja este biológico, psicológico ou social (DSM-IV; BORDIN; FIGLIE; LARANJEIRA, 2004b).
- Diversos estudos apontam uma alta incidência de disfunções físicas, emocionais e sociais para familiares de pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas. Payá e Fligie (2004a) apontam estágios que a família costuma passar enquanto um de seus integrantes está envolvido com problemas com álcool ou drogas. O primeiro estágio inicia com a negação do problema entre seus integrantes e o último envolve a exaustão emocional de algum dos familiares do sujeito que apresenta problemas de abuso ou dependência química. Vicentin (2004) encontrou proporção e intensidade maior de estresse entre progenitores de usuários de cocaína e *crack* quando comparados à população geral.
- A literatura mostra que os filhos de pais com problemas com álcool apresentam mais problemas pessoais ou interpessoais quando comparados a crianças e adolescentes que não vivenciaram esse tipo de relação com um dos progenitores. Vários estudos apontam que os filhos de alcoolistas têm maior probabilidade de ter problemas com álcool na fase adulta (SHER, 1997; TOSCANA, 2001; PAYÁ; FIGLIE, 2004b). Acrescido a esse fato, uma maior propensão a traços de agressividade e impulsividade, um nível mais elevado de depressão e ansiedade e dificuldade de relacionamento são apontados por diversos teóricos que investigam essa população (SHER, 1997; SOUZA, 2004; PAYÁ; FIGLIE, 2004b).
- Dados nacionais e internacionais apontam para o crescimento da violência como forma de resolver desentendimentos interpessoais envolvendo pessoas cada vez mais jovens (CARLINI-COTRIM; GAZAL-CARVALHO; GOUVEIA, 2000). Os estudos sobre os conflitos interpessoais apontam que as

pessoas mobilizam conjuntamente recursos cognitivos e afetivos para solucioná-los (SASTRE; MORENO, 2002; LEME, 2004a, 2006b). Tais recursos, seguindo a concepção interacionista que nos guia, são construídos e desenvolvidos na interação entre o sujeito e o ambiente, o que contribui para que a pessoa adote uma tendência agressiva, submissa ou assertiva de solução de conflito.

- O estilo de resolução de conflito assertivo, que é o mais desejado em função de envolver estratégias de enfrentamento sem utilizar formas de coerção, pode ter o seu desenvolvimento prejudicado em função de diversas variáveis, dentre elas a cultura familiar (LEME, 2004a, 2006a). Payá e Figlie (2004a) afirmam que as famílias de alcoolistas demonstram uma capacidade mais precária de solução de problemas, tanto entre os pais como na família como um todo. Tal fato sugere que os filhos de alcoolistas vivenciem oportunidades restritas de desenvolver um estilo de resolução assertivo na infância e na adolescência, já que, como afirma Leme (2004a), esse estilo pode ser aprendido com os modelos de pais e professores.
- Com relação ao ambiente escolar, pesquisas apontam que muitos educadores pouco contribuem para o desenvolvimento de formas mais evoluídas de solução de conflito. Muitos deles, mesmo que sem intenção, se relacionam com seus alunos de forma autoritária e tem a decisão dos conflitos centralizada na figura do educador (ARAÚJO, 2001 e VINHA, 2003). A grande maioria dos espaços escolares não oferece um momento destinado ao diálogo sobre conflitos interpessoais (SASTRE; MORENO, 2002) e aos sentimentos dos envolvidos (TOGNETTA, 2003). Essas evidências restringem ainda mais as oportunidades de desenvolvimento interpessoal de crianças e adolescentes de famílias com um relacionamento pouco harmônico, como normalmente é o caso de famílias com pais com problemas com álcool.
- Por fim, outros estudos apontam para outras variáveis que podem estar associadas a diferentes formas de resolver conflitos interpessoais. A diferença entre gêneros é uma dessas condições, já que na infância algumas pesquisas indicam que o estilo agressivo está mais associado ao sexo masculino (LEME, 2004a, 2006a; LEME; MISUMI; NOMURA; SOUZA; VIZIOLI, 2001), o que sugere o papel da cultura. Outros autores sugerem que o desconhecimento dos próprios sentimentos (TOGNETTA, 2003) e dos significados ligados a eles

(BRUNER, 1997) pode contribuir para a dificuldade de autodomínio nas situações de conflito interpessoais.

Os estudos apresentados até o momento indicam formas diferentes de resolver conflitos interpessoais, dentre elas formas coercitivas e não coercitivas. Algumas investigações sugerem a influência de algumas variáveis relacionadas à construção de formas mais justas de solucionar conflitos, como modelo familiar, ambiente escolar e cultura de gênero. Assim como qualquer outra investigação na área humana, os estudos anteriores não se destinam a oferecer conclusões absolutas. Em decorrência disso, necessitamos de mais estudos que possam colaborar para a compreensão dos estudos preliminares sobre as dificuldades interpessoais de algumas crianças e adolescentes. O estudo a ser apresentado se justifica em função da necessidade de compreender algumas motivações internas e externas dos relacionamentos interpessoais a fim de oferecer subsídios a projetos que se destinem à aprendizagem de formas mais equilibradas de convivência, em especial a crianças e adolescentes que convivem com situações adversas na infância, como o alcoolismo paterno.

9 O ESTUDO REALIZADO

No quadro teórico que apresentamos anteriormente nos empenhamos em discutir os aspectos relacionados aos dois maiores eixos deste estudo: a resolução de conflitos interpessoais e o abuso de substâncias psicoativas. Com relação aos conflitos interpessoais alguns estudos indicam que a família contribui de alguma maneira para a formação de diferentes estilos de enfrentamento dos desacordos entre as pessoas. Quanto às pessoas que apresentam problemas com álcool também ficou evidente a possibilidade de prejuízo aos filhos, fato constatado em diversas pesquisas.

Diante desses resultados de investigações, a pergunta de pesquisa que nos fizemos pode ser assim expressa: filhos de pais abusadores ou dependentes de álcool teriam maior dificuldade na resolução de problemas interpessoais do que os filhos de pais não abusadores ou não dependentes?

Considerando o que constatamos na pesquisa de mestrado sobre o impacto da convivência com um dependente químico e a probabilidade de prejuízo na interação entre pai alcoolista e filho, parece razoável esperar que os filhos nessa condição estejam vulneráveis a dificuldades pessoais e interpessoais. Além do fato de o pai fazer uso nocivo de álcool, é possível que outras variáveis estejam atreladas aos diferentes estilos de resolução de conflito adotados por adolescentes. A partir do levantamento bibliográfico realizado levantamos as seguintes hipóteses:

- Tendo em vista os resultados preliminares da literatura que indicam a tendência ao estresse mais elevado dos integrantes da família de abusadores de álcool, espera-se que exista uma possibilidade menor de seus filhos adotarem formas mais assertivas de resolver conflitos interpessoais. Acreditamos que os filhos de abusadores ou dependentes de álcool tendam a resolver os conflitos de forma agressiva ou submissa quando comparados aos adolescentes que não convivem com esse problema, já que a estratégia assertiva demanda uma evolução das coordenações cognitivo-afetivas.
- É possível que os meninos apresentem mais respostas consideradas agressivas quando comparados ao grupo das meninas em função de diversos estudos que apontam tendência de resolução de conflito diferentes entre os gêneros.

- Esperamos que a estratégia de solução assertiva seja mais encontrada entre adolescentes mais velhos quando comparados aos mais novos, tendo em vista a maior complexidade cognitiva que essa solução demanda e o decréscimo da escolha de atitudes agressivas observada em outros estudos a partir dos 10 anos.
- É provável que os adolescentes que reconhecem os próprios sentimentos tenham melhor condições de reconhecer o do próximo e, portanto, de resolver o conflito de forma não violenta, tendo em vista que para que a pessoa tenha condições de resolver um conflito de forma assertiva ela deva ser capaz de coordenar seus direitos, sentimentos e idéias com os dos outros.

OBJETIVO GERAL

Contribuir para o avanço do conhecimento sobre o tema da cognição social por meio de estudos sobre resolução de conflitos interpessoais entre adolescentes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Comparar os estilos de resolução de conflito de adolescentes filhos de pais abusadores ou dependentes de álcool e filhos de pais não abusadores ou dependentes de álcool, a partir de situações de conflitos fictícios;
- Verificar a relação entre os estilos de resolução de conflito e o gênero dos participantes;
- Analisar a diferença entre o estilo de resolução de conflito das seguintes faixas etárias: 12 a 13 anos e 14 a 16 anos;
- Estudar a relação entre o estilo de resolução de conflito dos filhos e a situação conjugal dos pais;
- Analisar a relação entre expressar os sentimentos e o estilo de resolução de conflito dos adolescentes do estudo.

10 MÉTODO

Com o objetivo de analisar a compreensão dos participantes em relação ao material para o presente estudo, foi realizado um estudo piloto anterior ao estudo definitivo.

O estudo piloto

Solicitamos que 58 adolescentes da 6ª série do Ensino Fundamental de uma escola pública da região de Campinas participassem da coleta de dados para um estudo piloto. Para o estudo definitivo pensamos ser conveniente pesquisar adolescentes a partir de 12 anos pela sua possibilidade cognitiva de pensar de forma recíproca e reversível (PIAGET, 1932-1994; SELMAN, 1980; VINHA, 2000; DEVRIES; ZAN, 1998), o que possibilita resoluções de conflito mais justas e harmônicas.

Como a coleta do estudo piloto ocorreu no início do ano letivo, a maioria dos alunos da 6ª série estava com a idade de 11 anos. Consideramos essa idade ideal para o nosso objetivo, uma vez que se eles compreendessem o material, os mais velhos também compreenderiam.

Coleta de dados definitiva

Participaram da coleta de dados do estudo definitivo 266 adolescentes de ambos os sexos da 7ª e 8ª série do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio de uma escola pública da região de Campinas. A idade dos alunos variou de 12 a 17 anos. Na intenção de uniformizar a amostra, o material dos alunos de 17 anos foi excluído das opções de avaliação do estudo. Com esse mesmo objetivo, a coleta de dados foi realizada apenas em uma escola pública a fim de buscar uma amostra mais homogênea.

Nosso projeto de pesquisa inicial incluía a avaliação de um mínimo de 30 adolescentes filhos de pais abusadores ou dependentes de álcool e 30 de pais não abusadores e dependentes de álcool. A partir do nosso exame de qualificação compreendemos que buscar adolescentes

filhos de pais abusadores ou dependentes de álcool em espaços destinados ao tratamento ou recuperação de pessoas com problemas de abuso de álcool, como era a proposta inicial, poderia gerar um viés nos resultados quanto à forma de resolver conflitos interpessoais. Em outros termos, teríamos o perfil de adolescentes com pais que já chegaram a um grau avançado de problemas de álcool e que já buscaram ajuda, e não de adolescentes que conviviam com o problema. Em função disso, tomamos a decisão de buscar os participantes no âmbito escolar a fim de encontrar adolescentes em um espaço sem qualquer vínculo com o assunto de abuso ou dependência paterna de álcool. Escolhemos avaliar um grande número de adolescentes até que agrupássemos o número mínimo de participantes com pais abusadores ou dependentes de álcool. Dessa forma, com 266 adolescentes avaliados, garantimos um número maior que o mínimo de participantes previsto inicialmente para o grupo de filhos de abusadores ou dependentes de álcool, o que gerou a necessidade de realizar um recorte da amostra do grupo de pais não abusadores ou dependentes de álcool para o estudo de doutorado.

A fim de favorecer o relato da pesquisa, substituímos a designação de pais abusadores ou dependentes de álcool pela de pais com problemas de álcool, já que segundo os critérios do CID-10 apresentados no quadro teórico, todo sujeito dependente de álcool é um abusador da substância, ainda que o inverso não ocorra necessariamente.

Crêterios usados na sele o da amostra

Com a coleta de 266 instrumentos de investiga o entre os adolescentes deste estudo, obtivemos um total de 42 adolescentes que atingiram o critério de filhos de pais abusadores de álcool. Para o estudo dos filhos de abusadores de álcool decidimos pesquisar jovens de ambos os sexos e de pai com transtorno de uso de álcool, já que a maior parte dessa popula o   do sexo masculino (ROBINS; REGIER, 1991). A inten o de restringirmos a amostra para filhos de pais com problemas de álcool e excluirmos as mães diz respeito   tentativa de uniformizar a amostra. Sendo assim, a nossa amostra definitiva para o grupo de filhos de pais abusadores de álcool contou com os dados de 42 estudantes de ambos os sexos, com idade entre 12 e 16 anos.

Num segundo momento, após reservar os dados dos participantes que atingiam o critério de filhos de pais com problemas de álcool, o material de outros 42 adolescentes foram selecionados aleatoriamente para integrar o grupo de filhos de pais sem problemas de álcool.

Material

Termo de consentimento livre e esclarecido para os pais (APÊNDICE A)

Esse instrumento foi elaborado pela autora de acordo com as normas do Conselho Federal de Psicologia de dezembro de 2000 e continha as informações relativas à pesquisa realizada. Após a qualificação o submetemos ao Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, a qual foi aprovado. Foi encaminhado aos pais dos participantes do estudo para que os filhos pudessem participar do estudo.

Dados de Identificação e Condições Pessoais (APÊNDICE B)

Algumas questões sobre identificação do perfil da amostra foram preenchidas pelos participantes, obtendo-se os seguintes dados: sexo, religião, constituição familiar, escolaridade e idade. Após a realização do estudo-piloto, o formato de apresentação de algumas questões desse instrumento foi modificado. Nesse caso, na questão que indagava sobre o número de pessoas na família, decidimos complementar com a seguinte informação: que moram com você. Além disso, incluímos as opções de múltipla escolha. Na questão sobre o número de irmãos, incluímos a seguinte informação: sem contar você. Também incluímos a opção de múltipla escolha.

A partir dos dados coletados no estudo-piloto, decidimos também incluir alternativas para múltipla escolha na questão sobre a religião da família, tendo o material oferecido as seguintes opções: nenhuma religião, católico, evangélico, espírita, outro. A questão que se referia à frequência da participação do adolescente em atividades religiosas também foi complementada com situações que exemplificaram essas atividades, como missa, culto,

catequese e evangelização. Cumpre esclarecer que tais modificações foram realizadas a fim de esclarecer questões que foram alvo de algumas dúvidas dos participantes durante a coleta de dados do estudo-piloto.

Questionário CAGE familiar (FRANK et al., 1992)(Apêndice C)

O instrumento CAGE (acrônimo referente às suas quatro perguntas na língua inglesa - *Cut Down, Annoyed by criticism, Guilty e Eye-opener*) é um dos mais simples instrumentos utilizados para indicar suspeita de problemas com o álcool. Ewing (1984) apresentou o desenvolvimento e uso clínico do instrumento na Conferência Internacional sobre Alcoolismo em 1970. No Brasil, um estudo elaborado por Filho, Sato, Tuleski, Takata, Ranzi, Saruhashi e Spadoni (2001) concluiu que o instrumento apresentou sensibilidade igual a 84,74% e especificidade igual a 73,33% para um ponto de corte igual a duas respostas afirmativas. O CAGE familiar é uma versão adaptada do questionário CAGE para acessar problemas de álcool, porém através de seus familiares (WERNER; JOFFE; GRAHAM, 1999). Foi utilizado por Payá et al (2004) em uma amostra de crianças e adolescentes brasileiros; da mesma forma que a autora, utilizamos duas respostas afirmativas no mínimo como ponto de corte.

Acrescentamos às questões do CAGE family a pergunta: “*quem?*”. Tal fato se justificou uma vez que pretendíamos estudar neste momento os filhos de pais abusadores e dependentes de álcool e não outros familiares com problemas de álcool, como mães, irmãos e outros.

Escala Children's Action Tendency Scale-CATS (1981) (Apêndice D)

É um instrumento que avalia concomitantemente e comparativamente três tipos de tendências de resolução de conflitos interpessoais: agressivo, submisso e assertivo. A avaliação se dá por meio de descrição de conflitos interpessoais fictícios com conteúdo de provocações, perda, frustração etc.. Em cada circunstância de conflito apresentada o participante é convidado a relatar o que faria se estivesse nessa situação.

O material foi desenvolvido por Robert Deluty em sua tese de doutorado no ano de 1979 (LEME, 2004a, 2006a). O autor propôs 13 situações com as respectivas alternativas de solução de conflitos sociais. Em 1981 o autor propôs uma forma abreviada do material na qual as alternativas e três situações problemas eram excluídas, sendo o primeiro instrumento denominado de versão completa. O instrumento foi cedido por Deluty e utilizado por Leme (2004a, 2006a) em uma amostra brasileira. Leme (2004a, 2006a) explica que o material foi traduzido para o português por um psicólogo fluente em língua inglesa e lido e avaliado por outro psicólogo com a mesma fluência. Também foi realizado um pré-teste com alunos de 2ª a 5ª série.

Leme (2004a, 2006a) realizou um estudo com a versão completa da escala em 779 alunos de 2ª a 7ª série, de escolas públicas e particulares. Em um segundo estudo participaram 332 alunos de 5ª a 7ª série de escolas públicas e particulares: três situações foram retiradas por sugestão de Deluty à Leme. Foram encontradas diferenças entre os dois estudos nas tendências de resolução de conflito, pois no segundo estudo, submissão e agressividade sobrepujaram a assertividade, que passou para quarto lugar (LEME, 2004a, 2006a).

Em função dos resultados do estudo de Leme (2004a, 2006a), utilizamos a versão abreviada da Escala CATS, visto que o material da versão completa poderia induzir os adolescentes a apontarem respostas mais apropriadas socialmente.

Outras duas adaptações foram feitas no instrumento para o presente estudo: uma relativa aos sentimentos dos personagens dos conflitos e outra às suas justificativas para sua ação na situação de conflito.

Assim como Piaget (1932-1994) e Sastre e Moreno (2002), compreendemos que os sentimentos correspondem ao motor que move a ação. Primeiramente, se eles não forem reconhecidos, possivelmente não serão expressos de forma equilibrada (TOGNETTA, 2003), prejudicando a ação do sujeito em situações de conflito. Também estávamos interessados em compreender os tipos de sentimento apontados pelos participantes diante de conflitos com diferentes conteúdos. Em função do nosso interesse em pesquisar o sentimento como um possível componente motivador da ação do sujeito, acrescentamos logo após o relato de cada situação de conflito a pergunta: o que você sentiria nessa situação? Em seguida incluímos a orientação para que o participante relatasse o que faria e sua justificativa. Essa última questão também foi incluída após uma reflexão conjunta dos integrantes da banca de qualificação deste estudo. Ficamos convencidos de que a justificativa do sujeito para sua ação nos ajudaria a categorizar os estilos de resolução de conflito, já que a ação seria insuficiente para essa finalidade e poderia ser motivada por inúmeras justificativas. Por exemplo, uma pessoa pode

calar-se por temor da reação do outro ou por vingança. Dessa forma, a questão “por quê?” foi incluída no final de todas as situações de conflito desse instrumento.

Procedimento

Realizamos um contato inicial com a direção de uma escola estadual de uma cidade da região de Campinas através de uma professora que lecionava na instituição, com quem mantínhamos uma relação de amizade. Primeiro, por telefone, agendamos um encontro com a diretora da instituição e munidas do projeto desta pesquisa explicamos a método do estudo. Foi esclarecido à diretora que primeiro realizaríamos um estudo-piloto e depois das modificações necessárias, realizaríamos a coleta de dados definitiva. Ela concordou com a realização da pesquisa e solicitou o nosso comparecimento à reunião pedagógica que ocorria semanalmente a fim de explicar a pesquisa aos professores, pedir consentimento para que realizássemos o estudo em uma de suas aulas e agendar previamente as aulas em que poderiam ser aplicados os materiais.

Na semana seguinte, a pesquisadora compareceu à reunião pedagógica para a apresentação da proposta de pesquisa. Duas professoras da 6ª série prontamente cederam suas aulas para a coleta de dados do estudo-piloto. Explicamos que após a avaliação dos resultados do estudo-piloto, nós voltaríamos para realizar a coleta definitiva de dados. Na semana posterior, após a entrega do termo de consentimento aos alunos das séries que participariam do estudo-piloto, realizamos a coleta de dados. Os alunos tiveram algumas questões referentes ao apêndice B, que se refere aos dados de Identificação e Condições Pessoais, fato que nos motivou a rever algumas questões deste apêndice (como já foi explicado na apresentação dos instrumentos). Essa reorganização do apêndice B foi necessária a fim de não gerar as mesmas dúvidas na coleta de dados definitiva e tornar mais prático o preenchimento dos instrumentos, já que os alunos desta série necessitaram, em média, de 40 a 50 minutos para preencher os instrumentos. Dessa forma, boa parte dos alunos precisou de praticamente toda a aula para a realização da atividade.

Nas segunda e terceira semana de junho coletamos os dados nas salas da 7ª e 8ª série da instituição. Como não atingimos o número mínimo para o grupo de filhos de pais com problemas de álcool, planejamos coletar os dados no 1º ano do Ensino Médio. Nesse momento estávamos no final do primeiro semestre e os professores nos alertaram que seria interessante voltarmos para continuar a coleta dos dados do estudo definitivo apenas depois

das férias, já que no final de semestre existem muitas avaliações agendadas e os alunos costumam se ausentar nos dias em que não há avaliações.

No início do segundo semestre, retomamos novamente o contato com a direção da escola para a continuidade da coleta de dados. Novamente participamos da reunião pedagógica com os professores, explicamos novamente o projeto para os que não estavam presentes na reunião anterior e elaboramos um cronograma de coleta de dados para o primeiro ano do Ensino Médio. Realizamos a coleta de dados em quatro salas de aula do 1º ano da escola e ultrapassamos o número de sujeitos pretendidos no projeto inicial (30 participantes) para o grupo de filhos de pais abusadores de álcool.

Procedimentos para Análise dos Dados

Para descrever o perfil da amostra (84 participantes, sendo 42 alunos que atingiram o critério de filhos de pais abusadores de álcool e 42 que não atingiram o mesmo critério e foram selecionados aleatoriamente) quanto às variáveis de identificação e condições pessoais (Apêndice B), as respostas foram agrupadas e tabuladas em termos percentuais.

Quanto ao instrumento utilizado para verificar se os participantes atingiam o critério de filhos de pais abusadores ou dependentes químicos (Apêndice C), consideramos duas respostas ou mais positivas para a figura paterna, o mesmo critério para inclusão e estudos anteriores (WERNER; JOFFE; GRAHAM, 1999; PAYÁ et al, 2004). Em outros termos, os estudantes que escreveram a seguinte resposta “sim, pai” em pelo menos duas questões do instrumento foram agrupados aos filhos de pais com problemas de álcool. Foram selecionados aleatoriamente 42 adolescentes que não atingiram o critério de pais abusadores de álcool. Para tal foram excluídos os participantes que tinham mãe que atingia o critério de abuso de álcool a fim de uniformizar a amostra. Para analisar a relação entre as variáveis categóricas e os grupos foi utilizado o teste Qui-Quadrado, ou o teste exato de Fisher quando necessário (presença de valores esperados menores que 5). Para analisar a relação das variáveis principais com o fato de o pai do participante indicar problemas quanto ao uso de álcool foram utilizados a análise de regressão logística e o modelo univariado e multivariado (com critério *Stepwise* de seleção de variáveis). Foi realizada também a análise de correspondência múltipla (ACM) que se refere a um estudo exploratório, sendo apenas descritiva e não comparativa. Essa análise apresenta a aglomeração de agrupamentos de variáveis estudadas.

Nessa investigação, um dos momentos que essa análise ocorreu foi para avaliar os filhos de pais abusadores de álcool e os filhos de pais não abusadores de álcool, e sua relação com as demais variáveis.

As respostas sobre a resolução de conflito foram transcritas e categorizadas considerando a ação do sujeito e sua justificativa. As categorias foram divididas nos seguintes estilos de resolução de conflito: agressivo, submisso, assertivo, assertivo-submisso, submisso-agressivo e assertivo-agressivo. Os últimos três estilos de resolução de conflito envolvem respostas mistas de submissão e assertividade, submissão e agressividade ou agressividade e assertividade. As respostas dos sujeitos foram transcritas e analisadas segundo os critérios apresentados em seguida (DELUTY, 1979; DELUTY, 1981; LEME, 2004a, 2006a). Foi realizada uma comparação da categorização com um juiz psicólogo.

Crêterios para Categoriza o das Respostas

Estilo de Resolu o de Conflito Agressivo

  o enfrentamento da situa o de conflito interpessoal que apela para formas de coer o como violência ou desrespeito ao direito, sentimento, idéias e opiniões alheias. Envolve um leque de expressões comportamentais de intensidade variável, incluindo componentes verbais, não verbais, físicos e psicológicos. Pode incluir as seguintes a es: agressão física, agressão verbal, gestos ofensivos, olhar desprez vel, ameaça, furto, provoca o, humilha o por ironia, apelidos, entre outros.

Estilo de Resolu o de Conflito Submisso

  a resposta que leva em considera o os direitos, sentimentos, idéias e opiniões alheias, porém sem considerar as próprias. Caracteriza-se pelo não enfrentamento direto da situa o de conflito, utilizando muitas vezes comportamentos de fuga e esquivas. A rea o de submeter-se não resulta da compreensão e concordância relativa   perspectiva alheia, mas sim da dificuldade de enfrentamento. Pode incluir as seguintes a es: a não sustent o das próprias idéias, não defesa do que considera um direito, o temor da rea o do outro, a

submissão às decisões de outrem mesmo sem concordar, esquiva de pessoas e situações que possam favorecer o surgimento de conflitos, apelo a terceiros para solução de conflito, entre outros.

Estilo de Resolução de Conflito Assertivo

Caracteriza-se por um enfrentamento não violento de resolução de conflito, ou seja, sem apelar para formas de coerção. Nessa forma de resolução de conflito a pessoa leva em consideração os direitos, sentimentos, idéias e opiniões dos outros, assim como os próprios. De forma nenhuma utiliza estratégias que desrespeitem o outro, como insultos e ironia que humilha. Busca sempre acordos pacíficos. Pode incluir as seguintes ações: ouve o que o outro tem a dizer em uma situação de desacordo, esforça-se para entender os motivos dos outros (que pode incluir aspectos subjetivos como pensamentos e sentimentos), em contrapartida esforça-se para que os outros entendam seus motivos, insiste em ser ouvido, utiliza todos os argumentos que conhece para que o outro compreenda sua perspectiva, negocia soluções que pareçam convenientes à maioria e escolhe uma que envolve o mínimo de coerção possível.

Estilo de Resolução de Conflito assertivo-submisso, submisso-agressivo e assertivo-agressivo

Envolve formas de enfrentamento mistas na ocasião de conflito, ou seja, aquelas que incluem componentes de mais de uma forma de resolução de conflito, o que impede a categorização de um estilo único de enfrentamento do desacordo interpessoal.

A categorização foi realizada com base nas ações indicadas pelo participante como forma de resolução do conflito proposto e sua justificativa para tal. Ao analisar as respostas dos sujeitos observamos que muitos casos eram claramente agressivos em suas ações e justificativas, quando consideravam apenas a própria perspectiva, ou utilizavam formas de coerção. Outras respostas eram claramente submissas quando desconsideravam os próprios direitos em função da dificuldade de enfrentamento do problema, e alguns indicavam formas de enfrentamento claramente assertivas, já que os participantes que davam essas respostas consideravam as duas perspectivas na resolução do conflito sem apelar para formas de

coerção. Muitos casos foram categorizados como mistos por combinar reações e justificativas que estavam relacionadas a diferentes estilos de resolução de conflito. A fim de exemplificar o processo de categorização das respostas dos sujeitos, citaremos alguns exemplos como ilustração desse procedimento:

O que você faria?	Por quê?
Saio xingando	Porque eu não tenho sangue de barata

Esse caso diz respeito à resposta de um participante diante do conflito 1 do questionário CATS. Foi categorizada como uma resposta *agressiva* de resolução de conflito em função de o participante afirmar que usaria de forma de coerção para a resolução do desacordo (xingar) e compreender apenas os próprios sentimentos, idéias e desejos (“eu não tenho sangue de barata”).

O que você faria?	Por quê?
Nada	Mesmo que minha mãe não está com a razão tenho de respeitá-la.

Esse caso refere-se a uma resposta de um participante do estudo diante do conflito 2 do questionário CATS. Foi categorizada como uma resposta *submissa* de resolução de conflito porque não existe enfrentamento da situação, já que não ocorre nem mesmo uma argumentação quanto ao seu ponto de vista, desconsiderando os próprios direitos, sentimentos e idéias.

O que você faria?	Por quê?
Pediria para ele comprar outro	Porque o livro é meu e eu emprestei novo.

Esse caso refere-se a uma resposta de um participante do estudo diante do conflito 4. Foi categorizado como uma resposta *assertiva* porque existe enfrentamento da situação de conflito já que o sujeito coloca seu ponto de vista, defende e justifica seus direitos, sem usar de coerção. É importante salientar que esse caso foi categorizado como assertivo em função do sujeito utilizar a palavra “pediria”, que compreendemos como uma forma respeitosa de

requisitar seus direitos. Outros sujeitos afirmaram nesse mesmo conflito que “mandava ele pagar outro”, o que categorizamos como agressivo, pois o termo revela a desconsideração dos motivos e argumentos do outro, em outros termos, evidencia coerção. A categorização das respostas dos sujeitos envolveu a necessidade da análise das palavras utilizadas pelo participante a fim de definir a categoria de resolução do conflito.

O que você faria?	Por quê?
Jogava algum outro jogo e quando meus colegas me pedissem para entrar no jogo, não deixaria.	Porque quando eu pedi eles não deixaram eu jogar.

Diante do conflito 6, o participante emitiu essa resposta que foi categorizada como *submissa-agressiva*, já que não existe argumentação inicial dos próprios desejos, idéias e sentimentos, e o participante se retira da situação de conflito. Em contrapartida realiza um plano para despertar o interesse dos amigos em jogar com ele, para que nessa ocasião ele possa negar a participação dos amigos, da mesma forma que lhe foi negada. Em outros termos, o participante planeja punir os colegas para que eles se sintam tão desconfortáveis como ele estava se sentindo, usando de coerção.

O que você faria?	Por quê?
Esperaria o dia da prova	Para ver quem é mais inteligente.

O participante descreveu uma resposta diante do conflito 9 que foi categorizada como *submissa-assertiva*, já que inicialmente ele não reage diante de uma afirmação que considera injusta por parte do amigo, nem mesmo sobre os seus sentimentos diante da afirmação do colega. No entanto planeja o momento que tenha mais elementos (entrega de notas de prova) para apresentar ao colega de classe o seu ponto de vista.

O que você faria?	Por quê?
Conversava com a pessoa com educação, mas se continuasse poderia causar uma briga.	

Diante do conflito 3, o participante afirma que buscaria resolver o conflito inicialmente pelo diálogo, mas que se não fosse bem-sucedido poderia usar de coerção (causar uma briga). Dessa forma, mesmo que o participante não tenha justificado os motivos de sua possível reação diante desse conflito (muitos sujeitos não justificaram suas ações e outros não expressaram o que fariam), categorizamos a resolução como *assertiva-agressiva*, já que não envolve coerção inicial, mas sua possibilidade em caso de insucesso.

Para a categorização das respostas do sujeito, a pesquisadora julgou as respostas a partir da conceituação dos estilos de resolução de conflito definidas por Deluty (1979 e 1981) e usadas por Leme (2004a e 2006a), e utilizou um juiz independente especialista na área de conflitos interpessoais. Para isso o juiz recebeu a definição dos estilos utilizada pela pesquisadora neste estudo e uma tabela com 20% das respostas emitidas pelos sujeitos escolhidas aleatoriamente. Na comparação inicial das categorias elaboradas pela pesquisadora e pelo juiz, houve 86,7% de concordância entre as análises. Após discussão e trocas de pontos de vista entre a pesquisadora e o juiz sobre as respostas em que a categorização de ambos não teve uma concordância, houve 95% de concordância sobre a categorização da amostra das respostas. Muitas respostas que suscitaram dúvidas na pesquisadora durante a categorização das respostas que não estavam inclusas nesta amostra julgada inicialmente foram discutidas em conjunto com sua orientadora a fim de garantir uma maior objetividade no processo.

Para a comparação das categorias de resolução de conflito com as outras variáveis do estudo foi utilizado o teste Qui-Quadrado ou, quando necessário, o teste exato de Fisher. Para a análise estatística, os estilos de submissão e assertividade, submissão e agressividade ou agressividade e assertividade foram agrupados e chamados de estilo misto a fim de unificar as categorias e favorecer a avaliação estatística. O nível de significância adotado para os testes estatísticos foi de 5%, ou seja, $P < 0,05$.

Outro dado analisado refere-se aos sentimentos descritos pelos participantes em cada situação de conflito apresentada no questionário CATS. A fim de identificar os sentimentos que estavam envolvidos na ocasião de cada conflito apresentado pelo instrumento, questionamos os sujeitos sobre o que sentiram diante do problema apresentado. Na seqüência foi perguntado aos participantes sobre o que fariam e por quê. Os sentimentos que foram expressos pelos participantes foram transcritos pela pesquisadora e reunidos em categorias de sentimentos, que incluiu a definição de cada uma delas e os tipos de sentimento inclusos. Foi feita a comparação da categorização dos sentimentos com um juiz pedagogo, especialista nesta área. Quanto à definição da descrição e distribuição das categorias dos sentimentos,

houve 83,4% de concordância entre a pesquisadora e o juiz. Após discussão sobre os pontos de vista de cada um, chegou-se a 100% de concordância. Quanto aos sentimentos que estavam relacionados a cada categoria, houve 86,4% de concordância entre a pesquisadora e o juiz sobre os sentimentos associados a cada categoria e 100 % de concordância após a troca de pontos de vista. Seguem as categorias finais sobre os sentimentos:

Categoria 1: *normal, nada, não ligaria, bem, nenhum pouco mal, feliz* (a situação não gera, segundo a afirmação do jovem, sentimento qualquer ou negativo e sim sentimentos positivos ou de indiferença).

Categoria 2: *mal, nada bem, ruim, chateado, triste, sem graça, não gostaria, surpreso, intrigado, assustado* (a situação gera sentimentos negativos ou pouco definidos pelo participante da pesquisa).

Categoria 3: *bravo, injustiçado, nervoso, revoltado, raiva, irritado, ofendido, furioso, com sangue quente, estressado* (a situação gera sentimento negativo normalmente acompanhado de reação externa, mas que evidencia a não aceitação em relação à ação alheia).

Categoria 4: *humilhado, traído, da pior forma possível, magoada, decepcionada, desprezado, arrasado, excluído, esnobado, rejeitado, péssimo, fracassado, desrespeitado, constrangido* (a situação gera sentimento negativo de inferiorização em relação à ação alheia).

Categoria 5: *envergonhado, culpado* (decorre da aceitação do juízo alheio ou do autojuízo negativo)

Categoria 6: outros (não se pronunciam quanto aos sentimentos)

Para a comparação das categorias de sentimento com as outras variáveis do estudo (estilo de resolução de conflito, gênero etc.), foi utilizado o teste Qui-Quadrado ou, quando necessário, o teste exato de Fisher (presença de valores esperados menores que 5).

11 RESULTADOS

Para favorecer a exposição dos dados do estudo e seu tratamento estatístico apresentaremos os resultados da análise descritiva geral e posteriormente os resultados específicos quanto aos pais abusadores ou dependentes de álcool, gênero, faixa etária, situação conjugal dos pais, e quanto aos sentimentos e justificativas de suas ações.

Resultados Relativos à Categorização da Amostra

A amostra contou com 61 participantes do sexo feminino (74,39%) e 21 participantes do sexo masculino (25,61%). Essa diferença entre gêneros se justifica pelo fato de que grande parte dos participantes estudados que atingiram o critério de filhos de pais abusadores de álcool era do sexo feminino. Dos filhos de pais abusadores ou dependentes de álcool, 31 eram do sexo feminino, 10 do sexo masculino e um participante não identificou o sexo. Dessa forma, os estudantes selecionados para o grupo comparativo (grupo de alunos que não atingiram o critério de pais com problemas de álcool) foram escolhidos com a finalidade de atingir um número proporcional entre meninos e meninas dos dois grupos a fim de facilitar a distribuição dos dados. Selecionamos, dessa forma, para esse grupo, 30 sujeitos do sexo feminino, 11 do masculino e um que não identificou o sexo.

Considerando o grupo geral de participantes do estudo, 19 estavam com 12 anos completos (22,89%), 14 com 13 anos (16,87%), 24 estudantes estavam com 14 anos (28,92%), 24 com 15 anos (28,92%) e 2 alunos estavam com 16 anos (2,41%).

Na questão relativa à constelação familiar, onde ressaltamos que estávamos nos referindo aos integrantes da família que moravam junto com o adolescente, encontramos respostas que se distribuíam entre duas pessoas (o adolescente e mais um adulto responsável) até oito. A família com quatro integrantes foi a que teve maior prevalência, 21,52% da amostra, seguida da família com sete integrantes, 18,99% da amostra. Entretanto apenas 10,13% dos participantes moram com apenas mais um integrante da família e apenas um participante do estudo apontou que mora com oito pessoas. Os participantes da amostra, portanto, moram com famílias que se caracterizam por não ser muito numerosas, sendo prevalente a família com quatro integrantes.

Quanto ao número de irmãos dos participantes do estudo, 31,25% relataram ter mais um irmão e a mesma proporção de participantes apontou a presença de mais dois irmãos na família. Apenas 13,75% dos participantes informaram ser filho único e só um integrante do estudo afirmou ter seis irmãos ou mais. Desses participantes do estudo, 45,24% eram primogênitos; 34,52% eram o segundo filho da família e 10,71% eram o terceiro dos filhos.

Com relação ao estado civil dos pais dos participantes, 52,38% dos adolescentes indicaram que seus pais são casados e moram juntos; 34,52% dos participantes afirmaram que seus pais são separados e que moram com a mãe e 4,76% dos participantes moram com o pai. Ainda encontramos que 8,33% dos participantes afirmaram que moram com outros familiares, como os avós, ou moram apenas com um dos progenitores em função do outro ser falecido.

Cumpramos lembrar que durante a coleta de dados alguns adolescentes nos questionaram sobre o fato de os pais morarem juntos, mas não serem casados legalmente. Foi explicado aos participantes que todos os pais que vivem na mesma casa deveriam ser incluídos nessa categoria independentemente de haver uma união legal. Dos filhos que moram apenas com um dos progenitores, 50% afirmaram que costumam visitar ou passar o dia ou final de semana com o progenitor com quem não moram. Dessa forma, 18 participantes do estudo afirmaram não visitar o progenitor que não mora com eles.

Realizamos algumas questões referentes às práticas religiosas nas famílias dos adolescentes. Quase metade dos participantes afirmou que sua família segue a religião católica (42,86%), seguida dos participantes cujas famílias seguem a religião evangélica (41,56%). Apenas 5,19% dos participantes afirmaram que sua família não segue qualquer religião e 10,39% afirmaram que sua família segue outras religiões. Dos adolescentes do estudo que afirmaram que seus familiares seguem alguma religião, 38,27% contaram que os familiares participam de atividades religiosas várias vezes por semana, enquanto 16,05% afirmaram que a família, apesar de seguir alguma crença religiosa, não participa dos cultos.

Resultados relativos ao Questionário CAGE familiar

A partir dos resultados desse instrumento, conforme já mencionamos, foram formados dois grupos equivalentes: um com filhos de pais com problemas com álcool e outro com filhos de pais sem problemas com álcool.

Foi observado também que 4 participantes do estudo atingiam o critério de filhos de mães abusadoras ou dependentes de álcool. As respostas destes adolescentes não foram incluídas na coleta definitiva. Além disso, muitos sujeitos afirmaram que tinham outros familiares nesta condição como avôs e tios.

Sete filhos de pais que atingiram o critério de filhos de pais com problemas com álcool afirmaram que a família procurou algum tipo de ajuda para resolver o problema. As formas de ajuda citadas foram: médico, internação e grupo de apoio.

Resultados relativos às tendências de solução de conflito

Os resultados relativos as respostas dos participantes deste estudo nas 10 situações de conflito propostas pelo instrumento evidenciou que 39,29% do grupo de adolescentes apresentaram respostas categorizadas como submissas, seguidos por 28,57% dos participantes que indicaram respostas agressivas. Dos sujeitos que responderam ao material, 19,05% não apresentaram predominância de respostas e apenas 5,95% dos sujeitos tinham uma predominância de respostas assertivas (figura 1). Os sujeitos com respostas categorizadas como mistas formam a minoria, já que 4,76% dos adolescentes tiveram respostas predominantemente submissa-agressiva e 2,38% respostas agressiva-assertiva. Não houve participantes que tendessem predominantemente para a categoria submissa-assertiva.

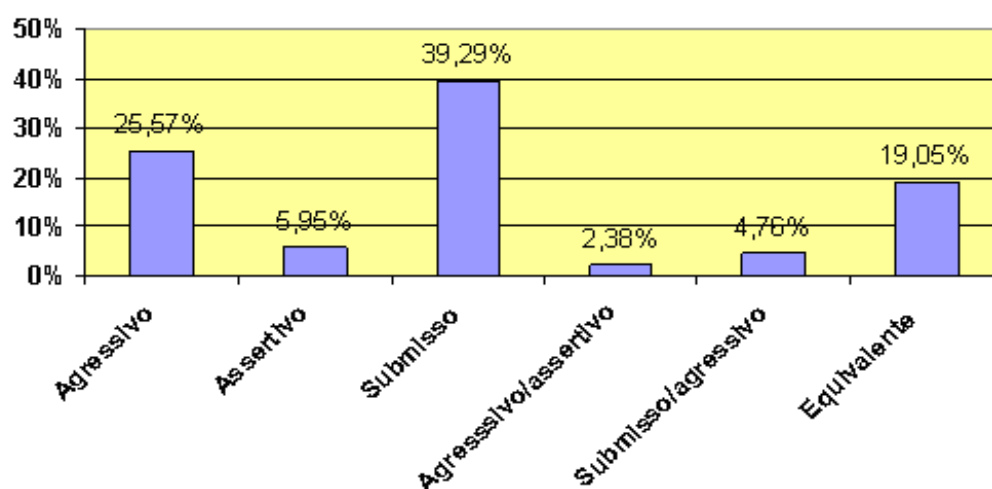


Figura 1- Estilo de Resolução de Conflito Predominante

Com o propósito de oferecer um panorama dos resultados coletados a partir da versão abreviada da Escala *Children's Action Tendency Scale* - CATS (1981), apresentamos a tabela 1, que traz a média de cada tendência de solução de conflito nas 10 situações propostas pelo instrumento. A tabela mostra inicialmente as três tendências de solução de conflito: agressivo (agre), submisso (subm) e assertivo (assert) e, em seguida, apresenta as tendências mistas de solução de conflito: agressivo/assertivo (agre/assert), submisso/agressivo (sub/agre) e submisso/assertivo (sub/assert), e exibe, por fim, as médias dos participantes que não responderam (n. r.) como agiriam nessas situações de desacordos interpessoais.

Nº conflito/ Estratégia de solução de conflitos	Agre	Sub	Asser	Agre/ Asser	Sub/ Agre	Sub/ Asser	n.r.
1	26,19%	39,29%	5,95%	5,95%	7,14%	10,71%	4,76%
2	20,24%	14,29%	20,24%	9,52%	15,48%	10,71%	9,52%
3	51,19%	14,29%	13,10%	5,95%	3,57%	8,33%	3,57%
4	44,05%	4,76%	16,67%	9,52%	14,29%	8,33%	2,38%
5	32,14%	14,29%	11,90%	8,33%	2,38%	23,81%	7,14%
6	10,71%	53,57%	7,14%	2,38%	11,90%	7,14%	7,14%
7	15,48%	42,86%	14,29%	10,71%	7,14%	2,38%	7,14%
8	21,43%	41,67%	0%	0%	28,57%	1,19%	7,14%
9	5,95%	42,86%	16,67%	4,76%	7,14%	10,71%	11,90%
10	5,95%	23,81%	15,48%	0%	2,38%	33,33%	19,05%

Tabela 1 - Porcentagem de respostas em cada tendência de resolução nas situações de conflito.

As respostas categorizadas como submissas são mais frequentes na maioria das situações de conflito (tabela 1). Na seqüência, a tendência de solução agressiva foi a mais indicada. As respostas categorizadas como assertivas foram encontradas em maior proporção nos conflitos 2, 4, 9 e 10 e não foram encontradas no conflito 8. Não foi encontrada a tendência de solução de conflitos agressiva-assertiva nos conflitos 8 e 10. Além disso, ao considerar as respostas categorizadas como mistas, a tendência agressiva-assertiva foi a menos encontrada entre as soluções de conflitos.

O conflito 2 foi marcado por resultados dispersos e de pequena proporção entre as categorias. Também devemos salientar que esse conflito tem como personagem os pais que aplicam uma sanção provocada pela ação do amigo. Compreende-se que nos conflitos 6, 7 e 9, as tendências submissas superam bastante as outras formas de enfrentar o conflito

interpessoal, enquanto nos conflitos 3 e 4, as respostas agressivas também superaram consideravelmente as outras formas de enfrentamento do desacordo.

A figura 2 mostra a tendência predominante nas questões de conflitos e a tendência consecutiva em cada situação. Fica evidente que a tendência assertiva de resolução de conflito é pouco apontada pelos participantes do estudo, tendo surgido como tendência predominante apenas no conflito 2 e com a mesma proporção que a tendência agressiva.

Nº do conflito	Tendência Predominante	Tendência Consecutiva
1	Submissa	Agressiva
2	Agressiva e Assertiva	Submissa-agressiva
3	Agressiva	Submissa
4	Agressiva	Assertiva
5	Agressiva	Submissa-assertiva
6	Submisso	Submisso-agressivo
7	Submisso	Agressivo
8	Submisso	Submisso-agressivo
9	Submisso	Assertivo
10	Submisso-assertivo	Submisso

Figura 2 - Categoria predominante e consecutiva de resolução de conflito nas situações de conflito.

Nota-se que as tendências predominantes nas situações de conflito foram marcadas pela submissa e, posteriormente, pela agressiva (figura 2). Além disso, na tendência consecutiva de solução da situação de conflito, a submissa e a submissa/agressiva superaram as outras.

Com relação ao conteúdo de cada situação proposta pelo instrumento, o conflito 6 (em que o sujeito é criticado pelos colegas por um mau desempenho em um jogo) foi o que apresentou maior proporção de respostas categorizadas como submissas (53,57%) (tabela 1). Outros contextos de conflitos que apresentaram predominância de respostas submissas foram: receber uma ordem dos pais para cumprir o horário de dormir no meio de um programa de TV (conflito 7, 42,86%), ter o pedido de partilha de um chocolate negado (conflito 8, 41,67%), sofrer provocação de um colega em função de ser criticado como menos inteligente (conflito 9, 42,86%) e sofrer humilhação pública pelos colegas por um mau desempenho em um jogo

(conflito 1, 39,29%). Observa-se que conteúdos sobre crítica e humilhação pública quanto a desempenho em jogo e sobre a inteligência provocam mais respostas categorizadas como submissas entre os adolescentes.

Com relação aos contextos de conflito que evidenciaram a predominância de respostas categorizadas como agressivas, ser empurrado para fora da fila da cantina foi o resultado que evidenciou a maior porcentagem de respostas agressivas (conflito 3, 51,19%). Outros contextos de conflito que apresentam predominância de respostas agressivas foram: sofrer injustiça por parte de um colega que devolve o livro preferido danificado (conflito 4, 44,05%), levar uma bolada na cabeça dada por uma criança menor (conflito 5, 32,14%) e ser castigado por um delito provocado por um colega (conflito 2, 20,24%). Cumpre lembrar que nessa última situação as respostas agressivas apresentaram a mesma proporção que as respostas assertivas (20,24%). De forma geral, receber uma provocação física e ter um patrimônio privado danificado por um colega são os contextos que mais provocam respostas categorizadas como agressivas entre os participantes do estudo.

Retornando à situação de conflito que envolve sofrer uma injustiça por parte dos pais em função da falta cometida por um amigo (conflito 2), nos interessamos por identificar para qual figura o adolescente direciona sua estratégia de solução de conflito nessa situação. Os resultados demonstraram que 38,10% direcionam sua estratégia aos pais e 34,52% aos amigos. Encontramos ainda que 20,24% dos participantes não discriminam para qual pessoa envolvida no conflito ele direciona suas ações de resolução e apenas 7,14% dos participantes direcionam aos dois.

A perda de um prêmio para um colega pela diferença de um ponto foi o único contexto em que houve predominância de respostas categorizadas como mistas. De forma inédita, a maior parte das respostas dos adolescentes foi considerada submissa-assertiva (33,33%) nesse conflito 10. Uma parcela considerável de sujeitos não respondeu o que faria nessa situação (19,05%).

Resultados Relativos aos Sentimentos dos Participantes

A fim de facilitar a discussão dos dados sobre os sentimentos dos adolescentes que participaram do estudo, incluímos a figura 3, que deixa clara as categorias predominantes de sentimentos dos participantes nas situações de conflito e as duas categorias consecutivas

expressas pelos adolescentes. Cumpre lembrar que a categoria 1 envolve sentimentos positivos ou de indiferença (pos./indiferença), enquanto a categoria 2 envolve sentimentos negativos ou pouco definidos pelos participantes (neg./pouco definido). Já a categoria 3 envolve sentimentos de não aceitação em relação à ação alheia (não aceitação/ação alheia) e a categoria 4 envolve sentimentos de inferiorização em relação à ação alheia (inferiorização). Por fim, a categoria 5 inclui a aceitação do juízo alheio ou do autojuízo negativo (juízo alheio/autojuízo negativo) e a categoria 6 envolve os participantes que não se pronunciam sobre os sentimentos (não se pronunciam).

Nº do conflito/ Categorias de sentimentos	Categoria Predominante	2ª Categoria	3ª Categoria
1	Neg/ pouco definido	Não se pronuncia	Inferiorização
2	Não se pronuncia	Neg/pouco definido	Não aceitação
3	Não se pronuncia	Não aceitação	Neg/pouco definido
4	Não se pronuncia	Neg/pouco definido	Não aceitação
5	Não se pronuncia	Não aceitação	Neg/pouco definido
6	Neg/pouco definido	Não se pronuncia	Inferiorização
7	Não se pronuncia	Não aceitação	Neg/pouco definido
8	Não se pronuncia	Neg/pouco definido	Pos/Indiferença
9	Não se pronuncia	Pos/indiferença	Neg/pouco definido
10	Neg/pouco definido	Não se pronuncia	Pos/indiferença

Figura 3 - Categoria predominante e as consecutivas de expressão de sentimentos dos participantes nas situações de conflito.

Percebe-se pela categoria de sentimentos predominantes que a maior proporção dos adolescentes do estudo não se pronuncia sobre esse aspecto (categoria 6) (figura 3). Das situações de conflito que despertam algum sentimento, os participantes se referem a sentimentos negativos e que normalmente envolvem pouca objetividade, como mal, nada bem, ruim, surpreso, entre outros da categoria 2. Em outros termos, o sujeito não se expressa sobre esse aspecto afetivo, mesmo se questionado sobre tal dimensão, ou o expressa de forma pouco definida. Nota-se que os conflitos 1, 6 e 10, em que os participantes expressam seus

sentimentos de forma predominante, ainda que pouco definida, envolvem as três situações do questionário CATS que estão relacionadas à situação de jogo entre pares.

Nº conflito/ Sentimento	Posi/ Indiferença (cate.1)	Nega/ Pouco Definido (cate.2)	Não aceitação/ ação alheia (cate.3)	Inferiorização (cate.4)	Juízo Alheio/ Auto- juízo Negativo (cate.5)	Não se pronunciam (cate.6)
1	5,95%	42,86%	8,33%	11,90%	1,19%	23,81%
2	1,19%	25%	21,43%	4,76%	2,38%	44,05%
3	1,19%	11,90%	38,10%	3,57%	1,19%	42,86%
4	0%	30,95%	21,43%	3,57%	0%	44,05%
5	10,71%	11,90%	20,24%	1,19%	2,38%	51,19%
6	5,95%	47,62%	1,19%	10,71%	0%	34,52%
7	5,95%	13,10%	32,14%	0%	0%	48,81%
8	16,67%	26,19%	2,38%	7,14%	1,19%	46,43%
9	20,24%	10,71%	7,14%	2,38%	0%	58,33%
10	15,48%	42,86%	3,57%	7,14%	1,19%	27,38%

Tabela 2 - Porcentagem de respostas em cada categoria de expressão de sentimentos nas situações de conflito.

Ao analisar o contexto de conflitos e os sentimentos dos participantes, observa-se que levar uma bolada na cabeça dada por uma criança menor (conflito 5) e que ser criticado como menos inteligente (conflito 9) foram as situações em que menos os participantes se pronunciaram sobre sentimentos (51,19% e 58,33%, respectivamente) (tabela 2). Outros conflitos que os adolescentes predominantemente não se pronunciaram foram: ser castigado pelos pais em função de um dano provocado por um colega (conflito 2, 44,05%), ser empurrado fora da fila da cantina (conflito 3, 42,86%), ter o seu livro preferido devolvido danificado (conflito 4, 44,05%), cumprir o horário de dormir no meio de um programa preferido em função da ordem dos pais (conflito 7, 48,81%) e ter a partilha de um chocolate negado por um colega (conflito 8, 46,86%).

Com relação ao contexto que envolve ser xingado por erros cometidos em um jogo (conflito 1), a recusa dos colegas em permitir que o sujeito participe de um jogo (conflito 6) e a perda de um prêmio de um jogo por uma diferença de um ponto (conflito 10) foram os três únicos conflitos em que os adolescentes apontaram de forma predominante os sentimentos da categoria 2 (tabela 2). Note-se que a categoria 2, de sentimentos negativos ou pouco definidos, foi expressa de forma predominante pelos participantes nos conflitos 1, 6 e 10, seguida pela categoria 6, de não pronunciamento quanto aos sentimentos.

Devemos salientar que os participantes poderiam expressar mais que um sentimento em cada situação de conflito. Na análise dessas respostas, constatou-se que poucos participantes apontaram mais que um sentimento em cada conflito, quando o expressavam. No conflito 3, que envolve provocação entre pares em função de uma fila de uma cantina, surgiu o maior número de participantes que apontaram a categoria 3 de sentimentos, quando comparado às outras situações de conflito (38,10%). Tal categoria envolve um sentimento negativo que normalmente é acompanhado de reação externa e de clara não aceitação da ação alheia, como ficar bravo, com raiva, irritado, furioso ou se sentir injustiçado. Cumpre lembrar que esse contexto de desacordo entre pares envolve uma ação que pode ser interpretada como uma provocação física.

Da mesma forma, no conflito 7 (sofrer uma sanção por parte dos pais que desligam a TV e determinam que o filho deva ir dormir no meio de um programa do qual ele esteja gostando muito), 32,14% dos participantes se referiram aos sentimentos de raiva, revolta e irritação (categoria 3). Nessa situação que inclui os pais, a proporção de adolescentes que indicou sentimentos da categoria 3 indica que, ainda que a não expressão de sentimentos predomine nessa situação de conflito, muitos participantes apontam sentimentos que evidenciam a não aceitação da ação dos pais.

O contexto do conflito 9 (ser criticado como menos inteligente) resultou na maior proporção de respostas da categoria 1 (20,24%). Em outros termos, esse contexto desencadeia a maior proporção de sentimentos positivos ou de indiferença em todos os conflitos.

Nota-se também que a categoria 5, que envolve os sentimentos de vergonha e culpa, não foi apontada por nenhum participante nos contextos que envolvem as seguintes situações: ter o seu livro preferido devolvido danificado (conflito 4), ser criticado como incompetente para participar de um jogo (conflito 6), cumprir a ordem dos pais para desligar a TV no meio de um programa preferido (conflito 7) e ser criticado como menos inteligente (conflito 9). Contudo, a categoria 5 foi encontrada nas respostas dos outros contextos de conflitos, ainda que em pequena proporção.

Pode-se afirmar, a partir dos resultados expostos sobre os sentimentos dos participantes nas situações de conflito propostas aos adolescentes, que a maioria não expressa o que sente, e quando expressa, os sentimentos envolvem expressões negativas ou pouco definidas. Contudo os contextos de conflito que despertam a expressão de sentimentos nos adolescentes envolvem situações de jogos entre pares.

Discussão

Durante a análise dos dados sobre a identificação e as condições pessoais dos participantes, alguns aspectos nos chamaram a atenção. O primeiro deles refere-se à proporção de participantes do sexo feminino que atingiram o critério de filhos de pais abusadores ou dependentes de álcool. A pergunta que nos fizemos é: será que esse dado é aleatório ou existe algum motivo para essa desproporção? O presente estudo não permite tirar conclusões sobre esse aspecto, mas sugere algumas possíveis suposições, além da que esse resultado seja casual.

Uma delas refere-se à possibilidade de as meninas serem mais rígidas na interpretação do uso de álcool por parte do pai, considerando-o como abusivo, e que os meninos interpretem o fato com maior naturalidade. Lembramos ainda que o material utilizado para verificar problemas com o álcool por parte do pai possui uma característica importante: busca acessar tanto o dependente como o abusador de álcool. Dessa forma, a escala CAGE Familiar inclui questões que podem dar margem à interpretação pessoal de cada respondente visto que não inclui quantidade e frequência do uso de álcool. Sinalizamos para o fato de que o material visa fazer uma avaliação geral sobre problemas com o álcool na família, já que dependendo do ambiente e da cultura que a pessoa está inserida, o abusador de álcool, se não for violento, pode ser compreendido como um sujeito que não apresenta dificuldades relativas ao álcool. Segundo Pechanski, Szobot e Scivoletto (2004), que realizaram estudos sobre o uso de álcool entre adolescentes, os meninos começam a beber fora de casa mais precocemente enquanto as meninas mostram-se mais conservadoras, mantendo o hábito do consumo familiar e doméstico por mais tempo. Tal fato sugere a aceitação social do uso de álcool pelo adolescente do sexo masculino e, segundo os autores, dependendo do ângulo em que o uso ou abuso de álcool é compreendido, pode ser valorizado pela mídia e pelos pares. Prova disto é

que o Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil (CARLINI et al, 2002) aponta para a maior incidência de uso e abuso de álcool entre os sujeitos do sexo masculino de todas as faixas etárias estudadas, ou seja, entre os 12 e 65 anos.

Outro fato, apontado por diversos estudos, que poderia explicar haver mais meninas que se encaixam na categoria de filhos de pais de abusadores de álcool é o maior prejuízo emocional das meninas em relação aos problemas de álcool do pai. Souza (2004), em estudo realizado com crianças de 9 a 12 anos, filhos de alcoolistas, encontrou que as meninas apresentam mais sinais de dificuldade de relacionamento, são mais acanhadas, tímidas e mais apegadas às mães quando comparadas às filhas de não alcoolistas. Nessa mesma direção, Christensen e Bilenberg (2000), que realizaram estudo com meninos e meninas com a média de 11 anos de idade, também encontraram resultados que indicaram que as filhas eram, em geral, mais afetadas pela convivência com o progenitor alcoolista do que os filhos. Os autores argumentam que diversos estudos mostram a existência de uma correlação positiva entre o sentimento de responsabilidade sobre a família e os problemas de ajustamento pessoal nos filhos de alcoolistas. Tal fato, segundo os estudiosos, poderia explicar o resultado das filhas serem mais afetadas por essa desordem familiar em vista da expectativa social de as mulheres serem mais envolvidas nos problemas familiares. Dessa maneira, é provável que as filhas de alcoolistas estejam mais atentas a sinais de abuso de álcool do que os filhos, pois, como lembra Souza (2004), as meninas costumam ser mais educadas do que eles para assumirem papéis associados ao cuidado. Possivelmente em função desses indicadores e do material que utilizamos, a amostra do grupo de filhos de abusadores ou dependentes de álcool foi predominantemente feminina.

Outro aspecto que chama a atenção na análise dos resultados gerais do Questionário CATS diz respeito à expressão dos sentimentos dos participantes. Um elemento não esperado refere-se ao fato de que a maior parte dos participantes não se pronuncia quanto ao que sente. Uma das possibilidades para isso pode estar relacionada ao fato de o material ser extenso e, portanto, os adolescentes não o responderem de forma completa. Durante a coleta de dados alguns participantes reclamaram do tamanho do instrumento, afirmando que teriam que escrever muito, o que talvez possa explicar o resultado. Entretanto apenas um adolescente se recusou a preencher o instrumento, vontade que foi respeitada. Dessa forma, essa explicação não parece plausível já que um aspecto que chamou a atenção da pesquisadora foi o absoluto silêncio nas salas de aula durante o preenchimento do Questionário CATS, sendo interrompido apenas por alguns comentários para o grupo todo ou para um colega que estava

ao lado, diante de algum contexto de conflito, como “nossa, eu matava o cara” ou “vichi...”, o que indica o interesse dos participantes com relação à pesquisa.

Por outro lado, se o tamanho do instrumento tiver determinado respostas parciais ao conflito, porque os participantes optaram por expressar suas ações diante do conflito e não os sentimentos? Devemos considerar ainda que a pergunta sobre os sentimentos antecede a questão sobre o que fariam em todos os conflitos. Uma explicação que parece razoável para essa pouca manifestação dos sentimentos dos adolescentes poderia estar relacionada ao fato de os participantes terem dificuldade para identificar o sentimento e expressar-se afetivamente. Diversos autores afirmam que o conhecimento dos sentimentos requer um trabalho cognitivo. Sastre e Moreno (2002) sustentam a importância da aprendizagem emocional no sentido de ter oportunidades de exercitar o reconhecimento dos diferentes estados afetivos, suas causas e conseqüências e de como reagimos quando estamos sobre a influência de determinadas emoções. As autoras completam sobre essa afirmação: “Este é um passo importante para o autoconhecimento, sem o qual será difícil prever nossos próprios estados de ânimo ou, inclusive, descobrir porque experimentamos determinados sentimentos, como, por exemplo, por que ficamos de mau humor ou por que temos uma mudança emocional e respondemos, inesperadamente, de forma brusca a uma pessoa que não tem nada a ver com a problemática que realmente nos preocupa” (p. 53).

Tognetta (2003) endossa essa afirmação sobre a necessidade de conhecer os próprios sentimentos. A autora acrescenta que o autoconhecimento leva à tomada de consciência de si próprio, de seus valores e sentimentos e que ele constitui um aspecto fundamental para a construção de uma auto-estima positiva e do autodomínio. “Saber lidar com os desejos, controlar a própria raiva, é possível somente a partir dessa capacidade de autodomínio. Saber o que se sente é tão importante que precisa ser dito, é favorecer a auto-estima, o gostar de si.” (p. 119). Sastre e Moreno (2002) e Tognetta (2003) sustentam que a escola é um espaço possível e necessário para trabalhos para a aprendizagem emocional e educação dos sentimentos. Mas as autoras também afirmam que esse tipo de trabalho ainda é restrito nos espaços educacionais. Na escola em que coletamos os nossos dados de pesquisa, garantimos que não existe qualquer tipo de trabalho com sentimentos, o que é coerente com a suposição de que os participantes tenham dificuldade de reconhecer e expressar sentimentos. Isto parece se confirmar se observarmos os resultados da segunda categoria predominante dos sentimentos. Podemos afirmar que a maior parte dos sentimentos dessa categoria tem uma definição imprecisa como sentir-se mal, nada bem, ruim, sem graça e não gostaria. Lembramos ainda que o sentimento mais freqüentemente apontado pelos sujeitos dessa

categoria foi expresso como “mal”, que envolve um reconhecimento bastante genérico de estados afetivos. Dessa forma, entende-se que os adolescentes não se pronunciam sobre sentimentos ou o fazem de forma pouco precisa possivelmente em função da dificuldade de identificar e nomear o que sentem.

Outro aspecto já apontado na apresentação dos resultados refere-se ao fato de os três conflitos que tiveram predominância de expressão de sentimentos negativos e pouco definidos referem-se ao contexto de jogos entre pares. Analisando as três situações, percebe-se que esses conflitos descrevem a exposição grupal, diferente dos outros contextos de conflito. Segundo Piaget (1932-1994) o respeito unilateral que a criança tem pela figura de autoridade vai sendo substituído pelo temor de decair perante os olhos da pessoa respeitada. Em outros termos, ver-se como incompetente perante um grupo de pares parece evocar sentimentos negativos nos participantes do estudo. Oliva (2004) afirma que os adolescentes vão se desvinculando de seus pais e as relações com os companheiros ganham em importância, em intensidade e em estabilidade, passando o grupo de pares a ser o contexto de socialização mais influente. Dessa forma, os valores do grupo de semelhantes são muito importantes para o adolescente, fato que, como lembra Oliva (2004), pode fazer com que eles fiquem mais preocupados em proceder de modo a promover pertencimento e ajustamento à expectativa do grupo. Verifica-se, assim, que os conflitos que envolvem jogos entre grupos de adolescentes e a desvalorização do sujeito perante os colegas parecem contribuir para a expressão de sentimentos negativos, mesmo que pouco definidos.

As estratégias de resolução de conflito predominantes nas 10 questões foram submissas (39,29%), agressivas (28,57%), com estratégias equivalentes (19,05%) e assertivas (5,95%). Leme (2004a), em seu estudo que utilizou o Questionário CATS sem alternativas de solução de conflito, encontrou as tendências predominantes na seguinte ordem: submissas, agressivas, mistas e assertivas. Em outros termos, os estudos coincidem quanto às estratégias mais adotadas de resolução de conflito: as submissas e as agressivas, sendo a forma assertiva a estratégia menos utilizada entre as resoluções dos participantes. O que explicaria essa preferência por respostas submissas e agressivas para a resolução de conflito entre adolescentes e o pouco uso de estratégias assertivas indicadas nessa população? Se estivéssemos avaliando resultados de crianças menores de 7 ou 8 anos poderíamos argumentar que o seu desenvolvimento cognitivo não possibilita pensar por reciprocidade e, portanto, não conseguem reconhecer idéias, desejos e sentimentos dos outros e coordená-los com os próprios. Dessa forma, teriam dificuldade de resolver um conflito de forma assertiva em

função de esse tipo de estratégia envolver a reflexão sobre a própria perspectiva e a do outro. No entanto a população do presente estudo era de adolescentes de no mínimo 12 anos, o que significa que, em tese, estão desenvolvidos para pensar de forma reversível e recíproca (PIAGET, 1932-1994).

Leme (2004a) afirma que a cultura é um aspecto essencial para compreender a estratégia adotada por uma pessoa diante de um conflito. A autora aponta que as culturas latinas, como a deste estudo, tendem a socializar para um funcionamento psicológico mais interdependente, de valorização da convivência harmoniosa com o outro, de relacionamento e solidariedade, o que resultaria em maior ênfase nos princípios de obediência e no respeito à autoridade, que na concepção da autora dá margem à construção de um estilo submisso de solução de conflito. Nessa mesma direção, Del Prette e Del Prette (2005) afirmam que o comportamento submisso é mais freqüente que o assertivo, pois é erroneamente interpretado como mais adaptativo, ou desejável socialmente, por não envolver confronto. No cotidiano das relações interpessoais é mais comum observarmos pessoas que afirmam que “é melhor deixar quieto para não arrumar confusão” do que pessoas que buscam o enfrentamento em situações de desacordos interpessoais.

No conflito 6 do Questionário CATS (ser criticado por colegas que o julgam como incompetente para um jogo), que teve a maior proporção de respostas de estratégias submissas de resolução de conflito, ficou evidente que muitos adolescentes se esquivam de enfrentar a situação, o que foi constatado a partir de respostas como “Iria embora”, “Sairia dali”, “Ficaria no meu canto” e “Não iria tentar me aproximar mais destas pessoas”. Alguns deixam claro o mal-estar provocado pela situação ao escolher uma estratégia submissa para a resolução com respostas como “me sinto mal, mas não faria nada, pois não vale a pena”, “me sentiria chateado e iria embora porque se não sirvo para jogar não tem mais nada que possa fazer lá”. Leme (2004a) lembra que muitas pessoas se valem do argumento de ausência de conflito, de ausência de danos ou negam que o conflito ameace a sua auto-estima pelo receio do confronto e pela insegurança de obter sucesso caso se adote outra forma de resolução que não seja a submissa. Outros participantes utilizaram esse tipo de argumento com respostas como “Iria embora para não gastar saliva à toa”, “não ligaria, porque eu não me importo com isto”, deixando evidente que alguns adolescentes se esquivam claramente de enfrentar um desacordo interpessoal e outros utilizam argumentos de negação do conflito, possivelmente numa tentativa de preservar a sua auto-estima. Lembramos ainda que, de acordo com Oliva (2004), no caso particular do adolescente, a necessidade de pertinência ao grupo é um fator

preponderante nessa faixa etária, o que poderia explicar o fato de a maioria dos adolescentes escolher estratégias categorizadas como submissas quando não reconhece outras estratégias que não cause mal-estar nos pares.

Outro argumento que poderia justificar a predominância das estratégias submissas relaciona-se à influência dos estilos de educação parental e o ambiente escolar, conforme discutido em outro momento (REPPOLD; PACHECO; HUTZ, 2005; VINHA, 2003; CAETANO, 2005). Os autores são unânimes em afirmar que o ambiente familiar ou escolar que usa medidas coercitivas para garantir a obediência das crianças ou adolescentes tende a formar pessoas conformistas e obedientes, em outros termos, pessoas submissas. Kamii (1991) afirma que a punição dada pelos educadores (sejam eles pais ou professores) pode acarretar algumas conseqüências, sendo o conformismo cego uma delas. A autora afirma que “Algumas crianças sensíveis tornam-se totalmente conformistas porque a conformidade lhes garante segurança e respeitabilidade. Quando se tornam completamente conformistas, as crianças não precisam tomar decisões, tudo o que devem fazer é obedecer.” (p.107). O conformismo cego, portanto, nada mais é do que uma faceta da estratégia submissa de resolução de desacordos interpessoais.

Lembrando que na concepção de Deluty (1979, 1981) e Leme (2004a) a estratégia submissa de resolução de conflito envolve o não enfrentamento da situação por meio de fuga e esquivas; evitar um enfrentamento significa se conformar com a perspectiva do outro. É totalmente plausível a afirmação de Kamii (1991) de que esse conformismo garante segurança no momento em que aparecem diferenças entre as pessoas, que dessa maneira não precisam tomar decisões. O problema, segundo a autora, é que esse fato contribui para a manutenção da heteronomia natural da criança, e conseqüentemente para a formação de adolescentes e adultos pouco autônomos, que no presente estudo significa a construção de um estilo submisso de se relacionar com as pessoas, já que as medidas coercitivas favorecem a estabilização de um modo conformista de reagir às diferenças. Conclui-se, dessa forma, que a cultura, o ambiente familiar e o ambiente escolar podem favorecer a escolha de estratégias submissas de resolução de conflito.

Quanto às estratégias agressivas, quais os fatores que poderiam justificar as respostas dos adolescentes do presente estudo? Assim como Leme (2004b), acredita-se que a agressividade tem sua origem em algum fator biológico, já que houve um valor adaptativo na evolução da espécie. É provável que, ao longo da evolução, indivíduos que não revidaram

ataques de predadores e não disputaram alimento ou parceiro não tenham tido sucesso reprodutivo. Dessa forma, o ser humano tem uma tendência a lutar pela sobrevivência e para sua evolução. Esse argumento não se restringe à preservação da integridade física, mas também da psicológica. Adler (1948-1991) propõe em suas teses que o homem experimenta um sentimento de inferioridade e tem uma motivação básica de superá-lo. La Taille (2006) propõe que exista uma busca incessante do ser humano de ser considerado como pessoa de valor a fim de conquistar uma boa imagem. Nesse sentido, em muitos casos, a agressividade ocorre na direção da autopreservação, na busca de se sentir como alguém de valor e preservar uma imagem positiva. É importante lembrar que na fase de adolescência a imagem no grupo de pares é muito importante, o que significa que, diante de um conflito, muitos escolham coagir do que permitir ser coagido, já que isso incide sobre a imagem diante de si mesmo e do grupo. É claro que quando se escolhe a agressão em detrimento de outra forma não violenta de solução de conflito, o outro está sendo desconsiderado e prejudicado, o que a longo prazo implica prejuízos ao próprio agressor, como o afastamento de seus pares e sanções por suas ações. Entretanto Leme (2004a) lembra que a desistência das condutas agressivas por parte das crianças e adolescentes é possivelmente resultado da adoção de valores e padrões de conduta não violenta, o que permite concluir que as condutas agressivas podem estar relacionadas às demandas sociais, como as conseqüências para suas ações, à necessidade de pertencimento aos grupos ou à consideração da perspectiva alheia. Em suma, para algumas pessoas, e em especial na adolescência, a agressividade pode ser uma estratégia adotada para promover a autovalorização uma vez que se acredita que alguém que “vence” em disputas entre pares é alguém melhor. Ao que tudo indica, isso ocorre quando os valores individuais são mais fortes que os valores coletivos.

Outro aspecto que poderia justificar as condutas agressivas envolve não só a capacidade de identificar os sentimentos, como já argumentamos, como ainda a capacidade de regular os sentimentos. Diversos autores propõem que uma boa resolução de conflito envolve a mobilização de recursos cognitivos e afetivos (SASTRE; MORENO, 2002, LEME, 2004a; TOGNETTA, 2003; MANTOVANI DE ASSIS; VINHA, 2003). É comum observar pessoas que reagem agressivamente em situações de desacordos interpessoais e posteriormente se arrependem de seus atos em função do prejuízo alheio, apenas posteriormente reconhecendo a existência de alternativas. É possível que essas pessoas tenham dificuldade em dominar os próprios afetos e, dessa forma, usem estratégias agressivas diante de conflitos interpessoais. Entende-se que para uma solução de conflito harmônica é necessário que o sujeito

primeiramente adote uma postura de refletir antes de agir. Em outros termos, pode-se evitar reagir impulsionado por um sentimento de raiva, ou qualquer outro sentimento desconfortável, a partir da reflexão sobre formas de expressar esses sentimentos sem causar prejuízo ao próximo e agravar o conflito.

Um segundo aspecto está relacionado a um ponto já assinalado: a necessidade de saber identificar os próprios afetos. Como é possível, então, expressar um desconforto de forma pacífica se o sujeito não reconhece apropriadamente esse mal-estar e conseqüentemente seus motivos? Como lembra Tognetta (2003), esse recurso só é possível através do autoconhecimento. Um terceiro aspecto que parece essencial para uma solução harmoniosa refere-se ao exercício de considerar os sentimentos, idéias do outro a fim de coordenar com os próprios e encontrar uma solução satisfatória. Enfim, se a pessoa não se conhece, não terá condições de conhecer o outro. Conseqüentemente, o autodomínio só é possível se houver um reconhecimento e uma sensibilização para a subjetividade alheia. Prova disso é que o indivíduo que escolhe estratégias submissas de solução de conflito considera os motivos do outro, mas normalmente restringe-se apenas a eles. Se não ocorrer a consideração para os motivos do outro, haverá uma forte tendência para a adoção de estratégias agressivas de solução de conflito. No presente estudo, como já lembramos, ficou evidente a omissão pela maioria dos participantes dos próprios sentimentos diante das situações de conflito, ou, ainda, o reconhecimento pouco definido sobre eles. Tal fato poderia justificar a escolha de estratégias agressivas, não em detrimento da incapacidade de coordenar informações, mas sim em função da falta de oportunidade que esses adolescentes tiveram de se autoconhecer, conhecer o próximo e refletir sobre formas alternativas de solucionar conflitos. Na concepção de Sastre e Moreno (2002), os participantes do estudo não tiveram a oportunidade de coordenar de forma harmônica a cognição e a afetividade.

A predominância de adoção de estratégias submissas e agressivas dos adolescentes estudados indica que a estratégia assertiva não é adotada em função de os participantes não reconhecerem formas mais apropriadas de resolução, seja pela influência da cultura, da família, da escola ou pela restrita oportunidade de exercício cognitivo e afetivo nas situações de conflito. Devido à pouca atenção à afetividade, à moral e aos conflitos no âmbito escolar e aos alarmantes índices de violência e agressividade no âmbito social e escolar, concluímos que o resultado restrito de estratégia assertiva está relacionado à falta de oportunidades que as crianças e jovens têm de aprendizagem de solução de conflito e de educação para os sentimentos.

É importante salientar que 19,05% dos sujeitos avaliados não adotaram apenas uma estratégia predominante de resolução em todos os conflitos apresentados pelo instrumento. Isso significa que a escolha de estratégia dependeu do contexto. Como exemplo, em algumas situações, o adolescente indicou uma solução agressiva e em outra apontou uma forma de enfrentamento categorizada como submissa, assertiva ou mista. Além disso, nota-se que no conflito que envolve o sofrimento de sanções por parte dos pais em função da bagunça de um amigo (conflito 2), surgiram respostas com proporções idênticas entre a resolução agressiva e a assertiva. Além disso, no conflito que envolve a perda de um prêmio por causa de um ponto (conflito 10), observaram-se mais tendências mistas de resolução de conflito. Para Leme (2006a) esses resultados podem indicar que o esquema de resolução não está bem estabelecido.

Leme (2004a, 2006a) realizou dois estudos sobre as tendências de resolução de conflito a partir da versão aberta da Escala CATS. Um estudo contou com uma amostra de pré-adolescentes brasileiros de escolas públicas e particulares e o outro estudo com uma amostra semelhante de brasileiros sendo comparada a uma amostra de alunos franceses. Assim como na presente pesquisa, os estudos realizados pela autora com a versão aberta do instrumento que também utilizamos evidenciaram uma parcela de respostas categorizadas como mistas. Segundo Leme (2006a), esse resultado pode indicar uma tendência de evolução dos participantes dos estudos. Essa posição é bastante pertinente na medida em que o não posicionamento em uma tendência única pode significar conflito intrapessoal e busca de formas alternativas para o equilíbrio pessoal. Em outros termos, o adolescente que usa uma estratégia categorizada como submissa-agressiva, submissa-assertiva ou assertiva-agressiva possivelmente considera mais elementos para adotar uma forma de solução para o conflito, como, por exemplo, a idade, a intencionalidade ou a posição hierárquica do outro envolvido no conflito.

Fortalecendo nossa afirmação, retomamos alguns exemplos que mostram que os adolescentes que adotam estratégias mistas consideram vários elementos para decidir sobre a forma de resolução de conflito. É o caso de uma jovem cuja resposta foi categorizada como submissa-assertiva (conflito 5: receber uma bolada na cabeça de uma criança menor) ao afirmar “eu ficaria brava, mas deixaria quieto o que aconteceu pois é uma criança menor” , uma vez que, por um lado, não expressou o que estava sentindo e nada fez com relação à atitude da criança, e, por outro, não usou estratégias de coerção e considera a perspectiva do outro ao colocar que é uma criança e tem uma compreensão mais limitada das situações em

função da sua idade. Muitos participantes do estudo usaram o critério da intencionalidade para resolver esse mesmo conflito, como a participante que afirma “Olharia feio, porque se fosse por querer que ela jogou, ela não jogaria mais”, que foi categorizada como estratégia submissa-agressiva, pois apesar de não reagir, usa de uma forma não verbal para intimidar a criança causadora do conflito, caso esta última tenha tido a intenção de prejudicar. E ainda o participante que para o conflito que envolve ter um livro devolvido por um amigo danificado afirma “Iria perguntar o que aconteceu e dependendo da explicação dele eu mandava comprar outro”, levando em consideração os motivos do outro, o que pode ser considerado assertivo, mas dependendo da explicação do outro envolvido no conflito, o participante afirma que “mandava” comprar outro, o que foi considerado uma conduta coercitiva.

Os resultados do presente estudo mostram que quando os participantes têm de resgatar da memória estratégias de solução de conflitos interpessoais, as estratégias mistas sempre estão presentes em uma parcela das respostas dos participantes. Esse mesmo resultado foi encontrado por Leme (2004a, 2006a), o que sinaliza para o fato de que o esquema de resolução possa não estar bem estabelecido ou para uma tentativa de buscar soluções mais harmônicas para os conflitos interpessoais. Em suma, a partir dos resultados e da discussão dos aspectos que envolvem este primeiro estudo, concluímos que:

1. Neste estudo que foi realizado em um espaço educacional, encontramos uma maior proporção de meninas categorizadas como filhas de pais abusadores ou dependentes de álcool. Esse dado nos aponta para a possibilidade de que as meninas sejam mais sensíveis ou mais críticas em relação ao abuso de álcool por parte do pai quando comparadas aos meninos.
2. Grande parte dos sujeitos não se pronunciou quanto aos sentimentos, e para aqueles que o fizeram, os sentimentos eram pouco definidos. Esse fato aponta para a dificuldade dos participantes em reconhecer os próprios afetos e conseqüentemente os sentimentos dos outros envolvidos nos conflitos.
3. Nesta amostra de adolescentes, observou-se uma predominância de estratégias submissas de resolução de conflito, seguidas de agressivas. As estratégias assertivas foram as menos utilizadas pelos participantes. É possível que a predominância das estratégias submissas provenha do fato de elas serem interpretadas como mais adaptáveis socialmente (LEME, 2004a, DEL

PRETTE; DEL PRETTE, 2005), da necessidade do adolescente sentir-se como alguém pertencente ao grupo (Oliva, 2004) e da falta de oportunidade das crianças e adolescentes em construir recursos cognitivos e afetivos para lidar com situações de conflito de forma harmônica (SASTRE; MORENO, 2002; TOGNETTA, 2003). A literatura na área de conflitos nos indica que esses últimos dois argumentos - a necessidade de manter uma boa imagem (ADLER, 1948-1991; LA TAILLE, 2006) e a dificuldade de autocontrole afetivo - também estão ligados à escolha de estratégias agressivas de solução de conflito, que foi a mais escolhida pelos participantes do estudo, depois da submissa.

4. Uma parcela dos adolescentes do estudo indicou estratégias de resolução de conflito que foram categorizadas como mista por este estudo, já que inclui elementos de duas categorias. Pela análise das respostas dos sujeitos afirma-se que parte dos adolescentes do estudo está em evolução, já que ao responder o que faria diante do conflito apresentado considerou mais que um elemento para apontar a solução diante do conflito, como, por exemplo, os próprios direitos e a idade ou intencionalidade do outro.

Análise comparativa entre filhos de pais abusadores ou dependentes de álcool

Um dos objetivos principais do presente estudo envolveu a análise das diferenças entre os adolescentes cujos pais abusam ou são dependentes de álcool, e os adolescentes que não estavam nessa condição na ocasião da coleta de dados. Foi realizada uma análise estatística através do teste Qui-Quadrado e do teste exato de Fisher a fim de verificar a existência de diferenças significativas entre esses dois grupos. Poucos resultados alcançaram significância estatística. Entretanto uma análise detalhada revela diferenças percentuais que valem ser citadas.

Um dado inicial refere-se à religião da família dos dois grupos analisados. Foi constatado que 52,78% dos participantes que têm pai abusador ou dependente de álcool e 34,15% do grupo de filhos de não abusadores são católicos. Em contrapartida, 51,22% dos filhos que não têm pais abusadores e 30,56% dos que informaram ter pai com problemas de álcool afirmaram que sua família é evangélica. Verifica-se, portanto, que um pouco mais da

metade dos filhos que têm pais abusadores é de família católica, e um pouco mais da metade dos que têm pais não abusadores é de família evangélica. Entretanto esta diferença não é significativa de acordo com o teste exato de Fisher (0,299).

Os resultados das estratégias predominantes dos dois grupos nas 10 situações de conflitos indicam que os filhos de pais abusadores de álcool apontam mais respostas categorizadas como agressivas (33,33%) quando comparados aos filhos de pais não abusadores de álcool (23,81%). Além disso, o ultimo grupo aponta mais respostas assertivas (9,52%) que o primeiro grupo (2,38%). A proporção de respostas submissas entre os filhos de pais não abusadores de álcool e os filhos de pais abusadores é bastante semelhante (38,10% e 40,48%) enquanto que as estratégias categorizadas como mistas apresentam resultado idêntico nos dois grupos (7,14%). Não foi encontrada predominância de estratégias de solução de conflitos em 21,43% dos filhos de pais não abusadores de álcool e 16,67% dos filhos de pais abusadores de álcool. O teste exato de Fisher não encontrou diferença significativa entre os dois grupos e as estratégias de solução de conflitos ($p=0,650$).

Entretanto, a análise comparativa das tendências de resolução de conflito de filhos de pais abusadores de álcool e filhos de pais não abusadores em cada conflito do questionário CATS evidencia que os primeiros apresentam uma proporção menor de respostas assertivas; em especial nos conflitos 2 e 7, que envolvem desacordo com pais, essa diferença é maior, o que pode ser notado na tabela 3.

Tendência Assertiva	Filhos de pais não abusadores de álcool	Filhos de pais abusadores de álcool
Conflito 1	7,14%	4,76%
Conflito 2	28,57%	11,90%
Conflito 3	11,90%	14,29%
Conflito 4	21,43%	11,90%
Conflito 5	14,29%	9,52%
Conflito 6	9,52%	4,76%
Conflito 7	21,43%	7,14%
Conflito 8	—	—
Conflito 9	19,05%	14,29%
Conflito 10	11,90%	19,05%

Tabela 3 - Comparação entre filhos de pais abusadores e não abusadores de álcool e a categoria predominante e consecutiva de resolução de conflito.

A análise de correspondência múltipla também evidencia o resultado de que a ausência de abuso de álcool pelos pais se associa mais a respostas assertivas do que a presença do abuso (figura 4).

A dimensão 1 do gráfico da figura 4 representa a distribuição do estilo de resolução de conflito, que nesse caso é o assertivo, e a dimensão 2 representa a distribuição dos dois grupos. Os filhos de pais abusadores de álcool estão representados na parte superior do gráfico e filhos de pais não abusadores na parte inferior. Observa-se um maior conglomerado de respostas assertivas entre os filhos de pais não abusadores de álcool.

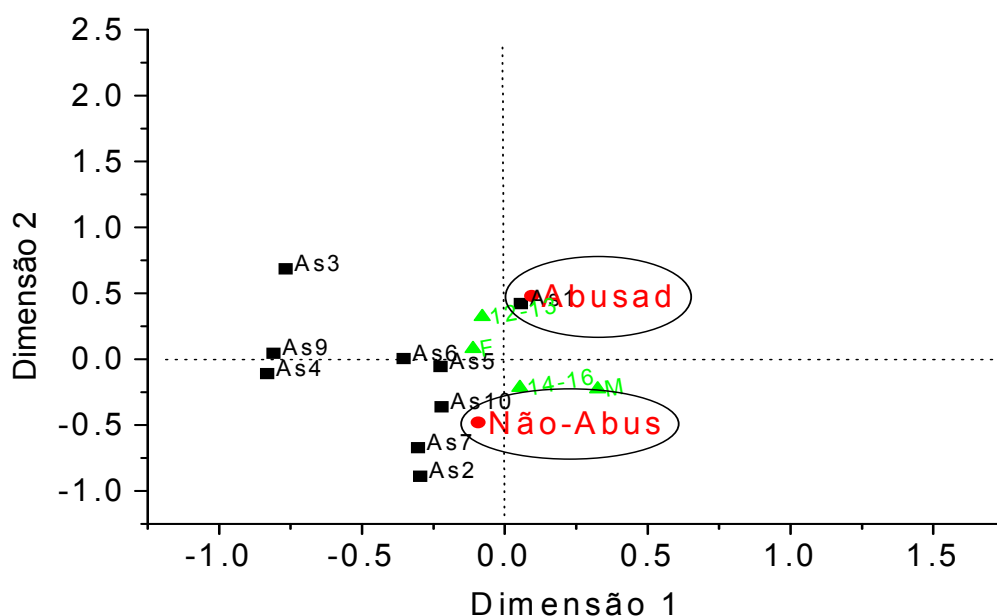


Figura 4 - Distribuição de respostas de filhos de pais abusadores e não abusadores de álcool e o estilo de resolução de conflito assertivo.

Dessa forma, podemos afirmar que os filhos de pais abusadores de álcool dessa amostra apresentam maior dificuldade de utilizar estratégias assertivas em situações de conflito interpessoais, em especial nos conflitos 2 e 7, que envolvem desacordos relacionados aos pais. No conflito 2, que envolve um amigo e os pais, os filhos de pais abusadores tendem a argumentar com o amigo e os filhos de pais não abusadores com os pais, fato que será discutido posteriormente.

Essa análise exploratória também evidencia que o abuso de álcool por parte dos pais está um pouco mais associado às estratégias de resolução de conflito agressiva dos filhos

(figura 5). Nesse caso, a dimensão 1 do gráfico da figura 5 representa a distribuição do estilo de resolução de conflito agressivo.

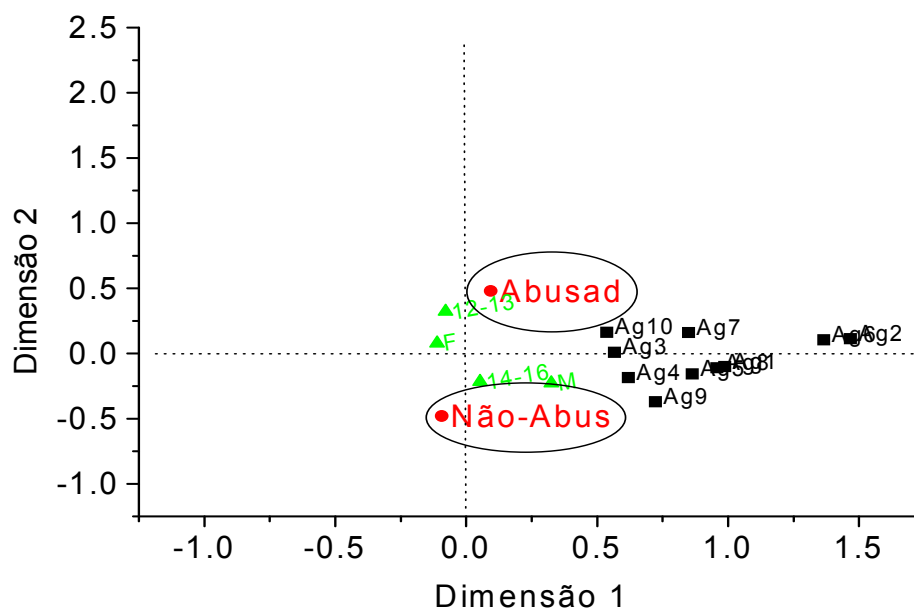


Figura 5 - Distribuição de respostas de filhos de pais abusadores e não abusadores de álcool e o estilo de resolução de conflito agressivo.

A análise de correspondência múltipla mostra que os filhos de pais não abusadores de álcool tendem a utilizar mais as estratégias assertivas e os filhos de pais abusadores tendem a utilizar as estratégias agressivas. Não podemos nos esquecer que a diferença quanto à utilização das respostas assertivas é maior nos conflitos que envolvem os progenitores dos participantes. Na seqüência apresentaremos os dados de cada situação do questionário, com relação aos estilos de solução de conflitos e os sentimentos dos dois grupos estudados.

Com relação à situação de conflito 1, não ocorreu diferença mesmo que percentual na expressão de sentimentos; como no grupo geral, os filhos de pais abusadores e não abusadores expressam sentimentos negativos ou pouco definidos (categoria 2). Nessa situação de ser xingado publicamente pelos colegas por um mau desempenho no jogo (conflito 1), os filhos de não abusadores de álcool apresentam mais respostas submissas (45,24%) e assertivas (7,14%) quando comparados aos filhos de abusadores (33,33% e 4,76%). Em contrapartida, esses últimos mostraram-se um pouco mais agressivos (28,57%) que os filhos de não abusadores (23,81%). Ficou evidente que, no contexto de humilhação pública infligida por colegas, as respostas submissas são predominantes nos dois grupos de adolescentes. Contudo

os filhos de não abusadores são um pouco mais submissos e assertivos quando comparados aos filhos de pais abusadores de álcool.

Ao analisar o conflito 2 (sofrer sanção por parte dos pais em função de delito alheio), foi verificada a mesma proporção de respostas submissas entre os dois grupos (14,29%) e quase a mesma proporção de respostas agressivas entre os filhos de não abusadores (19,05%) e de abusadores (21,43%). Entretanto uma diferença percentual surgiu nas respostas assertivas, já que 28,57% dos participantes que não são filhos de pais abusadores apresentaram essa estratégia de solução de conflito comparada a 11,90% dos filhos de abusadores (tabela 4). A predominância da estratégia mista surgiu pela primeira vez nos dois grupos estudados e de forma idêntica (35,71%).

Conflito/ estratégia	Abus/ n-abus	agressivo	Abus/ n-abus	submisso	Abus/ n-abus	assertivo	Abus/ n-abus	Misto
1	n-abus	23,81%	n-abus	45,24%	n-abus	7,14%	n-abus	21,43%
	Abus	28,57%	abus	33,33%	Abus	4,76%	abus	26,19%
2	n-abus	19,05%	n-abus	14,29%	n-abus	28,57%	n-abus	35,71%
	Abus	21,43%	abus	14,29%	Abus	11,90%	abus	35,71%
3	n-abus	52,38%	n-abus	9,52%	n-abus	11,90%	n-abus	23,81%
	Abus	50%	abus	19,05%	Abus	14,29%	abus	11,90%
4	n-abus	45,24%	n-abus	4,76%	n-abus	21,34%	n-abus	26,19%
	Abus	42,86%	abus	4,76%	Abus	11,90%	abus	38,10%
5	n-abus	33,33%	n-abus	9,52%	n-abus	14,29%	n-abus	38,10%
	Abus	30,95%	abus	19,05%	Abus	9,52%	abus	30,95%
6	n-abus	9,52%	n-abus	61,90%	n-abus	9,52%	n-abus	19,05%
	Abus	11,90%	abus	45,24%	Abus	4,76%	abus	23,81%
7	n-abus	9,52%	n-abus	40,48%	n-abus	21,43%	n-abus	23,81%
	Abus	21,43%	abus	45,24%	Abus	7,14%	abus	16,67%
8	n-abus	21,43%	n-abus	47,62%	n-abus	0%	n-abus	28,57%
	Abus	21,43%	abus	35,71%	Abus	0%	abus	30,95%
9	n-abus	7,14%	n-abus	42,86%	n-abus	19,05%	n-abus	26,19%
	Abus	4,76%	abus	42,86%	Abus	14,29%	abus	19,05%
10	n-abus	7,14%	n-abus	26,19%	n-abus	11,90%	n-abus	38,10%
	Abus	4,76%	abus	21,43%	Abus	19,05%	abus	33,33%

Tabela 4 - Porcentagem de respostas entre filhos de pais abusadores e não abusadores de álcool em cada estilo de resolução nas situações de conflito.

Em função do conflito 2 envolver um contexto que se refere à figura dos pais e um amigo, e notando durante a transcrição das respostas desse conflito que alguns adolescentes direcionavam sua estratégia de solução de conflito aos pais e outros aos amigos, como já foi citado, decidimos verificar se haveria diferença entre os dois grupos sobre o direcionamento da argumentação diante do conflito. Foi encontrada através do teste exato de Fisher uma diferença perto da significância ($p=0,079$) de respostas entre os dois grupos; 45,24% dos filhos de não abusadores de álcool argumentam com os pais, ou então com os pais e o colega de forma concomitante (11,90%), enquanto 38,10% dos filhos de abusadores argumentam apenas com o amigo ou não discriminam com quem argumentam (28,57%). Em outros termos, os filhos de pais abusadores argumentam mais com o amigo e os filhos de pais não abusadores com os pais.

Quanto aos sentimentos dos participantes nessa situação que envolve sofrer um castigo dado pelos pais em função de um delito alheio, verificou-se que quase metade dos participantes dos dois grupos não se pronunciou quanto aos sentimentos (47,62% de filhos de não abusadores e 40,48% de filhos de pais abusadores). Os sujeitos que são filhos de pais abusadores indicaram mais sentimentos negativos ou pouco definidos (categoria 2; 30,95%) que os filhos de não abusadores de álcool (19,05%). No entanto esses últimos apresentam mais sentimentos negativos - braveza e zanga - que normalmente acompanham coerção (28,57%) do que os filhos de pais abusadores de álcool (14,29%). Nesse caso, os filhos de pais não abusadores revelam mais sentimentos de rejeição da ação alheia e direcionam mais a sua argumentação, ou seja, a não aceitação, aos pais, comparados aos filhos de pais abusadores.

No que diz respeito ao conflito que envolve ser empurrado para fora da fila da cantina por um colega (conflito 3), não se constatou diferença quanto às categorias de sentimentos entre os dois grupos, pois ambos tendem a não se pronunciar (45,24% dos filhos de pais de não abusadores e 40,48% dos filhos de abusadores). Nessa mesma direção pouca diferença surgiu entre os dois grupos quanto à estratégia de resolução de conflito já que 52,38% dos filhos de pais não abusadores favoreceram respostas agressivas comparados a 50% dos filhos de pais abusadores (tabela 4). Esses últimos por sua vez apresentaram nesse contexto mais respostas submissas (19,05%) e um pouco mais assertivas (14,29%) quando comparados aos filhos de pais não abusadores (9,52% e 11,90%). Contudo os filhos de pais não abusadores indicam mais respostas mistas (23,81%) do que os filhos de pais abusadores de álcool

(11,90%). Em suma, na situação de conflito 3, os dois grupos estudados apresentam pela primeira vez mais respostas que se referem às estratégias agressivas.

No conflito 4 (ter o livro preferido danificado por um colega), as respostas agressivas também foram as mais apontadas tanto pelos filhos de pais não abusadores de álcool (45,24%) quanto para os filhos de pais abusadores de álcool (42,86%). Entretanto, assim como no conflito 1 e 2, os filhos de pais não abusadores de álcool (21,43%) superaram em respostas assertivas os filhos de pais abusadores de álcool (11,90%). De forma interessante, nesse contexto de conflito, os dois grupos apresentaram uma proporção idêntica (4,76%) de respostas submissas, o que nos permite afirmar que o resultado que evidenciou maior diferença entre os dois grupos foi relativo à categoria de respostas assertivas, tendo os filhos de não abusadores de álcool superado os filhos de abusadores de álcool. Tanto os filhos de pais não abusadores de álcool como os filhos de pais abusadores tendem a não se pronunciar sobre os sentimentos (45,24% e 42,86%)

Levar uma bolada de uma criança menor, situação do conflito 5, apresentou pela segunda vez uma proporção maior de respostas mistas tanto nos filhos de pais não abusadores (38,10%) como nos filhos de pais abusadores de álcool (30,95%). Os filhos de pais abusadores de álcool apresentam respostas agressivas (30,95%) na mesma proporção das respostas mistas (tabela 4). Nota-se que esse contexto de conflito está relacionado a um pouco mais de respostas assertivas dos filhos de pais não abusadores (14,29%) do que dos filhos de pais de abusadores de álcool (9,52%). Da mesma forma que no conflito anterior, os resultados não indicaram diferença quanto à expressão de sentimentos, já que 54,76% dos filhos de pais não abusadores e 47,62% dos pais abusadores não se expressam quanto ao aspecto.

No conflito 6, que envolve ser criticado como incompetente para participar de um jogo, foi encontrada através do teste Qui-Quadrado uma diferença significativa ($p=0,012$) quanto ao fato de expressar os sentimentos, uma vez que os filhos de pais abusadores expressam mais sentimentos quando comparados aos filhos de pais não abusadores. Os dados evidenciaram ainda uma tendência maior ($p=0,068$) dos filhos de pais abusadores de álcool a expressarem sentimentos negativos e pouco definidos, enquanto os filhos de pais não abusadores não se pronunciaram quanto aos sentimentos. Quanto à tendência de resolução de conflito nesse contexto, ainda que pequena a diferença, os filhos de não abusadores forneceram mais respostas assertivas (9,52%) do que os filhos de pais abusadores (4,76%), como na maioria dos outros conflitos. Entretanto a maioria dos filhos de não abusadores apresentou respostas que foram categorizadas como submissas (61,90%) e os filhos de pais abusadores distribuem suas respostas entre a tendência submissa (45,24%) e mista (23,81%),

resultando através do teste exato de Fisher em uma diferença próxima à significância ($P=0,079$). Não apresentamos, na tabela 4, os resultados dos participantes que se omitiram quanto à estratégia de enfrentamento de solução do conflito. Entretanto essa situação foi a única entre os conflitos, em que todos os filhos de pais de não abusadores indicaram alguma estratégia de enfrentamento.

Para o conflito 7 (um desacordo com os pais que envolve sofrer uma sanção de ter de cumprir o horário de dormir desligando a TV no meio de um programa prazeroso), tanto os filhos de pais abusadores quanto os de não abusadores indicam de forma predominante respostas submissas (45,24% e 40,48%, respectivamente). Uma diferença ocorreu com relação aos resultados da estratégia agressiva, que foi indicada por 21,43% dos filhos de pais abusadores e 9,52% dos filhos de não abusadores. Outra diferença é que, assim como no conflito 2 (que envolve a figura dos progenitores no contexto de conflito), os filhos de pais não abusadores de álcool superaram consideravelmente em respostas assertivas (21,43%) os filhos de pais abusadores de álcool (7,14%). Vê-se que além de serem menos assertivos que os filhos de pais não abusadores de álcool, os filhos de pais abusadores de álcool superaram nas respostas agressivas nesse contexto de conflito. Quanto à expressão de sentimentos, não houve diferença estatisticamente significativa uma vez que os filhos de pais não abusadores de álcool não se pronunciam mais quanto a esse aspecto (57,14%) quando comparados aos filhos de pais abusadores (40,48%).

Já destacamos anteriormente que no conflito 8 (ter o pedido de partilha de um chocolate negado por um colega) não foram encontradas respostas assertivas. Apenas um item se destaca, que refere-se às categorias de sentimentos, em que 23,81% dos participantes com pais não abusadores de álcool expressaram sentimentos de indiferença (categoria 1) comparados a 9,52% dos filhos de pais abusadores de álcool. Apesar desse resultado, a predominância sobre a não expressão de sentimentos ocorreu nos dois grupos (45,24% dos filhos de não abusadores e 47,62% dos filhos de abusadores de álcool). Houve pouca diferença com relação às estratégias de resolução de conflito entre os dois grupos, uma vez que tanto os filhos de não abusadores de álcool (47,62%) quanto os de abusadores de álcool (35,71%) escolhem mais estratégias submissas.

O conflito 9 (ser criticado como menos inteligente) apresenta proporção idêntica de respostas que foram categorizadas como submissas nos dois grupos (42,86%). Dos filhos de pais não abusadores de álcool, 26,19% evidenciam respostas mistas, e dos filhos de pais abusadores de álcool, 19,05%. Com relação às estratégias assertivas, elas foram indicadas por 19,05% dos filhos de pais não abusadores e por 14,29% dos filhos de pais abusadores. Assim

como a maioria dos outros conflitos, os filhos de pais não abusadores de álcool superaram um pouco os de pais abusadores de álcool em respostas assertivas, ainda que nos conflitos que envolvam os pais tenha sido observada uma diferença maior. A omissão com relação aos sentimentos no conflito 9 foi predominante tanto entre os filhos de pais não abusadores (59,52%) como entre os de pais abusadores de álcool (57,14%).

No conflito 10 (perder um prêmio por um ponto), os filhos de pais abusadores de álcool apontaram um pouco mais de respostas assertivas (19,05%) quando comparados aos filhos de pais não abusadores de álcool (11,90%). Contudo a estratégia mista foi predominante entre os filhos de pais não abusadores de álcool (38,10%) e entre os filhos de pais abusadores (33,33%) (tabela 4). Nesse conflito, os sentimentos negativos ou pouco definidos surgiram com maior frequência e de forma idêntica nos dois grupos estudados (42,86%). Essa categoria de sentimentos também foi predominante no conflito 1, que envolve humilhação pública em função de um mau desempenho em um jogo.

Em suma, ainda que não exista diferença significativa através dos testes estatísticos, parece que os filhos de pais não abusadores de álcool apresentam mais respostas assertivas e os filhos de pais abusadores de álcool um pouco mais soluções agressivas. Nos conflitos 2 e 7 surgiu a maior diferença de respostas assertivas entre os dois grupos, sendo que os filhos de pais não abusadores de álcool superaram os filhos de pais abusadores de álcool. Dessa forma, cabe refletir sobre esse aspecto e sobre o fato de os filhos de pais abusadores de álcool argumentarem mais com os amigos na situação de conflito 2, enquanto os filhos de pais não abusadores de álcool argumentam mais com os pais. Cumpre lembrar que não surgiu diferença significativa com relação à expressão de sentimentos entre os dois grupos, com exceção do conflito 6, em que os filhos de pais abusadores de álcool indicam significativamente mais sentimentos que os filhos de pais não abusadores de álcool, fato que pretendemos analisar.

Discussão

Não foram encontradas diferenças relativas aos sentimentos entre os grupos estudados. Em outros termos, os participantes, de forma geral, tendem a não se pronunciar sobre sentimentos, ou quando o fazem expressam sentimentos negativos e mal definidos. Os dados que surgem na análise desses dois grupos permitem a afirmação de que os adolescentes carecem de oportunidade de aprendizagem emocional (SASTRE; MORENO, 2002) e de

educação de sentimentos (TOGNETTA, 2003) independentemente da condição de abuso de álcool na família.

Foi verificada uma exceção com relação à expressão de sentimentos nos dois grupos, uma vez que os filhos de pais abusadores expressam mais sentimentos (78,57%) no conflito que envolve ser criticado como incompetente para participar de um jogo (conflito 6) do que os filhos de pais não abusadores de álcool (52,38%). Nota-se, também, que os filhos de pais abusadores expõem sentimentos negativos e pouco definidos como “mal e chateado”. Entretanto outro dado que se destaca neste conflito entre os filhos de pais não abusadores é que eles adotam mais estratégias submissas (61,90%) do que os filhos de pais abusadores de álcool (45,24%). As ações para evitar as provocações dos colegas são descritas da seguinte forma: “Iria embora. Porque não tem mais nada para fazer naquele lugar” “Sairia de perto. Não me sinto bem em um lugar que eu fui rejeitado” e “Sairia dali. Porque fui humilhado”. Apesar de os filhos de pais não abusadores de álcool expressarem menos sentimentos, todos respondem como reagiriam a essa situação. Em contrapartida, apesar de a maioria dos filhos de pais abusadores se pronunciar quanto aos sentimentos, boa parte deles não responde sobre o que faria nessa situação.

Embora os resultados revelem que os filhos de pais não abusadores não se expressam quanto aos sentimentos, todos respondem como enfrentariam o conflito, enquanto os filhos de pais abusadores expressam significativamente mais sentimentos ($p=0,012$), mas alguns não expressam a sua estratégia de enfrentamento (14,29%). É possível, então, que exista uma dificuldade em coordenar ações e sentimentos de forma concomitante no conflito 6. Uma resolução de conflito satisfatória requer que o sujeito pense de forma recíproca com relação a diversas dimensões (SELMAN, 1980). Coordenar de forma recíproca a noção de direitos e deveres, considerar idéias, sentimentos e desejos de todos em situações de conflito é a base da estratégia assertiva, o que envolve a dimensão cognitiva e afetiva (LEME, 2004a). Pensar sobre ações e sentimentos de forma concomitante pode ter sido uma dificuldade de alguns participantes do estudo no conflito 6, uma vez que alguns dos filhos de pais não abusadores de álcool se concentram mais nas ações e os filhos de pais abusadores de álcool, nos sentimentos. Esse resultado, entretanto, está restrito ao conflito 6.

Apesar de não ter sido encontrada diferença estatística significativa nos dois grupos quanto às estratégias assertivas nas situações de conflito, a análise da maioria dos conflitos mostra que os filhos de pais abusadores de álcool tendem a ter mais dificuldade de resolução de conflito interpessoais. Zanoti-Jeronymo e Carvalho (2005) realizaram uma revisão bibliográfica que envolve o estudo do alcoolismo parental e sua repercussão sobre os filhos.

As autoras encontraram na análise de 27 artigos uma diferença significativa de auto-estima e rendimento escolar entre os filhos de alcoolistas e filhos de não alcoolistas. Zanoti-Jeronymo e Carvalho (2005) afirmam que os filhos de pais alcoolistas apresentam resultados inferiores com relação à auto-estima, e apresentam notas mais baixas e fraca motivação em relação às tarefas escolares quando comparados aos filhos de pais que não têm problemas de álcool. Além disso, os meninos filhos de alcoolistas apresentavam mais agressão física, negativismo, hiperatividade do que filhos de não alcoolistas. Esse resultado corrobora um estudo realizado por Payá et al (2004) com filhos de dependentes químicos que evidenciou maior incidência de conflitos familiares. Associado a esse fator, as autoras encontraram entre esses filhos um rebaixamento de auto-estima, alto índice de carência afetiva, e utilização de defesas como a negação de problemas, o que os autores sustentam que repercute no empobrecimento da capacidade de solucionar conflitos. Problemas internalizantes e externalizantes em filhos de pais alcoolistas foram apontados por diversos estudos já citados (PAYÁ; FIGLIE, 2004b; SOUZA, 2004; SHER, 1997, CARTER; MCGOLDRICK, 1995), o que pode justificar uma tendência de resposta assertiva menor do que a encontrada nos filhos de não alcoolistas.

Não se pode deixar de notar que ao mesmo tempo em que os filhos de pais abusadores de álcool apresentam menos respostas assertivas de solução de conflito, eles apresentam mais respostas agressivas diante dos conflitos fictícios, o que pode ser constatado pela análise de correspondência múltipla. Os fatores que contribuem para esse resultado são os mesmos que acabamos de destacar. Payá e Figlie (2004b) afirmam que as crianças criadas em famílias de alcoolistas têm experiências de vida diferentes daquelas criadas em famílias de não alcoolistas. As autoras ainda destacam que os filhos de alcoolistas tendem a apresentar dificuldades escolares e esse resultado também foi destacado na revisão bibliográfica apresentada por Zanoti-Jeronymo e Carvalho (2005). Payá e Figlie (2004b) discutem estudos que abordam mais especificamente a dificuldade de abstração e raciocínio conceitual entre os filhos de alcoolistas, que resulta em uma dificuldade de solução de problemas, sejam eles acadêmicos ou relacionados à vida cotidiana.

Entretanto, ainda que de forma geral, os filhos de pais abusadores de álcool apresentam uma tendência menor de apresentar respostas assertivas, e uma tendência maior de respostas agressivas; os resultados mais importantes se relacionam com os conflitos 2 e 7, que envolvem a presença dos pais. No conflito que envolve apenas os pais são dadas muitas mais respostas assertivas entre os filhos de pais não abusadores de álcool, e respostas evidentemente mais agressivas entre os filhos de pais abusadores de álcool. No conflito 2 o resultado se repete quanto às estratégias assertivas e com menor diferença para as respostas

agressivas. Contudo, nesse contexto de conflito, os adolescentes que são filhos de pais abusadores de álcool tendem a argumentar mais com o amigo do que com os pais, enquanto os filhos de pais não abusadores argumentam mais com os pais.

Parece que em confronto direto com os pais, os filhos de pais abusadores de álcool apresentam respostas mais agressivas, e que em conflito com pais e amigo, os filhos direcionam mais a estratégia de enfrentamento ao amigo. É provável que o desgaste na relação familiar decorrente do abuso ou dependência do álcool paterna possa justificar as ações dos participantes nesses dois contextos de conflitos. Zanoti-Jeronimo e Carvalho (2005) afirmam que nos estudos analisados na revisão bibliográfica ficou evidente que o alcoolismo dos pais foi associado às interações negativas, baixa sensibilidade e afeto negativo, além de menos diálogo entre pais e filhos, o que justifica menor assertividade e maior agressão no conflito que envolve a relação pais e filhos no presente estudo. Nesse sentido, podemos afirmar a partir dos nossos dados que os filhos de abusadores de álcool tendem a apresentar menos respostas assertivas que os filhos de não abusadores, principalmente em conflito com estes, o que comprova parcialmente a nossa hipótese inicial deste estudo. Entretanto, essa diferença é maior, assim como as respostas agressivas por parte dos filhos de pais abusadores, quando o conflito envolve pais e filhos. Excluindo os conflitos que envolvem a relação com os pais, os filhos de pais abusadores de álcool tendem de forma predominante a escolher respostas submissas, assim como os filhos de pais não abusadores de álcool, o que justifica a afirmação de que a nossa hipótese foi parcialmente comprovada.

No presente estudo, optou-se por realizar a coleta de dados em uma instituição educacional, e não em uma instituição que trate diretamente de pessoas com problemas de álcool para evitar a influência de outras variáveis sobre as duas amostras. Entretanto, não pudemos controlar algumas variáveis que possivelmente interferiram no resultado deste estudo. A primeira delas refere-se à inclusão em nosso estudo de pais abusadores ou dependentes de álcool. Os estudos que citamos relacionados ao tema abordam os filhos de pais que já são dependentes de álcool, o que inevitavelmente envolve os familiares em maior possibilidade de danos. Outro dado que se destaca é que o alcoolismo associado à violência familiar, produz impacto ainda maior sobre os familiares, assim como o tempo em que esse progenitor tem problemas com o álcool. É muito provável que um adolescente que tem um pai com problemas de álcool desde a primeira infância apresente diferenças daquele cujo pai apresentou problemas maiores na fase da adolescência. O contexto escolar não permitiu controlar essas variáveis devido ao número de participantes do estudo, e ao nosso desejo de preservar a intimidade dos alunos. Essa condição repercutiu na Escala CAGE familiar, que se

destaca pela objetividade e rapidez. No caso do presente estudo, um indicador desse tipo de prejuízo seriam as menores freqüências de respostas assertivas nas situações de conflito com os pais. Um estudo que analise o tempo e o grau de dependência de substâncias psicoativas dos progenitores e as estratégias de solução de conflito dos filhos é aqui sugerido para pesquisas posteriores.

Isto não significa que estamos assumindo que de forma absoluta os filhos de pais não alcoolistas superam os filhos de pais alcoolistas em resoluções de conflito assertivas. Um argumento é que, nos conflitos 3 e 10 do presente estudo, os filhos de pais com problemas de álcool apresentam respostas mais assertivas do que o outro grupo. E ainda, mesmo no conflito 2 e 7, que envolve um desacordo relacionado aos pais, existe uma proporção de filhos de pais de abusadores de álcool que apresentam respostas assertivas. Concordamos com Payá et al (2004) sobre a hipótese de resiliência para esses casos. Esse conceito que já discutimos anteriormente envolve “a capacidade humana para enfrentar, vencer e ser fortalecido ou transformado por experiências de adversidades” (GROTBERG, 2005). Payá et al (2004) afirmam que, em geral, crianças e adolescentes que estão se desenvolvendo de forma resiliente demonstram capacidade de resolver problemas e de interagir adequadamente com outras pessoas com senso de limites e de respeito pelo outro. Consideramos provável que a resiliência possa explicar o uso de estratégias assertivas por alguns dos filhos de pais abusadores de álcool.

Em suma, os resultados da comparação entre o grupo de filhos de pais não abusadores ou dependentes de álcool e o grupo de filhos de pais abusadores ou dependentes de álcool podem ser assim resumidos:

1. Não foi encontrada diferença significativa quanto aos sentimentos dos participantes do estudo, com exceção da expressão de sentimentos no conflito 6. Nesse caso, encontramos que os filhos de pais abusadores de álcool expressam mais seus sentimentos, apesar de eles serem pouco definidos. Entretanto, boa parte desses participantes não expressa o que faria nessa situação, fato que não acontece no grupo de filho de pais não abusadores de álcool, ainda que expressem significativamente menos os sentimentos que os primeiros.
2. Os filhos de pais não abusadores de álcool superam os filhos de abusadores nas respostas assertivas nas situações de conflito, ainda que essa diferença não

tenha alcançado significância. Esses últimos também superaram os primeiros quanto às respostas agressivas, o que confirma em parte nossa hipótese inicial.

3. Os conflitos que envolvem pais se destacam pela maior incidência de respostas agressivas dos filhos de pais abusadores de álcool, em contraste com a proporção de respostas assertivas dos filhos de pais não abusadores de álcool, o que sustenta nossa hipótese de maior dificuldade de solução de conflito dos adolescentes com pais com problemas de álcool.

Análise Comparativa entre Gêneros

Foi realizado um estudo a fim de comparar as principais variáveis entre os gêneros. A amostra geral contou com 9 meninos e 24 meninas com idade entre 12 e 13 anos e 12 meninos e 37 meninas entre 14 e 16 anos. Um aspecto que chama a atenção na análise dos resultados entre os adolescentes que têm os pais separados é que 40% das meninas e 80% dos meninos afirmam visitar o progenitor que mora separado. Os adolescentes do sexo masculino tendem mais do que as meninas a visitar os progenitores que não moram com eles. Entretanto essa diferença não é significativa de acordo com o teste exato de Fisher ($p=0,060$).

A análise das estratégias indicadas pelos adolescentes nas 10 situações de conflitos evidenciou que meninos e meninas diferem na proporção de respostas submissas e agressivas. Com relação às respostas categorizadas como submissas, foram apontadas por 44,26% das meninas e 28,57% dos meninos, enquanto 22,95% das meninas indicaram estratégias agressivas e 38,10% dos meninos. Já as respostas assertivas foram mais encontradas entre meninos (9,52%) do que em meninas (4,92%) enquanto que as respostas mistas foram encontradas mais frequentemente entre meninas (8,20%) do que em meninos (4,76%). É interessante notar que uma parcela considerável de meninas e meninos não apresentou predominância de estratégias de solução de conflitos (19,67% e 19,05%). O teste exato de Fisher não indicou diferença significativa entre gênero e as estratégias de solução de conflitos indicadas pelos participantes nas 10 situações de conflito ($p= 0,524$).

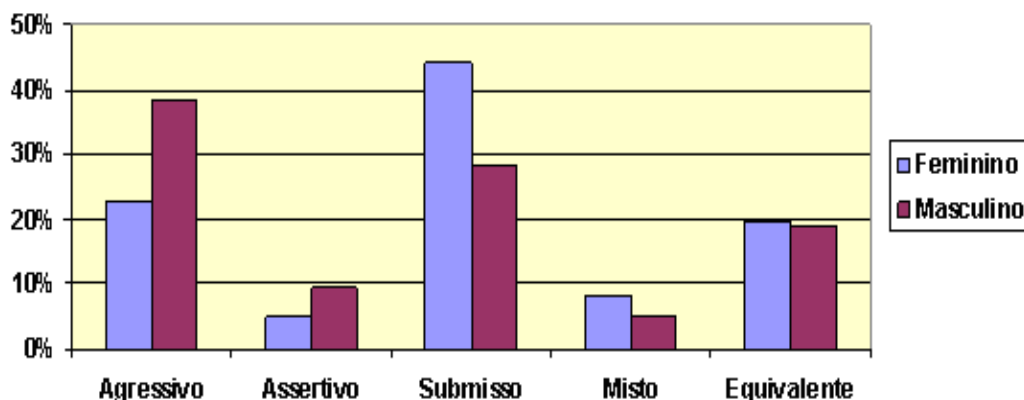


Figura 6 - Estilo de Resolução de Conflito Predominante entre gêneros.

Apesar de o presente estudo não ter encontrado diferença estatisticamente significativa entre as formas de resolver conflitos, as proporções expostas na figura 6 mostram que as meninas apresentaram um pouco mais de respostas submissas quando comparadas aos meninos, que indicam mais respostas agressivas. O gráfico representa os resultados das estratégias predominantes dos meninos e meninas nos 10 conflitos. Ainda que com uma porcentagem pequena de respostas, como já foi citado, os meninos indicam mais respostas assertivas do que as meninas, que apresentam mais respostas mistas do que os meninos. Uma porcentagem praticamente igual de meninos e meninas não apresentou tendência predominante de resolução de conflito, o que significa que não surgiu nenhuma estratégia que tenha sido mais usada por esses sujeitos. De forma geral, não ocorreram diferenças marcantes nas formas de resolução de conflito de meninos e meninas na fase de adolescência.

Em seguida serão apresentados os resultados de cada situação de conflito do questionário CATS, com relação aos estilos de resolução de conflitos e os sentimentos dos dois grupos.

No conflito 1 (sofrer humilhação pública em função do mau desempenho em um jogo), as respostas de 47,62% dos meninos foram categorizadas como submissas enquanto 31,15% das meninas indicaram estratégias mistas. O teste exato de Fisher não mostrou associação entre as tendências de solução de conflito e gênero ($p=0,085$). Meninos e meninas

apontam predominantemente sentimentos negativos ou pouco definidos nesse contexto de desacordo interpessoal (categoria 2; 42,86% e 42,62%).

Conflito/ estratégia	Gênero	agressiva	gênero	submissa	gênero	assertiva	gênero	Mista
1	F	21,31%	F	37,70%	F	6,56%	F	31,15%
	M	38,10%	M	47,62%	M	4,76%	M	4,76%
2	F	14,75%	F	18,03%	F	18,03%	F	39,34%
	M	28,57%	M	4,76%	M	28,57%	M	28,57%
3	F	49,18%	F	16,39%	F	14,75%	F	14,75%
	M	52,38%	M	9,52%	M	9,52%	M	28,57%
4	F	37,70%	F	6,56%	F	18,03%	F	36,07%
	M	57,14%	M	0%	M	14,29%	M	23,81%
5	F	26,23%	F	14,75%	F	13,11%	F	36,07%
	M	52,38%	M	14,29%	M	9,52%	M	23,81%
6	F	13,11%	F	49,18%	F	8,20%	F	22,95%
	M	0%	M	71,43%	M	0%	M	19,05%
7	F	16,39%	F	39,34%	F	13,11%	F	22,95%
	M	14,29%	M	47,62%	M	19,05%	M	14,29%
8	F	19,67%	F	39,34%	F	0%	F	32,79%
	M	23,81%	M	52,38%	M	0%	M	23,81%
9	F	4,92%	F	45,90%	F	16,39%	F	22,95%
	M	9,52%	M	33,33%	M	14,29%	M	23,81%
10	F	4,92%	F	22,95%	F	14,75%	F	37,70%
	M	9,52%	M	28,57%	M	19,05%	M	33,33%

Tabela 5 - Porcentagem de respostas entre gêneros em cada estilo de resolução nas situações de conflito.

No conflito 2 (sofrer sanção dos pais por delito alheio), não se observou diferença estatisticamente significativa entre os meninos e as meninas quanto às estratégias de resolução de conflito. Apenas chama a atenção o fato de 28,57% dos meninos escolherem respostas categorizadas como estratégia assertiva para apenas 18,03% das meninas. Foi verificada uma diferença entre meninos e meninas no que diz respeito à frequência de respostas relativas aos sentimentos despertados pela situação, observando-se que meninos se omitem mais (57,14%) que as meninas (37,70%) sobre os sentimentos. No conflito 3 (ser empurrado fora da fila por um colega) também não houve diferença entre os gêneros quanto à forma de resolvê-lo, já que

meninos e meninas apresentam predominantemente soluções categorizadas como agressivas (52,38% e 49,18%, respectivamente), como mostra a tabela 5, que apresenta a frequência de respostas dos adolescentes em cada estilo de solução de conflito entre o sexo feminino (F) e masculino (M), nas 10 situações de conflito. Como no conflito anterior, há uma diferença percentual quanto a não se pronunciar sobre os sentimentos, com 57,14% para os meninos e 37,70% para as meninas.

No conflito 4 (ter o livro preferido devolvido danificado por um colega), uma porcentagem maior de meninos (57,14%) indicou respostas agressivas quando comparados às meninas (37,70%), tendo as meninas apontado mais respostas mistas (36,07%) quando comparadas a eles (23,81%). O teste exato de Fisher não apontou diferença significativa ($p=0,376$) entre as estratégias de solução de conflito e o sexo dos participantes. Não ocorreu diferença quanto à expressão de sentimentos neste conflito, já que meninos e meninas se omitem de forma predominante com relação a esse aspecto (38,10% e 44,26%).

Com relação à situação que envolve levar uma bolada na cabeça dada por uma criança pequena (conflito 5), apesar de o teste exato de Fisher não evidenciar diferença quanto às estratégias de solução de conflito entre meninos e meninas ($p=0,234$), os resultados percentuais mostraram que 52,38% dos meninos apontaram estratégias agressivas comparados a 26,23% das meninas. Ocorreu uma pequena diferença entre a expressão de sentimentos dos dois grupos, pois os meninos mostraram uma maior tendência a não se pronunciarem sobre os sentimentos (57,14%) quando comparados às meninas (47,54%).

Ser criticado como incompetente para participar de um jogo foi o contexto apresentado aos adolescentes no conflito 6. Interessantemente, nenhum menino foi categorizado com estilo de resposta agressiva ou assertiva nesse conflito. Paralelamente a esse resultado, 71,43% dos meninos apontaram estratégias categorizadas como submissas comparados a 49,18% das meninas. Quanto à expressão de sentimentos, as meninas apontaram mais sentimentos, embora pouco definidos (categoria 2, 52,46%), quando comparadas aos meninos que não se pronunciam quanto aos sentimentos (categoria 6, 42,06%). A tabela 6 mostra a frequência de respostas relativa aos sentimentos dos adolescentes do sexo feminino (F) e masculino (M) nas 10 situações de conflitos interpessoais.

Nº conflito/ Sentime.	Sexo	Posi/ Indifere nça (cate.1)	Nega/ Pouco Definido (cate.2)	Não aceitaçã o/ ação alheia (cate.3)	Inferioriza ção (cate.4)	Juízo Alheio/ Auto- juízo Negativ o (cate.5)	Não se pronunciam (cate.6)
1	F	4,92%	42,62%	9,84%	11,48%	0%	21,31%
	M	9,52%	42,86%	4,76%	14,29%	0%	28,57%
2	F	0%	27,87%	24,59%	0%	0%	37,70%
	M	0%	19,95%	14,29%	0%	0%	57,14%
3	F	0%	14,75%	39,34%	0%	0%	37,70%
	M	0%	0%	38,10%	0%	0%	57,14%
4	F	0%	31,15%	21,31%	3,28%	0%	44,26%
	M	0%	33,33%	23,81%	4,76%	0%	38,10%
5	F	13,11%	13,11%	22,95%	0%	0%	47,54%
	M	4,76%	9,52%	14,29%	0%	0%	57,14%
6	F	6,56%	52,46%	0%	0%	0%	31,15%
	M	4,76%	33,33%	0%	0%	0%	42,86%
7	F	4,92%	11,48%	32,79%	0%	0%	50,82%
	M	9,52%	19,05%	28,57%	0%	0%	42,86%
8	F	14,75%	26,23%	0%	0%	0%	45,90%
	M	23,81%	23,81%	0%	0%	0%	47,62%
9	F	13,11%	11,48%	0%	0%	0%	60,66%
	M	42,86%	9,52%	0%	0%	0%	47,62%
10	F	16,39%	39,34%	0%	0%	0%	29,51%
	M	14,29%	52,38%	0%	0%	0%	23,81%

Tabela 6 - Porcentagem de respostas entre gêneros em cada categoria de expressão de sentimentos nas situações de conflito.

No conflito 7 (ser obrigado pelos pais a cumprir horário no meio de um programa de T.V.), os meninos escolheram mais estratégias submissas (47,62%) e assertivas (19,05%) e as meninas indicaram mais estratégias submissas (39,34%) e mistas (22,95%). Um fato que ficou evidente foi que os meninos superaram as meninas nas estratégias assertivas. Esse contexto de conflito foi o segundo em que os meninos superaram as meninas quanto ao uso de estratégias assertivas. No conflito 2 os meninos tiveram 28,57% de respostas assertivas e as meninas 18,03%. Coincidentemente, os dois conflitos referem-se aos contextos de desacordos originados pela sanção imposta por pais. Foi verificada pouca diferença de gênero em relação

ao não se pronunciar quanto aos sentimentos: 50,82% para as meninas e 42,86% para os meninos (tabela 6).

No conflito 8 (ter um pedido de partilha de um doce negado), novamente não foram constatadas diferenças estatísticas entre meninos e meninas, apenas diferenças percentuais. Os participantes do sexo masculino apontaram 52,38% de respostas submissas enquanto as meninas indicaram 39,34% (tabela 5). Dessa forma, mesmo que com uma diferença discreta, os meninos apontaram mais respostas submissas quando comparados às meninas nesse contexto de conflito. Quanto à maneira de expressar sentimentos, não ficou evidente uma diferença entre meninos e meninas, já que de forma predominante, 45,90% das meninas e 47,62% dos meninos se omitem quanto aos sentimentos.

Ser criticado por um colega como menos inteligente, contexto do conflito 9, não produziu diferença entre meninos e meninas sobre a escolha de estratégias de solução de conflito, já que ambos apontaram primeiramente as estratégias submissa de solução de conflito, sendo os meninos com 33,33% das respostas e as meninas com 45,90%. Em contrapartida, foi encontrado um resultado que merece ser destacado e que envolve a expressão de sentimentos: entre as meninas, 60,66% não se pronunciaram sobre os sentimentos (categoria 6) enquanto 46,86% dos meninos expressaram sentimentos positivos ou de indiferença na situação de conflito (categoria 1) (tabela 6). Uma análise mais detalhada das respostas dos sentimentos dos participantes indicou que a maioria dos meninos que expressaram sentimentos positivos ou indiferentes informou que se sentiria “normal” ou “nem ligaria” diante desse conflito, o que aponta mais para sentimento de indiferença do que para um sentimento positivo. O teste exato de Fisher indicou diferença significativa ($p=0,016$), visto que os meninos apontam sentimentos positivos ou de indiferença nesse contexto e as meninas não expressam o que sentem.

Por fim, no último conflito, que envolve perder um prêmio por um ponto de um jogo, pela primeira vez, os participantes de ambos os sexos apontaram predominantemente respostas mistas de solução de conflito (37,70% as meninas e 33,33% os meninos). Não foram incluídos na tabela 5 os resultados referentes aos participantes que não responderam como agiriam nas situações de conflito. Nesse conflito, os participantes do sexo masculino apontaram mais sentimentos negativos ou pouco definidos pelos participantes (categoria 2, 52,38%) quando comparados às meninas (39,34%).

Em suma, os resultados relativos às soluções de conflitos e o gênero indicam que as meninas apontam mais respostas categorizadas como submissas e os meninos agressivas. Além disso, os meninos indicam mais estratégias assertivas e as meninas mistas. Contudo esta diferença não atingiu resultado significativo de acordo com o teste exato de Fisher. Não foi encontrada estratégia de solução de conflitos predominante em uma parcela semelhante de participantes do sexo masculino e feminino. Com relação à expressão de sentimentos, os resultados gerais não apresentaram diferenças entre meninos e meninas, exceto no conflito 9. Entretanto não podemos deixar de observar dois fatores. O primeiro que se refere aos meninos se omitirem um pouco mais que as meninas com relação à expressão de sentimentos na maioria dos conflitos e o segundo que se refere ao sentimento positivo ou de indiferença dos participantes do sexo masculino no conflito que envolve ser criticado como menos inteligente.

Discussão

Antes da análise comparativa dos resultados dos dois sexos relativa à diferença de expressão de sentimentos e estratégias de solução dos conflitos, será realizada uma breve reflexão sobre os resultados das visitas dos filhos ao progenitor que mora separado.

Cumpramos lembrar que foi encontrada uma diferença quase significativa ($p=0,060$) nos resultados apresentados, que indicam que os meninos da presente investigação que têm pais que moram separados tendem a visitar com maior frequência o outro progenitor quando comparados às meninas. Em outro momento nesta pesquisa será apresentada uma análise relativa às estratégias de resolução de conflito dos filhos e a situação conjugal dos pais. Vale ressaltar que não encontramos outros estudos que pudessem justificar esse resultado, já que inúmeros estudos indicam que pode ocorrer prejuízo aos filhos a partir do divórcio dependendo da forma como os progenitores resolvem os conflitos e desacordos e não pelo divórcio dos pais (PECK; MANOCHERIAN, 1995; WAGNER; RIBEIRO; ARCHETE; BORNHOLDT, 1999). Contudo tais estudos não fazem referência à diferença entre sexo dos filhos. Peck e Manocherian (1995) afirmam que o divórcio parece ser mais difícil para os meninos do que para as meninas, mas completam que as razões não foram examinadas. Os autores sugerem que pode haver correlação entre a angústia e a partida do progenitor do mesmo sexo, afetando a estrutura e o funcionamento da família, o que poderia explicar o fato

de os meninos deste estudo indicarem que visitam mais os progenitores que não moram com eles. Essa suposição poderia estar relacionada ao fato de os meninos se sentirem mais angustiados sem a presença da figura paterna, considerando que a maioria de filhos de pais separados desta pesquisa mora com a mãe (do total de participantes, 34,52% tem pais divorciados e moram com a mãe e 4,76% moram com o pai). Entretanto essas reflexões são apenas suposições em função de não apresentarmos dados de pesquisa que as comprovem. Sugerimos outros estudos que investiguem melhor a visita de filhos e filhas adolescentes aos progenitores que não residem com eles.

Outro aspecto analisado a partir dos resultados apresentados tem relação com a expressão de sentimentos dos participantes. Os dados não indicaram diferenças importantes quanto às categorias de sentimentos de meninos e meninas do estudo, com exceção da situação em que a crítica à inteligência ameaça a auto-estima. Nesse caso, os meninos apontaram sentimentos de indiferença enquanto as meninas não se pronunciaram a esse respeito. Em função desse resultado ser diferente dos encontrados em outros conflitos, a explicação que parece mais plausível para tal diferença seria o contexto apresentado pelo material. Em outros termos, para os meninos, o fato de eles serem chamados de menos inteligentes não provoca sentimentos desconfortáveis como para as meninas, possivelmente em função desse atributo ser menos valorizado por eles do que por elas. Um dado sugestivo é que nesse conflito a estratégia agressiva foi apontada numa proporção bem menor que a maior parte dos outros conflitos apresentados pelo questionário CATS. Além disso, uma análise mais atenta às respostas dos sujeitos evidencia que a maioria realmente fica indiferente com a crítica, o que pode ser verificado em algumas respostas e justificativas: “Nem ligo para o que ele fala. Porque o problema é dele”; “Não falava nada. Ia deixar ele ser feliz um pouco”; “Nada. Porque sei que sou mais inteligente” e “Quieto e finjo que não estou ouvindo. Não preciso provar que sou mais inteligente”. Mesmo a justificativa que sugere que o adolescente está seguro quanto à sua capacidade cognitiva, como: “Porque sei que sou mais inteligente”, aponta para a pouca importância dada pelos participantes à imagem que os colegas têm dele nessa área. Em outros termos, grande parte das respostas envolve pouca importância atribuída ao ser criticado como menos inteligente. Possivelmente os meninos interpretem esse contexto com indiferença, o que não acarreta conflito intrapessoal, em outros termos, conflito interno e muito menos conflito interpessoal. Lembrando que Rocheblave-Spenlé (1974) afirma que quando existe um conflito interpessoal necessariamente existe um conflito intrapessoal em

função do choque de elementos internos. Nesse caso, os meninos deixaram evidente que o conflito não provoca desconforto interno.

Tanto os meninos quanto as meninas, nesse contexto, não expressam sentimentos desconfortáveis. Devemos lembrar que os meninos apontaram significativamente a expressão de sentimentos positivos ou de indiferença. Uma análise mais detalhada sobre o tipo de sentimento nesse contexto mostrou que as expressões que indicam indiferença, como “nem ligo” e “nada”, foram as mais apontadas. Entretanto as meninas mostram tendência a não expressar sentimentos, ou seja, a se omitir sobre eles. Mas o que nos garante que elas também não se sintam indiferentes nesse contexto já que não expressam o que sentem? Além disso, assim como os meninos, elas apresentaram uma proporção irrisória de respostas agressivas, o que sugere que possivelmente esse contexto não desperte muitos sentimentos negativos nas meninas também. Considerando a hipótese de que os meninos e as meninas se sintam indiferentes quando criticados como menos inteligentes, o que explica a pouca importância atribuída por esses adolescentes a esse aspecto? La Taille (1996) afirma que nos tempos atuais os alunos não têm mais orgulho de ser alunos e “nem vergonha de nada saberem”. Sendo assim, ser uma pessoa instruída e que reverencia o estudo não parece ser mais um aspecto valorizado pelos estudantes destes tempos, encontrados na presente pesquisa. Nessa concepção, ser visto como alguém bonito, rico, e competente no esporte parece ser mais importante do que ser visto como alguém instruído ou inteligente.

Outro estudo realizado por La Taille e Harkott de La Taille (2006) sobre os valores dos jovens de São Paulo sinaliza para outro argumento que poderia justificar o fato de os adolescentes mostrarem indiferença quando criticados como menos inteligentes. Dos 5160 alunos de escolas públicas e particulares, 62,1% consideram que suas notas são médias, comparados a 33% dos alunos que consideram suas notas boas e 4,9% que as consideram ruins. Contudo o fato mais interessante é que são os alunos das escolas públicas os que melhor avaliam o seu desempenho enquanto os alunos de escolas particulares se avaliam negativamente. A hipótese dos autores é que os alunos de escola particular são mais críticos em relação a si mesmos que os de escola pública. La Taille e Harkott de La Taille (2006) sinalizam que provavelmente o sucesso escolar não seja tão importante para a auto-estima dos alunos de escolas públicas em função da dificuldade de obter visibilidade social decorrente do âmbito educacional. Se lembrarmos que o presente estudo foi realizado em uma escola pública de um bairro de classe baixa, pode-se afirmar que ser considerado como menos

inteligente pela maioria dos participantes desta pesquisa não gera sentimentos negativos e conflito.

Ao compararmos o gênero com as estratégias de solução de conflito indicadas pelos jovens devemos salientar que não ficaram evidentes diferenças estatísticas significantes. Em outros termos, nesta amostra de adolescentes não foi encontrada diferença significativa quanto às estratégias de resolver os conflitos propostos. Entretanto os dados apontam diferenças percentuais que indicam alguns aspectos distintos entre os meninos e as meninas que não podem ser desconsiderados, já que as meninas apontam mais respostas submissas e os meninos mais respostas agressivas, coincidindo com a maioria dos estudos sobre conflito e gênero. Leme (2004a, 2006a), ao usar o mesmo instrumento deste estudo com questões abertas, encontrou também em sua pesquisa que os meninos fornecem mais soluções julgadas agressivas e as meninas mais soluções submissas.

Saud e Tonelotto (2005) realizaram um estudo com crianças de 3ª e 4ª série do Ensino Fundamental a fim de verificar as diferenças de gênero e o comportamento social na escola. As autoras constataram que as meninas das duas séries apontam mais sintomas emocionais como choro, inquietação, retraimento social e queixas de dores físicas quando comparadas aos meninos. Em contrapartida os meninos da 4ª série apontam mais problemas de comportamento e de conduta do que as meninas das duas séries, que segundo as autoras envolvem comportamentos avaliados como inadequados ou mesmo agressivos. Saud e Tonelotto (2005) afirmam que as meninas tendem mais a introjetar as dificuldades e somatizá-las quando comparadas aos meninos, que tendem a emitir comportamentos agressivos. Da mesma forma que Leme (2004a, 2006a), as autoras indicam que o meio cultural pode justificar a maior agressividade dos meninos e a maior passividade das meninas. Saud e Tonelotto (2005) argumentam “Neste aspecto também é possível observar a influência da cultura e da sociedade na forma diferenciada de educar meninos e meninas, permitindo número maior de comportamentos agressivos aos meninos, o que pode ser determinante para a observação das diferenças” (p. 52). Lembrando ainda que, segundo Leme (2004a, 2006a), nas séries iniciais, as mesmas estudadas por Saud e Tonelotto (2005), essa diferença é mais evidente.

Beaudion e Taylor (2006) afirmam que as crenças dos indivíduos estão associadas às diferentes culturas. Segundo as autoras as culturas patriarcais produzem efeitos que favorecem crenças diferentes nas meninas e meninos. Sobre as meninas e mulheres alguns dos efeitos citados pelas autoras são: concentrar-se nas necessidades dos outros, sacrifício, ser boa

cuidadora e expressar emoções. Entendemos que o efeito de concentrar-se apenas nas necessidades dos outros favorece a construção de um estilo de resolução de conflito submisso. Essa concepção das autoras coincide com a maior incidência de estratégias submissas apontadas pelas meninas do presente estudo, já que a submissão foi considerada neste estudo como a consideração das idéias, sentimentos e desejos alheios em detrimentos dos próprios. Beaudion e Taylor (2006) afirmam que as culturas patriarcais fazem com que os meninos sejam “durões” e fortes, não demonstrem sentimentos e desliguem-se dos sentimentos de dor, medo e atenção aos outros. Qual o efeito, então, de desligar-se dos sentimentos alheios e mostrar força? Estamos certos de que um dos possíveis efeitos é o de utilizar estratégias agressivas na resolução de conflito, já que o sujeito só fica atento à sua própria perspectiva. Tal fato ficou evidente na porcentagem de meninos que apontam estratégias agressivas diante dos desacordos interpessoais. Pollack (1999) endossa a idéia ao afirmar:

A violência é, também, algo que diz respeito à humilhação e honra. Muitos meninos, não sabendo “como lutar” - ou recusando-se a fazê-lo quando desafiados -, podem se sentir indignos, de masculinidade duvidosa. Ao aprender como brigar e voltar-se contra o outro, que podem ser mais novos, mais fracos ou menos capacitados para revidar, nosso jovem agressor tenta respeitar as regras do velho código dos meninos, que exige que faça tudo o que for possível para proteger sua honra e evitar a humilhação. (p. 379)

Dois estudiosos na área da psicologia moral já citados no quadro teórico, Kohlberg (1989) e Gilligan (1982), também nos fornecem pistas que ajudam a compreender algumas diferenças de gênero nas questões que envolvem os desentendimentos interpessoais. Recordando os estudos dos autores, Kohlberg (1989), usando dilemas morais, buscou compreender como pessoas de diferentes idades e de diferentes culturas raciocinam sobre conflitos morais. Ele encontrou três níveis de raciocínio moral, cada um com dois estágios. O primeiro nível ele chamou de pré-convencional. Nesse nível a criança raciocina a partir do seu próprio interesse ou pelo medo da punição. No nível seguinte, chamado de convencional, as pessoas decidem diante dos conflitos morais a partir das convenções sociais, expectativas familiares, grupais e comunitárias. Por fim, no nível pós-convencional, as decisões dos sujeitos são tomadas a partir dos princípios universais, independente da autoridade. Nos seus dados de pesquisa, Kohlberg encontrou que as respostas das pessoas do sexo masculino situavam-se em um nível de raciocínio moral mais elevado que as do sexo feminino. Intrigada com o resultado, Gilligan (1982) questionou essa afirmação de Kohlberg (1989) e realizou um estudo com alguns dos dilemas já aplicados por ele em meninos e meninas. A autora percebeu

que os meninos não vacilavam em suas respostas e as meninas, preocupadas em não prejudicar nenhum dos envolvidos e em buscar soluções sem conflitos, hesitavam em suas respostas. La Taille (2006) afirma que Kohlberg estudou o desenvolvimento da noção da justiça, encontrada mais desenvolvida nos meninos, e Gilligan (1982) a noção de cuidado, para a qual as meninas dão mais ênfase. Assim sendo, enquanto os meninos parecem mais preocupados com a justiça, as meninas estão preocupadas com o restabelecimento das relações. Os pressupostos teóricos de Kohlberg e Gilligan sobre as diferenças entre gêneros são coerentes com os resultados desta pesquisa, já que sustentamos que a preocupação com o próprio direito, pré-requisito para a justiça, pode favorecer nos meninos as estratégias agressivas quando eles não conhecem uma estratégia não agressiva para esse fim. É possível que a indignação que decorre de julgar que seus direitos foram lesados contribua para que os meninos escolham ações coercitivas a fim de impor esse direito. Já a ética do cuidado, mais encontrada nas meninas, pode favorecer as estratégias submissas quando elas também não conhecem formas pacíficas de coordenar os seus direitos com o dos outros, e optam por não prejudicar as relações interpessoais.

Não podemos nos esquecer que neste estudo com adolescentes essa diferença entre gêneros não atingiu valores significativos estatisticamente. Uma explicação plausível para isso possivelmente esteja relacionada ao tamanho restrito da amostra masculina. Outra justificativa, e talvez a mais coerente, envolve a idade dos participantes do estudo. Leme (2004a, 2006b) observou que com o avanço da idade das crianças é notado um esvanecimento da diferença entre gêneros nas estratégias de resolução de conflito, o que significa que no decorrer da trajetória, meninos tornam-se mais semelhantes às meninas. Os resultados do estudo de Leme, que pesquisou crianças e adolescentes, corroboram os resultados deste trabalho: os adolescentes, independentemente do sexo, são muito semelhantes em relação às estratégias de solução de conflito. Desta forma, podemos afirmar que uma das hipóteses sobre os meninos apresentarem respostas mais agressivas foi comprovada parcialmente, visto que ocorreu diferença entre meninos e meninas, porém não significativa, provavelmente em função da idade dos participantes do estudo ser mais avançada, o que contribui para a maior semelhança entre os dois sexos.

Resumindo:

1. Os resultados evidenciaram que as meninas que participaram do estudo e têm pais que moram separados afirmam visitar menos o progenitor que não mora na mesma

casa, quando comparadas aos meninos. Concluímos que em função de a grande maioria dos participantes do estudo que têm pais divorciados afirmar que mora com a mãe é provável que esse progenitor seja o pai. Sugere-se que sejam realizados novos estudos sobre os motivos que levam à diferença constatada entre os sexos com relação à visita ao progenitor que mora separado, já que o estudo atual não pode explicar esse fato.

2. Não houve diferença significativa entre as formas de resolução de conflito entre meninos e meninas que participaram da pesquisa. Entretanto a diferença percentual que ficou evidente, indicando mais estratégias agressivas no sexo masculino e submissas no feminino, provavelmente esteja relacionada a fatores culturais que resultam em sanções diferentes aplicadas a cada um dos sexos. Apesar disso, a influência desses aspectos diminui durante o desenvolvimento, fato que provavelmente justifica a ausência de diferença entre os adolescentes e as adolescentes deste estudo.
3. Não foi constatada diferença entre os participantes do sexo masculino e feminino quanto às categorias de sentimentos. A exceção se deu apenas no conflito que envolve ser criticado como menos inteligente, em que as meninas não expressam sentimentos e os meninos expressam sentimentos de indiferença. Acredita-se que esse fato ocorra em função da inteligência não ser um valor para os jovens deste estudo.

Análise comparativa entre Faixa Etária

Para verificar se existe diferença entre as variáveis estudadas e a faixa etária dos participantes, os adolescentes foram divididos entre aqueles de 12 e 13 anos e os de 14 a 16 anos. Sendo assim, contou-se com 39,75% de adolescentes que estavam com a idade entre 12 e 13 anos na ocasião do estudo e 60,25% que estavam no segundo grupo. Os resultados apontaram que não ocorreu diferença significativa entre os dois grupos e as categorias de expressão de sentimentos e de estilo de solução de conflito, com exceção do conflito 8. Além disso, surgiram poucas diferenças percentuais entre os dois grupos. Dessa forma, destacaremos apenas alguns resultados que julgamos dignos de nota.

De acordo com o teste exato de Fisher não surgiu diferença significativa entre os adolescentes mais novos e os mais velhos e as estratégias de solução de conflitos. Observa-se uma proporção maior de respostas assertivas entre a faixa etária dos mais velhos (8,00%) quando comparados aos mais novos (3,03%). Entretanto, os participantes mais velhos também apresentam mais respostas agressivas (30%) do que os mais novos (24,24%). Surgiram mais respostas categorizadas como mistas entre os mais novos (9,09%) quando comparados aos mais velhos (6,00%). Os adolescentes mais novos indicaram 24,24% de estratégia de conflitos equivalentes e os mais velhos 16,09%. Desta forma, podemos afirmar que surgiram poucas diferenças entre a proporção de respostas de solução de conflitos entre os dois grupos estudados.

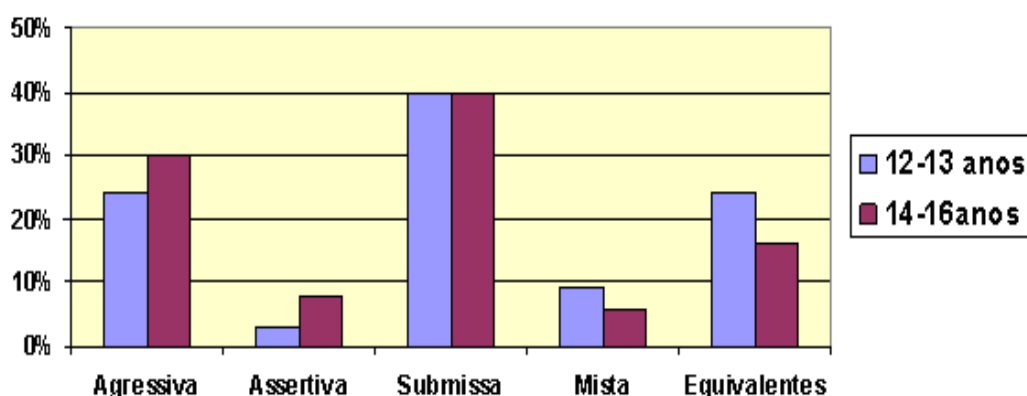


Figura 7 - Estilo de Resolução de Conflito Predominante entre Faixas Etárias.

A figura 7 mostra o resultado das médias das respostas predominantes dos sujeitos nas 10 questões da escala CATS de conflitos comparadas à faixa etária, não tendo sido evidenciada diferença significativa ($p=0,760$) na avaliação do teste exato de Fisher. Em outros termos, no conjunto das respostas dos sujeitos nas situações dos 10 conflitos interpessoais os adolescentes mais novos apresentam um pouco menos de respostas assertivas do que os mais velhos, além de apresentarem menor predominância de uma tendência de resolução de conflito (equivalentes) e também mais respostas mistas. Não foram encontradas diferenças quanto às tendências agressivas e submissas nas duas faixas etárias. Na seqüência apresentamos os resultados de cada situação de conflito, inicialmente pelo mais relevante.

A situação de conflito que envolve ter um pedido de chocolate negado por um colega (conflito 8) mostrou através do teste exato de Fisher uma diferença significativa ($p=0,041$) entre os grupos de adolescentes, sendo as estratégias dos mais novos mais submissas e a dos mais velhos mais mistas. Cumpre lembrar que nesse conflito não surgiram respostas categorizadas como assertivas em nenhum dos dois grupos.

Conflito/ Estratégia	Faixa etária	agressiva	Faixa etária	submissa	Faixa etária	assertiva	Faixa etária	Mista
1	12-13	21,21%	12-13	39,39%	12-13	9,09%	12-13	24,24%
	14-16	28%	14-16	40%	14-16	4%	14-16	24%
2	12-13	21,21%	12-13	15,15%	12-13	18,18%	12-13	36,36%
	14-16	18%	14-16	14%	14-16	22%	14-16	36%
3	12-13	45,45%	12-13	12,12%	12-13	18,18%	12-13	21,21%
	14-16	54%	14-16	16%	14-16	10%	14-16	16%
4	12-13	33,33%	12-13	9,09%	12-13	21,21%	12-13	33,33%
	14-16	50%	14-16	2%	14-16	14%	14-16	32%
5	12-13	36,36%	12-13	12,12%	12-13	15,15%	12-13	30,30%
	14-16	30%	14-16	16%	14-16	10%	14-16	36%
6	12-13	9,09%	12-13	45,45%	12-13	3,03%	12-13	27,27%
	14-16	10%	14-16	60%	14-16	10%	14-16	18%
7	12-13	15,15%	12-13	39,39%	12-13	18,18%	12-13	24,24%
	14-16	16%	14-16	44%	14-16	12%	14-16	18%
8	12-13	18,18%	12-13	54,55%	12-13	0%	12-13	15,15%
	14-16	22%	14-16	34%	14-16	0%	14-16	40%
9	12-13	6,06%	12-13	39,39%	12-13	18,18%	12-13	21,21%
	14-16	6%	14-16	44%	14-16	16%	14-16	25%
10	12-13	6,06%	12-13	27,27%	12-13	3,03%	12-13	42,42%
	14-16	6%	14-16	22%	14-16	24%	14-16	32%

Tabela 7 - Porcentagem de respostas entre faixas etárias em cada estilo de resolução nas situações de conflito.

Em contrapartida a esse resultado significativo, não foram encontradas diferenças nas demais situações de conflito, mesmo que percentuais (tabela 7). Com relação às estratégias predominantes, por exemplo, no conflito 1, o grupo dos mais novos apontou 39,39% de respostas submissas e o de mais velhos 40%; no conflito 2 os mais novos apontaram 36,36% de respostas categorizadas como mistas e os mais velhos 36%; no conflito 3, os mais novos apresentaram 45,45% de respostas agressivas e os mais velhos 54%, o que evidencia que no

conflito que envolve ser empurrado para fora da fila, os adolescentes mais velhos apresentam um pouco mais de respostas agressivas.

No conflito 4 (ter o livro preferido danificado), os mais velhos apontam predominantemente mais estratégias agressivas (50%) quando comparados aos mais novos (33,33%). Pode-se notar que nessa situação de conflito, os adolescentes mais novos apresentam a mesma proporção de respostas mistas e agressivas (33,33%), o que significa que a predominância de respostas dos participantes de 12 e 13 anos se divide entre as respostas agressivas e mistas (tabela 7).

Já no conflito 5, um resultado inverso: os mais novos apontaram 36,36% de respostas agressivas comparados a 30% dos mais velhos. No conflito 6, as estratégias submissas foram apontadas de forma predominante pelos mais velhos (60%) e também pelos mais novos (45,45%). Da mesma forma que no conflito 7, os mais novos indicaram 39,39% de respostas submissas e os mais velhos 44%. Assim como nesse último contexto, no conflito 9, 39,39% dos mais novos indicaram respostas submissas quando comparados a 44% dos mais velhos, o que indica que os mais velhos apresentaram mais respostas submissas que os mais novos.

Um dado que apontou alguma diferença, porém não significativa, refere-se ao conflito 10 (perda de um prêmio em função de um jogo). Observou-se uma diferença percentual quanto às respostas categorizadas como assertivas, estando 3,03% dos mais novos nessa categoria e 24% dos mais velhos, o que evidencia uma diferença grande. Entretanto não poderíamos afirmar que os adolescentes mais velhos tendem a respostas mais assertivas em virtude de, ao analisar os outros conflitos, os mais novos apresentarem uma proporção de respostas muito similar ao dos mais velhos ou até um pouco mais de respostas assertivas do que os mais velhos. Por exemplo, no conflito 3, os maiores apresentaram 18,08% de respostas assertivas para 10% dos mais velhos; no conflito 4, os mais novos apresentaram 21,21% das estratégias categorizadas como assertivas e os mais velhos, 14%; e no conflito 5, os adolescentes da faixa etária de 12 e 13 anos apontaram 15,15% de respostas assertivas contrapondo a 10% dos jovens entre 14 e 16 anos. Os resultados que se referem aos participantes que não responderam como agiriam nas situações de conflito não foram incluídos na tabela 7.

Como citado no início da apresentação dos resultados deste estudo, também não surgiu qualquer diferença entre as faixas etárias no que diz respeito à expressão de sentimentos. Em

relação aos adolescentes que predominantemente se omitem quanto aos sentimentos, surgiram diferenças pequenas entre os dois grupos nas seguintes situações: conflito 2 (42,42% dos mais novos e 44% dos mais velhos), conflito 3 (42,42% dos mais novos e 42% dos mais velhos), conflito 4 (42,42% dos mais novos e 44% dos mais velhos), conflito 7 (51,52% dos mais novos e 46% dos mais velhos) e o conflito 9 (51,52% dos mais novos e 62% dos mais velhos). Já com os adolescentes que expressam predominantemente sentimentos negativos ou pouco definidos, também surgiram resultados muito semelhantes: conflito 1 (48,48% dos mais novos e 40% dos mais velhos), conflito 6 (54,55% dos mais novos e 42% dos mais velhos) e conflito 10 (45,45% dos mais novos e 42% dos mais velhos).

Em suma, os resultados dos estilos de resolução de conflito entre adolescentes nas faixas etárias entre 12 e 13 anos e 14 e 16 anos indicam que - com exceção do conflito que envolve ter o pedido da partilha de um chocolate negado, em que os participantes mais novos do estudo indicam mais estratégias submissas e os mais velhos adotam mistas - não foram encontradas outras diferenças entre as duas faixas etárias. Os dois grupos também não apresentam diferença com relação à expressão de sentimentos, omitindo-se quanto a eles na maior parte das situações de conflito.

Discussão

Diversos autores discutem a necessidade do âmbito cognitivo para que as pessoas possam ter ações que favoreçam a resolução de conflito justa e equilibrada (PIAGET, 1932-1994; SELMAN, 1980; LEME 2004a, 2006a; VINHA 2003). Apenas a partir dos 11 ou 12 anos, o adolescente tem condições de chegar a um pensamento formal (PIAGET, 1896-1980), nível em que surge o raciocínio hipotético dedutivo, o que significa a capacidade de estabelecer relações entre variáveis. Em outros termos, o adolescente que se encontra nesse nível de pensamento torna-se capaz de pensar sobre todas as possibilidades de uma situação para tomar decisões sobre ela. Esse tipo de estrutura de inteligência oferece recursos para uma solução plenamente assertiva, que é aquela solução que busca entrar em acordo mútuo entre os pares envolvidos no conflito, considerando todas as variáveis de cada sujeito, como direitos, sentimentos, idéias e desejos. Dessa forma, apenas no estágio das operações formais as pessoas podem julgar de forma mais evoluída em situação de desacordo.

Em seus estudos sobre o desenvolvimento moral, Piaget (1932-1994) considera existir três etapas no desenvolvimento da justiça distributiva, definida pelo autor como uma justiça que implica igualdade de direitos e deveres, e que essa igualdade tem primazia sobre as sanções. No percurso para o desenvolvimento da noção de justiça distributiva, a primeira etapa caracteriza-se pelo fato de a criança ter uma noção de justiça retributiva. Nessa fase é justo o que o adulto manda e todo ato infracional acarreta necessariamente uma sanção proporcional. Nesse caso, as crianças de até 7 ou 8 anos julgam severamente um erro do colega e exigem punições. Na segunda etapa, Piaget (1932-1994) comprovou em seus estudos que as crianças julgam por igualdade absoluta. Nesse caso, entre os 8 e 11 anos, a necessidade de direitos e deveres iguais torna a superar as regras da autoridade. Entretanto as crianças dessa etapa são incapazes de pensar sobre as condições atenuantes e sobre as variáveis situacionais que levam as pessoas a cometerem infrações. Chamada de justiça por equidade ou justiça distributiva pelo autor, as crianças de 11 e 12 anos evoluem para uma noção mais refinada de justiça. Em outros termos, as crianças só têm possibilidade de agir em situações de conflito e considerar todas as condições atenuantes e variáveis situacionais a partir dos 12 anos. Importante salientar que todas as idades de cada etapa descrita por Piaget são médias e não idades absolutas, assim também em relação a Selman (1980), com sua teoria sobre o processo de negociação interpessoal, citada no quadro teórico.

Selman (1980), ao estudar os níveis de adoção de perspectivas nas situações de conflitos interpessoais, não encontrou resultados diferentes de Piaget (1932-1994). O nível 3, em que as pessoas dão ênfase à estabilidade das amizades e buscam soluções que sejam satisfatórias a ambas, pode ser alcançado normalmente a partir do início da adolescência. O nível 4, no qual o sujeito considera a necessidade de considerar a perspectiva alheia e seus sentimentos mais profundos, sem desconsiderar a si mesmo, normalmente é atingido por sujeitos que estão no final da adolescência ou início da vida adulta. Em outros termos, tanto Piaget (1932-1994) quanto Selman (1980) deixam evidente a necessidade de um raciocínio mais amplo para as resoluções de conflito mais justas. Há que se considerar a si mesmo e ao próximo em uma multiplicidade de dimensões, como as variáveis situacionais, as condições atenuantes, as implicações imediatas e a longo prazo para as próprias ações, os sentimentos pessoais e os do próximo, além das resoluções alternativas a fim de resolver conflitos de forma assertiva. É necessário, portanto, um desenvolvimento cognitivo compatível e um nível de maturação.

Esses apontamentos servem para que possamos justificar uma de nossas hipóteses iniciais: encontrar mais respostas assertivas entre os adolescentes mais velhos quando

comparados aos mais novos. Pensamos que esta hipótese pudesse se confirmar em função da tendência assertiva de solução de conflito exigir um desenvolvimento cognitivo tal que favoreça o pensamento reversível, que possibilite um sentido de justiça mais evoluída e a possibilidade de coordenar perspectivas diferentes, o que só pode ser alcançado a partir do início da adolescência por questões de maturidade do indivíduo. Nesse caso, uma proposição óbvia é que quanto mais velhos os sujeitos, eles julgariam de forma mais evoluída e teriam condições de responder de forma mais assertiva às situações de conflitos hipotéticos. Entretanto esse resultado não se confirmou neste estudo.

Os estudos realizados por Leme (2004a, 2006a) evidenciaram alguns dados que podem colaborar com a discussão desses resultados. No estudo em que foi aplicado o questionário CATS sem alternativas de respostas, realizado com alunos de 5^a, 6^a e 7^a série, ou seja, alunos com idades entre 11 e 14 anos, não foi constatada diferença entre os alunos de cada série. A autora verificou que os resultados globais mostraram tendência à submissão, depois à agressividade e por fim à assertividade, com exceção da sétima série, que apontou um pouco mais de soluções julgadas mistas. Em função de considerarmos as respostas mistas como uma evidência de conflito, e, portanto, uma tendência à evolução, esperava-se que neste estudo os alunos da 7^a série ao 1^o ano do Ensino Médio apresentassem uma maior proporção de respostas mistas e assertivas e ainda que a proporção das respostas mistas fosse diminuindo e cedesse espaço às respostas assertivas. Mas isso não foi constatado. Na média das tendências dos 10 conflitos, os adolescentes mais velhos apontaram um pouco mais de respostas assertivas que os mais novos. Entretanto, mostraram mais respostas agressivas que os mais novos e, praticamente, a mesma proporção de respostas submissas que eles. Por sua vez, esses últimos mostraram um resultado de equivalência maior nas tendências de conflito e de respostas mistas. É possível que os adolescentes mais novos que apresentam mais respostas mistas ou de empate quando comparados aos mais velhos evoluam para respostas agressivas, submissas ou assertivas.

Em outro estudo, Leme (2004a, 2006a) utilizou a escala CATS com alternativas de respostas com as tendências submissa, agressiva e assertiva. A autora encontrou maior incidência de respostas assertivas, seguidas de submissas e por fim agressivas. No estudo a escala foi aplicada em alunos da 2^a a 7^a série, e os resultados mostraram uma maior tendência à submissão na medida em que as crianças progredem na escolaridade. Tanto esse estudo como o estudo com a aplicação da escala CATS sem alternativas de respostas evidenciaram uma tendência progressiva (ainda que pequena) à submissão, assim como o presente estudo. Em especial, se considerarmos o estudo da autora sobre alunos de escola pública, cujos

resultados sobre soluções submissas superam o das escolas particulares nas idades mais avançadas, as outras tendências de resolução de conflito quando comparados aos alunos das escolas particulares, encontramos na escola pública uma possível justificativa para o resultado de nossa pesquisa, já que foi realizada justamente em uma escola pública.

Dessa forma, podemos chegar à conclusão que assim como a pesquisa realizada por Leme (2004a, 2006a) com participantes que estavam na faixa etária dos 11 aos 14 anos, a presente pesquisa evidenciou pouca diferença quanto às estratégias de resolução de conflito e a progressiva idade dos participantes, com predominância das estratégias submissas.

A partir dessa reflexão, um resultado surge como intrigante: o que explica o fato de os adolescentes mais novos apontarem significativamente respostas mais submissas que os adolescentes mais velhos na situação do conflito 8 (que envolve ter o pedido de um chocolate negado por um colega), e esses por sua vez apontarem estratégias categorizadas como mistas? Uma análise mais detalhada das respostas dos participantes revela que a maior parte dos participantes que apresentaram tendências mistas de resolução nesse contexto de conflito o fez escolhendo estratégias submissas-agressivas. De modo geral, a estratégia de resolução envolvia não reagir no momento, porém planejar revidar a provocação do colega, o que pode ser observado nas seguintes respostas: “Quando ele pedisse para mim eu não daria. Porque ele não me deu”; “Não falava nada. Mas depois eu comprava um e também não dava para ele”, “Compraria um melhor e não daria um se ele pedisse” e “Deixava quieto mais não conversava mais com ele”. Em outros termos, esses adolescentes não enfrentam o colega, mas também não resolvem o problema com ele, planejando revidar a provocação em outro momento. Nesse estudo, os adolescentes que estavam na faixa etária dos 14 aos 16 anos indicaram que agiriam dessa forma. Em contrapartida, os adolescentes mais novos, cujas respostas foram categorizadas como submissas nesse conflito, emitem respostas que envolvem a noção de direito do próximo e a conseqüente falta de alternativa para mudar a situação. Essa constatação pode ser notada nas seguintes respostas: “Falava que é seu direito. Porque foi ele que comprou”; “Nada. Se ele não quer dar então tá bom”; “Nada. Se o chocolate é dele não posso mandar ele dar” e “Continuaria com o meu lanche. Porque o chocolate não é meu”.

Os resultados evidenciam que entre os 12 e 13 anos os adolescentes têm muito clara a noção de propriedade. Eles também têm a noção de que não podem exigir algo que é particular de um colega. Entretanto, uma proporção maior de participantes mais velhos apresenta respostas que envolvem a submissão porque também argumenta que não se exige do outro o que é dele de direito, mas planeja uma agressão encoberta, como esperar a oportunidade para negar. Em outros termos, ao analisar a conteúdo das justificativas dos

adolescentes, observa-se que tanto os mais velhos como os mais novos apresentam a noção de propriedade, mas os primeiros planejam mais revidar a negativa nesse conflito que envolve ter o pedido de partilha de chocolate negado.

Por fim, os resultados que foram apresentados em relação aos adolescentes mais novos e mais velhos e as formas de expressar sentimentos e de agir em situações de conflito nos permitem afirmar que:

1. Não existe diferença significativa na forma de expressar sentimentos entre os adolescentes mais novos e mais velhos.
2. Da mesma forma, não surgiu diferença entre as estratégias de resolução de conflito entre os adolescentes de 12 e 13 anos e os de 14 a 16 anos, com exceção do conflito 8 (ter o pedido de uma partilha de chocolate negado), para o qual os adolescentes mais novos apresentaram respostas submissas e a maioria dos adolescentes mais velhos foram categorizados como submisso-agressivo.

Análise comparativa entre a situação conjugal dos pais

Não existia inicialmente a pretensão de analisar as tendências de solução de conflito dos adolescentes e a situação conjugal dos pais. Entretanto, a fim de caracterizar a amostra geral, coletamos dados sobre as condições pessoais e familiares dos participantes do estudo. A análise estatística através do teste Qui-Quadrado e do teste exato de Fisher nos revelou diferenças significativas relativas à situação conjugal dos pais. A fim de facilitar a descrição, os grupos serão diferenciados com os termos: filhos de pais casados e filhos de pais separados. Apresentaremos primeiramente os dados dos grupos estudados em cada contexto de conflito interpessoal.

No conflito 1 (ser insultado publicamente pelos colegas em função de um mau desempenho em um jogo) não ocorreu praticamente diferença entre os estilos de resolução de conflito, já que os filhos de pais casados apresentaram estratégias predominantemente submissas (38,64%) assim como os filhos de pais separados (40%). Quanto às respostas assertivas, os filhos de pais casados apresentaram um pouco menos de respostas assertivas

(4,55%) quando comparados aos filhos de pais separados (7,50%). Na situação de conflito 2 (sofrer sanções por parte dos pais em função de um delito cometido por um amigo), foi verificado que os filhos de pais casados apresentam mais respostas mistas (38,64%), seguidas pelas assertivas (22,73%), enquanto os filhos de pais separados apresentam respostas mistas (32,50%) e agressivas (25%). Nesse conflito, que envolve um colega e os pais, além de a assertividade ser maior entre os filhos de pais casados, a incidência de respostas agressivas dos filhos dos pais separados supera as respostas dos filhos dos pais casados (17,50%).

No conflito 3 (ser empurrado para fora da fila da cantina), os dois grupos fornecem, em primeiro lugar, mais respostas agressivas (45,45% pais casados e 57,50% pais divorciados). Da mesma forma que no conflito 2, o conflito 3 suscitou mais respostas assertivas dos filhos de pais casados (18,18%) do que dos filhos de pais separados (7,50%).

Conflito/ Estratégia	Situ. Conj. Pais	agressivo	Situ. Conj. Pais	submisso	Situ. Conju. Pais	assertivo	Situ. Conj. Pais	Mista
1	Casa.	22,73%	Casa.	38,64%	Casa.	4,55%	Casa.	29,55%
	Divo.	30%	Divo.	40%	Divo.	7,50%	Divo.	17,50%
2	Casa.	15,91%	Casa.	11,36%	Casa.	22,73%	Casa.	38,64%
	Divo.	25%	Divo.	17,50%	Divo.	17,50%	Divo.	32,50%
3	Casa.	45,45%	Casa.	9,09%	Casa.	18,18%	Casa.	22,73%
	Divo.	57,50%	Divo.	20%	Divo.	7,50%	Divo.	12,50%
4	Casa.	43,18%	Casa.	6,82%	Casa.	27,27%	Casa.	20,25%
	Divo.	45%	Divo.	2,50%	Divo.	5%	Divo.	45%
5	Casa.	22,73%	Casa.	13,64%	Casa.	18,18%	Casa.	34,09%
	Divo.	42,50%	Divo.	15%	Divo.	5%	Divo.	35%
6	Casa.	6,82%	Casa.	50%	Casa.	9,09%	Casa.	25%
	Divo.	15%	Divo.	57,50%	Divo.	5%	Divo.	17,50%
7	Casa.	15,91%	Casa.	45,45%	Casa.	15,91%	Casa.	18,18%
	Divo.	15%	Divo.	40%	Divo.	12,50%	Divo.	22,50%
8	Casa.	18,18%	Casa.	34,09%	Casa.	0%	Casa.	34,09%
	Divo.	25%	Divo.	50%	Divo.	0%	Divo.	25%
9	Casa.	4,55%	Casa.	38,64%	Casa.	22,73%	Casa.	20,45%
	Divo.	7,50%	Divo.	47,50%	Divo.	10%	Divo.	25%
10	Casa.	6,82%	Casa.	27,27%	Casa.	20,45%	Casa.	25%
	Divo.	5%	Divo.	20%	Divo.	10%	Divo.	47,50%

Tabela 8 - Porcentagem de respostas entre filhos de pais casados e separados em cada estilo de resolução nas situações de conflito.

Através do teste exato de Fisher um resultado significativo ($p=0,012$) foi encontrado no conflito 4 (ter o livro preferido devolvido danificado por um colega): os filhos de pais casados apresentam mais respostas assertivas (27,27%) e os filhos de pais separados mais respostas mistas (45%) (tabela 8). Ainda que não tenha surgido diferença significativa através do teste exato de Fisher ($P=0,101$), os resultados do conflito 5 (levar uma bolada na cabeça dada por uma criança pequena) também apresentam diferença entre a proporção de respostas assertivas apresentadas pelos filhos de pais casados (18,18%) e pelos filhos de pais separados (5%). Da mesma forma, as estratégias de resolução agressivas foram escolhidas por 42,50% dos filhos de pais separados e por 22,73% dos filhos de pais casados. Os resultados apresentados nos conflitos 1 a 5 evidenciam que os filhos de pais casados apresentam mais respostas assertivas quando comparados aos filhos de pais separados que, por sua vez, superam os primeiros na situação de conflito quanto ao uso de estratégias agressivas.

Para o conflito 6 (ser criticado como pouco competente para participar de um jogo) os dois grupos apresentam respostas predominantemente submissas (50% dos casados e 57,50% dos divorciados). Contudo, os filhos de pais separados superam novamente os filhos de pais casados nas respostas agressivas (15% e 6,82% das respostas, respectivamente) e os filhos de pais casados apresentam um pouco mais de estratégias consideradas assertivas (9,09%) do que os filhos de pais separados (5%).

No conflito 7 (receber uma ordem dos pais para ir dormir no meio de um programa que o adolescente está gostando muito) não foi encontrada diferença entre os dois grupos e apenas uma pequena diferença quanto às estratégias assertivas, que foram um pouco mais apontadas pelos filhos de pais casados (15,91%) do que pelos filhos de pais separados (12,50%). No conflito 8 (ter um pedido de partilha de um chocolate negado por um colega) apresentou-se através do teste exato de Fisher uma diferença significativa entre os dois grupos (0,047): os filhos de pais casados apontaram mais respostas mistas (34,09%) ou não responderam como agiriam (13,64%), enquanto os filhos de pais separados apontaram mais respostas submissas (50%) e agressivas (25%) (tabela 8). Assim como já destacamos nos estudos anteriores, essa situação de conflito não provocou respostas assertivas.

Ser criticado como menos inteligente (conflito 9), apesar do teste exato de Fisher não ter apresentado uma diferença significativa ($P=0,548$), deixou evidente uma diferença na proporção de respostas assertivas dos filhos de pais casados (22,73%) e dos filhos de pais separados (10%). As respostas predominantes entre os dois grupos foram as submissas, tendo os filhos de pais separados superado (47,50%) os filhos de pais casados (38,64%). Perder um prêmio por um ponto (conflito 10) apresentou uma diferença de respostas mistas entre os

filhos de pais separados (47,50%) e os filhos de pais casados (25%). Além disso, esses últimos superam novamente os filhos de pais separados quanto às respostas assertivas (20,45% e 10%). Dessa forma, com exceção dos conflitos 1 e 8, os filhos de pais casados superam os filhos de pais separados nas respostas assertivas (tabela 8).

A diferença de respostas assertivas entre os dois grupos não era esperada. Na maior parte dos problemas analisados pelo questionário CATS, os filhos de pais separados também superam o grupo de filhos de pais casados na maioria das respostas agressivas, com uma diferença significativa dessas respostas no conflito 8 (tabela 8). A análise de correspondência múltipla revela uma associação entre os filhos de pais casados e o estilo de resolução de conflito assertivo e submisso, e os filhos de pais separados e a tendência de resolução de conflito agressiva (figura 8). A dimensão 1 representa a distribuição da situação conjugal (separados à esquerda e casados à direita) em conjunto com a distribuição dos estilos de resolução de conflito (agressivos à esquerda, assertivos e submissos à direita, e mistos na região central). Já a dimensão 2 representa a distribuição da situação conjugal (casados na parte superior e separados na parte inferior) em conjunto com os estilos de resolução de conflito (ausência de resposta na parte superior e demais respostas na parte inferior ou central).

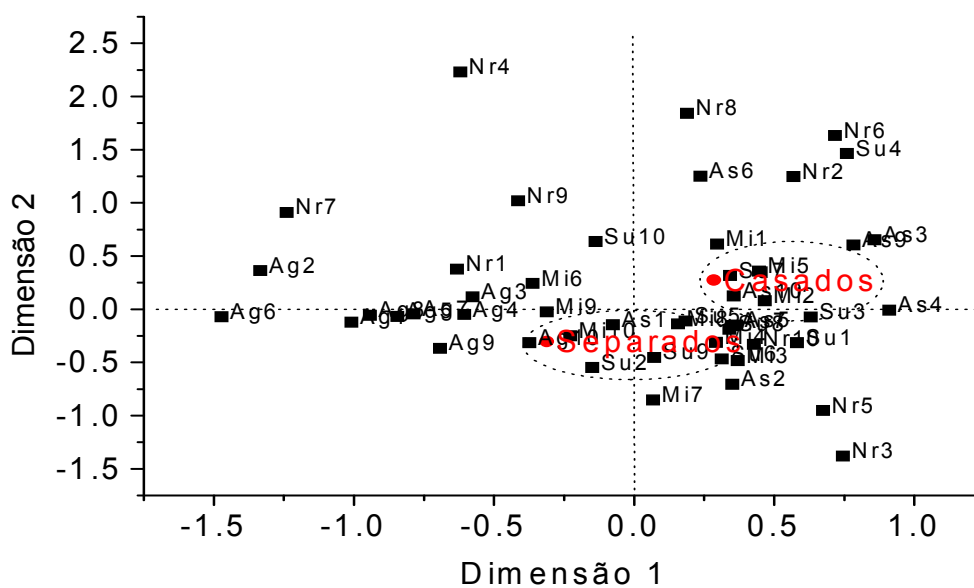


Figura 8 - Distribuição de respostas dos filhos de pais casados e separados e os estilos de resolução de conflito.

Mesmo não se caracterizando como objetivo principal do nosso estudo, os dados relativos à situação conjugal dos pais e as tendências de resolução de conflito dos adolescentes não eram esperados e dão algumas indicações de que a condição familiar dos adolescentes neste estudo está associada à tendência de resolução de conflito dos filhos. Cumpre lembrar que o teste exato de Fisher não evidenciou associação entre a situação conjugal dos pais dos adolescentes e o problema paterno com o abuso de álcool ($p=0,920$).

Discussão

Partindo dos resultados apresentados nesta análise, e com as poucas informações que dispomos sobre a situação conjugal dos pais dos adolescentes, a questão é buscar respostas para as associações que inesperadamente encontramos. Esses resultados confirmam a perspectiva de alguns estudiosos que afirmam que os filhos que não moram com ambos os progenitores tendem a apresentar prejuízo em seu desenvolvimento psicológico. Por outro lado, contradizem outros estudos que afirmam que a constituição familiar normalmente tem pouca relação com a condição emocional do filho.

No presente estudo, um pouco mais da metade dos participantes afirmou que os pais são casados, seguido por uma grande parcela de participantes que indicaram que os pais são separados ou divorciados e que moram com a mãe e por uma pequena parcela que indicou que mora com o pai. Ainda surgiu uma pequena parcela de participantes que não se inclui em qualquer uma dessas possibilidades, já que moram com avós ou tios, por exemplo. Os resultados indicaram que os filhos de pais casados mostraram-se mais assertivos que os filhos de pais separados e que, ainda, os filhos de pais separados apresentam um pouco mais de respostas agressivas que os primeiros. A questão que nos fazemos poderia ser assim expressa: qual a relação entre a situação conjugal dos pais e a escolha de uma dada estratégia de resolução de conflito? Em função do material proposto nesta pesquisa ter levantado poucos dados sobre esse aspecto da vida dos adolescentes, não temos condições de concluir sobre a condição conjugal dos pais e as tendências de solução de conflito dos filhos. Acreditamos poder levantar muitas questões que mereçam mais atenção em estudos posteriores. Ainda assim faremos algumas reflexões.

Temos encontrado resultados contraditórios com relação às implicações psicológicas da separação dos pais. Carter e McGoldrick (1995), ao discutir as implicações do divórcio para os filhos, afirmam que muitos estudos encontram que a maior parte dos filhos parece não preferir a separação dos pais, independente da tensão conjugal que existia durante o casamento. Holmes e Rahe (1967) afirmam que, depois da morte, o divórcio é o segundo evento mais estressante de vida. Isto ocorre em função de muitos ajustes necessários em todos os integrantes da família, inclusive nos filhos. Lipp (2000) afirma que a separação dos pais é uma das maiores fontes externas de estresse infantil, devido às inúmeras adaptações que a criança deverá enfrentar.

Entretanto, ao examinar uma diversidade de estudos que examinam o impacto do divórcio sobre os filhos, Carter e McGoldrick (1995) afirmam que os resultados indicam que a separação dos progenitores em si não é causa de transtorno para os filhos, como revelam análises longitudinais, já que grande parte deles se adapta às novas demandas. Para as autoras, o problema com os filhos de pais separados está relacionado a um conjunto de circunstâncias específicas que podem decorrer da separação e que, por sua vez, podem ser causa de dificuldades pessoais e interpessoais. Dentre os aspectos que foram citados por Carter e McGoldrick (1995), um deles tem relação com a intensidade e continuidade dos conflitos que ocorrem durante e após a separação dos progenitores. No cotidiano, muitos casais permanecem com brigas e disputas mesmo não morando mais na mesma residência, e de forma mais grave, muitas vezes a disputa envolve os próprios filhos.

Outro aspecto decorrente da separação dos pais que pode estar relacionado a prejuízo para os filhos é o grau de proximidade do progenitor que não mora mais com o filho. Para a maior parte dos filhos já é complexo adaptar-se à nova configuração familiar. Em especial entre as crianças menores, existe a dificuldade em coordenar a diferença entre a mudança de estado civil dos pais e a permanência do papel de progenitor. Entretanto, se o progenitor que não reside com a criança diminui a frequência do contato, essa condição pode gerar sentimentos desconfortáveis no filho. Carter e McGoldrick (1995) mostram que, após a separação, o contato com o genitor que não mora com o filho pode passar por transições. Discutindo especificamente o contato com o pai que não mora com o filho, as autoras apontam que muitas pesquisas evidenciam que, no início do divórcio, o contato entre pai e filho pode ser até mais freqüente que antes da separação. Entretanto, à medida que a vida do pai se estrutura com uma rede alternativa à família, esse padrão tende a declinar rapidamente em um período de dois anos. Nesse caso, Carter e McGoldrick (1995) afirmam que muitos

pais podem perder o senso de conexão primária com seus filhos, o que faz com que o filho precise adaptar-se à nova constituição familiar e à perda parcial dessa figura paterna.

Pode ser lembrada ainda a queda no poder aquisitivo e de qualidade de vida dos filhos após a separação dos progenitores. Walsh (2005) alerta que as famílias pobres vivem muito próximas do limite de estresse e, portanto, cada crise ameaça mergulhá-las em abismos financeiros e emocionais. A autora oferece um exemplo do fim do casamento em uma família pobre, afirmando que esse quadro pode precipitar mudança de residência, muitas vezes para a de outros familiares, como, por exemplo, os avôs, que já têm constituída uma dinâmica familiar, e mudança de escola e de amigos. Walsh (2005) afirma que crises recorrentes e repetidas podem prejudicar os integrantes das famílias, especialmente os filhos, já que, em muitos casos, eles costumam ter os seus recursos emocionais esgotados em função de dificuldades persistentes. Carter e McGoldrick (1995) afirmam que para as mães, assumir sozinha a criação dos filhos cria grandes fontes de estresse, especialmente quando estão envolvidas em dificuldades financeiras. Esse panorama costuma favorecer o sentimento de infelicidade, frustração, ansiedade e angústia pelo sofrimento de seus filhos.

Apesar das discussões dos possíveis prejuízos aos filhos decorrentes da separação dos pais, Carter e McGoldrick (1995) e Walsh (2005) afirmam que muitos não apresentam qualquer prejuízo no desenvolvimento e outros, ainda, saem fortalecidos dessa situação. Concordando com essa perspectiva, um estudo realizado por Wagner et al (1999), já discutido em outro momento, aponta para essa direção. Não foi encontrada diferença entre os adolescentes, filhos de famílias intactas e filhos de famílias reconstituídas que responderam à uma escala de bem-estar, que avaliou itens como felicidade, estado de satisfação, auto-estima, ansiedade, depressão e afeto positivo e negativo. As autoras afirmam que “... pode-se pensar que, independente da configuração familiar do adolescente, é na qualidade do relacionamento entre os membros da sua família que recai a maior ou menor possibilidade de bem-estar” (p. 154).

O que poderia justificar então as maiores dificuldades dos adolescentes deste estudo com relação à estratégia de resolução de conflito? O fato de parte deles terem pais que abusam ou estão dependentes de álcool não está relacionado a esse resultado, já que existem dois grupos proporcionais de filhos de pais abusadores que estão casados e de pais abusadores que vivem separados e o teste exato de Fisher não indicou nenhuma associação entre eles. Entretanto, recordando os resultados apresentados na análise 1, é importante destacar que metade dos participantes da amostra que têm os pais separados não visita o outro genitor. Lembrando que a grande maioria dos filhos de pais separados do presente estudo mora com a

mãe, temos dois elementos já discutidos que podem agravar o desenvolvimento dos filhos de pais separados: a ausência da figura paterna e o fato de a mãe assumir a educação dos filhos sozinha. Entretanto, temos ainda um terceiro aspecto que pode ser uma fonte de dificuldades para a família e seus integrantes, especialmente na condição em que os pais vivem separadamente: a condição financeira. Vale ressaltar que o estudo foi realizado em uma escola pública de um bairro de classe média baixa e baixa. Em outros termos, a condição financeira dos progenitores e o fato de um dos progenitores assumir a criação dos filhos sozinho podem agravar a crise provocada pela separação. Uma afirmação de Carter e McGoldrick (1995) endossa a nossa hipótese:

Quando o divórcio é amargo, os filhos correm riscos, em termos psicológicos, se envolvidos em conflitos de lealdade. Algumas crianças assumem ou são levadas a assumir os papéis paternos, passando a ter responsabilidades adultas que são emocionalmente prejudiciais. Elas podem desenvolver problemas escolares/e ou com amigos, caracterizados por mau desempenho, comportamento problemático com amigos ou autoridade, e/ou sintomas somáticos. (p. 307).

É possível que a qualidade das relações entre filhos e pais separados desta amostra possa contribuir para a maior dificuldade por parte dos filhos de enfrentar alguns conflitos interpessoais. Um dos conflitos que apresentou uma associação estatisticamente significativa - filhos de pais casados são mais assertivos que os de pais separados - envolve sofrer injustiça em função de um amigo ter devolvido o livro preferido danificado. Já a outra situação que envolve ter o pedido de partilha de chocolate negado por um colega - as respostas dos filhos de pais separados são significativamente mais agressivas e submissas que as dos filhos de pais casados - a nosso ver, tem relação com conteúdos que ameaçam a relação de lealdade entre os pares. Como Carter e MacGoldrick (1995) afirmam a possibilidade de os filhos de pais separados serem envolvidos em conflitos de lealdade com os progenitores, talvez ocorra maior dificuldade de enfrentar conflitos com os amigos que digam respeito a conteúdos similares. Oliva (2004) afirma que o divórcio dos pais durante a adolescência dos filhos pode dificultar o processo de individuação, a conquista da autonomia e o estabelecimento dos vínculos extrafamiliares. Uma frustração com um amigo para quem o adolescente confiou um livro, ou com um colega com quem ele se sentiu à vontade para pedir um chocolate poderiam provocar uma decepção maior. Entretanto essas são suposições a partir dos poucos dados que temos sobre esse aspecto do estudo. As discussões apresentadas nos permitem concluir apenas que:

1. Os filhos de pais casados do presente estudo apresentam maior proporção de respostas assertivas diante das situações de conflitos hipotéticos enquanto os filhos de pais que vivem separados apresentam um pouco mais de respostas agressivas.
2. É provável que os adolescentes filhos de pais separados morem com a mãe e tenham pouco contato com o pai. Sabemos que a condição financeira dessa população é limitada. Dessa forma, é possível que o conjunto dessas circunstâncias - pais que vivem separados, distância do outro genitor e condição econômica - possa prejudicar os filhos de pais separados, gerando maior tensão e dificuldade de construir recursos cognitivos e afetivos (necessários a soluções mais equilibradas, assim como lembra Leme, 2004a e 2006a) para a solução assertiva de conflitos interpessoais.
3. Salientamos que outros estudos deveriam ser realizados com o mesmo instrumento utilizado neste estudo, envolvendo adolescentes ou crianças com configurações familiares diferentes, como as famílias intactas, família com apenas um dos progenitores que morem com os filhos ou famílias reconstruídas, a fim de encontrar respostas mais sólidas sobre os dados que encontramos.

Análise comparativa entre expressão de sentimentos, justificativas das respostas e estilo de resolução de conflito

Em virtude de constatarmos na transcrição das respostas dos sujeitos que muitos não se expressavam quanto aos sentimentos e não justificavam as suas ações, realizamos um estudo a fim de verificar se essas condições estavam associadas às tendências de solução de conflito. Vamos iniciar apresentando os resultados relativos aos estilos de resolução de conflitos e a expressão de sentimentos dos adolescentes.

Para analisar a relação conjunta entre a expressão de sentimentos frente às estratégias de solução de conflitos dos adolescentes nas 10 situações propostas pelo questionário CATS foi utilizada a análise de correspondência múltipla. Observou-se uma associação entre as

respostas dos adolescentes que não expressam sentimentos e o estilo de resolução de conflitos agressivo.

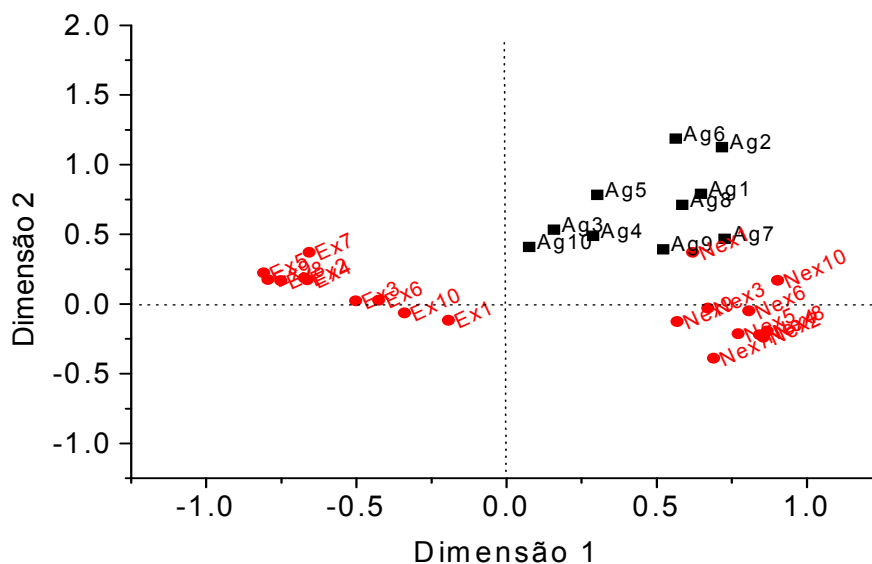


Figura 9 - Distribuição entre as respostas dos participantes que expressam ou não sentimentos e o estilo de resolução de conflito agressivo.

Esse gráfico (figura 9) representa a distribuição da expressão de sentimentos e do estilo de resolução de conflito agressivo. A dimensão 1 representa a distribuição das respostas que expressam sentimentos à esquerda e as que não expressam sentimentos à direita, e a distribuição do estilo de resolução de conflito, estando as respostas agressivas à direita. A dimensão 2 representa a distribuição do estilo de resolução de conflito agressivo na parte superior.

A análise de correspondência múltipla também indicou que os adolescentes que expressam sentimentos nas respostas para os conflitos do questionário CATS estão mais associados à categoria de resolução de conflito assertivas (além dos que estão na categoria dos submissos) (figura 10). Na dimensão 1 do gráfico distribuem-se os que expressam sentimentos à esquerda e os que não expressam à direita em conjunto com os assertivos à esquerda. A dimensão 2 representa na parte inferior a distribuição das respostas assertivas dos conflitos.

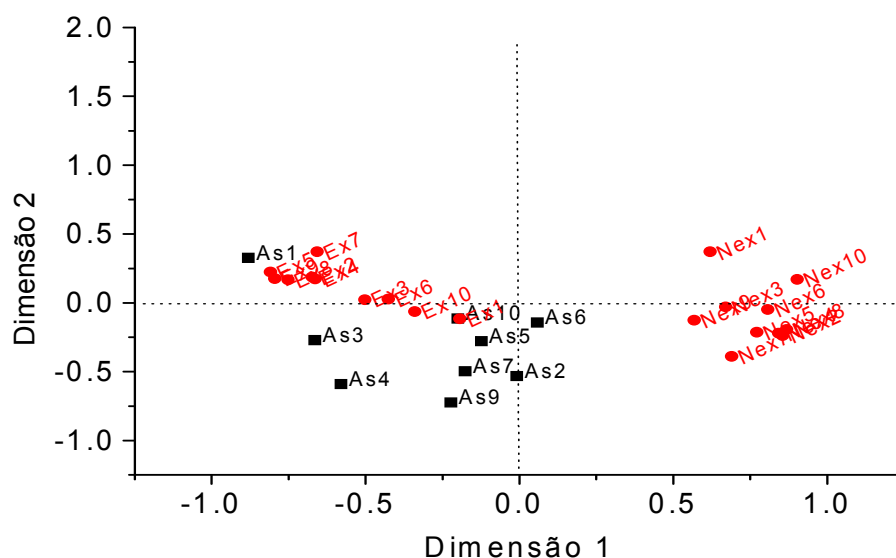


Figura 10 - Distribuição entre respostas dos participantes que expressam ou não sentimentos e o estilo de resolução de conflito assertivo.

Através do teste exato de Fisher diversos resultados significativos foram encontrados nas situações de conflito entre as estratégias de resolução de conflitos e a expressão de sentimentos. Destacaremos primeiramente, os conflitos que evidenciaram diferenças significantes. No conflito 2 (receber uma sanção dos pais por um delito que um colega cometeu), os dados revelaram uma diferença significativa ($p=0,004$); os sujeitos que não expressam seus sentimentos apresentam mais respostas agressivas (70,59%) e submissas (66,67%) e os sujeitos que expressam apresentam mais respostas mistas (63,33%) e assertivas (64,71%). Além disso, todos os participantes que não indicaram uma estratégia para solucionar o conflito se expressam sobre os sentimentos.

O conflito 7 (cumprir o horário de dormir no meio de um programa do qual o adolescente está gostando) também revelou uma diferença significativa ($p=0,008$). Os dados que se destacam é que todos os jovens que não indicaram qualquer estratégia de enfrentamento nessa situação e os que usaram estratégias submissas (63,89%) expressam seus sentimentos, enquanto os que apresentam respostas agressivas (69,23%), mistas (64,71%) ou assertivas (66,67%) tendem a não os expressar. Observa-se que os sujeitos que indicam estratégias agressivas novamente mostram tendência a não se expressar quanto aos sentimentos.

Semelhante a esse último resultado, o conflito 8 (ter um pedido de partilha de um chocolate negado por um colega) resultou em uma associação significativa ($p=0,006$). Assim

como no conflito anterior, os participantes que forneceram respostas agressivas (66,67%) tendem a não expressar os sentimentos, assim como os que fornecem respostas mistas (60%), quando comparados a 65,71% dos submissos, e todos os que não indicam nenhuma estratégia de solução de conflito e se expressam sobre sentimentos.

Conflito	Expressa Sentimen/	agressiva	misto	assertiva	Não indica estratégia	submissa	Teste Exato de Fisher
1	Não Sim	45,45% 54,55%	20% 80%	0% 100%	0% 100%	18,18% 81,82%	P=0,089
2	Não Sim	70,59% 29,41%	36,67% 63,33%	35,29% 64,71%	0% 100%	66,67% 33,33%	P=0,004
3	Não Sim	44,19% 55,81%	53,33% 46,67%	36,36% 63,64%	33,33% 66,67%	33,33% 66,33%	P=0,855
4	Não Sim	51,35% 48,65%	40,74% 59,26%	35,71% 64,29%	0% 100%	50% 50%	P=0,663
5	Não Sim	51,85% 48,15%	55,17% 44,83%	50% 50%	16,67% 83,33%	58,33% 41,67%	P=0,546
6	Não Sim	55,56% 44,44%	38,89% 61,11%	66,67% 33,33%	16,67% 83,33%	26,67% 73,33%	P=0,153
7	Não Sim	69,23% 30,77%	64,71% 35,29%	66,67% 33,33%	0% 100%	36,11% 63,89%	P=0,008
8	Não Sim	66,67% 33,33%	60% 40%	- -	0% 100%	34,29% 65,71%	P=0,006
9	Não Sim	60% 40%	47,37% 52,63%	57,14% 42,86%	20% 80%	75% 25%	P=0,022
10	Não Sim	40% 60%	30% 70%	46,15% 53,85%	0% 100%	30% 70%	P=0,024

Tabela 9 - Comparação entre os participantes que expressam ou não os sentimentos com a proporção de respostas em cada estilo de resolução nas situações de conflito.

Um resultado observado nos conflitos 2, 7 e 8 e que evidenciou diferença significativa pelo teste exato de Fisher refere-se ao fato de o estilo de resolução de conflito agressivo estar associado de forma significativa à não expressão dos sentimentos. Os resultados do conflito 9 vão ao encontro desse resultado. Essa situação de desacordo interpessoal, que envolve ser criticado por um colega como menos inteligente, evidenciou uma diferença de $p=0,022$, sendo que os adolescentes que não expressaram sentimentos apresentaram respostas agressivas (60%), assertivas (57,14%) e submissas (75%), enquanto os adolescentes que se expressam

quanto aos sentimentos apresentaram respostas mistas (52,63%) ou não responderam o que fariam nesta situação (80%). Dois elementos se repetem nesses conflitos que apresentaram diferença: muitos adolescentes que não respondem quanto ao que fariam nessa situação tendem a se expressar quanto aos sentimentos e os adolescentes que apresentam respostas agressivas não se expressam quanto aos sentimentos. A tabela 9 indica os resultados da comparação entre expressar ou não sentimentos em cada situação de conflito com as estratégias de enfrentamento.

Esse resultado se repete no conflito que envolve a perda de um prêmio para um colega por um ponto (conflito 10), no qual surgiu uma diferença significativa de $p=0,024$; novamente todos os adolescentes que não respondem o que fariam nessa situação se expressam quanto aos sentimentos. Além disso, os participantes que se expressam apresentaram mais respostas submissas (70%) e mistas (70%) e os que não se expressam apresentam mais respostas agressivas (40%) e assertivas (46,15%). Observou-se que, em muitas situações de conflito estudadas, os sujeitos que fornecem respostas categorizadas como agressivas tendem a não expressar seus sentimentos.

Nos conflitos 1, 2, 3 e 4 houve uma proporção maior de adolescentes que fornecem respostas assertivas e se expressam quanto aos sentimentos (tabela 9). No conflito 2 (sofrer uma sanção dada pelos pais), a associação entre respostas assertivas e expressão de sentimentos foi estatisticamente significativa, como já apontamos. No conflito 5 (levar uma bolada dada por uma criança menor), metade dos adolescentes que fornecem respostas assertivas expressa seus sentimentos e a outra metade não expressa (50%). No conflito 8 (ter a partilha de um chocolate negado), não foram encontradas respostas categorizadas como assertivas.

No conflito 1, que envolve humilhação pública por um mau desempenho no jogo, os resultados do teste exato de Fisher indicaram uma associação próxima à significância ($p=0,089$) para com os sujeitos que indicam respostas assertivas, submissas, e todos os que não indicam sua estratégia de enfrentamento do conflito, tendendo a expressar sentimentos comparados aos que indicam respostas agressivas e tendem a não se expressar com relação aos sentimentos. Do grupo que não se expressa quanto aos sentimentos, os adolescentes que indicam respostas agressivas (45,45%) superam os adolescentes que indicam respostas mistas (20%) e submissas (18,18%). Dessa forma, os sujeitos que se expressam com relação aos sentimentos apresentam mais respostas assertivas, submissas e mistas, ou não respondem como agiriam nessa situação, enquanto os sujeitos que não se expressam apresentam mais

respostas agressivas quando comparados aos sujeitos que apontam outra estratégia de solução de conflito.

Em suma, os resultados relativos à expressão de sentimentos dos participantes e os estilos de resolução de conflito mostram algumas associações que se repetem em várias situações de conflito. No conflito 2, 7, 8, 9 e 10 as respostas agressivas estão significativamente mais associadas ($p < 0,05$) à não expressão de sentimentos quando comparadas às outras estratégias de resolução dos conflitos. Nessas mesmas situações de conflito as respostas dos participantes que não respondem o que fariam nos conflitos e que se expressam sobre sentimentos também estão significativamente associadas (tabela 9) quando comparadas a outras formas de enfrentamento do conflito. A análise de correspondência múltipla indicou que as respostas assertivas dos participantes estão associadas à expressão de sentimentos, assim como as respostas agressivas estão mais associadas a não expressão de sentimentos. A reflexão sobre as justificativas para esses resultados será reservada para uma ocasião posterior.

Neste momento, nos debruçaremos sobre os resultados relativos aos estilos de resolução de conflitos e à justificativa dos sujeitos sobre suas ações. Um estudo estatístico sobre esses últimos aspectos foi realizado, já que durante a transcrição das respostas dos participantes observamos que alguns justificavam suas ações e outros não.

Diferenças significativas também surgiram com relação às tendências de resolução de conflito, e o fato de os participantes justificarem ou não suas ações ($p < 0,05$). É importante lembrar que o questionário CATS foi alterada, já que depois da exposição do conflito realizamos as seguintes questões: “Como você se sentiria? O que você faria nesta situação? Por quê?” Os dados que serão descritos em seguida referem-se à última questão.

Assim como o estudo sobre a expressão de sentimentos, a análise de correspondência múltipla foi utilizada para verificar a relação conjunta entre as justificativas das ações dos participantes frente aos conflitos e as estratégias de solução de conflitos utilizadas pelos adolescentes nas 10 questões.

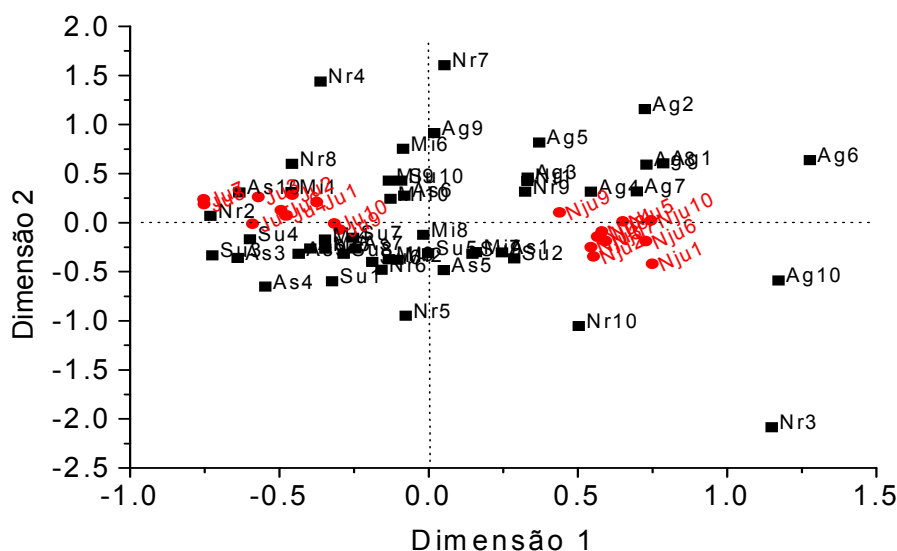


Figura 11 - Distribuição entre os participantes que justificam ou não suas respostas e os estilos de resolução de conflito.

No gráfico da figura 11, a dimensão 1 representa a distribuição da justificativa das ações em conjunto com a distribuição dos estilos de resolução de conflito. As respostas dos que justificam suas ações estão representadas no gráfico à esquerda e os que não justificam à direita. A dimensão 2 representa a distribuição dos estilos de resolução de conflito, estando as respostas agressivas dos conflitos na parte superior, as assertivas e submissas na parte inferior e as respostas mistas no centro. O gráfico mostra que os adolescentes que não justificam suas ações estão mais associados com o estilo de resolução de conflito agressivo enquanto os adolescentes que justificam suas ações estão mais associados ao estilo de resolução assertivo e submisso.

O teste exato de Fisher indicou varias associações entre a justificativa das respostas dos participantes e as estratégias de resolução dos conflitos propostos pelo questionário CATS. Destacaremos num primeiro momento os conflitos que evidenciaram associações significantes. O conflito 4, que está relacionado a ter o livro preferido devolvido danificado por um colega, apresentou através do teste exato de Fisher uma diferença significativa ($p=0,029$), uma vez que os adolescentes que mais justificam suas ações estão entre os que apresentam respostas mistas (62,96%), assertivas (78,57%) ou não respondem como agiriam (100%), enquanto 62,16% dos adolescentes cujas respostas foram categorizadas como agressivas não justificam suas ações.

Conflito	Justifica	Agressivo	Misto	Assertivo	Não indica estratégia	Submisso	Teste Exato de Fisher
1	Não Sim	45,45% 54,55%	20% 80%	60% 40%	25% 75%	30,30% 75%	P=0,285
2	Não Sim	47,06% 52,94%	56,67% 43,33%	41,18% 58,82%	0% 100%	50% 50%	P=0,057
3	Não Sim	53,49% 46,51%	46,67% 53,33%	45,45% 54,55%	66,67% 33,33%	50% 50%	P=0,979
4	Não Sim	62,16% 37,84%	37,04% 62,96%	21,43% 78,57%	0% 100%	50% 50%	P=0,029
5	Não Sim	70,37% 29,63%	20,69% 79,31%	80% 20%	33,33% 66,67%	41,67% 58,33%	P<0,001
6	Não Sim	55,56% 44,44%	27,78% 72,22%	83,33% 16,67%	50% 50%	35,56% 64,44%	P=0,119
7	Não Sim	76,92% 23,08%	70,59% 29,41%	75% 25%	33,33% 66,67%	38,89% 61,11%	P=0,026
8	Não Sim	83,33% 16,67%	64% 36%	- -	16,76% 83,33%	45,71% 54,29%	P=0,009
9	Não Sim	80% 20%	31,58% 68,42%	64,29% 35,71%	20% 80%	36,11% 63,89%	P=0,064
10	Não Sim	60% 40%	26,67% 73,33%	38,46% 61,54%	18,75% 81,25%	30% 70%	P=0,453

Tabela 10 - Comparação entre os participantes que justificam ou não suas respostas com a proporção de respostas em cada estilo de resolução nas situações de conflito.

Um resultado semelhante ao conflito 4 apareceu no conflito 5 (levar uma bolada na cabeça dada por uma criança menor) ($p < 0,001$). Novamente os sujeitos que fornecem respostas agressivas não justificam suas ações (70,37%), além dos que deram respostas assertivas (80%) (tabela 10). Da mesma forma que no conflito anterior, os sujeitos que não respondem como agiriam nessa situação oferecem justificativas (66,67%), assim como os que deram respostas mistas (79,31%) e submissas (58,33%).

No conflito 7 (sofrer sanção dos pais para cumprir o horário de dormir), também surgiu uma diferença relevante ($p = 0,026$), pois novamente os adolescentes cujas respostas foram categorizadas como agressivas não justificam suas ações (76,92%), além das respostas categorizadas como mistas (70,59%) e assertivas (75%). Os sujeitos que não respondem ao

que fariam nesse contexto de conflito novamente apresentam mais justificativas (66,67%), assim como os sujeitos que forneceram estratégias submissas (61,11%).

Na situação que envolve ter um pedido de partilha de um chocolate negado por um colega (conflito 8), surgiram resultados que corroboram de forma significativa ($p=0,009$) alguns resultados dos conflitos já destacados. Novamente os participantes que apontaram respostas agressivas não justificaram suas ações (83,33%), assim como aqueles que deram respostas mistas (64%). De forma similar aos resultados anteriores, 83,33% dos participantes que expressam alguma justificativa não responderam ao que fariam, da mesma forma que aqueles que deram respostas submissas (54,29%).

Esses resultados mostram que nos conflitos 4, 5, 7 e 8, os participantes que apresentam respostas categorizadas como agressivas tendem a não justificar suas ações, enquanto os jovens que não respondem ao que fariam tendem a se justificar. Ligado a esse resultado, lembramos que, no que se refere à expressão de sentimentos, os adolescentes que dão respostas agressivas tendem a não se pronunciar sobre esse aspecto, assim como a não justificar suas ações. Além disso, observa-se, quanto à expressão de sentimentos, que aqueles que não respondem o que fariam em cada situação tendem a expressar os sentimentos, assim como justificar suas respostas. Dessa forma, podemos concluir quanto a esse último aspecto: como os adolescentes se expressam quanto a sentimentos, não respondem qual a estratégia de resolução de conflito que usariam e justificam suas respostas, parece que os adolescentes justificam os seus sentimentos e não suas ações.

Ainda que próximo à significância ($p=0,057$), o conflito 2 (ser castigado por um delito alheio) provocou mais respostas mistas (56,67%) entre os sujeitos que não justificam suas ações, enquanto os sujeitos que justificam seus sentimentos tendem a não responder ao que fariam nesse contexto (100%), da mesma forma que nos conflitos anteriores. No conflito 9 (ser criticado como menos inteligente), foram verificados resultados próximos à significância ($p=0,064$) que corroboram os dados anteriores, já que os adolescentes cujas respostas foram categorizadas como agressivas tendem a não justificar suas ações (80%) enquanto os adolescentes que não respondem o que fariam tendem a justificar seus sentimentos (80%).

Os dados que foram apresentados até o presente momento nos fazem buscar os motivos que levam os adolescentes com tendências de resolução de conflito agressiva a não se expressarem sobre os sentimentos e a não justificarem suas ações. Além disso, o que justifica os adolescentes que se expressam quanto aos sentimentos e o justificam tenderem a não dar respostas sobre ações nas situações de conflito? Uma discussão sobre essas condições é o objetivo do próximo tópico.

Discussão

A análise estatística do presente estudo mostra alguns aspectos que se destacaram durante as transcrições das respostas dos sujeitos: nem todos responderam aos tópicos solicitados pelo instrumento. Notou-se que alguns participantes apontavam apenas ações na direção de resolver o problema, outros apenas sentimentos e, ainda, alguns casos incluíam justificativas e outros não. Entretanto, a análise estatística indicou algumas associações entre esses aspectos, sobre as quais pretendemos refletir nesse momento.

Antes que possamos nos debruçar sobre as associações encontradas, surgiram duas hipóteses para justificar o fato de alguns adolescentes responderem ao questionário fornecendo respostas apenas sobre as ações ou sentimentos, ora justificando suas respostas ora não. A extensão do instrumento, ou a dificuldade de pensar sobre diversos aspectos de uma mesma situação são essas suposições.

No que se refere à extensão do instrumento, já apontamos o fato de que, na coleta de dados, muitos adolescentes manifestaram um desagrado ao verificar a quantidade de questões do instrumento. No entanto, a grande maioria dos participantes não expressou mais descontentamento quando deu início a seu preenchimento. Outro sinal de envolvimento dos adolescentes durante o preenchimento do material teve relação ao silêncio observado durante a tarefa. A quebra do silêncio só ocorreu em dois momentos: por questões dos adolescentes colocadas à própria pesquisadora a fim de esclarecer alguma dúvida, ou por comentários entre eles sobre as questões (ex: “quem é o pingaiada na sua casa”, “o que você colocou aqui... ah, eu não ia deixar quieto não cara...”, “aqui... se o cara faz isto ele não é amigo”). Parece que alguns adolescentes não gostaram inicialmente da idéia de preencher um questionário com a extensão que propusemos. Entretanto esse descontentamento cessou após o conhecimento das perguntas, e os comentários entre eles sugerem que o material apresentou um conteúdo motivador e, portanto, significativo aos jovens.

É possível que uma atividade que não tem um conteúdo significativo ao participante não gere prazer e desejo de realização. Entretanto, podemos dizer que essa oposição inicial por parte de alguns poucos participantes foi diminuída à medida que eles iniciaram o preenchimento do instrumento, que se referia ao falar de si sem que houvesse respostas certas ou erradas (fato que esclarecemos durante a coleta de dados). Uma suposição é que, mesmo que o descontentamento com o tamanho do instrumento pudesse justificar a falta de dados, não haveria resposta para o fato de a maioria dos participantes que focam a sua resposta nos

sentimentos e nas justificativas completar todos os conflitos e excluir apenas a indicação sobre suas ações na situação de conflito. O mesmo com relação aos que focam suas respostas apenas nas ações. A dúvida permanece: porque escolhem focar um aspecto e não outro? Pode-se levantar outras hipóteses além do tamanho do instrumento.

Outra possibilidade para justificar o fato de muitos adolescentes escreverem apenas sobre seus sentimentos ou sobre suas ações estaria relacionada à dimensão cognitiva. Segundo Piaget e Inhelder (1896-1980), apenas nos estágios das operações formais é que o sujeito torna-se capaz de coordenar sobre diversas dimensões e estabelecer relações entre elas. Tais operações são possíveis após os 11 e 12 anos. Devemos lembrar que para o preenchimento do instrumento do presente estudo, os participantes deveriam pensar em pelo menos três elementos: sentimentos, ação e justificativa. Nesse caso, a dificuldade em coordenar três elementos poderia explicar as respostas parciais. Essa possibilidade parece ser em parte coerente, já que uma parcela dos adolescentes se expressa, embora privilegie um aspecto ou outro para responder e justificar.

Diversos estudos apontam que muitos adultos não atingem o nível das operações formais (SARAVALI, 2005), já que essa conquista vai depender da oportunidade de solucionar problemas complexos. Parece provável que se o sujeito não atinge as operações formais, ele também encontrará dificuldade em coordenar diversos elementos associados ao conflito. Nesse caso, podemos pensar que uma parcela de adolescentes encontrou dificuldade de pensar e se expressar de forma concomitante sobre o próprio sentimento, ação e justificativa em cada conflito.

Lembrando que para realizar ações que se destinam ao bem-estar da maioria, La Taille (2006) afirma que além do conhecimento de regras, princípios e valores, é necessário destacar os elementos que estão presentes em uma situação de conflito e relacioná-los entre si. No que concerne aos dilemas morais, situação em que nenhuma decisão se impõe, já que existem pelo menos dois princípios morais contemplados, o autor aponta a necessidade de realizar uma operação mental denominada por ele de equacionamento moral, que envolve a percepção dos elementos morais que estão em jogo, sucedida pela ponderação e hierarquização desses elementos. Ainda que o autor aponte que esse recurso cognitivo é indispensável para a reflexão sobre os dilemas morais, e que, em situações de conflito com alguma alternativa mais equilibrada para boa solução (como a solução assertiva) esse recurso talvez seja desnecessário, sustentamos a importância do equacionamento dos elementos do conflito para uma solução justa. Argumentamos que o equacionamento dos elementos do conflito, sua ponderação e sua hierarquização é uma operação imprescindível a fim de que o sujeito possa

contemplar a maior número de dimensões envolvidas em um conflito e, conseqüentemente, as possibilidades de resoluções.

Assim sendo, é possível que muitos desses adolescentes que respondem parte das questões propostas apresentem dificuldade em pensar em vários elementos envolvidos em um conflito e, conseqüentemente, em coordená-los a fim de encontrar uma solução equilibrada para os envolvidos. Sastre e Moreno (2002) sustentam essa afirmação ao dizer:

Para resolver um conflito de maneira satisfatória é preciso tentar descentrar-se do próprio ponto de vista para contemplar simultaneamente outro e outros pontos de vistas diferentes, às vezes, opostos, e elaborar fusões criativas entre todos eles, o que implica operações de reciprocidade e síntese entre os contrários. Mas para poder fazer isso é preciso organizar os fatos e ordená-los de maneira causal, separar as variáveis pertinentes das não pertinentes (delimitar o que é importante e o que não é), enfim analisar situações...”(p. 52)

Partindo dos dados obtidos neste estudo, que mostram que os participantes cujas respostas foram categorizadas como assertivas também tendem mais a expressar sentimentos, podemos concluir que eles utilizam recursos cognitivos mais complexos a fim de apontar uma boa solução de conflito. Tal conclusão justifica-se na associação evidenciada pela análise de correspondência múltipla entre as estratégias assertivas nos conflitos interpessoais e a expressão de sentimentos. Pode-se afirmar que os adolescentes que focam apenas os sentimentos, ou ainda, apenas as estratégias de solução de conflito o fazem por dificuldade cognitiva? Em parte sim, ainda que essa explicação não pareça suficiente.

Iniciemos pelos casos dos adolescentes que respondem apenas sobre como resolveriam suas ações e excluem os sentimentos. Um dado de muita relevância na análise estatística refere-se à associação significativa em diversos conflitos de estratégias agressivas e ausência de expressão de sentimentos. Qual o motivo para esse resultado? Algumas pesquisas podem nos ajudar a encontrar algumas respostas. Motivadas pelos dados sobre violência mundial, Sastre e Moreno (2003) realizaram uma pesquisa com alunos de terceiro e quarto ano da Universidade de Barcelona sobre a experiência de injustiça. A partir das análises dos textos dos alunos, as autoras encontraram resultados semelhantes aos do presente estudo. Segundo elas, ao destacar o modelo de pessoa que age injustamente, “a quase totalidade dos estudantes descreveu com detalhes o comportamento visível dos agressores e fez pouca referência aos sentimentos e pensamentos subjacentes aos comportamentos externos descritos tão minuciosamente” (p. 136). Os estudantes lembraram os personagens que agem agressivamente como alguém que foca seus próprios interesses, que não pensam na dor do

outro, o que é compreendido por Sastre e Moreno (2003) como o motivo relacionado aos estudantes descreverem primeiro as ações do sujeito, e depois, a descrição dos pensamentos e sentimentos.

A relação das emoções e sentimentos tem sido amplamente estudada por diversos teóricos da área da neurociência. Outro estudo realizado por Koenigs, Young, Adolphs, Tranel, Cushman, Hauser e Damásio (2007) sobre o julgamento moral incluiu, dentre as participantes do estudo, seis pessoas que haviam sofrido lesões numa área específica do cérebro, o córtex frontal ventromedial. É fundamental destacar que, entre as diversas funções dessa estrutura, está a integração de sentimentos à consciência. Em um questionário que envolvia dilemas morais, como a escolha em sacrificar a vida do filho para salvar a vida de outras pessoas, os pacientes com lesões cerebrais escolhiam, de maneira mais fria, o prejuízo ao menor número de pessoas. Os resultados do presente estudo indicam que pelo fato de esses pacientes provavelmente apresentarem dificuldade com as emoções sociais e morais, as escolhas se baseavam mais em considerações utilitárias do que em fatores afetivos. Mesmo que o estudo de Damásio tenha sido feito com pessoas com lesões cerebrais, pode-se sugerir que a dificuldade com os sentimentos interfere diretamente nas ações dos sujeitos normais em situações de conflitos interpessoais.

Nessa mesma direção, um estudo realizado por Bechara, Damásio, Damásio e Lee (1999) também escolheu um grupo de pacientes com lesões cerebrais e um grupo de sujeitos sem lesões para participar de um jogo de cartas em que deveriam fazer escolhas. Dependendo da escolha, o participante recebia um prêmio imediato ou um castigo futuro. Os sujeitos sem lesões cerebrais evitavam baralhos ruins e os com lesões preferiam esses baralhos. Como já havia sido demonstrado por Damásio (1996) em outro estudo, os pacientes com lesões cerebrais apresentam dificuldade quanto à tomada de decisão. Entretanto, na segunda parte do mesmo estudo, foi utilizada uma medida fisiológica que permite a avaliação do estado somático, em outros termos, os sinais emocionais durante a tomada de decisão do jogo. Nos dois grupos observaram-se sinais emocionais após a escolha do jogo e as conseqüências de sua escolha. Contudo, apenas no grupo de pessoas sem lesões cerebrais foram observados antecipadamente à escolha do jogo sinais emocionais à medida que ficavam mais experientes no jogo. Os autores concluem que a tomada de decisão é guiada por sentimentos viscerais que são gerados antes dos próprios eventos. Tal estudo endossa a conclusão de que as decisões em situações de conflito não são guiadas apenas por julgamento sobre as conseqüências e pela probabilidade de ocorrência, mas também pela emoção.

Ainda que os participantes do presente estudo não apresentem lesões cerebrais, a dificuldade de coordenar os aspectos cognitivos e afetivos certamente está relacionada à associação das estratégias agressivas e ausência de expressão de sentimentos. Como exemplo destacamos diversas respostas de participantes que foram categorizadas como resoluções de conflito agressivas e não expressam sentimentos ou justificativa: “batia nele e iria embora” (conflito 1), “eu xingava e se a pessoa ratiasse batia nela” (conflito 3), “faço ele pagar outro” (conflito 4), “mando engolir o jogo e procuro algo melhor para fazer” (conflito 6), “falava para ele que tomara que dê uma dor de barriga” (conflito 8), “falava que ele é muito metido” (conflito 9) e “falava que perdi porque quis” (conflito 10). Fica claro que as respostas envolvem o foco em resolver o próprio mal-estar de forma imediata e não evidenciam consciência de sentimentos, motivos ou formas alternativas de ações. Como já apontamos em outro momento, endossamos a opinião de La Taille (2006) de que os investimentos afetivos precisam ser objeto de reconhecimento para que o sujeito tenha condições de realizar escolhas mais equilibradas. Nessa mesma direção, Tognetta (2003), ao sugerir atividades que se destinam ao trabalho com sentimentos, afirma:

“as atividades que propomos agora devem ser vistas como oportunidades oferecidas às crianças de experimentarem situações de troca, de descentração de seus pontos de vista, de expressão e reconhecimento de seus sentimentos e conhecimento dos sentimentos dos outros em contraposição aos seus, que poderão levar à construção do autocontrole e do gostar de si” (p. 128).

A fim de evidenciar que os sentimentos estão interligados à tomada de decisão dos sujeitos, Tognetta (2006) realizou estudo com 150 adolescentes com idades entre 12 e 15 anos com o objetivo de constatar a possível correspondência entre os julgamentos morais e as representações que o sujeito tem de si mesmo. Para tal, a autora investigou se o sentimento de admiração estava ligado a conteúdos éticos ou conteúdos individuais. Os adolescentes do estudo foram submetidos a uma entrevista aberta sobre as ações admiráveis nos outros e admiráveis em si e a uma entrevista aberta com base em histórias que evidenciam situações de humilhação e falhas que poderiam permitir a disposição para a generosidade. Tanto o grupo, cujas ações admiráveis estavam ligadas a ações éticas, como o grupo em que a admiração estava ligada a ações individuais, julgaram da mesma forma, pela necessidade de ações generosas. Entretanto uma diferença importante se destacou com relação aos sentimentos; os grupos cujas representações de si estavam vinculadas a conteúdos éticos apresentaram maior sensibilidade com relação aos sentimentos dos personagens envolvidos nas situações descritas. Transcrevendo uma conclusão da autora (p. 277):

“nossos dados nos conduziram a acreditar que, ainda que a idéia de dever possa ser assegurada por sujeitos cujas imagens ou representações de si não sejam éticas (tivemos sujeitos cuja admiração se situava em conteúdos individualistas e mesmo os que não conservavam quaisquer que fossem os conteúdos admiráveis), há aqueles que estariam mais propensos a considerar o que é mais difícil: sensibilizar-se com os sentimentos do outro, envergonhar-se por não agir moralmente, sentir culpa, arrepender-se... quem são?”

Diante de tais considerações é possível afirmar que o fato de o sujeito apresentar dificuldade em reconhecer os próprios sentimentos e conseqüentemente os do próximo colabora para que ele indique reações agressivas em situações de desacordos interpessoais. Além disso, a emergência em resolver o próprio mal-estar e satisfazer os próprios desejos prejudica a avaliação dos próprios aspectos afetivos e conseqüentemente, dos do outro, além da consideração de formas alternativas para a resolução do problema, o que implica ações imediatistas e agressivas. Nesse contexto não estamos hipotetizando que os participantes do presente estudo apresentem problemas neurológicos, mas sim que não tiveram a oportunidade de autoconhecimento, aspecto imprescindível para o autodomínio.

Esses últimos argumentos se referem também à justificativa para a maior associação entre estratégias assertivas e expressão de sentimentos. É possível que a escolha de uma resolução equilibrada, que envolve o menor prejuízo a todos os envolvidos, esteja relacionada a uma maior facilidade de reconhecer em si elementos internos, no caso, os sentimentos, o que favorece o reconhecimento do próximo e a busca de soluções que não prejudiquem ao outro e nem a si próprio. Um exemplo que sustenta a nossa afirmação está nas respostas dos participantes: “constrangida... conversaria com meus pais e explicaria o que aconteceu... porque não foram justos comigo” (conflito 2), “mal... pediria licença para voltar à fila... porque eu cheguei primeiro” (conflito 3), “magoada... iria perguntar o que aconteceu com meu livro... porque era meu livro preferido” (conflito 4), “normal... perguntaria porque fez isto... porque não é justo fazer isto sem motivo” (conflito 6), irritada... reclamaria e pediria para ficar mais algum tempo... porque é injusto quando eles estão assistindo ninguém interrompe” (conflito 7) e “decepcionado... daria os parabéns ao colega e aceitaria... jogo é jogo”(conflito 10). É notável nas respostas dos sujeitos a consideração dos motivos (“iria perguntar o que aconteceu com meu livro”, por exemplo) e direitos do outro (“pediria para ficar mais algum tempo” e “jogo é jogo”), o que denota reconhecimento quanto à figura de autoridade ou regras de um jogo, além do fato de os participantes expressarem claramente seus sentimentos e justificativas. Em resumo, as estratégias assertivas fornecidas estão mais

associadas à expressão de sentimentos e à justificativa de suas ações, o que indica maior reconhecimento dos motivos externos e internos dos outros e de si mesmo.

Resta explicar o fato de os participantes que escolhem com maior frequência as estratégias submissas mostrarem uma maior tendência a expressão de sentimentos. O estudo de Sastre e Moreno (2003) com estudantes universitários também apontou para um modelo de pessoa que é tratada injustamente. Os relatos encontrados pela autora mostram uma falta de informações de como a pessoa reagiu, mas uma riqueza de detalhes sobre seu estado afetivo. Segundo as autoras, os participantes do estudo sustentam a imagem de que alguns que são tratados injustamente ficam presos aos sentimentos que geram sofrimento e, conseqüentemente, não conseguem se libertar dessa situação e pensar em outra forma de resolvê-la.

Nesse sentido, é preciso lembrar uma pesquisa apresentada por Bruner (1997), já discutida anteriormente, com ratos famintos em situação de pesquisas em laboratórios. O autor conclui que o estado emocional dos animais contribui para a dificuldade de processamento de informações. Nos seres humanos já apontamos que o aspecto afetivo altera o tempo dedicado para o processamento das informações e, conseqüentemente, a qualidade de suas reações. Isso pode justificar o fato de que muitos adolescentes em situações de conflito que despertam sentimentos desagradáveis apresentem dificuldade de pensar formas alternativas de resolução do confronto. Vale lembrar ainda, que o conteúdo dos conflitos apresentados aos participantes do estudo envolve injustiça, provocação, sanção por parte dos pais e humilhação pública.

O foco na dor e no mal-estar, normalmente provocados pelo conflito, pode estar ligado à maior expressão de sentimentos dos sujeitos que adotam estratégias submissas. Em outros termos, a dificuldade de coordenar o sentir com o agir poderia estar ligada à escolha de estratégias submissas. Apesar disso, apenas esse argumento parece não sustentar essa preferência, já que o sujeito que dá respostas agressivas apresenta a mesma dificuldade. Por esse motivo, Deluty (1981) afirma que a submissão e a agressividade são o “verso da mesma moeda”. Para o autor, as respostas do sujeito em situações de conflito podem ser resultados de reações psicofisiológicas de luta ou fuga. A psicologia cognitiva nos fornece pistas ao indicar que a rede de significados que o sujeito constrói favorece sua ação (BRUNER, 1997). A psicologia moral afirma que os significados que se atribui a si mesmo é sempre valor (LA TAILLE, 2006). Nesse caso, parece que os sujeitos que adotam ações agressivas ou submissas também o realizam em função das crenças, significados e valores que atribuem a eles próprios e às pessoas à sua volta.

É provável ainda que muitos que apontam estratégias submissas o façam em função de sentirem-se desvalorizados diante do desentendimento, ou por não enxergarem estratégias melhores. Diversas respostas de participantes comprovam isso: “humilhado... desistiria do jogo... porque é humilhante” (conflito 1), “como se fosse culpada... porque meus pais não confiam em mim e porque meu amigo se fosse amigo deveria assumir a culpa” (conflito 2), “rejeitada, triste... não faria nada. Ficaria pensando no porquê dessa situação e choraria escondido... porque chorar é uma maneira de tirar a raiva sem agredir ninguém” (conflito 3), “vergonha... iria embora... a criança é menor e não adianta conversar” (conflito 5). Outros adolescentes fornecem respostas que indicam o medo de enfrentar a situação de conflito, como os que afirmam “chateada... nada, só sairia... para não arrumar confusão” (conflito 6) e “Falaria para ele sair da fila e se não saísse eu tinha que ficar no final da fila para não criar uma briga”. Como já foi citado, Leme (2004a) afirma, ao discutir as tendências de resolução de conflito submissas, que muitos indivíduos se comportariam de forma agressiva em muitas situações, caso sentissem condição de obter sucesso.

A partir de todas essas considerações sobre os motivos dos sujeitos que tendem a adotar a estratégia submissa de resolução de conflito, pode-se supor que os sentimentos de mal-estar provocados pela situação de conflito, e a interpretação do sujeito de ser incapaz de resolver o desacordo de outra forma, poderiam justificar a maior associação de estratégias submissas e expressão de sentimentos.

Os estudos de Piaget (1932-1994) que apontam a submissão dos adultos como uma das conseqüências da utilização das sanções expiatórias durante a sua infância e adolescência apóiam essa perspectiva, pois o sujeito que em situações de conflito com figuras de autoridade recebeu punições provavelmente atribui o seguinte significado às situações de conflito interpessoais: é melhor calar-se do que reagir. A única alternativa dessa criança e desse adolescente seria tentar restabelecer o equilíbrio interno, ou seja, administrar os sentimentos desagradáveis, já que no ambiente externo não existia nada que pudesse ser feito. No entanto, o presente estudo não apresenta dados suficientes para fazer afirmações precisas sobre os motivos da associação positiva entre as estratégias submissas e a expressão de sentimentos. Entende-se que essa relação necessite de outros estudos que possam colaborar para maiores conclusões.

A análise que relaciona as justificativas do sujeito e as estratégias de resolução de conflito adotadas pode ser sustentada pelas discussões já realizadas até o momento, já que os resultados apontam para isso. Os participantes que não justificam suas ações tendem a escolher estratégias de resolução de conflito agressivas, e os participantes que justificam suas

ações dão preferência às estratégias assertivas e submissas. Já destacamos anteriormente que para uma boa solução de conflito é necessário pensar por reciprocidade e conciliar os contrários (SASTRE; MORENO, 2002). Além disso, quando se reconhece as próprias causas internas (sentimentos, desejos) e externas (direitos), assim como as do outro, um grande passo é dado no sentido de uma boa solução de conflito. Parece que esse sujeito que pensa, sente e se imagina no lugar do outro apresenta muitos recursos para justificar sua decisão. Em suma, podemos concluir que os adolescentes que adotam estratégias assertivas possuem um repertório cognitivo e afetivo que permite destacar os elementos envolvidos na situação de conflito, favorecendo a expressão de justificativa para suas ações.

Quanto aos participantes que escolhem estratégias agressivas de resolução de conflito, os estudos apresentados neste tópico sugerem o desconhecimento de seus investimentos afetivos (LA TAILLE, 2006) e conseqüentemente de seus sentimentos (TOGNETTA, 2003), assim como a pouca sensibilidade para motivos do outro (TOGNETTA, 2006), o que dificulta a compreensão das próprias ações. Provavelmente em função das justificativas estarem ligadas a uma questão muito simples, já que existe a possibilidade de muitos que escolhem estratégias agressivas o fazerem em virtude da satisfação imediata das próprias necessidades, a maioria deles não se expressa quanto às justificativas. Isso parece se confirmar na análise dos motivos dos sujeitos cujas respostas foram categorizadas como agressivas: “Sairia xingando... porque eu não tenho sangue de barata” (conflito 1), “xingava meus pais... porque a culpa não foi minha” (conflito 2), “empurraria ele para fora da fila... porque ele me empurrou primeiro” (conflito 3), “pegava a bola e jogava na cabeça dele... porque ele tem que parar quando os outros estão passando” (conflito 5), “chamaria ele de chato... porque ele não dividiu comigo e eu estava com vontade” (conflito 8) e “argumentaria em tom de deboche... porque ele está querendo ser mais” (conflito 9). Fica claro que a reação agressiva parece necessária diante da ação do outro em vista da necessidade de resolver o próprio mal-estar.

Um estudo já citado e realizado por Astor (1994) sustenta essa posição. O autor investigou o raciocínio moral de 54 crianças consideradas agressivas e 54 não agressivas, apresentando situações-problema em que ocorriam agressões físicas na família e entre pares. Também foram incluídas situações em que os personagens se comportavam de forma agressiva depois de terem sido provocados (ofensas verbais ou psicológicas), e outras situações, em que os personagens se comportavam do mesmo modo sem ser provocados. O resultado deixou claro que os dois grupos condenavam as ações consideradas agressivas ou violentas. Entretanto o grupo de crianças cujas respostas foram julgadas como agressivas apresentou uma aprovação maior dessas atitudes nas situações de provocação. Eles diferiram

dos demais na avaliação da legitimidade do emprego da violência. Em outros termos, como propõe a teoria cognitiva, a avaliação e a escolha de uma atitude em uma situação de desacordo interpessoal envolvem a interpretação do sujeito quanto à melhor forma de enfrentar uma provocação. E ainda, como completa a psicologia moral, essa interpretação ou significado que o sujeito atribui para sua reação resulta da necessidade de ele ser visto como alguém com valor positivo. Os dados parecem indicar que para esse grupo a reação agressiva em situações injustas e de provocações lhe parece evidente a ponto de os participantes não justificarem suas ações.

Os motivos dos adolescentes que justificam estratégias submissas também merecem ser mais bem investigados. Uma análise sobre as respostas dos sujeitos nos indica que muitos justificam seus sentimentos e não suas ações. Assim como já citamos na apresentação dos resultados, muitos participantes expressam sentimentos e justificativas, mas não explicitam como resolveriam o conflito. O que faz com que a justificativa refira-se aos sentimentos e não às ações? É possível que esses sujeitos tenham dificuldade de coordenar o planejamento de ações com sentimentos intensos (BRUNER, 1997).

Outras justificativas negam o problema ou prejuízo. Diversas justificativas dos adolescentes apontam nessa direção: “magoada... nada... é apenas um jogo, logo passaria” (conflito 1), “iria guardar o livro e compraria outro... porque é apenas um livro” (conflito 4), “esnobada... viro as costas e saio andando... não preciso de um jogo para me sentir mal, existem coisas na vida piores que isto” (conflito 6) e “brava... iria embora... não gastaria a saliva à toa” (conflito 6). Segundo Leme (2004a), o estilo de resolução de conflito submisso “é muitas vezes acompanhado pela negação da ocorrência de um conflito, valendo-se de argumentos defensivos, como percepção de ausência de dano, de ameaça à auto-estima etc...”(p.371), o que foi constatado em várias justificativas de participantes que adotaram essa estratégia. Ao que tudo indica o sujeito tenta preservar sua imagem ao optar a não agir com relação ao outro. Esse último aspecto possivelmente esteja relacionado ao fato que Leme (2004a) já apontou: não ver a possibilidade de ter sucesso com outras formas de resolução de conflito.

Por outro lado, o conteúdo das justificativas da maioria dos participantes parece estar relacionado à rejeição de estratégias agressivas para enfrentar o conflito, como pode ser visto nos seguintes exemplos: “desprezada... nada... porque não gosto de ficar batendo nos outros” (conflito 1), “mal... desistiria do jogo e sairia de perto... para não perder a cabeça e xingar”(conflito 1), “triste... iria para o final da fila... para não arrumar briga”(conflito 3) e “Chateada... nada, só sairia... para não arrumar confusão” (conflito 6). Preferir submeter-se a

reagir, segundo Del Prette e Del Prette (2005), pode ser visto como mais adaptativo ou desejável socialmente, já que não envolve confronto. Em outros termos, o ambiente social reprovava as condutas agressivas e aprova as não agressivas, especialmente em culturas latinas como as dos participantes do presente estudo (LEME, 2004b).

Em suma, a análise do conteúdo das respostas dos participantes indica que aqueles que usam estratégias submissas expressam justificativas que se relacionam aos seus sentimentos para negar o mal-estar que o conflito provoca ou, ainda, à afirmação de que não devem agir de forma agressiva. Esse último aspecto parece indicar que os participantes consideram a perspectiva do outro, mas não conhecem formas alternativas de resolução de conflito, além da submissa ou agressiva. Dessa forma, acreditamos que os adolescentes que apontam respostas submissas, pelo valor que atribui a si e ao outro, não encontram outro modo de resolver a não ser se submetendo. Entendemos como necessária a realização de outros estudos que analisem mais profundamente a relação do estilo de resolução de conflito submisso e as justificativas de suas ações.

Os resultados e as discussões que se referem à expressão de sentimentos e justificativa das ações dos participantes com suas tendências de resolução de conflito nos permitem apontar as seguintes conclusões:

1. Uma parcela considerável de sujeitos não expressa os seus sentimentos, apontando apenas a forma como agiria, o que está mais associado ao uso de estratégias de solução de conflito agressivas. É provável que, da mesma forma que experimenta dificuldade de atentar aos próprios sentimentos, o sujeito não consiga considerar os sentimentos do outro envolvido no conflito, o que colabora para ações que envolvam a coerção.
2. Foi observada uma associação maior entre respostas categorizadas como assertivas e submissas e expressão de sentimentos. No que se refere aos participantes que adotam estilos assertivos, parece que os recursos cognitivos e afetivos necessários a essa forma de resolução de conflito contribuam para esse resultado. Quanto aos participantes que adotam estratégias submissas, a maior expressão de sentimentos pode estar ligada ao fato de esses apresentarem dificuldade em enfrentar os sentimentos desagradáveis e pensar em resoluções alternativas para o conflito. Entretanto, os motivos dessa última associação devem ser mais bem investigados.
3. Os resultados que apontam a associação entre a expressão de sentimentos e a estratégia de solução assertiva e a falta de expressão de sentimentos e a estratégia

agressiva comprovam uma das hipóteses iniciais sobre a probabilidade de aqueles adolescentes que reconhecem os próprios sentimentos terem melhores condições de reconhecer os do próximo e, portanto, resolver o conflito de forma não violenta.

4. Quanto às justificativas dos sujeitos sobre suas ações, os dados evidenciaram uma associação maior entre ausência de justificativas e tendências de resolução de conflito agressiva. Inúmeros estudos relacionam a estratégia de resolução de conflito agressiva a reações impulsivas e ao desejo de satisfação própria imediato. Esses dados nos permitem concluir que o sujeito que adota reações agressivas tende a reagir antes de considerar todos os elementos de um conflito ou, ainda, a escolher satisfazer apenas os próprios desejos.
5. Na mesma direção dessa última conclusão, as justificativas das ações dos adolescentes estão associadas às estratégias de resolução assertivas e submissas, e reforçam a argumentação da conclusão anterior sobre os adolescentes que adotam um estilo assertivo e justificam suas ações em função de considerar todos os elementos que abarcam um conflito, o que oferece recursos para que ele justifique sua ação. Quanto aos adolescentes que usam estratégias submissas, o desconhecimento de formas mais apropriadas para resolver o conflito, ou a insegurança de ser capaz de utilizá-las de forma efetiva pode contribuir para que o sujeito não justifique suas ações. Entretanto, é um aspecto que merece estudos que possam oferecer mais subsídios para conclusões.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo realizado com a amostra geral de adolescentes ficou evidente a desproporção entre meninos e meninas. Esse dado foi resultado de uma proporção muito maior de filhas de pais abusadores ou dependentes de álcool durante a coleta de dados na instituição escolar, ainda que não existisse desproporção de gênero nas salas de aula. Sugerimos que as meninas estão mais atentas aos sinais de abuso de álcool da figura paterna em função do papel de cuidadora que a figura feminina ainda exerce (SOUZA, 2004). A fim de verificar se esse resultado tem relação com esse motivo ou com outro que o presente estudo não nos permitiu concluir, sugerem-se outras pesquisas que objetivem analisar a variável gênero entre os filhos de pais com problemas com álcool.

Não foi encontrada diferença significativa entre meninos e meninas, entre as diferentes faixas etárias e entre os filhos de pais abusadores e filhos de pais não abusadores de álcool desta amostra. Em todos os grupos, o que predominou foram os adolescentes que não se pronunciavam quanto aos sentimentos, seguidos pelos que expressam sentimentos negativos, ou pouco definidos, como “mal” e “nada bem”. Esse dado mostra a tendência dos adolescentes em não atentar para os próprios afetos, ou ainda, apresentar dificuldade em defini-los. Nem mesmo na faixa etária dos participantes mais velhos, que supomos estar associados a expressão de sentimentos mais definidos, apresentou qualquer associação. Um dado interessante é que os únicos conflitos em que a expressão de sentimentos, ainda que pouco definidos, supera a omissão desses referem-se a três situações de desacordo que coincidentemente envolvem jogos grupais. É provável que o sentimento de vergonha decorrente de ver sua imagem decaída perante os olhos do outro esteja relacionado à maior expressão de sentimentos (LA TAILLE, 2006). Diferenças significativas surgiram quanto a expressão de sentimentos e os estilos de resolução de conflito, estudo que foi realizado posteriormente.

Quanto à estratégia de resolução de conflito adotada pelo grupo geral, a submissa foi a que predominou na amostra, assim como em um dos estudos de Leme (2004a, 2006a). O estilo de educação parental e o ambiente escolar podem favorecer esse tipo de reação dos adolescentes em situações de desacordos interpessoais (REPPOLD; PACHECO; HUTZ, 2005; VINHA, 2003; CAETANO, 2005). Com relação ao ambiente escolar em que os adolescentes do estudo estão inseridos, nossas observações sugerem que se refere a um ambiente autoritário (TOGNETTA, 2003), em outros termos, chamado de autocrático

(VINHA, 2003). Nesse tipo de ambiente as decisões são centradas nas figuras de autoridade, as regras são predeterminadas e cobradas através de sanções expiatórias, o que favorece as estratégias de resolução de conflito submissas.

Parece que em ambiente centrado nas figuras de autoridade, as pessoas tendem a usar em menor proporção as estratégias de resolução de conflito assertivas porque, para que o sujeito possa coordenar as próprias idéias, sentimentos e direitos com o do próximo, será necessária a construção de recursos cognitivos e afetivos (LEME, 2004a, 2006a) aplicados às situações de conflitos interpessoais. Em outros termos, os alunos precisam dialogar e discutir sobre situações de conflitos interpessoais (SASTRE; MORENO, 2002). É claro que em um ambiente centralizador, onde as decisões são determinadas pela figura de autoridade, esse exercício é restrito, o que explica o uso limitado de estratégias assertivas. O que explica, entretanto, os participantes que indicam estratégias agressivas? Novamente, como veremos posteriormente, o estudo sobre a relação entre expressão de sentimentos e estilos de resolução de conflito ofereceu algumas respostas importantes.

Ainda que a comparação entre os dois sexos não tenha mostrado diferença significativa, foi verificada uma diferença estatística nos resultados percentuais coincidentes com muitos estudos que evidenciam o sexo masculino como mais agressivo e o sexo feminino como mais submisso (LEME et al, 2001; SAUD; TONELOTTO, 2005; LEME, 2006a). Esses resultados podem ser explicados pela trajetória da conduta agressiva. Leme (2004a) aponta que os seus estudos sinalizaram que a estratégia de resolução de conflito agressiva atinge o seu ápice aos 10 anos e depois decai, e que, com o desenvolvimento, os meninos tornam-se mais semelhantes às meninas. A diferença significativa encontrada entre meninos e meninas na expressão de sentimentos no conflito que envolve ser criticado como menos inteligente pode indicar que para os primeiros esse conteúdo não causa desconforto. A análise das respostas de indiferença dos meninos apóia esta explicação. É provável que, para as meninas, ser criticada como menos inteligente também não provoque mal-estar em vista da omissão de seus sentimentos em todos os conflitos. Na cultura desses adolescentes de classe menos privilegiada, a inteligência e o conhecimento parecem não ter um valor tão importante quanto a competência para participar de jogos.

Outro resultado esperado a partir da literatura tem relação com as tendências de resolução de conflito das diferentes faixas etárias. Sabe-se que é necessário um pensamento mais evoluído para que o sujeito tenha condições cognitivas de coordenar diversos elementos envolvidos em uma mesma situação de conflito. Para que o sujeito tenha condições de coordenar os próprios direitos, sentimentos e idéias com o do outro, sem utilizar ações

coercitivas, é preciso que no mínimo o sujeito consiga pensar de forma recíproca. Em outros termos, o adolescente teoricamente teria maiores condições que a criança de usar estratégias assertivas em situações de conflito em virtude do desenvolvimento cognitivo. Entretanto, assim como nos estudos de Leme (2004a, 2006a) com o instrumento sem alternativas, os participantes apontaram mais estratégias submissas, seguidas pelas agressivas e depois pelas assertivas. Esse resultado foi similar independentemente da faixa etária dos participantes, o que permite concluir que o desenvolvimento cognitivo não é suficiente para que os adolescentes apontem estratégias equilibradas de solução de conflito (LEME, 2004a e 2006a).

No conflito que envolve ter o pedido de uma partilha de chocolate negado, surgiu um resultado inesperado, já que os alunos mais novos apontam estratégias submissas e os mais velhos estratégias mistas, em especial a submissa-agressiva. Pela análise das justificativas dos sujeitos sobre suas ações observou-se que a noção de propriedade parece estar bem desenvolvida nos mais velhos. É possível que pela necessidade de pertencimento ao grupo de pares, eles reconheçam o reagir da mesma forma em situação futura semelhante como o melhor modo de expressar o mal-estar no conflito.

Um dos maiores objetivos deste estudo era comparar as estratégias de solução de conflito dos filhos de pais abusadores e dependentes de álcool com adolescentes cujos pais não pertenciam a essa condição. A análise estatística inicial não confirmou dados da literatura, já que não surgiram associações significativas entre agressividade e submissão entre os filhos de pais com problemas de álcool. Entretanto, um exame mais atento sobre a proporção das diferentes respostas e sobre a análise de correspondência múltipla confirmou a associação entre ausência de abuso de álcool dos pais e as estratégias assertivas, e presença de problemas de álcool por parte do pai com as estratégias agressivas.

Cumpramos lembrar que no conflito que envolve os pais e um amigo, os filhos de pais não abusadores de álcool escolhem com maior frequência direcionar sua estratégia de solução de conflito aos pais ou a ambos, enquanto o filho de pai abusador de álcool direciona sua ação ao amigo ou não discrimina. É provável que os filhos de pais abusadores de álcool tendam a direcionar sua ação aos amigos em virtude dos desgastes ocorridos na família devidos aos problemas de álcool por parte do pai. Afirmamos isso pois, no conflito que envolve um desacordo apenas com os pais, os adolescentes filhos de pais abusadores de álcool apresentam mais respostas agressivas e menos respostas assertivas quando comparados aos filhos de pais não abusadores de álcool. Considerando esses resultados relativos à associação das estratégias utilizadas e abuso de álcool por parte do pai, podemos afirmar que os problemas de álcool da figura paterna dificultam a utilização de estratégias mais equilibradas de solução de conflito

dos filhos. Vemos como necessária a realização de outros estudos que possam encontrar respostas mais precisas sobre os motivos dessa associação. Segundo alguns autores, por exemplo, esse resultado poderia ser justificado em função da forma de resolução de conflito da família (PAYÁ; FIGLIE, 2004b), ou do estresse familiar decorrente dessa condição (LIPP, 2001; VICENTIN, 2004).

Sem dúvida, o resultado da presente pesquisa mais inesperado foi o que se refere às estratégias de solução de conflito e à situação conjugal dos pais. Nas últimas décadas muitas pesquisas forneceram resultados contraditórios sobre a condição psicológica dos filhos após a separação ou divórcio dos pais. Recentemente, a maior parte dos estudiosos concluiu que o divórcio em si não causa problemas aos filhos, mas sim a qualidade das relações entre os integrantes da família (CARTER; MCGOLDRICK, 1995; WAGNER et al, 1999). O que poderia explicar os resultados do presente estudo que mostram que filhos de pais casados apontam mais estratégias assertivas e os filhos de pais separados mais agressivas? Não nos resta dúvida que outros fatores contribuem para esse resultado. A dificuldade socioeconômica dos participantes do estudo é um fator que certamente pode contribuir para a menor resistência psicológica desses adolescentes (WALSH, 2005). Ligado a esse dado, o grau de proximidade do progenitor que não mora com a família e a sobrecarga materna são outros fatores que podem prejudicar o desenvolvimento do adolescente (CARTER; MCGOLDRICK, 1995). Devemos lembrar que a maioria dos participantes do estudo que afirmam que os pais são separados mora com a mãe e não visita seus pais. É possível ainda que o abuso ou dependência de álcool por parte do pai possa estar relacionado à separação dos progenitores, já que essa problema pode acarretar desestruturação familiar (KRESTAN; BEPKO, 1995). Não é de surpreender que adolescentes que enfrentam condições de separação dos pais, distância do outro progenitor e baixa renda tendam a apontar menos estratégias assertivas de solução de conflito.

Finalmente, as análises sobre as estratégias de solução de conflito e a expressão dos sentimentos dos participantes, assim como as justificativas de suas ações, apontaram resultados que contribuíram para as conclusões. Resultados indicam que os participantes que não expressam sentimentos usam mais resoluções de conflito agressivas, assim como os que expressam sentimentos usam mais estratégias assertivas e submissas. Esse resultado comprovou uma hipótese inicial: os participantes que expressam sentimentos tendem a considerar os motivos do outro envolvido no conflito e, portanto, a favorecerem o uso de estratégias assertivas. Inúmeros teóricos mostram que conhecer os próprios investimentos afetivos é condição essencial para o autodomínio (SASTRE; MORENO, 2002; TOGNETTA,

2003, LA TAILLE, 2006; TOGNETTA, 2006) e, conseqüentemente, para uma solução equilibrada de conflitos interpessoais. Ao que tudo indica, os adolescentes que não expressam sentimentos apresentam dificuldade de compreender seus motivos internos, e os dos outros envolvidos no conflito, o que, por sua vez, pode estar relacionado à dificuldade de encontrar uma solução assertiva.

Ao considerar as justificativas dos participantes do estudo, observa-se que aqueles que adotam estratégias agressivas também apresentam menos justificativas para suas ações, o que fortalece a concepção de que os adolescentes que apontam ações agressivas reagem mais impulsivamente e com finalidade de satisfazer os próprios objetivos. É nossa hipótese que lhes faltam recursos cognitivos que os façam pensar no porquê agem dessa forma. Além disso, falta-lhes o recurso afetivo que os faça reconhecer o próprio sentimento e o do outro envolvido na situação. Se, como sugere Piaget (1932-1994), o ser humano evolui naturalmente na direção da autonomia cognitiva e moral, fundamento para as resoluções assertivas, o que explica esse resultado desolador?

Ele deve também estar ligado entre outros aspectos às condições de maturidade do sujeito, às oportunidades do ambiente para que esses recursos se desenvolvam. No que se refere a este estudo, algumas condições ambientais dos adolescentes contribuem para as dificuldades interpessoais. Foi verificado nesta investigação que os filhos de pais abusadores de álcool apontam mais estratégias agressivas e menos assertivas que os filhos de pais não abusadores de álcool. Além disso, os filhos de pais separados, que não visitam o outro progenitor e têm baixa renda, têm maior dificuldade em encontrar estratégias assertivas de solução de conflito quando comparados aos filhos de pais casados. Até onde sabemos, os participantes do estudo estão inseridos em um ambiente escolar em que não existe nenhum trabalho sistemático com conflitos interpessoais e sentimentos. Nesse contexto, qual a oportunidade que esses adolescentes tiveram - especialmente os que têm problemas familiares - de refletir sobre formas alternativas de resolução de conflito? É muito provável que a agressividade, apontada por muitos teóricos como uma tendência de defesa inata do ser humano (LEME, 2004b), tenda a se sobressair entre adolescentes que enfrentam dificuldades familiares e que não encontram outras oportunidades de aprender formas alternativas para enfrentar suas dificuldades pessoais e interpessoais. Não podemos deixar de lembrar que, mesmo os adolescentes que não possuem dificuldades familiares apresentam dificuldade para encontrar soluções satisfatórias para a maioria das situações de conflito, ainda que em proporção menor, o que também fortalece a hipótese de falta de oportunidades no meio para que possam vislumbrar maneiras alternativas de resolver desacordos interpessoais.

Pode-se concluir que, sem oportunidades de aprendizagem que levem a melhores maneiras de solução de conflito, a maioria das pessoas entende, como único recurso, deixar de defender os próprios direitos, ou fazer valer os seus direitos custe o que custar. É um esquema de domínio-submissão já apontado por Fernandez (2005) ou luta ou fuga indicado por Deluty (1981). Diante desse panorama, encontramos situações cada vez mais freqüentes de agressividade e violência escolar, casos de agressividade furtiva (com roubos, furtos, ameaças) e relações desarmoniosas que se prolongam na vida adulta, no ambiente de trabalho, conjugal, com filhos e amigos. Sustentamos que o ambiente familiar e o escolar são os caminhos para a busca de uma sociedade justa. Concordamos com a argumentação de pessoas ligadas ao ambiente escolar quanto ao despreparo e à omissão de familiares. Considerando que o presente estudo mostra que algumas condições familiares contribuem para a dificuldade de resolução de conflito dos alunos, esse argumento dos educadores se fortalece. Concordamos que esses argumentos são importantes, visto que a família deve contribuir para que seus integrantes encontrem formas mais pacíficas e justas de se relacionarem. E, ainda, não temos dúvida que sem a colaboração da família, esse trabalho é muito mais árduo. Entretanto afirmamos que as aspirações, planejamento e exercício inicial de um trabalho com conflitos e com sentimentos devem surgir também da escola.

A instituição educacional se depara diariamente com situações de conflito entre os pares. O educador enfrenta cotidianamente situações que envolvem o pensar sobre a ação mais adequada para que um aluno que agrediu outro perceba as conseqüências de sua atitude, e o outro, que se submeteu, reflita sobre o motivo que permitiu a agressão. A aplicação das sanções devidas também geram dúvidas ao educador. As ações dos educadores diante de conflitos com os alunos e entre os alunos podem contribuir para que esses adotem ações agressivas, submissas ou assertivas nas situações de desacordos interpessoais. Dessa forma, são os profissionais de educação, que estudam o desenvolvimento infantil, que têm condições de iniciar esse trabalho, de realizar ações cotidianas para que os alunos tenham recursos para adotar condutas assertivas. E, ainda, podem ser formados para realizar projetos a longo prazo para a formação de crianças e adolescentes mais assertivos. Sastre e Moreno (2002) propõem atividades que se destinam ao trabalho com sentimentos e com conflitos interpessoais hipotéticos. As autoras afirmam que, sem atividades periódicas dessa natureza, crianças e adolescentes podem se tornar analfabetos emocionais.

Tognetta (2003) apresenta situações de jogos que se destinam à educação dos sentimentos. A autora afirma que essas atividades devem ser vistas como oportunidades oferecidas aos alunos de experimentarem situações de troca, de descentrar o seu ponto de

vista, de expressão e reconhecimento de seus sentimentos e conhecimentos dos sentimentos dos outros em contraposição com os seus, o que poderá levar à construção do autocontrole e do gostar de si.

Por fim, a escola tem condições de levar informações e reflexões aos pais a fim de que tenham condições de repensar os estilos de educação parental e as conseqüências para os filhos. A escola e a família devem ser parceiros para a educação das crianças e adolescentes.

Acreditamos, ainda, que o ambiente escolar seja um meio de construção e reconstrução social. Em nossa concepção, é preciso que as escolas e seus profissionais reconheçam seu papel formador e transformador de realidades pouco satisfatórias. Dessa forma, sustentamos que uma escola que compreende o seu papel na comunidade apresenta condições de integrar os pais no ambiente escolar e, quem sabe, colaborar para a sensibilização deles sobre a importância da qualidade de sua presença para o desenvolvimento satisfatório de seus filhos. Meta ambiciosa e ousada, diriam alguns, emergente e inevitável, diriam outros. Para nós é o único caminho.

Compreender a complexidade da mente humana: esse foi nosso desejo desde muito pequena, já que questionávamos nossa mãe sobre o motivo das pessoas agirem dessa ou daquela forma. O caminho para os estudos na área de psicologia surgiu como um percurso natural desse desejo antigo. Só mais tarde, já no mundo da pesquisa, entendemos que quando encontrávamos uma resposta para uma questão que nos intrigava, muitas outras dúvidas imediatamente surgiam. E alguns aspectos se sobressaíram nesse percurso: os dependentes químicos, seus familiares, seus filhos, as ações agressivas, as ações submissas, e finalmente as ações assertivas. Ao nos embrenharmos nesse universo do tema relativo à resolução de conflito, esperamos ter conseguido dividir com o leitor o prazer de algumas descobertas e, como era de se esperar, o aparecimento de novas e intrigantes indagações e a emergência de ações.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. N.; ROSO, M. e col. *Psicoterapias cognitivas e construtivistas: novas fronteiras de prática clínica*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- ADLER, A. *Le sens de la vie. Étude de psychologie individuelle*. Paris: Editions Payot, 1948-1991.
- ALIANE P.P; LOURENÇO L. M.; RONZANI T. M. Estudo comparativo das habilidades sociais de dependentes e não dependentes de álcool. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 1, 2006.
- ARIÈS, P. *História Social da Infância e da família*. Tradução Dora Flaksman, 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ARAÚJO, U. F. O ambiente escolar cooperativo e a construção do juízo moral infantil: sete anos de estudo longitudinal. *Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins*, Campinas, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2001.
- ASTOR R. A. Children's moral reasoning about family and peer violence: the role provocation and retribution. *Child Development*, v. 65, p. 1054-1067, 1994.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. *A violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo: Robe, 1995.
- BALLIF-SPANVILL B.; CLAYTON C.J.; HENDRIX S.B. (2003). Gender, types of conflict, and individual differences in the use of violent and peaceful strategies among children who have and have not witnessed interparental violence. *American Journal of Orthopsychiatry*, 73, 2, 141-153, 2003.
- BEAUDION M. N.; TAYLOR M. *Bullying e desrespeito: como acabar com essa cultura na escola*. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BECHARA A.; DAMÁSIO H.; DAMÁSIO A. R.; LEE G. P. Different Contributions of the human Amígdala an Ventromedial Prefrontal Cortex to Decision-Making. *The journal of neuroscience*, v. 19, n. 13, p. 5473-5548, July 1999.
- BIAGGIO, A. M. B. *Psicologia do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- BLEGER, L. *A psicologia da conduta*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. p. 23.
- BORDIN, S; FIGLIE, N.B; LARANJEIRA, R. Sistemas diagnósticos em dependência química- Conceitos básicos e classificação geral. In: BORDIN, S; FIGLIE, N. B; LARANJEIRA, R. (Org.). *Aconselhamento em Dependência Química*. São Paulo: Roca, 2004a.
- BORDIN, S; FIGLIE, N. B; LARANJEIRA, R. Álcool. In: BORDIN, S; FIGLIE, N. B; LARANJEIRA, R.(Org.). *Aconselhamento em Dependência Química*. São Paulo: Roca, 2004b.

BRASIL, V. R. Família e Drogadicção. In: CERVENY, C. M. O. (Org.). *Família e... São Paulo*: Casa do Psicólogo, 2004.

BRUNER, J. *Realidades mentais, mundos possíveis*. Tradução M. S. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CAETANO, L. M. *O conceito de obediência na relação pais e filhos*. São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, 2005.

CARLINI-COTRIM, B.; GAZAL-CARVALHO, C.; GOUVEIA, N. Comportamento de saúde entre jovens estudantes da rede pública e privada da área metropolitana do Estado de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, n. 34, p. 636-645, 2000.

CARLINI E. A., GALDUROZ J. C. F., NOTO A. R., NAPPO S.A. *I Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país*. UIFESP, 2002.

CARTER, B.; MCGOLDRIK, M. As mudanças do ciclo de vida familiar: uma estrutura para terapia familiar. In: CARTER, B.; MCGOLDRIK, M. (Org.). *As mudanças no ciclo de vida familiar*. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CAMPOS T. N.; DEL PRETTE Z. A. P.; DEL PRETTE A. (Sobre)vivendo nas ruas: habilidades Sociais e Valores de Crianças e Adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 13, n. 3, p. 517-527, 2000.

CHAUÍ, M. Ética e violência. *Teoria & Debate*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, ano 11, n. 39, 1998.

CHRISTENSEN, H. B.; BILENBERG, N. Behavioural and emotional problems in children of alcoholic mothers and fathers. *European Child & adolescent psychiatry*, v.9, n. 3, p. 219-226, 2000.

CORSINI, R. *The dictionary of psychology*. Brunner-Routledge, 2002.

DAMÁSIO, A. R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. Tradução portuguesa Vicente D. e Segurado G. São Paulo: Companhia de Letras, 1996.

DEL PRETTE A. P.; DEL PRETTE Z. M. *Psicologia das Habilidades Sociais: teoria e educação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

DEL PRETTE Z. M.; DEL PRETTE A. P. *Psicologia das Habilidades Sociais na infância: Teoria e Pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2005.

DELL' AGLIO, D. D. D.; HUTZ C. S. Estratégias de *coping* e estilo atribucional de crianças em eventos estressantes. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 7, n. 1, 2002.

DELUTY, R. H. Alternative thinking ability of aggressive, assertive, and submissive children. *Cognitive Therapy and Research*, n. 5, p. 309-312, 1979.

DELUTY, R.H. Children's evaluation of aggressive, assertive, and submissive responses. *Journal of Clinical Psychology*, v. 12, n. 2, p.124-129, 1981.

DEVRIES R.; ZAN B. A. *Ética na educação infantil: o ambiente sócio moral na escola*. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DOLLARD, J.; DOOB, L. W.; MILLER, N. E.; MOWRER, H. O.; SEAR, R. R. *Frustration and aggression*. New Haven: Yale University Press, 1939.

DOSICK, W. *Reglas de Oro. Los diez valores éticos que los padres deben enseñar a sus hijos*. Madri: Edaf, 1997.

DRAKE, R. E., OSHER, F. C., WALLACK, M. *Alcohol use and abuse en schizophrenia. A prospective community study*. *Journal of Nervous and Mental Disease*, n. 7, p.408-414, 1989.

EWING, J. A. Detecting alcoholism: the CAGE questionnaire. *JAMA*, 252:1905-1907, 1984.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Lei N° 8 069/90*. Conselho Estadual da Criança e do adolescente.

FALCONE, E. Habilidades Sociais: para além da assertividade. In: WIELENSKA, R. C. *Sobre Comportamento e Cognição: questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas e em outros contextos*. ESETec Editores Associados, v. 6, 2001.

FARIZ, M. D.; MÍAS, C. D.; MOURA, C. B. Comportamento agressivo e terapia cognitivo-comportamental na infância. In: CABALLO, V. E.; SIMON, M. A. *Manual de Psicologia Clínica Infantil e do Adolescente: Transtornos Específicos*. Editora Santos, p.57-75, 2005.

FENDER, S. A. A importância do envolvimento de familiares no tratamento de dependentes de drogas: uma experiência do PROAD. In: SILVEIRA FILHO, D. X. e GORGULHO, M. *Dependência: compreensão e assistência as toxomanias (uma experiência do PROAD)*. Casa do Psicólogo, 1996.

FERNÁNDEZ, I. *Prevenção da violência e solução de conflitos: o clima escolar como fator de qualidade*; tradução de Fulvio Lubisco, São Paulo: Madras, 2005.

FIGLIE, N. B.; PILLON, S. C.; DUNN, J.; LARANJEIRA, R. Orientação familiar para dependentes químicos: perfil, expectativas e estratégias. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 48, n. 10, p. 471-478, 1999.

FILHO, G. J. P.; SATO, L. G.; TULESKI, M. J.; TAKATA, S. Y.; RANZI, C. C. C.; SARUHASHI, S. Y.; SPADONI, B. Emprego do questionário CAGE para detecção de transtorno de uso de álcool em pronto-socorro. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 47, n. 1, jan/mar, 2001.

FRANK, S. H.; GRAHAM, A.V.; ZYZANNSKI, S.; WHITE, S. Use of the family CAGE in screening for alcohol problems in primary care. *Arch Fam Med*, n. 1, p. 209-216, 1992.

FREUD, S. *O mal estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

FREITAS, L. A. *Adolescência, família e drogas: a função paterna e a questão dos limites*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FROMM, E. *Ética e psicanálise: ensaio*. Lisboa: Minotauro, s/d. p.

GALDUROZ, J. C. F., D'ALMEIDA V., CARVALHO V. e CARLINI E. A. *III Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras*. São Paulo, Centro Brasileiro de informações sobre Drogas Psicotrópicas, CEBRID-UNIFESP, 1994.

GALDUROZ, J. C.; NOTO, A. R.; CARLINI, E. A. *IV Levantamento sobre o uso de drogas de estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras*. CEBRID, 1997.

GALDUROZ, J. C. F.; NOTO, A. R.; NAPPO, S. A.; CARLINI, E. A. Comparação dos resultados de dois levantamentos domiciliares sobre o uso de drogas psicotrópicas no estado de São Paulo nos anos de 1999 e 2001. *Jornal Brasileiro de psiquiatria*, v. 52, n. 1, p. 43-51, 2003.

GIBRAN, K. *O profeta*. Tradução Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2002. p. 22.

GILLIGAN, C. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GROTBERG E. H. Introdução: novas tendências em resiliência. In: Melillo, A.; OBJETO, E. N. S. e col. *Resiliência descobrindo as próprias fortalezas*. Tradução Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HOLMES, T.; RAHE, R. "The social readjustment rating scale". *Journal of Psychosomatic Research*, n. 11, p. 213-218, 1967.

INFANTE, F. A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In: MELILLO, A. OJETO E. N. S. e col. *Resiliência descobrindo as próprias fortalezas*. Tradução Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2005.

KAMII, C. A autonomia como finalidade de educação: implicações da teoria de Piaget. *A criança e o número*. Campinas: Papirus, 1991.

KARNIOL, I. G. Cannabis Sativa e Derivados. In: SEIBEL, S. D. e TOSCANO Jr., A. *Dependência de Drogas*. São Paulo: Atheneu, 2001.

KLOSTERMANN K. C.; FALS-STERWART, W. Intimate partner violence and alcohol use: exploring the role of drinking in partner and its implications for intervention. *Aggression and Violent Behavior*. p. 1-11, 2005.

KOENIGS M.; YOUNG L.; ADOLPHS R.; TRANEL D.; CUSHMAN F.; HAUSER M.; DAMÁSIO A. Damage to The prefrontal cortex increases utilitarian moral judgements. *Nature*, 446, 2007.

- KOHLBERG L. Estádios morales y moralización.El enfoque cognitivo-evolutivo. In: TURIEL, E.; ENESCO, I.; LINAZA, J (comp.). *El mundo social em la mente infantil*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.
- KRESTAN J. A.; BEPKO C. Problemas de alcoolismo e o ciclo de vida familiar. In: CARTER B. e McGOLDRIK M. e col. *As mudanças no ciclo de vida familiar*. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 415-434, 1995.
- LA TAILLE, Y. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, J. G. *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1996.
- LA TAILLE, Y. Limites: três dimensões educacionais. São Paulo: Ática, 1998.
- LA TAILLE Y. *Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LA TAILLE, Y. e HARKOTT-DE-LA-TAILLE E. Valores dos jovens de São Paulo. In: LA TAILLE, Y. (org) *Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas (apêndice)*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LANGE, J. L.; JAKUBOWSKI, P. *Responsible assertive behavior*. Illinois: Research Press Co, 1976.
- LEME, M. I. S. *Cognição, cultura e afetividade em solução de problemas: estrutura e função*. 2006. 268 p. Tese de livre-docência – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006a.
- LEME, M. I. S. *Convivência conflitos e educação nas escolas de São Paulo*. Instituto SM para a Educação (ISME), 2006b.
- LEME, M. I. S. Resolução de conflitos interpessoais: interação entre cognição e afetividade na cultura. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, 2004a.
- LEME, M. I. S. Educação; o rompimento possível do circulo vicioso da violência. In: MALUF, M. R. *Psicologia Educacional: questões contemporâneas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004b.
- LEME, M. I. S. Cognição e afetividade na perspectiva da psicologia cultural. In: ARANTES, V. A. (Org.). *Afetividade na escola*. São Paulo: Summus Editora, 2003.
- LEME, M. I. S.; MISUMI, Y.; NOMURA, C.; SOUZA, L., VIZIOLI, L Violência na mídia e tendência à agressividade. *Resumos do Congresso Interno do Instituto de Psicologia da USP*. São Paulo, 2001.
- LEONEL, C. F. A. *A influência das primeiras experiências no desenvolvimento afetivo: a idéia do determinismo infantil*. 2003. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2003.
- LIPP, M. E. N.; ROCHA J. C. *Stress, Hipertensão Arterial e Qualidade de Vida: um guia de tratamento para hipertensos*. Campinas: Papyrus, 1989.

LIPP, M. E. N. *Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupação e grupos de risco*. Campinas: Papyrus, 1996.

LIPP, M. E. N. *Manual do Inventário de sintomas de stress para adultos de Lipp (ISSL)*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

LIPP, M. E. N. O circulo vicioso: todos se estressam na família. In: _____.(Org.). *O stress está dentro de você*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 161-181.

LIPP, M. E. N. O stress da criança e suas conseqüências. In: _____. (Org.). *Crianças estressadas*. Campinas: Papyrus, 2002.

LIPP, M. E. N. Stress Emocional: esboço da teoria “Temas da Vida”. In: _____. (Org.). *O stress no Brasil: Pesquisas Avançadas*. Campinas: Papyrus, 2004.

LOPES J.; LOUREIRA S. R. Enfrentamento e regulação emocional filhas de mães depressivas. *Interação em Psicologia*, v. 11, n. 2, p. 253-262, 2007.

MANTOVANI DE ASSIS, O. Z.; VINHA, T. P. Os conflitos entre as crianças e o processo de negociação interpessoal segundo R. Selman. *Anais do XX Encontro nacional de professores do Proepr*. Campinas: Faculdade de Educação da Unicamp, p. 119-133, 2003.

Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais-DSM IV.4. ed. São Paulo: Artes Médicas, 1995.

MEIRELES, C. O estudante empírico. In: Secchin, A. C. (Org.). *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 1455-1456.

MELILLO, A., ESTAMATTI M., CUESTAS A. Alguns fundamentos psicológicos do conceito de resiliência In: MELILLO, A.; OJETO E. N. S. e col. *Resiliência descobrindo as próprias fortalezas*. Tradução Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MENEGUEL, S. N.; GIUGLIANI E. J.; FALCETO, O. Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. *Cad. Saúde Pública*; v. 14, n. 2, p. 327-335, 1998.

MONJAS I.; CABALLO V. E. Psicopatologia e tratamento da timidez na infância. In: CABALLO, V. E.; SIMON M. A. *Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente: transtornos específicos*. São Paulo: Editora Santos, 2005.

MORAES, E.; FIGLIE, N. B. Abuso de álcool, tabaco e outras drogas na adolescência. In: BORDIN, S; FIGLIE, N. B.; LARANJEIRA, R. *Aconselhamento em Dependência Química*. São Paulo: Roca, 2004.

MORAIS, H. L. S.; OTTA, E.; SCALA, C. T. Status sociométrico e avaliação de características comportamentais: um estudo de competências sociais em pré-escolares. *Psicologia Reflexão e Crítica*, n. 14, p.131-191, 2001.

O'DONNELL, K. *Contos para uma vida plena*. São Paulo: Editora Gente, 1999. p. 32.

OLIVA A. Desenvolvimento social durante a adolescência. In: COLL, MARCHESI PALÁCIOS (Org.). *Desenvolvimento psicológico e educação*. 2. ed. Tradução Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA E. M. e MALCOP A. G. T. Álcool, Drogas e Acidentes de Trânsito. In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO Jr, A. *Dependência de Drogas*. São Paulo: Atheneu, 2000.

ORTONY A.; CLORE, G.; COLLINS, A. La estructura cognitiva de las emociones. Madri: Siglo XXI, 1996.

PAYÁ, R e FIGLIE, N. B. Abordagem Familiar em dependência química. In: BORDIN, S; FIGLIE, N. B.; LARANJEIRA, R. (Org.). *Aconselhamento em Dependência Química*. São Paulo: Roca, 2004a.

PAYÁ, R.; FIGLIE, N. B. Filhos de dependentes químicos. In: BORDIN, S; FIGLIE, N. B.; LARANJEIRA, R. (Org.). *Aconselhamento em Dependência Química*. São Paulo: Roca, 2004b.

PAYÁ, R; FONTES, A.; MORAES, E.; FIGLIE, N. B. Filhos de dependentes químicos com fatores de risco biopsicossociais: necessitam de um olhar especial? *Revista de Psiquiatria Clinica*, v. 31, n. 2, p. 53-62, 2004.

PECHANSKY, F.; SZOBOT, C. M.; SCIVOLETTO, S. Alcohol use among adolescents: concepts, epidemiological characteristics and etiopatogenic factors. *Rev. Bras. Psiquiatria*, v. 26, 2004.

PECK, J. S.; MANOCHERIAN, J. R. O divórcio nas mudanças no ciclo de vida familiar. In: CARTER B.; MCGOLDRIK M e col. *As mudanças no ciclo de vida familiar*. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 291-315.

PENNA, A. G. *Introdução a Psicologia Cognitiva*. São Paulo: EPU, 1999.

PENSO, M. A.; SUDBRACK, M. F. Envolvimento em atos infracionais e com drogas como possibilidade para lidar com o papel de filho parental. *Psicologia USP*, v. 15, n. 13, p. 29-54, 2004.

PIAGET, J. *O juízo moral da criança*. Tradução Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1932-1994.

PIAGET, J. El psicoanálisis y sus relaciones com la psicología del niño. In: DELAHANTY, G. PERRÈS (comp.). *Piaget y el psicoanálisis*. México: Universidade Autonoma Metropolitana, 1920-1994. p. 181-290.

PIAGET J.; INHELDER B. A psicologia da criança. Tradução Octavio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Difel, 1896-1980-2003.

PINHEIRO, D. P. N. A resiliência em discussão. *Psicologia em Estudo*, v. 9, n. 1, p. 67-75, 2004.

POLLACK, W. *Meninos de verdade: conflitos e desafios na educação de filhos homens*. Tradução Sylvia Márcia Belinky. São Paulo: Alegro, 1999.

RAEFF, C. Individuals in relationships: cultural values, children's social interactions, and the development of an American individualistic self. *Developmental Review*, n. 17, p. 205-238, 1997.

RATTO, L.; CORDEIRO, D. C. Principais comorbidades psiquiátricas na dependência química. In: BORDIN, S; FIGLIE, N. B.; LARANJEIRA, R. *Aconselhamento em Dependência Química*. São Paulo: Roca, 2004.

RAVAZZOLA, M. C. Resiliências familiares. In: MELILLO, A.; OJETO, E. N. S. e col. *Resiliência descobrindo as próprias fortalezas*. Tradução Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2005.

REPPOLD, C.; PACHECO J., HUTZ, C. S. Comportamento agressivo e práticas disciplinares parentais. In: HUTZ, C. S. (Org.). *Violência e Risco na infância e adolescência: pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

RIESCH S. K., GRAY J., HOEFFS M., KEENAN T., ERTL T., MATHISON K. Conflict and conflict resolution: parent and young teen perceptions. *Journal of pediatric health care*, n. 17, p. 22-31, 2003.

ROBINS, L. N.; REGIER D. A. *Psychiatric disorders in America: epidemiologic catchment area study*. New York: The Free Press, 1991.

ROCHEBLAVE-SPENLÉ, A. M. *Psicologia do Conflito*. Tradução Olympia Salette Rodrigues. São Paulo: Livraria Duas Cidade, 1974.

RUSSO, R. *Índios. Intérprete: Renato Russo*. In: *Legião Urbana*. Acústico MTV. São Paulo: EMI, 1999. ICD. Faixa 2.

SANCHES, Z. V. D. M., OLIVEIRA, L. G., NAPPO, S.A. Razões para o não-uso de drogas ilícitas entre jovens em situação de risco. *Rev. Saúde Pública*, v. 39, n. 4, p. 599-605, 2005.

SARAVALI E.G. Dificuldade de aprendizagem no ensino superior: reflexões a partir da perspectiva piagetiana. *Estudos Piagetianos & Psicologia Clínica e Educacional. Educação Temática Digital*. Campinas, v. 6, n. 2, p.79-101, jun. 2005.

SASTRE, G. V.; MORENO, M. *Resolução de conflitos e aprendizagem emocional: gênero e transversalidade*. Tradução Ana Venite Fuzato. São Paulo: Moderna, 2002.

SASTRE, G. V.; MORENO, M. O significado afetivo e cognitivo das ações. In: ARANTES, V. A. (Org.). *Afetividade na escola*. São Paulo: Summus, 2003.

SAUD L. F.; TONELOTTO J. M. F. Comportamento social na escola: diferença entre gêneros e série. *Psicologia escolar e educacional*, v. 9, n. 1, p. 45-57, 2005.

SEIBEL, S. D. Álcool. In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO Jr, A. *Dependência de Drogas*. São Paulo: Atheneu, 2001.

SEIBEL, S. D.; TOSCANO Jr, A. Conceitos Básicos e Classificação geral das Substâncias Psicoativas. In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO JR, A. *Dependência de Drogas*. São Paulo: Atheneu, 2001a.

SEIBEL, S. D.; TOSCANO JR, A. Comorbidade psiquiátrica. In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO Jr., A. *Dependência de Drogas*. São Paulo: Atheneu, 2001b.

SELMAN, R. L. *The growth of interpersonal understanding: development understanding*. Nova York: Series Editor, 1980.

SHANTZ, C. U.; HARTUP, W.W. *Conflict in child and adolescent development*. New York: Cambridge University Press, 1992.

SHER, J. K. Psychological characteristics of children of alcoholics. *Alcohol Health & Research World*, v. 21, n. 3, p. 247-254, 1997.

SHER, L.; OQUENDO M. A.; CONASON A. H.; BRENT D. A.; GRUNEBAUM, M. F.; ZALSMAN G.; BURKE, A. K.; MANN, J. J. Clinical features of depressed patients with or without a family history of alcoholic. *Acta Psychiatr Scand*, n. 112, p. 266-271, 2005.

SILVEIRA, D. X. Dependências: de que estamos falando? In: SILVEIRA FILHO, D. X.; GORGULHO M. *Dependência: compreensão e assistência às toxicomanias*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

SOUZA, J. *Maturidade emocional e avaliação do comportamento de filhos de alcoolistas*. 2004. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. Escola de enfermagem de Ribeirão Preto, 2004.

STENBERG, R. J. Culture & Intelligence. *American Psychologist*, v. 59, n. 5, p. 325-338, 2004.

STEINGLASS, T., BENETT, L., WOLIN, S., REISS D. *The alcoholic family*. New York: Basic Books, 1993.

STENBERG, R. J. *Psicologia Cognitiva*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TAVARES, J. A resiliência na sociedade emergente. In: TAVARES, J. (Org.). *Resiliência e educação*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 43-76.

TOFFOLI A.; WANJSTOCK A.; MANTEL M. M. B.; BISCAIA M. F. C.; BISCAIA M. J. S. Co-dependência: uma reflexão dos critérios diagnósticos e uma analogia com o mito de Narciso e Eco. *Informação Psiquiátrica*, v. 16, n. 3, p. 92-97, 1997.

TOGNETTA, L. R. P. *Perspectiva ética e generosidade*. Campinas: Mercado de Letras/FAPESP, no prelo.

TOGNETTA, L. R. P. *Sentimentos e virtudes: um estudo sobre a generosidade ligado as representações de si*. 2006. 320 p. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, 2006.

TOGNETTA, L. R. P. *A construção da solidariedade e a educação dos sentimentos na escola*. Coleção Educação e Psicologia em Debate. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

TOGNETTA, L. R. P. Violência na escola; os sinais de bullying e o olhar necessário aos sentimentos. In: PONTES, A.; LIMA V.S. *Construindo saberes em Educação*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2005a. p.11-32.

TOGNETTA, L. R. P. O mapa do problema escolar: quando a cidadania parece não ser possível. *Anais do Encontro do PROERP*, 2005b.

TOSCANA, A. J. Um Breve Histórico sobre o uso de Drogas. In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO JR, A. *Dependência de Drogas*. São Paulo: Atheneu, 2001a.

TOSCANA, A. J. Adolescência e Drogas. In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO JR, A. *Dependência de Drogas*. São Paulo: Atheneu, 2001b.

TROMBETA, L. H.; GUZZO, R. S. L. *Enfrentando o cotidiano adverso: estudo sobre resiliência em adolescentes*. Campinas: Alínea, 2002.

Organização das Nações Unidas (ONU). Relatório Mundial sobre Drogas 2005. Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime. Brasília: UNODC Brasil e Cone Sul. Disponível em: <www.unodc.org/brazil/pt/press_release_2005-06-29.html> Acesso em: 17/07/2005.

2005 Annual report: the state of the drugs problem in Europe EMCDDA, Lisbon, November 2005. Disponível em: <<http://www.emcdda.europa.eu/html.cfm/index37248EN.html>> Acesso em: 13/07/2005

VICENTIN, V. F. *O stress e a qualidade de vida de progenitores de usuários de cocaína e crack*. 2004. Dissertação de mestrado. Puc-Campinas, 2004.

VINHA, T. P. *O Educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista*. Campinas: Mercado de Letras, Fapesp, 2000.

VINHA, T. P. *Os conflitos interpessoais na relação educativa*. 2003. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. Unicamp, Campinas, 2003.

WALSH, F. *Fortalecendo a resiliência familiar*. Tradução Magda França Lopes. São Paulo: Roca, 2005.

WAGNER, A.; RIBEIRO L.; ARCHETE A. X.; BORNHOLDT E. Configuração familiar e o bem-estar psicológico do adolescente. *Psicologia Reflexão e Crítica*. v. 12 n. 1. p. 147-156, 1999.

WEGSCHEIDER, S. *Another chance: hope and health for the alcoholic family*. Palo Alto, California: Science and Behavior Book Inc., 1981.

WERNER, M. J.; JOFFE A.; GRAHAM A. V. Screening, Early Identification, and Office-based Intervention with children and youth living in substance-abusing families. *Pediatrics*:

Official Journal of the American academy of Pediatrics. v. 103, n. 5, p. 1099-1112, supplement May 1999.

ZANOTI-JERONYMO D. V.; CARVALHO A. M. P. Alcoolismo parental e suas repercussões sobre as crianças e adolescentes: uma revisão bibliográfica. *SMAD. Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*. ano 1, n. 2. Ribeirão Preto, ago. 2005.

Disponível em:

<http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180669762005000200007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1806-6976. Acesso em: 04 ago. 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Aos Pais)

A presente pesquisa tem a finalidade de verificar o estilo de resolução de conflitos interpessoais de adolescentes de famílias de diferentes condições. O estudo se justifica pela grande número de situações de violência entre os jovens, e o interesse das condições da família que podem colaborar com a situação de resolução de conflito de forma efetiva e pacífica.

O procedimento consistirá na aplicação de dois questionários que serão preenchidos individualmente por cada adolescente dentro da própria escola, orientados pela pesquisadora se necessário. As informações da pesquisa serão sigilosas e não haverá identificação do aluno em qualquer hipótese, podendo os participantes utilizar-se de pseudônimo ao preencherem os instrumentos. Os dados serão utilizados apenas para a realização da pesquisa.

O trabalho faz parte do projeto de pesquisa requerido para a obtenção título de Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento da Universidade de São Paulo da aluna Vanessa Fagionatto Vicentin sob a orientação da Dra Maria Isabel da Silva Leme. O tempo aproximado para a participação dos seus filhos é de aproximadamente 20 a 30 minutos e os adolescentes participarão de forma voluntária. O estudo não envolve risco ou qualquer desconforto aos seus filhos visto que os procedimentos utilizados seguem as normas estabelecidas pelo Estatuto da criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13/07/1990).

A participação do seu filho para a pesquisa realizada na área de resolução de conflitos poderá colaborar para a reflexão de estratégias e programas preventivos de violência e os resultados conclusivos do estudo estarão a disposição dos participantes. Caso necessite de qualquer informação complementar estamos a disposição para qualquer esclarecimento pelo fone (19) 97 40 67 12.

Concordo com a participação do meu filho nesta pesquisa

(assinatura do pai/ mãe ou responsável legal)

RG: _____

APÊNDICE B - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E CONDIÇÕES PESSOAIS

Nome: (opcional) _____ **Sexo:** F() M()

Idade: _____ **Escolaridade:** _____ série

n° de pessoas na família (que moram com você):

() 2 pessoas () 3 pessoas () 4 pessoas () 5 pessoas () 6 pessoas () 7 ou mais.

n° de irmãos (sem contar você):

() filho único () 1 irmão () 2 irmãos () 3 irmãos () 4 irmãos () 5 irmãos () 6 ou mais.

Por ordem de nascimento:

() sou o primeiro filho

() sou o segundo filho

() sou o terceiro filho

() sou o quarto filho

() outro _____

Meus Pais

() são casados e moram juntos.

() são divorciados e moro com minha mãe.

() são divorciados e moro com o meu pai.

() outros _____

Só responda esta questão se seus pais não moram juntos: visito ou passo o dia /final de semana com o progenitor (pai ou mãe) que não mora junto comigo?

() sim () não

Qual a religião que minha família segue? () nenhuma religião

() católico () evangélico () espírita () outra (Qual) _____

Participo de atividades religiosas (ex: missa, culto, catequese, evangelização,...):

() vários dias na semana () uma vez na semana () algumas vezes no Mês

() só em datas comemorativas () não participo de atividades religiosas () Outros

Algum dos seus pais está fazendo tratamento psiquiátrico no momento (ex: toma calmantes, remédio para depressão, etc.)?

() sim () não

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO CAGE FAMILIAR (FRANK et al., 1992)
(instrumento adaptado)

Para as questões seguintes responda apenas: sim ou não. Se a resposta for afirmativa complemente dizendo quem é esta pessoa (por exemplo: pai, mãe, etc....). Lembramos que você não precisa se identificar e que as respostas serão sigilosas.

1- Você alguma vez já sentiu que alguém em sua família deveria parar de beber? Quem?

2- Tem alguém em sua família que já se sentiu incomodado por reclamações e críticas sobre o seu habito de beber? Quem?

3-Tem alguém em sua família que já se sentiu mal ou culpado por beber? Quem?

4- Tem alguém em sua família que já tomou bebida em jejum (ou seja, Quando acordou e sem ter se alimentados antes) para se acalmar ou curar a ressaca? Quem?

5-Só responda esta questão se você respondeu afirmativamente a alguma questão acima. A família já procurou algum tipo de ajuda para este problema? Qual (grupo de apoio, médico, internação da pessoa que bebe)?

APÊNDICE D - ESCALA CHILDREN'S ACTION TENDENCY SCALE-CATS

(1981)

Questionário

Forma O

(Instrumento Adaptado)

Este questionário tem por objetivo verificar como os jovens se comportam em algumas situações. Procure responder como você reagiria **realmente** se estivesse nas situações descritas abaixo e por que reagiria desta forma. Escreva também em cada situação como você se sentiria se isto ocorresse com você. Obrigada pela sua colaboração.

1. Você está jogando um jogo com seus amigos. Você tenta jogar o melhor possível, mas erra o tempo todo. Seus amigos começam a caçoar de você e xingam você de vários nomes. Como você se sentiria? Escreva o que você faria nesta situação. Por quê?

2. Você e um amigo estão em sua casa. Ele faz bagunça, mas seus pais colocam a culpa em você e te castigam. Como você se sentiria? Escreva o que você faria nesta situação. Por quê?

3. Você está na fila da cantina. Vem um colega da sua idade e do seu tamanho e empurra você para fora da fila. Como você se sentiria? Escreva o que você faria nesta situação. Por quê?

4. Você empresta seu livro preferido para um amigo. Uns dias mais tarde, ele devolve o livro, mas algumas páginas estão rasgadas, a capa suja e amassada. Como você se sentiria? Escreva o que você faria nesta situação. Por quê?

5. Você está saindo da escola. Uma criança menor que você joga uma bola bem na sua cabeça. Como você se sentiria? Escreva o que você faria nesta situação. Por quê?

6. Você vê alguns colegas jogando um jogo. Vai até lá e pede pra entrar no jogo. Eles dizem que não porque você não joga bem. Como você se sentiria? Escreva o que você faria nesta situação. Por quê?

7. Você está vendo um programa realmente ótimo na TV. Bem no meio dele seus pais dizem que é hora de dormir e desligam a televisão. Como você se sentiria? Escreva o que você faria nesta situação. Por quê?

8. Você está tomando lanche na cantina. Um colega está comendo uns chocolates deliciosos. Você pede pra te dar um só, mas ele diz “Não”. Como você se sentiria? Escreva o que você faria nesta situação. Por quê?

9. Um colega de classe fica falando que é muito mais inteligente que você. No entanto, você tem certeza de que está errado, que você é mais inteligente. Como você se sentiria? Escreva o que você faria nesta situação. Por quê?

10. Você e um colega estão jogando um jogo. Quem ganhar vai levar um prêmio realmente bom. Você tenta ao máximo, mas perde o jogo por um ponto. Como você se sentiria? Escreva o que você faria nesta situação. Por quê?